

RICARDO JOSÉ GONTIJO AZEVEDO

**O ESPAÇO PÚBLICO EM CIDADES MÉDIAS:  
ANÁLISE DA DINÂMICA SOCIOESPACIAL DE  
PRAÇAS E PARQUES DE LIMEIRA-SP**

**Tese de doutorado** apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, como requisito para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

**Orientador:** Prof. Dr. Fadel David Antonio Tuma Filho

Rio Claro - SP  
2013

910h.3 Azevedo, Ricardo José Gontijo  
A994e O espaço público em cidades médias : análise da  
dinâmica socioespacial de praças e parques de Limeira-SP /  
Ricardo José Gontijo Azevedo. - Rio Claro, 2013  
279 f. : il., figs., gráfs., tabs., quadros, fots.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista,  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Orientador: Fadel David Antonio Tuma Filho

1. Geografia urbana. 2. Dominação do espaço público. 3.  
Apropriação do espaço público. 4. Sociabilidade urbana. 5.  
Planejamento urbano. 6. Gestão urbana. I. Título.

RICARDO JOSÉ GONTIJO AZEVEDO

**O ESPAÇO PÚBLICO EM CIDADES MÉDIAS:  
ANÁLISE DA DINÂMICA SOCIOESPACIAL DE  
PRAÇAS E PARQUES DE LIMEIRA-SP**

**Tese de doutorado** apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, como requisito para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Orientador: Prof. Dr. Fadel David Antonio Tuma Filho (UNESP – Rio Claro)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Alessandra Natali Queiroz (PUC – Campinas)

---

Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias (UNICAMP – Campinas)

---

Prof. Dr. Auro Aparecido Mendes (UNESP – Rio Claro)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza (UNESP – Rio Claro)

Resultado: Aprovado

Rio Claro - SP, 30 de outubro de 2013.

À minha família,  
por tudo que significa para mim.

## **AGRADECIMENTOS**

Esses agradecimentos representam para mim um momento especial, pois me lembram do quanto sou grato por contar com pessoas singulares, que à sua maneira contribuíram para a obtenção desta conquista. Meus sinceros agradecimentos:

Ao Prof. Dr. Fadel David Antonio Tuma Filho, pela confiança em mim depositada e pela orientação fundamental na elaboração deste trabalho.

Aos Professores Doutores Enéas Rente Ferreira e José Gilberto de Souza, pelas valiosas contribuições durante o exame de qualificação.

Ao Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias, pelos ensinamentos do mestrado que muito contribuíram na realização do doutorado.

Ao Prof. Dr. Alexandre Rocha, pelos relevantes apontamentos sobre os espaços públicos de Limeira e pelo apoio e preocupação sempre demonstrados.

Aos profissionais ligados à Prefeitura Municipal de Limeira, que colaboraram com importantes dados e informações sobre a realidade dos espaços públicos, especialmente ao Thomaz Almeida e ao Tiago Georgette.

Aos meus pais, Selma Gontijo e Luciano Azevedo, pelo amor incondicional e por estarem sempre ao meu lado, apoiando meus passos e vibrando a cada conquista.

Às minhas irmãs, Juliana, Fabiana e Fernanda, pelo amor e carinho sempre demonstrados, e aos meus cunhados, por cuidarem bem delas.

Aos meus sobrinhos, Lorena, Roberta, Mateus, Rafael e Carolina, por serem motivo de orgulho e alegria constante em minha vida.

Aos demais familiares, pelo amor incondicional e por tudo que representam para mim: avó, tias, tios, e primos.

Ao Eduardo Quinteiro, pelo companheirismo e preocupação ao acompanhar a evolução da pesquisa, e à sua família especial, que está sempre torcendo por mim.

Aos professores do Colégio Técnico de Limeira - COTIL/UNICAMP, especialmente aos colegas do Departamento de Humanas, pelo apoio e atenção sempre demonstrados. Agradeço ainda aos amigos Dorival Marchi, Márcia Kairalla, Sandro Dias, Regiane Potenza e Susy Bertagna, pela agradável convivência fora do ambiente escolar.

Aos amigos da Universidade Estadual de Montes Claros, pelo incentivo desde a graduação, especialmente os Professores Doutores Anete Marília, Iara França e Rômulo Soares.

Aos amigos sempre presentes, mesmo que distantes pelo afastamento necessário para a pesquisa: Cláudio Ribeiro, Luciana Dias, Maristela Tofoli, Regina Aquino, Rita Peres, Vanilce Fratucelli e Walfrido Martins.

Aos meus alunos e ex-alunos, motivos de tanto orgulho, aqui representados por Cláudia Coleoni, um grande talento.

Aos usuários dos espaços públicos de Limeira, que dedicaram alguns minutos para responder os questionários e motivaram a defesa de espaços públicos satisfatórios para o lazer.

## RESUMO

Diante do intenso processo de urbanização verificado no Brasil nas últimas décadas, as cidades apresentam cada vez mais necessidades de criação de espaços públicos de lazer para a manutenção da qualidade de vida. Os espaços públicos são também importantes para o exercício da democracia, fortalecendo a sociabilidade urbana e as interações sociais, permitindo que as pessoas exerçam a cidadania no espaço urbano por meio da civilidade. A tese tem como objetivo analisar a dinâmica socioespacial de praças e parques de Limeira, importante cidade média do interior paulista. Os espaços públicos foram analisados sob a ótica da produção do espaço, em sua relação dialética entre dominação e apropriação, tomando como referência o conceito de lugar para melhor entendimento das complexas relações sociais que se estabelecem nesses espaços da cidade. O método dialético foi utilizado por favorecer a compreensão da realidade socioespacial de maneira crítica, revelando as possíveis contradições e conflitos presentes na produção do espaço urbano. A pesquisa dos espaços públicos pela abordagem geográfica permitiu analisar de modo efetivo tanto a materialidade das praças e parques como a dinâmica social presente nesses lugares. A privatização dos espaços de lazer, a violência urbana e a carência de infraestrutura nos espaços públicos são os principais fatores que contribuem para a redução da sociabilidade urbana. Observa-se que o processo de produção do espaço público em Limeira ocorre de modo desigual, já que o poder público prioriza determinados espaços da cidade em detrimento de outros. Os bairros populares possuem grande carência de praças e parques com infraestrutura satisfatória para o lazer. Já nos bairros onde residem as camadas mais abastadas, os espaços públicos possuem boa manutenção pelo poder público, embora sejam vazios de interação social. As formas de apropriação dos espaços públicos são bastante diferentes no espaço urbano e variam principalmente em função das diferenças socioeconômicas verificadas nos bairros onde se situam. O planejamento e a gestão urbana comprometida com mais justiça social e com a melhoria da qualidade de vida são fundamentais para garantir uma maior apropriação dos espaços públicos pela sociedade. Para isso, é fundamental que o poder público abra possibilidades de maior participação social na gestão das cidades. Por meio de um quadro síntese foi apresentada uma tipologia dos espaços públicos em cidades médias, que pode favorecer melhor compreensão desses espaços e subsidiar políticas públicas voltadas à sua maior apropriação. Espera-se que os espaços públicos sejam mais apropriados pela sociedade, para que justifiquem sua existência como local de práticas socioespaciais significativas na manutenção da vida pública nas cidades médias.

## PALAVRAS CHAVE

- Dominação do espaço público;
- Apropriação do espaço público;
- Sociabilidade urbana;
- Planejamento urbano;
- Gestão urbana.

## **ABSTRACT**

Due to the intense urbanization process verified in Brazil during the last decades, cities have continuously presented the need of creating leisure public spaces in order to maintain quality of life. Public spaces are also important to exercising democracy, strengthening urban sociability and social interactions, which allow people to exercise citizenship in an urban space through civility. The objective of this thesis is to analyze the socio-spatial dynamics of plazas and parks in Limeira, a mid-sized city in the state of São Paulo. Public spaces were analyzed concerning the production of the space in its dialectical relationship between domination and appropriation, having as reference the concept of place for a better understanding of the complex social relations that are established in these spaces within the city. The dialectical method was used because it favors the comprehension of the socio-spatial reality in a critical way, revealing possible contradictions and conflicts present in the urban space production. The research on public spaces using the geographic approach led to an effective analysis on the materiality of plazas and parks as well as on the social dynamics present at these places. The privatization of leisure spaces, urban violence and the lack of infrastructure in public spaces are the main factors that contribute to the reduction of urban sociability. It is observed that the process of public space production in Limeira follows an unequal pattern, given that the government prioritizes some spaces in detriment of others. On the one hand, popular neighborhoods are clearly missing satisfactory infrastructure for leisure activities in plazas and parks. On the other hand, in neighborhoods where wealthier residents live, the government provides good maintenance for public spaces, although they have no social interaction. The forms of public spaces appropriation are very different in the urban setting and vary mainly according to socio-economic differences verified in neighborhoods where they are located. Urban planning and management committed to an increased social justice and the improvement of quality of life are essential to guarantee a greater appropriation of the public spaces for the society. Therefore, it is fundamental that the government opens up possibilities for a greater social participation in the management of the cities. A summary table was used to present the typology of public spaces in mid-sized cities, which can favor a better understanding of such spaces as well as subsidize public policies toward their increased use. It is expected that public spaces become more appropriate by the society, so that its existence will be justified as the place for meaningful socio-spatial practices in the maintenance of the public life in mid-sized cities.

## **KEY-WORDS**

- Domination of the public space;
- Appropriation of the public space;
- Urban sociability;
- Urban planning;
- Urban management.



## LISTA DE CARTAS IMAGEM

Carta imagem 1 - Localização das áreas de estudo em Limeira .....	49
Carta imagem 2 - Localização dos setores censitários utilizados na pesquisa.....	55
Carta imagem 3 - Localização do Parque da Cidade .....	151
Carta imagem 4 - Localização do Parque do Lago .....	158
Carta imagem 5 - Localização da Praça Toledo Barros .....	165
Carta imagem 6 - Localização da Praça Dr. Luciano Esteves.....	181
Carta imagem 7 - Localização do Largo da Boa Morte .....	186
Carta imagem 8 - Localização da Praça Rosa Granzoto Rosada .....	191
Carta imagem 9 - Localização da Praça João Soares Pompeu .....	195
Carta imagem 10 - Localização da Praça Camilo Ferrari.....	201
Carta imagem 11 - Localização da Praça Maestro Antônio Pellegrini .....	203
Carta imagem 12 - Localização da Praça Francisco de Paula Lopes.....	207
Carta imagem 13 - Localização da Praça Carlos Augusto Catapani .....	211
Carta imagem 14 - Localização da Praça Maria Aparecida Otani .....	214

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Shopping Center Limeira: na época de sua construção.....	93
Foto 2 - Monitoramento de vídeo no espaço público.....	143
Foto 3 - Parque da Cidade: infraestrutura para realizar eventos .....	152
Foto 4 - Parque da Cidade: ginástica promovida por planos de saúde .....	152
Foto 5 - Parque da Cidade: baias dos cavalos na Hípica Municipal .....	153
Foto 6 - Parque da Cidade: cavalo e caminhões para transporte dos animais.....	153
Foto 7 - Parque da Cidade: apresentação da Orquestra Sinfônica de Limeira.....	154
Foto 8 - Parque da Cidade: observadores da Orquestra Sinfônica .....	154
Foto 9 - Parque do Lago: infraestrutura melhorada com cobrança popular.....	159
Foto 10 - Parque do Lago: evento nas férias de julho .....	160
Foto 11 - Parque do Lago: interação social e grande presença de crianças .....	161
Foto 12 - Parque do Lago: local de encontro .....	162
Foto 13 - Parque do Lago: famílias passeando no fim de tarde .....	162
Foto 14 - Praça Toledo Barros: jardins .....	166
Foto 15 - Praça Toledo Barros: bar da gruta.....	167
Foto 16 - Praça Toledo Barros: mesas do bar da gruta.....	167
Foto 17 - Praça Toledo Barros: feira de artesanato aos sábados .....	168
Foto 18 - Praça Toledo Barros: comércio de artesanato .....	168
Foto 19 - Praça Toledo Barros: exposição de carros antigos .....	169
Foto 20 - Praça Toledo Barros: música e diversidade de interações sociais.....	169
Foto 21 - Praça Toledo Barros: interação social .....	170
Foto 22 - Praça Toledo Barros: manhã com música no coreto .....	170
Foto 23 - Praça Toledo Barros: político em campanha .....	171
Foto 24 - Praça Toledo Barros: roda de capoeira .....	171
Foto 25 - Praça Toledo Barros: atuação de evangélicos.....	172
Foto 26 - Praça Toledo Barros: Teatro Vitória.....	173
Foto 27 - Praça Toledo Barros: Festival Nacional de Teatro .....	173

Foto 28 - Praça Toledo Barros: lugar do diálogo.....	174
Foto 29 - Praça Toledo Barros: trabalho e descanso .....	174
Foto 30 - Praça Toledo Barros: co-presença de diferentes gerações.....	175
Foto 31 - Praça Toledo Barros: comemoração do campeonato de futebol.....	175
Foto 32 - Praça Toledo Barros: comemoração de futebol ao anoitecer.....	176
Foto 33 - Praça Toledo Barros: colecionadores trocando figurinhas .....	176
Foto 34 - Praça Toledo Barros: manifestação política.....	177
Foto 35 - Praça Toledo Barros: lugar de passagem.....	178
Foto 36 - Praça Toledo Barros: lugar de passeio .....	178
Foto 37 - Praça Dr. Luciano Esteves: fonte com catedral ao fundo.....	179
Foto 38 - Praça Dr. Luciano Esteves: vista panorâmica.....	180
Foto 39 - Praça Dr. Luciano Esteves: lugar de passagem .....	182
Foto 40 - Praça Dr. Luciano Esteves: beleza natural .....	182
Foto 41 - Praça Dr. Luciano Esteves: jardins bem cuidados .....	183
Foto 42 - Praça Dr. Luciano Esteves: carência de bancos.....	183
Foto 43 - Praça Dr. Luciano Esteves: comércio de artesanato.....	184
Foto 44 - Largo da Boa Morte: Igreja Nossa Senhora da Boa Morte.....	185
Foto 45 - Largo da Boa Morte: interior da Igreja.....	185
Foto 46 - Largo da Boa Morte: Palacete Levy ao seu lado .....	187
Foto 47 - Largo da Boa Morte: semivazio em dias comuns.....	188
Foto 48 - Largo da Boa Morte: lotado em dias de festa.....	188
Foto 49 - Largo da Boa Morte: dinamismo social em dias festivos.....	189
Foto 50 - Largo da Boa Morte: geralmente pouco frequentado .....	189
Foto 51 - Praça Rosa Granzoto Rosada: jogos entre idosos.....	192
Foto 52 - Praça Rosa Granzoto Rosada: espaço para sediar festas.....	193
Foto 53 - Praça Rosa Granzoto Rosada: Carnaval na Praça .....	194
Foto 54 - Praça Rosa Granzoto Rosada: brinquedos em dia de festa.....	194
Foto 55 - Praça João Soares Pompeu: menor dinamismo diurno .....	196
Foto 56 - Praça João Soares Pompeu: fonte de água em funcionamento.....	196
Foto 57 - Praça João Soares Pompeu: comércio de alimentos e interação social .....	197
Foto 58 - Praça João Soares Pompeu: maior dinamismo noturno .....	197
Foto 59 - Praça João Soares Pompeu: mesas e cadeiras sobre a praça .....	198
Foto 60 - Praça Camilo Ferrari: simples mobiliário urbano.....	202
Foto 61 - Praça Camilo Ferrari: amplo espaço com baixa apropriação .....	202
Foto 62 - Praça Maestro Antônio Pellegrini: vasta área e pouca sociabilidade .....	204
Foto 63 - Praça Maestro Antônio Pellegrini: barras de flexão .....	204
Foto 64 - Praça Francisco de Paula Lopes: grande escorregador de concreto .....	208
Foto 65 - Praça Francisco de Paula Lopes: pista de skate .....	208
Foto 66 - Praça Francisco de Paula Lopes: grama cortada e poucas árvores .....	209
Foto 67 - Praça Francisco de Paula Lopes: convívio social .....	210
Foto 68 - Praça Francisco de Paula Lopes: ponte sem iluminação noturna .....	210
Foto 69 - Praça Carlos Augusto Catapani: pistas de skate .....	212
Foto 70 - Praça Carlos Augusto Catapani: descaso com a manutenção.....	213
Foto 71 - Praça Carlos Augusto Catapani: interação social mesmo com grama alta .....	213
Foto 72 - Praça Maria Aparecida Otani: simples mobiliário urbano .....	215
Foto 73 - Praça Maria Aparecida Otani: crianças brincando .....	216

Foto 74 - Praça Maria Aparecida Otani: brinquedos de madeira.....	216
Foto 75 - Praça Maria Aparecida Otani: encontro de idosos.....	217
Foto 76 - Praça Maria Aparecida Otani: usuários de drogas.....	217
Foto 77 - Interação social em mesa sem bancos.....	234
Foto 78 - Boa iluminação na principal praça da cidade.....	235
Foto 79 - Má conservação dos brinquedos em madeira.....	236
Foto 80 - Barras de flexão subutilizadas.....	239
Foto 81 - Academias ao ar livre em São José dos Campos.....	239

#### LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Limeira.....	20
Figura 2 - Aglomerações e centros urbanos do Estado de São Paulo.....	22
Figura 3 - Rede urbana de Campinas.....	24
Figura 4 - Expansão urbana de Limeira.....	40
Figura 5 - Dominação do espaço: pedestres fora da prioridade municipal.....	79
Figura 6 - Dominação do espaço: desapropriação pelo poder municipal.....	80
Figura 7 - Localização do viaduto recentemente construído.....	81
Figura 8 - Anel Viário: necessidade de passarelas.....	81
Figura 9 - Descaso com o espaço público.....	85
Figura 10 - Problema em praça no centro da cidade.....	85
Figura 11 - População cobra limpeza em praça.....	85
Figura 12 - Tentativa de diminuir a calçada.....	87
Figura 13 - Shopping Nações Limeira: perspectiva ilustrada em anúncio publicitário.....	93
Figura 14 - Medo no condomínio e o mercado da segurança.....	97
Figura 15 - Constantes atrasos nas obras do novo zoológico.....	112
Figura 16 - Má gestão compromete os espaços públicos.....	112
Figura 17 - Indefinição na abertura do parque.....	113
Figura 18 - Cultura do medo: o trânsito como ameaça I.....	140
Figura 19 - Cultura do medo: o trânsito como ameaça II.....	141
Figura 20 - Cultura do medo: a violência no bairro.....	141
Figura 21 - Usuário do espaço público.....	145
Figura 22 - A falta de policiamento e o recuo da sociabilidade.....	147

#### LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição do PIB municipal por setores econômicos.....	27
Gráfico 2 - Evolução da população em Limeira.....	38
Gráfico 3 - Aumento da população de Limeira em relação à década anterior.....	39
Gráfico 4 - Aumento da frota de veículos em Limeira.....	82
Gráfico 5 - Principais carências apontadas nas oficinas.....	110
Gráfico 6 - Principais problemas apontados nas assembleias do Orçamento Participativo de Limeira.....	117
Gráfico 7 - Parques urbanos: rendimento domiciliar per capita.....	157
Gráfico 8 - Praças centrais: rendimento domiciliar per capita.....	164

Gráfico 9 - Praças com dinamismo eventual: rendimento domiciliar per capita .....	190
Gráfico 10 - Praças semivazias: rendimento domiciliar per capita .....	199
Gráfico 11 - Praças carentes: rendimento domiciliar per capita .....	206
Gráfico 12 - Frequência dos usuários aos espaços públicos.....	220
Gráfico 13 - Frequência dos usuários nos períodos do dia .....	221
Gráfico 14 - Atribuição da manutenção dos espaços públicos .....	222
Gráfico 15 - Uso do centro da cidade.....	222
Gráfico 16 - Frequência ao centro da cidade .....	223
Gráfico 17 - Uso do shopping center.....	223
Gráfico 18 - Frequência ao shopping center .....	224
Gráfico 19 - Comportamento no espaço público .....	225
Gráfico 20 - Estado de conservação dos espaços públicos .....	226
Gráfico 21 - Principais carências nos espaços públicos.....	226
Gráfico 22 - Fatores que limitam a frequência ao espaço público .....	227
Gráfico 23 - Locais mais utilizados para o lazer .....	228
Gráfico 24 - Principais meios de deslocamento na cidade .....	228

#### LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de questionários aplicados em cada espaço público .....	52
Quadro 2 - Variáveis de renda no censo do IBGE .....	53
Quadro 3 - Setores censitários do IBGE utilizados na pesquisa .....	54
Quadro 4 - Evolução das funções das praças brasileiras.....	71
Quadro 5 - Quadro síntese da tipologia de espaços públicos .....	250

#### LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação de Limeira no PIB do Estado de São Paulo .....	28
Tabela 2 - Agropecuária: participação de Limeira no PIB do Estado.....	29
Tabela 3 - Produção agrícola no município de Limeira .....	30
Tabela 4 - Indústria: participação de Limeira no PIB do Estado .....	31
Tabela 5 - Serviços: participação de Limeira no PIB do Estado .....	35
Tabela 6 - Renda per capita (em reais correntes).....	37
Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM.....	37
Tabela 8 - Distribuição da população em Limeira .....	38
Tabela 9 - Aumento da criminalidade em Limeira .....	138

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	15
<b>CAPÍTULO I: CONSIDERAÇÕES INICIAIS DA PESQUISA .....</b>	<b>20</b>
1.1. Limeira como cidade média.....	20
1.2. Aspectos econômicos do município de Limeira.....	26
1.3. A Geografia Urbana de Limeira.....	38
1.4. Metodologia da pesquisa.....	45
1.5. Procedimentos técnicos .....	48
<b>CAPÍTULO II: O ESPAÇO PÚBLICO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>56</b>
2.1. A (re)produção do espaço .....	74
2.2. Lógicas de dominação do espaço público.....	77
2.2.1. A intervenção política na cidade .....	77
2.2.2. A acumulação de capital no espaço urbano.....	89
2.3. Planejamento urbano e gestão do espaço público.....	99
<b>CAPÍTULO III: APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO .....</b>	<b>120</b>
3.1. A sociabilidade urbana como princípio de cidadania.....	128
3.2. O recuo da sociabilidade nos espaços públicos.....	130
3.3. Violência urbana e o declínio do espaço público.....	137
<b>CAPÍTULO IV: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EM LIMEIRA.....</b>	<b>150</b>
4.1. Os parques urbanos e suas contradições .....	150
4.2. Contrastes nas praças centrais .....	163
4.3. O dinamismo eventual das praças .....	190
4.4. Praças semivazias em bairros de classe média.....	198
4.5. Praças carentes em bairros populares .....	205
<b>CAPÍTULO V: POR UM ESPAÇO PÚBLICO APROPRIADO.....</b>	<b>219</b>
5.1. Mobiliário urbano para maior apropriação dos espaços públicos.....	229
5.2. Relações sociais para maior apropriação dos espaços públicos .....	241
5.3. Quadro síntese da tipologia de espaços públicos .....	249

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	251
REFERÊNCIAS .....	254
APÊNDICE A - Questionário da pesquisa.....	261
APÊNDICE B - Dados obtidos com a aplicação dos questionários.....	262
APÊNDICE C - Rendimento mensal domiciliar per capita .....	275

## INTRODUÇÃO

Diante do intenso processo de urbanização ocorrido no Brasil e da carência de espaços públicos de lazer em muitas cidades, torna-se necessário o desenvolvimento de pesquisas que contribuam para a análise das transformações socioespaciais e suas determinações na criação ou consolidação de espaços públicos urbanos no país.

Ao longo da história, os espaços públicos passaram por significativas transformações socioespaciais decorrentes dos novos papéis que praças e parques tiveram nas cidades. Entretanto, o caráter social que esses espaços possuem se manteve e torna-se hoje indispensável para a compreensão da vida nas cidades.

Na presente pesquisa, o espaço público é entendido como o local de manifestação pública da sociabilidade urbana, lugar das mais diversas interações sociais e de diferentes formas de uso e apropriação. Assim, o espaço público é o lugar da cidade onde as pessoas interagem baseando-se em normas estabelecidas pelo contrato social, que devem considerar o respeito às diferentes formas de apropriação desse espaço, por meio de um comportamento baseado na civilidade.

O referencial teórico-metodológico do trabalho baseia-se no conceito de produção de espaço, proposto por Henri Lefebvre, que considera o espaço como condição, meio e produto da reprodução das relações sociais.

A reprodução das relações sociais nas praças e parques da cidade constitui importante elemento da produção do espaço urbano, sendo necessário o entendimento de suas dinâmicas socioespaciais para melhor compreensão da vida nas cidades. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica socioespacial dos espaços públicos de lazer, tomando como estudo de caso doze praças e parques da cidade de Limeira-SP.

O trabalho teve como hipótese a existência de uma produção desigual do espaço urbano em Limeira, com ocorrência de segregação socioespacial dos espaços públicos na cidade. Observa-se essa segregação por meio de diferentes contradições socioespaciais, como a difusão de loteamentos fechados destinados à parcela da população de maior poder aquisitivo, enquanto as camadas populares ocupam bairros com precária infraestrutura, e na maior parte das vezes, com espaços de lazer sem a devida atenção do poder público.

Limeira passou por um expressivo crescimento urbano nas últimas décadas, resultando na ampliação e diversificação dos setores secundário e terciário de sua economia. Essa expansão urbana culminou com a criação de extensos loteamentos destinados às camadas populares, sem que os equipamentos de lazer pudessem acompanhar esse crescimento.

O espaço público passa por uma situação comum aos espaços urbanos, que é a redefinição de suas espacialidades, uma vez que as dinâmicas socioespaciais contribuem para que as áreas urbanas tenham novos usos e funções ao longo da história. Algumas mudanças na forma de organização do espaço público, que priorizam a reprodução do capital em detrimento de uma apropriação efetiva do espaço, representam uma ameaça à vida democrática e ao exercício da cidadania.

A manutenção dos espaços públicos é fundamental para a vida democrática nas cidades, por meio de práticas socioespaciais de respeito às múltiplas formas de apropriação desses espaços. Assim, defendemos a tese de que o planejamento urbano e a gestão urbana devem favorecer uma maior apropriação de praças e parques da cidade por meio de políticas públicas que considerem os diferentes anseios da sociedade na reprodução de sua vida cotidiana.

Baseando-se na obra lefebvriana, considera-se a relação indissociável entre dominação e apropriação do espaço para melhor compreensão da dinâmica socioespacial que envolve as praças e parques de Limeira.

A dominação do espaço ocorre predominantemente com a atuação do Estado e de grupos hegemônicos da sociedade que buscam controlar a cidade de acordo com seus interesses, por meio de estratégias políticas e da normatização, favorecendo a reprodução do espaço como valor de troca.

A apropriação se dá pela reprodução da vida cotidiana, pelo uso do espaço urbano para realização de atividades que permitem o sentimento de identidade com aquele lugar, favorecendo a reprodução do espaço como valor de uso. Com a apropriação do espaço, a vida cotidiana que se desenvolve em praças e parques da cidade favorece laços de identidade e pertencimento dos usuários com os espaços públicos.

A análise dos espaços públicos aqui empreendida leva em consideração três diferentes níveis de realidade: o da dominação política, o da acumulação do capital, e o da realização da vida humana (CARLOS, 2001).



A dominação política refere-se principalmente à atuação do Poder Público na cidade para contemplar, de modo prioritário, os interesses de grupos influentes em detrimento das camadas populares que demandam a ação do Estado para realização de suas necessidades elementares, como transporte, moradia, trabalho e lazer. Ao compreender esse nível de realidade na produção do espaço urbano pode-se avaliar como o Poder Público administra os espaços públicos de lazer.

A acumulação do capital está relacionada às estratégias dos agentes urbanos, como os empreendedores imobiliários, que atuam na cidade para ampliar a reprodução do capital, com a criação de vazios urbanos para especulação imobiliária, a difusão dos condomínios fechados e a disseminação do lazer em espaços privados, como no *shopping center*. A análise desse nível de realidade é fundamental para o entendimento das novas relações que parte da sociedade tem com os espaços públicos de lazer.

A realização da vida humana está voltada à reprodução das relações sociais de produção por meio da apropriação do espaço, sobretudo com o corpo e seus sentidos, por meio de diversas formas de uso do espaço urbano pela sociedade em sua vida cotidiana. É nesse nível que o trabalho busca analisar as diferentes formas de apropriação e uso dos espaços públicos pelos seus usuários.

Esses três níveis de realidade (dominação política; acumulação do capital; realização da vida humana) foram analisados sob a perspectiva dialética, para melhor entendimento da multiplicidade de relações socioespaciais que se estabelecem no espaço público.

Entendemos que o referencial teórico-metodológico é o embasamento fundamental de qualquer pesquisa científica. E se tratando de uma tese de cunho socioespacial, concordamos com Demo (1985, p. 85) que considera a dialética “a metodologia mais correta para as ciências sociais, porque é aquela que, sem deixar de ser lógica, demonstra sensibilidade pela face social dos problemas”.

A análise geográfica do espaço público pode favorecer a construção de uma realidade social menos injusta e desigual. Os diferentes pontos de vista e discussões sobre o conceito de espaço público, surgidos nas últimas décadas, evidenciam que essa categoria de análise pode contribuir para uma melhor compreensão da dinâmica socioespacial das cidades. Busca-se neste trabalho colaborar com essas questões, favorecendo uma análise crítica da importância desses espaços na manutenção da vida pública e democrática nas cidades.

É válido ressaltar que o espaço público continua a ser fundamental para a vida nas cidades. Embora estejam em curso processos socioespaciais relacionados ao esvaziamento de alguns espaços públicos, isso não significa sua extinção. Muito pelo contrário, as praças e parques podem adquirir novas funções comprometidas com o bem estar social se houver um maior engajamento da sociedade nas políticas públicas voltadas à gestão desses espaços. O espaço público é dinâmico e encontra-se em permanente transformação socioespacial, portanto, procura-se evitar nesta tese a nostalgia comumente relacionada aos espaços públicos do passado, como se aquele tempo pretérito pudesse ser resgatado na contemporaneidade.

Espera-se que o presente trabalho possa favorecer um maior entendimento da dinâmica socioespacial dos espaços públicos em cidades médias, tendo em vista que a maior parte dos estudos realizados sobre esses espaços tomam as grandes metrópoles como objeto de análise. Vislumbra-se que a pesquisa possa subsidiar políticas públicas relacionadas à gestão dos espaços públicos de modo a favorecer sua maior apropriação pela sociedade.

No capítulo inicial realiza-se uma contextualização da pesquisa por meio de considerações sobre a realidade socioespacial do município de Limeira, entendida como uma importante cidade média do interior paulista. Trata-se do dinamismo econômico do município no momento presente, bem como dos principais elementos relacionados à estruturação urbana de Limeira. Em seguida se faz breve análise da metodologia e dos procedimentos técnicos que embasaram a pesquisa.

O segundo capítulo versa sobre o espaço público no mundo contemporâneo, por meio da apresentação dos pressupostos teóricos que alicerçaram o entendimento da natureza pública desse objeto de pesquisa. Recupera-se o papel histórico das praças e parques no Brasil e destaca-se o conceito de produção do espaço proposto por Henri Lefebvre. Adiante, discute-se o papel de dominação do espaço que se manifesta pela intervenção política e pela acumulação de capital na cidade. Em seguida, considera-se o planejamento urbano e a gestão do espaço público como instrumentos que podem proporcionar maior justiça social nas cidades e analisa-se brevemente a legislação urbana em Limeira com seus desdobramentos práticos.

A análise realizada no terceiro capítulo trata da apropriação do espaço público e leva em consideração as práticas sociais que se desenvolvem na vida cotidiana,

tomando o conceito de lugar para melhor compreensão das relações sociais presentes no espaço público. A questão da sociabilidade urbana e as ameaças que passam os espaços públicos na contemporaneidade são tratadas por meio de uma análise dos problemas relacionados à violência urbana e ao recuo da sociabilidade.

A produção do espaço público em Limeira é apresentada no quarto capítulo por meio da análise da dinâmica socioespacial das praças e parques selecionados na pesquisa. Esses espaços foram agrupados com base em uma tipologia criada pelo autor, avaliando características semelhantes relacionadas ao contexto geográfico e aos diferentes níveis de sociabilidade urbana. A análise desses espaços levou em consideração a reprodução da vida cotidiana, sob a lógica indissociável de dominação e apropriação.

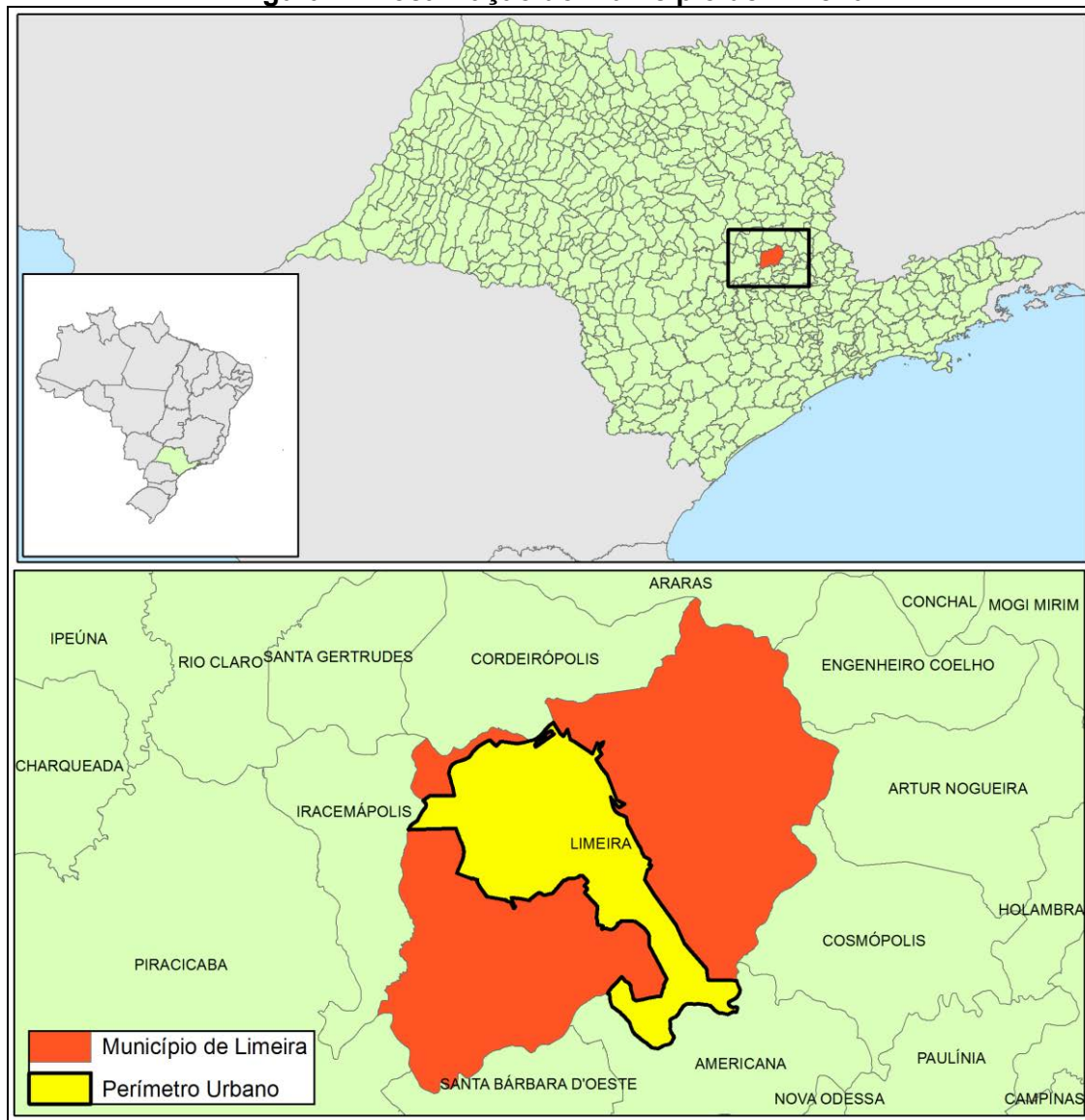
No último capítulo discutem-se as diferentes formas de apropriação das praças e parques de Limeira, com base em observações de campo e nos questionários respondidos pelos usuários desses espaços. Posteriormente, apresenta-se a problemática relacionada ao mobiliário urbano e sugerem-se intervenções na materialidade e nas práticas sociais desses espaços que podem fomentar sua maior apropriação pela sociedade.

## CAPÍTULO I: CONSIDERAÇÕES INICIAIS DA PESQUISA

### 1.1. Limeira como cidade média

O município de Limeira, com área total de 581 km<sup>2</sup>, localiza-se na porção centro-leste do Estado de São Paulo e faz divisa com os municípios de Cordeirópolis e Araras, ao Norte; Engenheiro Coelho, Artur Nogueira e Cosmópolis, ao Leste; Americana e Santa Bárbara do Oeste, ao Sul; Piracicaba e Iracemápolis, ao Oeste (figura 1).

**Figura 1 - Localização do município de Limeira**



Fonte: Google Map e Esri (sem escala). Adaptado pelo autor.

Limeira é uma típica cidade média do interior paulista, estabelecendo significativas relações com as cidades que compõem sua hinterlândia. Essa integrada rede urbana é favorecida pela robusta estrutura rodoviária da região, com a presença de importantes rodovias no cenário estadual que, embora privatizadas, asseguram excelentes condições de tráfego se comparadas à realidade nacional. Assim, passam pelo município as rodovias Bandeirantes (SP-348), Washington Luís (SP-310), Anhanguera (SP-330) e outras de menor porte, mas com expressiva circulação de veículos, como a rodovia SP-147, chamada Rodovia Deputado Laércio Corte (entre Limeira e Piracicaba) e rodovia Engenheiro José Tosello (entre Limeira e Mogi Mirim).

Para melhor gestão do território, o Estado de São Paulo divide-se em 15 Regiões Administrativas, sendo Limeira localizada na Região Administrativa de Campinas. As regiões administrativas são subdivididas em Regiões de Governo e Limeira é a sede de sua Região de Governo, que abrange os seguintes municípios: Araras, Conchal, Cordeirópolis, Iracemópolis, Leme, Limeira, Pirassununga, Santa Cruz da Conceição.<sup>1</sup>

Limeira é uma importante cidade do estado de São Paulo sob o ponto de vista econômico-industrial. A cidade passou por expressivo crescimento urbano nas últimas décadas, favorecendo a expansão da área urbana sem que os equipamentos de lazer pudessem acompanhar esse crescimento, principalmente em extensos loteamentos destinados a camadas populares.

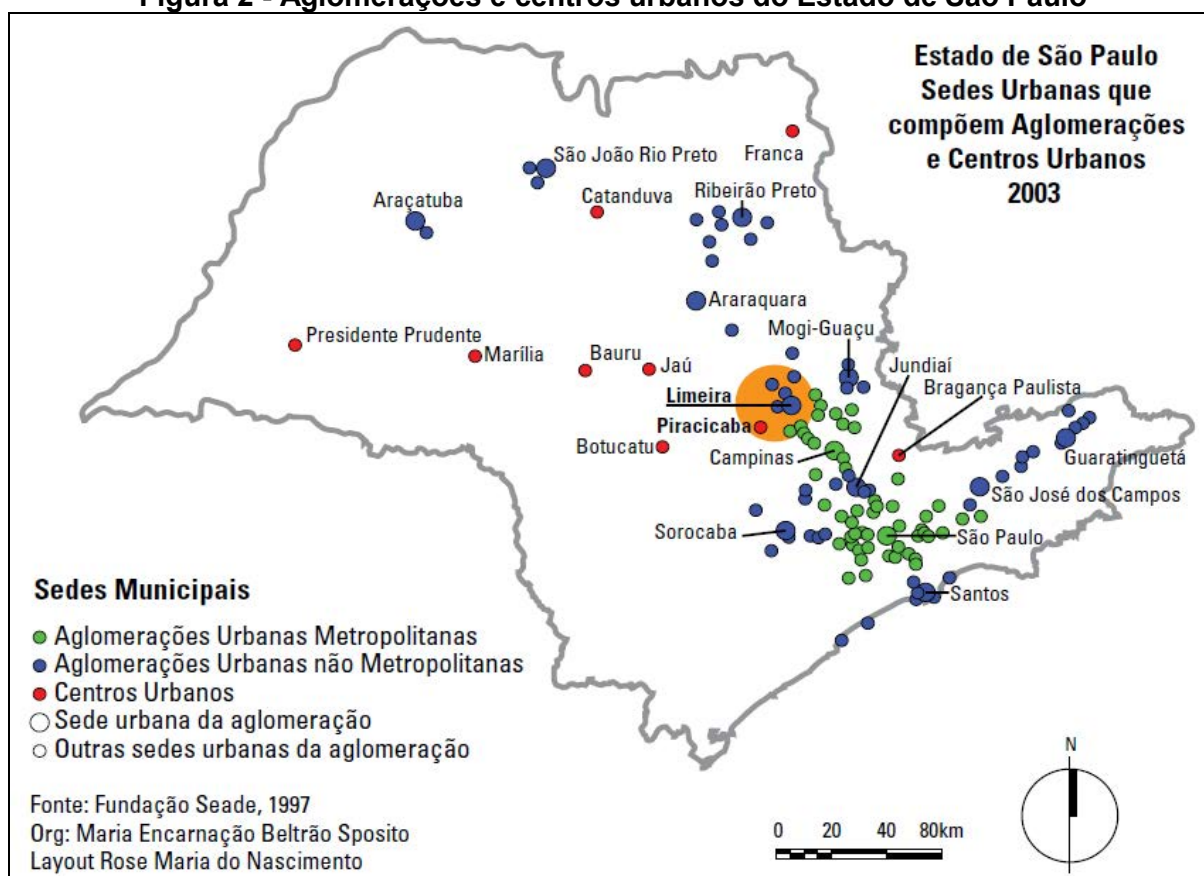
De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), o município de Limeira possui uma população de 276.022 habitantes. Fazendo parte da Região Administrativa de Campinas, Limeira mantém importantes relações com as cidades dessa região. Assim, Limeira deve ser compreendida como cidade média por uma conjugação de fatores, não apenas devido ao número de sua população absoluta, mas também devido ao seu claro papel intermediário entre as cidades menores da região com as metrópoles Campinas e São Paulo.

---

<sup>1</sup> A Região Administrativa de Campinas foi criada pelo Decreto Estadual nº 52.576, de 12 de dezembro de 1970 e a Região de Governo de Limeira foi criada pelo Decreto Estadual nº 22.970, de 29 de novembro de 1984.

O município faz parte da aglomeração urbana de Limeira/Rio Claro, formada por um conjunto articulado de seis municípios<sup>2</sup> que possuem uma integração funcional que ainda não é complexa, embora tenham grande articulação e uma população, em conjunto, de 585 mil habitantes (IPEA/IBGE/UNICAMP/SEADE, 2002). Assim, Limeira é integrante de uma aglomeração urbana não metropolitana e faz limite com a Região Metropolitana de Campinas, composta por 19 municípios (figura 2).

**Figura 2 - Aglomerações e centros urbanos do Estado de São Paulo**



Fonte: Sposito (2004) apud Queiroz (2012, p. 39)

As cidades médias, de modo geral, são entendidas como aquelas que possuem elevado crescimento econômico e conseqüentemente maior demanda por mão de obra. Esse dinamismo econômico atrai parte da população de grandes e pequenos centros urbanos que buscam oportunidades de emprego e melhores condições de vida. Se comparados com as metrópoles, os menores índices de violência, poluição e congestionamento das cidades médias atraem aqueles que

<sup>2</sup> Os municípios integrantes dessa aglomeração urbana são Limeira, Rio Claro, Araras, Leme, Itacemópolis e Cordeirópolis.

buscam mais qualidade de vida sem dispor de uma boa rede de serviços. A cidade média oferece cada vez mais serviços especializados que antes só eram encontrados nas grandes cidades. Assim, a cidade média tem um papel de centralidade na rede urbana, servindo boa parte da população que habita sua região de influência.

Amorim Filho (1976) destaca que para a conceituação de uma cidade média, torna-se necessária a presença dos seguintes atributos:

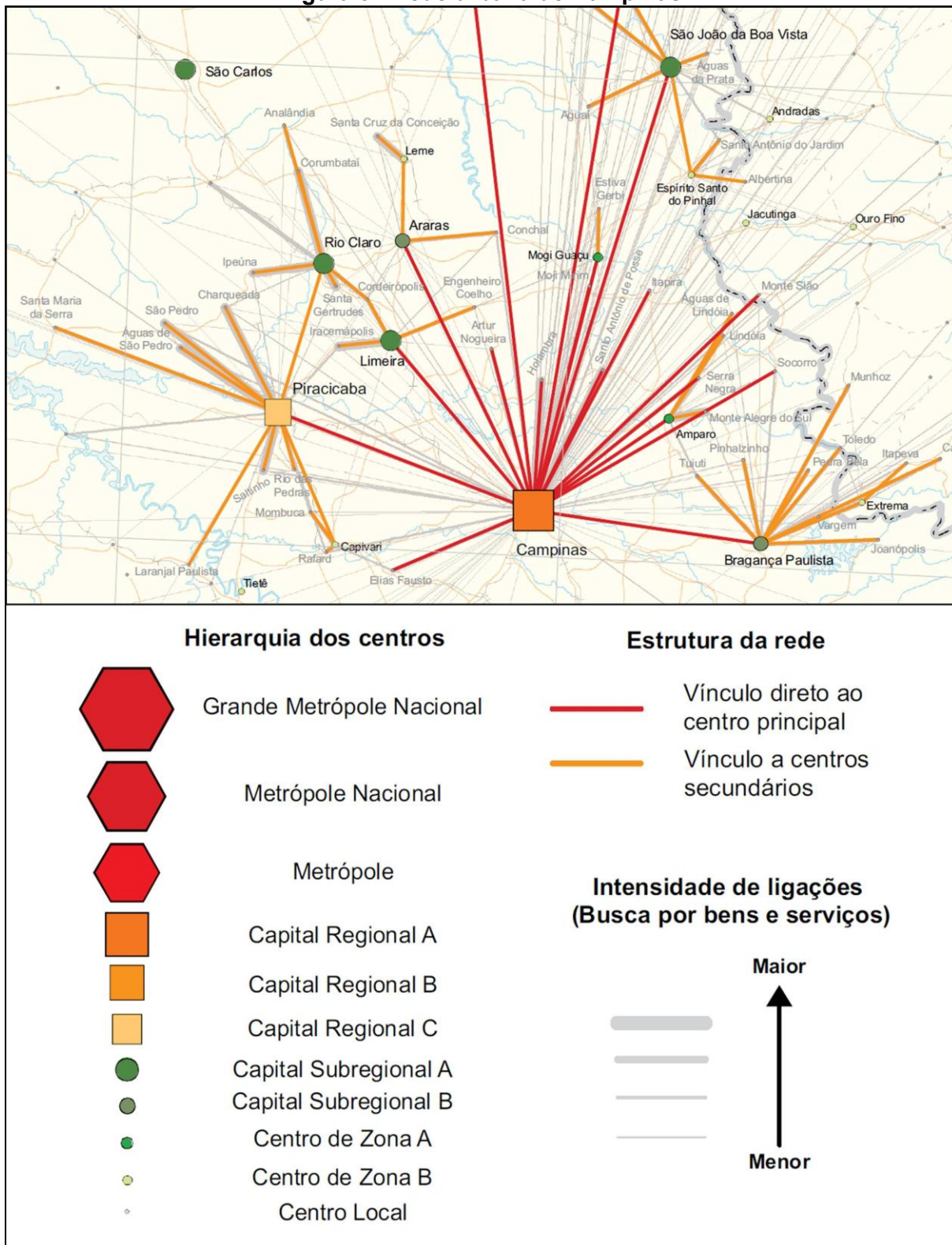
- interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;
- tamanho demográfico e funcional suficientes para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços aos espaço microrregional a elas ligado;
- capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, através do oferecimento de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas;
- condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que as envolve;
- diferenciação do espaço intra-urbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, através da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos;
- aparecimento, embora evidentemente em menor escala, de certos problemas semelhantes aos das grandes cidades, como por exemplo, a pobreza das populações de certos setores urbanos. (AMORIM FILHO, 1976, p.7-8)

Limeira possui diversificada rede de comércio e serviços, o que lhe garante uma expressiva interação com outras cidades de sua região. De acordo com o estudo denominado *Regiões de Influência das Cidades - REGIC* (IBGE, 2008), as cidades que Limeira possui maior intensidade de ligações são Campinas, entendida como o centro principal, e as cidades menores de Iracemápolis, Cordeirópolis e Engenheiro Coelho. Entretanto, deve-se considerar que existe uma grande interação entre Limeira com os municípios de Piracicaba, Rio Claro, Araras, Artur Nogueira, entre outros, e que mesmo assim esses fluxos não estão representados no estudo do IBGE (figura 3).

Limeira atrai habitantes de municípios vizinhos para realização das mais diversas atividades, mediando relações entre cidades menores (Iracemápolis, Cordeirópolis, Engenheiro Coelho) e Campinas, a metrópole regional. Destaca-se que Engenheiro Coelho, mesmo pertencendo à Região Metropolitana de Campinas, estabelece estreitas relações com Limeira, como pode ser demonstrado no mapa de

fluxos do REGIC, certamente pela proximidade geográfica com a cidade e pelo fácil acesso pela Rodovia Limeira/Mogi-Mirim.

**Figura 3 - Rede urbana de Campinas**



Fonte: IBGE, 2008. *REGIC*, mapa 23 (editado pelo autor, sem escala)



Analisando as cidades médias paulistas, Sposito (2004, p.126) destaca que:

As cidades médias são aquelas que, numa dada divisão territorial do trabalho, são centros regionais importantes, em função de serem elos de ligação entre as cidades maiores e menores. No período atual, no Estado de São Paulo, essas cidades são, de um lado, aquelas nas quais a população das cidades pequenas polarizadas por elas realiza o consumo de bens e serviços necessários a produção e a vida, e são de outro lado, os espaços escolhidos para a localização das grandes empresas comerciais e de serviços que querem atingir um mercado consumidor de poder aquisitivo crescente – o do interior paulista.

Correa (2007, p. 25) salienta que a cidade média deve ser pensada como “um tipo de cidade caracterizado por uma particular combinação de tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intra-urbano”, com a necessidade de contextualização geográfica dessas características, não admitindo a consideração isolada de somente um dos componentes e sim a combinação entre os mesmos.

Considerando a existência desses diferentes elementos entre as cidades médias, Correa (2007) apresenta preliminarmente uma tipologia para essas cidades, com a possibilidade de combinação entre esses tipos ideais de cidades médias. Aproximando a tipologia proposta pelo autor ao contexto geográfico de Limeira, observa-se que Limeira apresenta características de dois tipos ideais, que são:

**Lugar central**, caracterizado por poderosa concentração da oferta dos bens e serviços para uma hinterlândia regional. Neste caso, trata-se do que se convencionou denominar capital regional, foco do comércio varejista e de serviços diversificados, dotado de amplo alcance espacial máximo (range). Na hierarquia urbana situa-se entre a metrópole regional, quem esta subordinada, pois a ela recorre para procurar bens e serviços superiores, ou dela advém os capitais que controlam algumas de suas atividades terciárias, e numerosos centros menores, a quem subordina por meio de suas funções centrais. Possui uma elite comercial.

**Centro de atividades especializadas**. Este tipo de cidade média caracteriza-se pela concentração de atividades que geram interações espaciais a longas distâncias, pois se trata de atividades destinadas ao mercado nacional ou internacional. As interações espaciais regionais são menos importantes. A especialização advém dos esforços de uma elite local empreendedora que, sob condições de competição com outros centros, estabeleceu nichos específicos de atividades que, bem sucedidas, originaram uma especialização produtiva na indústria ou em certos segmentos do setor terciário. A especialização produtiva acaba constituindo o símbolo identitário da cidade e, possivelmente, essas atividades passaram a ser vistas como o resultado de uma ação de toda a cidade. (CORREA, 2007, p. 31, grifos nossos)

Correa (2007) estabelece que o *centro de atividades especializadas* é a melhor tipologia que define uma típica cidade média e ressalta a necessidade de existência de uma elite empreendedora na cidade para fomentar a gestão das atividades econômicas e a acumulação de capital. Para o autor, somente a presença de grandes corporações transnacionais em uma cidade não é suficiente para sua caracterização como uma cidade média. No próximo item, ao analisarmos a atividade industrial em Limeira, são tecidas considerações sobre a presença de empresas locais e transnacionais no município.

## 1.2 Aspectos econômicos do município de Limeira

O município de Limeira participou dos ciclos econômicos mais dinâmicos da de desenvolvimento do Estado de São Paulo. Inicialmente rota dos bandeirantes que adentravam o território paulista, o perfil agroexportador de Limeira teve início com o ciclo da cana-de-açúcar, desenvolvido na região principalmente no início do século XIX, favorecendo a expansão de fazendas canavieiras na região, com uso do trabalho escravo de grupos africanos para produção de açúcar.<sup>3</sup>

Por volta de 1840 a comercialização de açúcar sofreu significativo declínio em função de sua queda de preço no mercado internacional. Devido à conjuntura desfavorável no mercado externo, foram introduzidas as primeiras lavouras de café na Fazenda Ibicaba, de propriedade de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que também senador, tornou-se importante personalidade no contexto histórico nacional.

Com a expansão do cultivo do café pela região, com o objetivo de reestruturar economicamente os fazendeiros locais, teve início o segundo ciclo econômico de grande expressão no município, pautado na lavoura cafeeira. A economia cafeeira passa então a predominar em grandes extensões territoriais, demandando uma quantidade crescente de mão de obra para colheita e processamento do café. Entretanto, as pressões bem sucedidas da Inglaterra para a contenção do tráfico negreiro, juntamente com a grande mortalidade dos escravos, em virtude da precárias condições de vida, resultaram em uma carência de mão de obra para a atividade cafeeira.

---

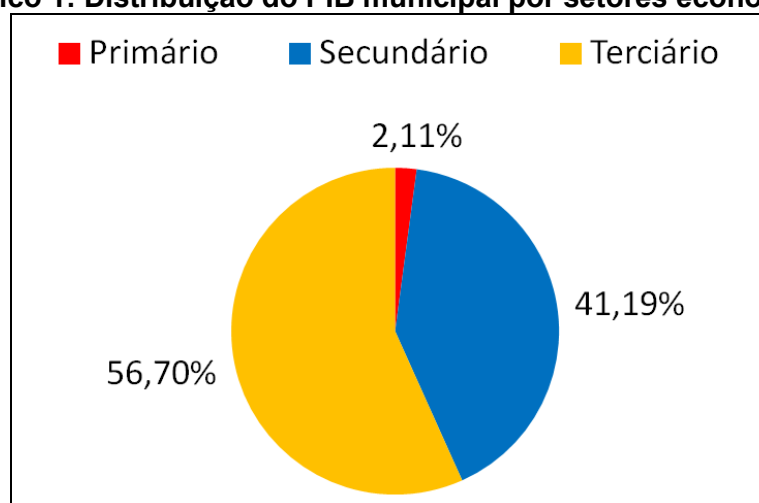
<sup>3</sup> Nesta tese não é de interesse traçar um histórico de ocupação do município desde a sua fundação. Por se tratar de uma área de grande interesse histórico, existe uma vasta gama de trabalhos já desenvolvidos que retratam essa temática, como Busch (1967); Ceron (1968); Fernandes (1972); Favero (1995); Queiroz (2007); Manfredini (2010).

A vinda de imigrantes europeus torna-se então uma alternativa para a crise de abastecimento de mão de obra nas lavouras cafeeiras. Nesse contexto, o Senador Vergueiro tomou a iniciativa de trazer imigrantes europeus para sua fazenda nas cercanias de Limeira. Segundo Prado Junior (2004, p.187), o senador Vergueiro “introduziu na sua fazenda Ibicaba, entre 1847 e 1857, 177 famílias de alemães, suíços, portugueses e belgas”. Limeira foi pioneira na implantação do sistema de trabalho baseado na mão de obra ‘livre’ em substituição ao modelo escravista vigente até aquele momento, por intermédio do sistema de parceria idealizado pelo Senador Vergueiro.

Já no início do século XX, com o declínio da economia cafeeira, o município começa a desenvolver sua atividade industrial, inserindo-se em importante centro industrial do Estado após a Segunda Guerra Mundial, fortalecido com o processo de descentralização industrial da capital e com os investimentos externos ocorridos a partir da década de 1970. Nesse período o perfil econômico do município passa a ser predominantemente industrial, com grande desenvolvimento de agroindústrias processadoras de suco de laranja e de indústrias do setor mecânico-metalúrgico.

Com a modernização e diversificação de suas atividades econômicas no final do século XX, o município consolida-se com um importante centro de comércio e serviços. Atualmente, a economia limeirense tem sua maior participação no setor terciário, que representa 56,7% de toda a riqueza produzida no município. Entretanto, observa-se que sua produção industrial continua a ser bastante expressiva, com 41,19% do PIB (Produto Interno Bruto) do município (gráfico 1).

**Gráfico 1: Distribuição do PIB municipal por setores econômicos**



Fonte: SEADE, 2010.

Limeira encontra-se em uma das regiões mais dinâmicas do território nacional sob o ponto de vista econômico, se beneficiando da proximidade com outros centros urbanos de grande importância no contexto regional e nacional. Em virtude do seu dinamismo econômico, Limeira situa-se em posição privilegiada no ranking estadual do PIB municipal, na 25ª posição dentre os 645 municípios paulistas, com 0,54% de toda a riqueza gerada pelo Estado de São Paulo em 2010 (tabela 1). Dentre os 90 municípios da Região Administrativa de Campinas, o município de Limeira situa-se no ranking abaixo de Campinas, Piracicaba, Louveira, Paulínia, Sumaré e Vinhedo.

**Tabela 1 - Participação de Limeira no PIB do Estado de São Paulo**

Posição	Município	Valor adicionado (em milhões de reais)	Porcentagem (em relação ao Estado)
<b>ESTADO DE SÃO PAULO</b>		<b>1.247.595,93</b>	
1º	São Paulo	443.600,10	35,56%
2º	Guarulhos	37.139,40	2,98%
3º	Campinas	36.688,63	2,94%
4º	Osasco	36.389,08	2,92%
5º	São Bernardo do Campo	35.578,59	2,85%
6º	Barueri	27.752,43	2,22%
7º	Santos	27.616,03	2,21%
8º	São José dos Campos	24.117,14	1,93%
9º	Jundiaí	20.124,60	1,61%
10º	Santo André	17.258,47	1,38%
11º	Ribeirão Preto	17.004,02	1,36%
12º	Sorocaba	16.127,24	1,29%
13º	Diadema	11.254,52	0,90%
14º	São Caetano do Sul	11.009,31	0,88%
15º	Piracicaba	10.931,27	0,88%
16º	Taubaté	9.778,53	0,78%
17º	São José do Rio Preto	8.982,00	0,72%
18º	Louveira	8.914,89	0,71%
19º	Mogi das Cruzes	8.810,33	0,71%
20º	Paulínia	8.114,79	0,65%
21º	Sumaré	7.848,04	0,63%
22º	Bauru	7.423,74	0,60%
23º	Mauá	7.352,09	0,59%
24º	Vinhedo	6.715,43	0,54%
25º	<b>Limeira</b>	<b>6.712,38</b>	<b>0,54%</b>
26º	Americana	6.659,42	0,53%
27º	Hortolândia	6.226,40	0,50%
28º	Cotia	6.212,60	0,50%
29º	Cubatão	6.199,09	0,50%
30º	Matão	5.860,25	0,47%

Fonte: Fundação Seade - PIB Municipal 2010  
Organização: AZEVEDO, R. J. G. (2013)

Embora sua produção agropecuária corresponda a somente 2,11% do PIB municipal, Limeira apresenta uma significativa produção se comparado aos demais municípios paulistas, ocupando a 15ª posição em todo o Estado. Na Região Administrativa de Campinas, o município encontra-se no ranking abaixo somente de Mogi Guaçu, Pirassununga e Aguai (tabela 2).

**Tabela 2 - Agropecuária: participação de Limeira no PIB do Estado**

Posição	Município	Valor adicionado (em milhões de reais)	Porcentagem (em relação ao Estado)
<b>ESTADO DE SÃO PAULO</b>		<b>19.398,38</b>	
1º	Itapetininga	466,35	2,40%
2º	Mogi Guaçu	210,24	1,08%
3º	Barretos	180,64	0,93%
4º	Itapeva	178,94	0,92%
5º	São Miguel Arcanjo	169,37	0,87%
6º	Capão Bonito	168,28	0,87%
7º	Casa Branca	165,36	0,85%
8º	Itápolis	164,19	0,85%
9º	Pirassununga	153,32	0,79%
10º	Jaboticabal	146,83	0,76%
11º	Botucatu	137,08	0,71%
12º	Aguai	134,41	0,69%
13º	Bebedouro	129,36	0,67%
14º	Lençóis Paulista	124,65	0,64%
15º	<b>Limeira</b>	<b>122,48</b>	<b>0,63%</b>
16º	Guaiá	118,13	0,61%
17º	Morro Agudo	116,57	0,60%
18º	Piracicaba	114,65	0,59%
19º	Paranapanema	113,70	0,59%
20º	Miracatu	111,86	0,58%
21º	Buri	111,29	0,57%
22º	Itaberá	109,74	0,57%
23º	Cabrália Paulista	108,47	0,56%
24º	Taquaritinga	108,05	0,56%
25º	São Carlos	106,96	0,55%
26º	Guararapes	103,03	0,53%
27º	Paraguaçu Paulista	102,67	0,53%
28º	Angatuba	99,96	0,52%
29º	Araraquara	97,90	0,50%
30º	Matão	96,08	0,50%

Fonte: Fundação Seade - PIB Municipal 2010  
Organização: AZEVEDO, R. J. G. (2013)

Observa-se em Limeira a concentração da produtividade agrícola no binômio cana-de-açúcar e laranja, em parte pela importância que esses cultivos têm na economia regional desde a primeira metade do século XX. A cana-de-açúcar ocupa a maior parte das terras cultiváveis no município, com cerca de 16.000 hectares, mostrando a relevância do setor sucroalcooleiro na produtividade agrícola (tabela 3). O cultivo da laranja no município encontra-se em declínio há vários anos, já que boa parte da citricultura no Estado se deslocou para as proximidades do município de Bebedouro, na região Norte do Estado de São Paulo.

**Tabela 3 - Produção agrícola no município de Limeira**

Lavoura Permanente	Área plantada	Lavoura Temporária	Área plantada
Laranja	11.250 hectares	Cana-de-açúcar	16.000 hectares
Tangerina	1.200 hectares	Milho	2.500 hectares
Café	373 hectares	Mandioca	100 hectares
Abacate	140 hectares	TOTAL	18.600 hectares
Limão	140 hectares		
Caqui	15 hectares		
Manga	10 hectares		
TOTAL	13.128 hectares		

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2012

Limeira possui um expressivo parque industrial, cujas origens remetem ao início do século XX, com a instalação de empresas que utilizavam, em muitos casos, os conhecimentos técnicos trazidos pelos imigrantes europeus.<sup>4</sup>

Firkowski (1989) considera que a industrialização de Limeira divide-se em dois períodos distintos, sendo o primeiro, compreendido do início do século XX até os anos 1970, e o segundo, a partir desse momento. Para a autora, a divisão é fundamentada em virtude de fatores como o predomínio de alguns ramos motrizes, como os de mecânica e metalurgia; no ritmo de industrialização, que sofreu alteração ao longo de seu desenvolvimento; e na estrutura financeira industrial, que se modificou após a entrada de capital externo na cidade a partir da década de 1970.

<sup>4</sup> Não sendo objetivo da presente pesquisa traçar um histórico do setor industrial em Limeira, sugere-se ao leitor interessado a obra de Firkowski (1989), que contém uma interessante análise da atividade industrial no município.

Ao analisar a participação do setor secundário na geração do PIB do município em 2010, observa-se que 41,19% da riqueza produzida foram gerados pelas atividades industriais. Comparando a participação do PIB industrial de Limeira com os demais municípios paulistas, a cidade ocupa a 28ª posição, com 0,79% da produção industrial do Estado de São Paulo (tabela 4). Na Região Administrativa de Campinas, o município encontra-se no ranking abaixo de Campinas, Piracicaba, Sumaré, Louveira e Paulínia.

**Tabela 4 - Indústria: participação de Limeira no PIB do Estado**

Posição	Município	Valor adicionado (em milhões de reais)	Porcentagem (em relação ao Estado)
<b>ESTADO DE SÃO PAULO</b>		<b>301.453,34</b>	
1º	São Paulo	74.122,19	24,59%
2º	São Bernardo do Campo	12.997,22	4,31%
3º	São José dos Campos	10.652,61	3,53%
4º	Guarulhos	9.830,84	3,26%
5º	Campinas	7.477,49	2,48%
6º	Jundiaí	6.560,76	2,18%
7º	Sorocaba	4.999,94	1,66%
8º	Santo André	4.697,88	1,56%
9º	Diadema	4.476,64	1,49%
10º	Barueri	4.343,42	1,44%
11º	Taubaté	4.167,93	1,38%
12º	Piracicaba	3.857,62	1,28%
13º	São Caetano do Sul	3.600,56	1,19%
14º	Matão	3.559,15	1,18%
15º	Sumaré	3.071,88	1,02%
16º	Cubatão	3.064,24	1,02%
17º	Santos	3.033,28	1,01%
18º	Osasco	3.020,10	1,00%
19º	Ribeirão Preto	2.838,07	0,94%
20º	Louveira	2.744,18	0,91%
21º	Suzano	2.602,32	0,86%
22º	Mauá	2.579,53	0,86%
23º	Paulínia	2.516,96	0,83%
24º	Mogi das Cruzes	2.453,85	0,81%
25º	Jacareí	2.432,24	0,81%
26º	Sertãozinho	2.431,60	0,81%
27º	Pindamonhangaba	2.430,96	0,81%
28º	<b>Limeira</b>	<b>2.394,66</b>	<b>0,79%</b>
29º	Americana	2.332,29	0,77%
30º	Vinhedo	2.233,21	0,74%

Fonte: Fundação Seade - PIB Municipal 2010

Organização: AZEVEDO, R. J. G. (2013)

Os dados demonstram a importância do setor secundário para a economia limeirense. O município conta com uma série de condicionantes favoráveis ao seu

desenvolvimento industrial, tais como a existência da Rodovia Anhanguera, o acesso facilitado pela Rodovia Washington Luis, o prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes, a instalação do Gasoduto Brasil-Bolívia, a proximidade dos grandes centros consumidores estabelecidos na região metropolitana de Campinas, entre outros. Assim, observa-se que a localização geográfica de Limeira possui grande relevância ao seu desenvolvimento industrial. (AZEVEDO, 2008).

Embora o parque industrial de Limeira tenha presença de grandes empresas transnacionais, a cidade possui uma elite empreendedora e competitiva no mercado nacional, e pode assim ser considerada como um *centro de atividades especializadas* na tipologia de cidades médias proposta por Correa (2007).

A cidade possui uma elite empreendedora com empresas de capital social familiar, que competem em âmbito nacional e, em alguns casos, até mesmo em escala mundial. Muitas dessas empresas familiares fazem parte do setor mecânico-metalúrgico e possuem grande reconhecimento no mercado de bens intermediários, tais como: a empresa *Newton*, fabricante de guilhotinas e prensas industriais; a *Kone Máquinas*, que produz furadeiras industriais; a *Furlan*, que faz equipamentos para mineração; a *Machina Zaccaria*, que fabrica máquinas para beneficiamento de arroz, milho, feijão e outros cereais; *GF Lanternas*, que produz lanternas automotivas; a *Rodabrás*, fabricante de rodas de aço para o segmento automotivo e agrícola; a *Mastra*, produtora de escapamentos e catalisadores para automóveis.

Observa-se que o setor de equipamentos automotivos, além de contar com empresas de capital social familiar da cidade, possui grande relevância em função das muitas transnacionais do setor terem se instalado em Limeira a partir da década de 1970. Algumas dessas empresas adquiriram ou passaram por fusões sucessivas com empresas familiares aqui existentes, como a *TRW Automotive* (antiga Freios Varga), com capital norte-americano, fornecedora das principais montadoras instaladas no país, comercializando sistemas de freio, direção e suspensão, cintos de segurança, *airbags*, válvulas de motores, componentes eletrônicos, entre outros; e a *Maxion Wheels* (antiga Fumagalli) do grupo *lochpe-Maxion*, também com capital norte-americano, voltado para a produção de rodas automotivas.

A empresa francesa *Faurecia* produz em Limeira equipamentos automotivos em sua divisão de Tecnologia de Controle de Emissões, que atende ao mercado interno brasileiro. A empresa *Invicta Vigorelli*, com parte de capital social norte-americano, atua no ramo de autopeças, como discos e tambores de freio. A



empresa alemã *Mahle*, que fabrica pistões, bronzinas, bielas, filtros automotivos, entre outros, possui um centro de distribuição em Limeira, que atende ao mercado de reposição nacional e do exterior.

A localização estratégica dos centros de distribuição em cidades médias, como Limeira, é observada por Amorim Filho e Serra (2001, p.19) ao afirmarem que:

as cidades médias são, ainda, pontos mais adequados a localização dos equipamentos de distribuição comercial para as regiões em que se situam, sem apresentar os problemas de congestionamento de trânsito e de comunicação encontrados nos grandes centros urbanos.

As empresas do setor automotivo necessitam de uma ampla rede de serviços e fornecedores de peças e componentes que são utilizados em suas linhas de produção. Dessa forma, empresas de menor porte fornecem esses produtos às grandes empresas do setor automotivo existentes em escala regional e nacional. A concentração geográfica de atividades complementares permite criar amplas vantagens para as empresas instaladas, em virtude da diminuição dos custos de produção. Assim, observa-se a existência de expressiva concentração de empresas de menor porte ligadas ao setor de equipamentos automotivos em Limeira, com geração de empregos para a mão de obra local e regional. Nesse Sentido, Amorim Filho e Serra (2001, p. 24) ressaltam que “quanto maior a interdependência entre firmas, maior a tendência de ocorrer aglomeração”.

É válido ressaltar que as principais indústrias do setor automotivo estão concentradas nas proximidades da Rodovia Anhanguera, evidenciando assim a importância dessa via de comunicação para o escoamento da produção local. Entretanto com a inauguração da montadora *Hyundai*, em Piracicaba, ocorrida em 2012, novas empresas do ramo automotivo começaram a ser instaladas nas proximidades da Rodovia Limeira-Piracicaba, evidenciando assim um novo vetor de crescimento industrial na porção oeste do município, como a empresa sul-coreana *DAS Corporation*, especializada na fabricação de estrutura para os bancos de veículos; a japonesa *Stanley Electric*, produtora de faróis e lanternas automotivas; e a *Mando Corporation*, sul-coreana, fabricante de sistemas de freio, direção e suspensão.

O mercado de bens de consumo também possui na cidade importantes empresas familiares, como a *Brigatto*, fabricante de móveis tubulares e a *Galzerano*, produtora de carrinhos e acessórios para bebês. Além disso, há a presença de

empresas transnacionais voltadas à produção de bens de consumo, como a japonesa *Ajinomoto*, do setor alimentício; a espanhola *Flex*, fabricante de colchões e equipamentos para descanso; e a italiana *Pég-Pérego*, que incorporou a empresa limeirense *Burigotto*, produtora de acessórios para bebês.

Destaca-se em Limeira o segmento de joias e folheados, formado principalmente por empresas de pequeno e médio porte, com estrutura de capital social familiar. Assim, desde a década de 1990, a cidade vem sendo conhecida como a Capital Nacional da Joia Folheada, por ser um centro de produção e comercialização desses bens de consumo, atraindo comerciantes em escala nacional e internacional.

Essas empresas do setor de joias e folheados vêm contribuindo para dinamizar a economia limeirense por gerar empregos e possibilitar a inserção de jovens ao mercado de trabalho. Entretanto, merecem maior atenção do poder público quando utilizam mão de obra informal em alguns estabelecimentos, que se encontram seriamente vulneráveis, do ponto de vista social e ambiental por manipularem produtos químicos, colocando em risco a saúde e causando poluição dos solos e dos recursos hídricos. (AZEVEDO, 2008).

Embora a produção dessas joias e folheados seja dispersa na área urbana de Limeira, a comercialização encontra-se concentrada na Avenida Marechal Arthur da Costa e Silva, na porção sudeste da cidade, com a presença de muitas galerias e centenas de lojas voltadas ao ramo de joias e folheados.

O crescimento do setor de joias e folheados em Limeira é um dos motivos que explicam o grande dinamismo do setor terciário na economia limeirense. Uma expressiva rede comercial voltada ao ramo de joias se desenvolveu na cidade, atraindo consumidores e empresários de várias partes do país e do exterior durante todo o ano e, principalmente, durante a realização da Feira Internacional de Joias Folheadas, considerada a principal feira do segmento na América Latina.

O ramo hoteleiro da cidade é voltado basicamente ao turismo de negócios, sendo dinamizado pelas empresas de joias folheadas que atraem clientes dispostos a fazer negócios nas fábricas e lojas do setor. Recentemente foi anunciada a construção de um grande hotel na cidade, denominado Trade Plaza Limeira, do grupo internacional *Ramada*, que contará com investimento inicial de quarenta milhões de reais.

Limeira possui predomínio do setor de serviços na participação do PIB municipal, evidenciando assim o dinamismo desse setor, representado por diversificadas redes bancária, comercial, educacional, hospitalar, hoteleira, entre outras. Isso representa uma tendência na realidade econômica brasileira, em especial nas cidades médias, como é o caso de Limeira, onde a densa rede de comércio e serviços polariza uma ampla área circunvizinha ao município. Observa-se que Limeira ocupa a 29ª posição na participação do PIB do setor terciário, com a participação de 0,46% de toda a riqueza produzida pelo Estado no setor (tabela 5).

**Tabela 5 - Serviços: participação de Limeira no PIB do Estado**

Posição	Município	Valor adicionado (em milhões de reais)	Porcentagem (em relação ao Estado)
<b>ESTADO DE SÃO PAULO</b>		<b>715.846,26</b>	
1º	São Paulo	289.957,52	40,51%
2º	Osasco	26.067,65	3,64%
3º	Guarulhos	20.827,39	2,91%
4º	Campinas	20.172,69	2,82%
5º	Barueri	17.389,98	2,43%
6º	São Bernardo do Campo	15.579,90	2,18%
7º	Ribeirão Preto	12.139,14	1,70%
8º	Jundiaí	10.580,58	1,48%
9º	Santo André	10.164,45	1,42%
10º	São José dos Campos	10.128,65	1,41%
11º	Santos	8.613,32	1,20%
12º	Sorocaba	8.303,67	1,16%
13º	São José do Rio Preto	6.555,81	0,92%
14º	Piracicaba	5.310,25	0,74%
15º	Bauru	5.216,59	0,73%
16º	Diadema	5.109,24	0,71%
17º	Mogi das Cruzes	5.094,80	0,71%
18º	Louveira	4.788,48	0,67%
19º	São Caetano do Sul	4.550,26	0,64%
20º	Paulínia	4.394,86	0,61%
21º	Taubaté	3.717,31	0,52%
22º	Mauá	3.704,87	0,52%
23º	Hortolândia	3.681,75	0,51%
24º	Itapevi	3.500,66	0,49%
25º	Americana	3.462,92	0,48%
26º	Cotia	3.412,96	0,48%
27º	Vinhedo	3.366,36	0,47%
28º	Franca	3.332,18	0,47%
29º	Limeira	3.296,78	0,46%
30º	Araraquara	3.123,68	0,44%

Fonte: Fundação Seade - PIB Municipal 2010  
Organização: AZEVEDO, R. J. G. (2013)

A cidade dispõe de uma densa rede do sistema financeiro, contando com 28 agências bancárias (SEADE, 2012). A administração pública congrega na cidade um expressivo número de trabalhadores em suas mais diversas instituições, como varas judiciais, receita federal, diretoria de ensino, comandos de polícia, etc.

As principais redes de comércio varejista do país possuem lojas na cidade, que se concentram na região central e nos novos vetores de crescimento comercial da cidade, como nos *shopping centers* e suas imediações. A cidade abriga três shoppings de médio porte, sendo que dois deles ocupam localizações estratégicas, próximos às rodovias Anhanguera e Bandeirantes, para atender também ao expressivo mercado consumidor regional.

Existe também um considerável número de empresas limeirenses que atuam em escala regional, como o plano de saúde *Medical*, que conta com hospital próprio e ampla rede de médicos conveniados, e até mesmo em escala nacional, como a empresa *Kabum*, uma das pioneiras no comércio eletrônico brasileiro, especializada em produtos de informática, atendendo aos consumidores de todo o país.

Os serviços relacionados à educação possuem na cidade uma expressiva rede de instituições voltadas ao ensino superior, como a Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp (FCA-UNICAMP), a Faculdade de Tecnologia da Unicamp (FT-UNICAMP), o Instituto Superior de Ciências Aplicadas (ISCA), a Faculdade de Administração e Artes de Limeira (FAAL), a Faculdades Integradas Einstein de Limeira (FIEL), a Universidade Paulista (UNIP), a Faculdade Anhanguera de Limeira e o Centro Universitário UNINTER.

O ensino técnico e profissionalizante é realizado por diversas escolas da cidade, como o Colégio Técnico de Limeira (COTIL-UNICAMP); a Escola Técnica Trajano Camargo (ETEC Trajano Camargo), do Centro Paula Souza; a Escola SENAI Luiz Varga; o SENAC Limeira; além outras instituições privadas. Cabe ressaltar que recentemente foi aprovada a instalação de uma Faculdade de Tecnologia (FATEC) vinculada ao Centro Paula Souza, devendo iniciar suas atividades em 2015, e a implantação de uma unidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), que deve começar suas atividades na cidade em 2014.

Embora Limeira disponha de uma crescente mão de obra qualificada, observa-se que a renda per capita da cidade é inferior às encontradas nas principais cidades da Região Administrativa de Campinas, evidenciando a necessidade de

realização de atividades econômicas que ofereçam vínculos de trabalho formais, com condições de trabalho e remuneração compatíveis com a qualificação de sua mão de obra (tabela 6).

**Tabela 6 - Renda per capita  
(em reais correntes)**

Município	Renda
Campinas	1.135,29
Americana	996,71
Piracicaba	912,22
Rio Claro	840,39
Moji Mirim	827,06
Araras	796,15
<b>Limeira</b>	<b>767,62</b>
Santa Bárbara d'Oeste	730,23
Cosmópolis	703,59
Iracemápolis	703,22
Cordeirópolis	695,07
Artur Nogueira	661,52
Engenheiro Coelho	616,17

Fonte: SEADE, 2010

Ao analisarmos o ranking nacional do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, para o ano de 2010, de alguns municípios situados próximos à Limeira, observa-se que sua 178ª posição é nitidamente inferior às posições de Americana, Campinas e Rio Claro, consideradas de IDHM muito alto ( de 0,800 a 1). Assim, Limeira fica posicionada no IDHM abaixo da média estadual, sendo a renda sua pior variável se comparada com a do Estado de São Paulo (tabela 7).

**Tabela 7 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM**

Posição	Localidade	IDHM	Renda	Longevidade	Educação
	<b>Estado de São Paulo</b>	0,783	0,789	0,845	0,719
19°	Americana	0,811	0,800	0,876	0,760
28°	Campinas	0,805	0,829	0,860	0,731
34°	Rio Claro	0,803	0,784	0,862	0,766
92°	Piracicaba	0,785	0,797	0,848	0,717
100°	Moji Mirim	0,784	0,767	0,879	0,715
119°	Santa Bárbara d'Oeste	0,781	0,752	0,867	0,731
119°	Araras	0,781	0,763	0,859	0,728
168°	Iracemápolis	0,776	0,742	0,863	0,729
<b>178°</b>	<b>Limeira</b>	<b>0,775</b>	<b>0,761</b>	<b>0,852</b>	<b>0,719</b>
238°	Cosmópolis	0,769	0,746	0,876	0,697
400°	Cordeirópolis	0,758	0,754	0,858	0,674
562°	Artur Nogueira	0,749	0,745	0,827	0,681
965°	Engenheiro Coelho	0,732	0,720	0,815	0,668

Fonte: PNUD, 2013.

### 1.3. A Geografia Urbana de Limeira

A evolução urbana de Limeira resulta de um longo processo histórico, cuja origem remonta as expedições de bandeirantes do século XVIII, que tinham na localidade onde se instalou Limeira um ponto de suas paradas.<sup>5</sup> É válido ressaltar que até a década de 1940 o tecido urbano estava concentrado nas proximidades da linha férrea, em função da importância desse eixo de comunicação com os mercados consumidores mais dinâmicos do Estado, como São Paulo e Campinas.

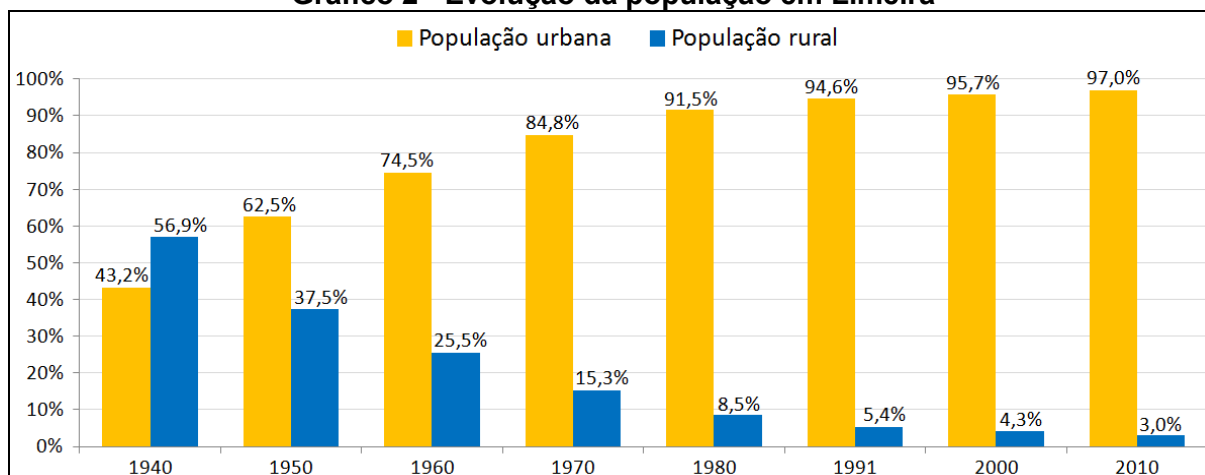
O crescimento das atividades industriais na cidade, aliado à mecanização agrícola no campo, contribuíram significativamente para o êxodo rural no município, tendo em vista o crescimento gradativo da população urbana e a redução constante da população rural (tabela 8, gráfico 2).

**Tabela 8 - Distribuição da população em Limeira**

ANO	POPULAÇÃO			DISTRIBUIÇÃO (%)	
	TOTAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
1940	44.807	19.299	25.508	43,2%	56,9%
1950	46.281	28.921	17.360	62,5%	37,5%
1960	60.719	45.256	15.463	74,5%	25,5%
1970	90.963	77.094	13.869	84,8%	15,3%
1980	150.558	137.809	12.749	91,5%	8,5%
1991	207.770	196.614	11.156	94,6%	5,4%
2000	249.046	238.349	10.697	95,7%	4,3%
2010	276.022	267.785	8.237	97,0%	3,0%

Fonte: Censos demográficos do IBGE.

**Gráfico 2 - Evolução da população em Limeira**

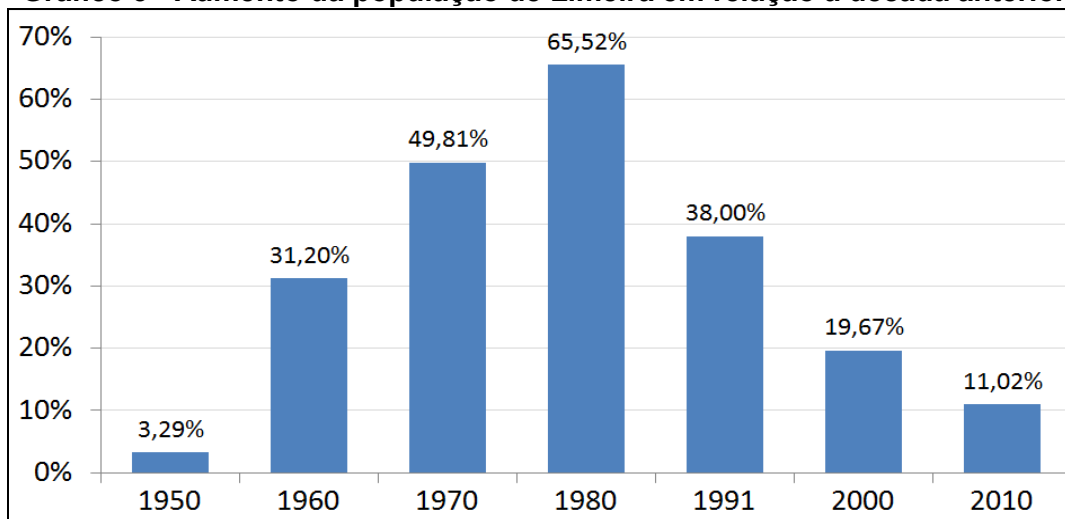


Fonte: Censos demográficos do IBGE

<sup>5</sup> Não sendo interesse desta tese traçar um minucioso histórico da expansão urbana de Limeira, sugere-se ao leitor interessado em estudos mais detalhados sobre o tema os trabalhos de Favero (1995), Queiroz (2007) e Manfredini (2010).

Observa-se que as décadas de 1960 e 1970 foram as que apresentaram o maior crescimento demográfico no município, com destaque para a década de 1970, quando sua população teve um expressivo aumento de 65,52% em relação à década anterior (gráfico 3).

**Gráfico 3 - Aumento da população de Limeira em relação à década anterior**



Fonte: Censos demográficos do IBGE

Ao analisar a organização urbana de Limeira, Favero (1995, p.164) afirma que:

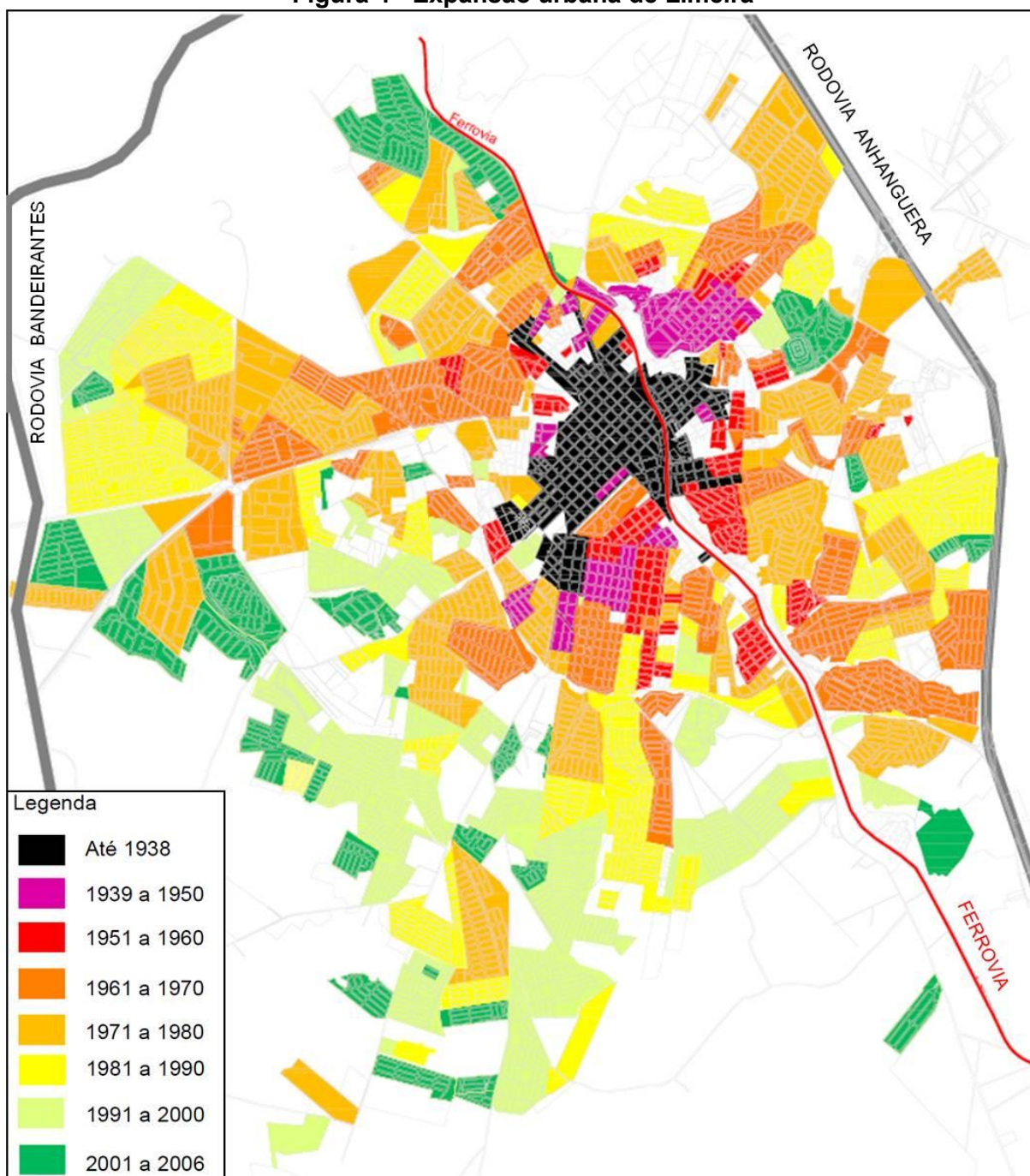
A década de 70 destaca-se como a que registrou o maior crescimento urbano ocorrido na cidade, provocando conseqüentemente uma demanda maior por espaços físicos e infraestruturas urbana e social, e, ainda, estimulando [...] o grande movimento financeiro dos empreendedores imobiliários.

A produção do espaço urbano em Limeira na década de 1970 conferiu expressivos lucros aos agentes imobiliários da cidade. Ao analisar as transformações do uso da terra em Limeira, Lorenzon Filho (2001, p. 83) ressalta que “as categorias de uso mais valorizadas, como a cana-de-açúcar e o citros, foram substituídas por loteamentos que proporcionaram grandes lucros aos proprietários e loteadores”.

A aprovação de loteamentos na década de 1970 ocorreu de modo acelerado, favorecendo a expansão da malha urbana sem que os serviços de infraestrutura básicos (como redes de água, esgoto e energia) pudessem acompanhar esse rápido ritmo de crescimento. Esse aumento exponencial da área urbana trouxe dificuldades técnicas e financeiras à municipalidade, que chegou a suspender, em 1982, a aprovação de pedidos de novos loteamentos na cidade. (FAVERO. 1995).

Analisando o mapa de expansão urbana de Limeira percebe-se que até o final da década de 1930, a mancha urbana concentrava-se nas proximidades da linha férrea, com a área urbana relativamente concentrada na região central e adjacências, condizente com a incipiente atividade industrial e com sua população de aproximadamente 44 mil habitantes da época. Os principais bairros eram o Centro, localizado ao oeste da linha férrea e o bairro Boa Vista, situado ao leste da ferrovia (figura 4).

**Figura 4 - Expansão urbana de Limeira**



Fonte: Prefeitura Municipal de Limeira, Memorial Descritivo do Plano Diretor de Limeira, 2006.



Na década de 1940 observa-se o surgimento de alguns pequenos vazios urbanos com a aprovação de novos loteamentos, especialmente do bairro Vila Queiroz, situado ao nordeste do Centro, e a Vila Cristovam e a Vila Lina, na porção sul.

A demanda por lotes ainda era pequena na década de 1950, o que explica o surgimento de pequenos loteamentos dispersos em bairros adjacentes à área central. Os maiores bairros criados nesse período foram a Cidade Jardim e Vila Cláudia, situados ao sul da área central. Observa-se também um crescimento da área urbana em direção ao sudeste, nas proximidades da ferrovia.

Na década de 1960 é visível um maior espraiamento da área urbana em várias direções, com o surgimento de novos bairros como o Jardim Santo André e o Jardim Vanessa (ao norte); o Parque Novo Mundo e Jardim Nova Europa (ao sul); o Jardim Piratininga e o Jardim Esmeralda (ao oeste); o Jardim Hortência e o Jardim Planalto (na porção nordeste); o Jardim Olga Veroni e o Jardim Glória (na porção sudeste).

A década de 1970 foi a que apresentou o maior crescimento urbano em Limeira, em função do grande dinamismo econômico que o município passava com o crescimento de sua atividade industrial, decorrente do processo de descentralização industrial da Grande São Paulo e da chegada de capitais internacionais na cidade por meio da instalação de empresas ou incorporação de indústrias aqui existentes. Aliado a isso, agroindústria da citricultura tornava Limeira um grande centro produtor de suco de laranja e a indústria sucroalcooleira dinamizava a economia regional com o advento do Pró-Álcool (Programa Nacional de Álcool).

Durante a década de 1970 houve grande expansão urbana em Limeira, com a abertura de novos loteamentos destinados às camadas populares de menor poder aquisitivo. Com isso, houve a consolidação de bairros populares densamente povoados na cidade, como o Jardim Ouro Verde, Parque das Nações e Jardim Aeroporto (ao sul); Jardim Piza, Jardim Nova Esperança, Jardim Nova Suíça (ao leste); Jardim Vista Alegre e Jardim Novo Horizonte (ao sudeste); Jardim Caieira e Jardim São Paulo (ao oeste); Jardim Laranjeiras e Jardim Brasil (ao norte).

Ainda na década de 1970 ocorreu a abertura de loteamentos destinados às camadas mais abastadas da sociedade limeirense. Com o passar dos anos esses loteamentos foram articulando o fechamento de suas ruas junto ao poder público e

transformaram-se loteamentos ou condomínios fechados de grande valor imobiliário na cidade. São eles: o Portal das Rosas (ao oeste); o Jardim Florença (ao sudoeste); o Parque São Bento e o Jardim Aquários (ao norte); o Parque Egisto Ragazzo (ao nordeste). Evidencia-se assim a desigualdade socioespacial na produção do espaço em Limeira, onde o poder público, aliado aos interesses de grupos hegemônicos, privatiza espaço público para ampliação do seu valor de troca.

Essa expansão urbana na década de 1970 ocorreu de forma desconexa à mancha urbana principal, favorecendo o surgimento de imensos vazios urbanos, usados para fins especulativos de ampliação do valor de troca em sua posterior comercialização. Sobre a dinâmica especulativa na produção do espaço urbano Schvasberg (2003, p. 53) considera que:

O controle e regulação da terra urbana é exercido de forma bastante precária e diacrônica em relação ao dinamismo que caracteriza o crescimento das cidades brasileiras, propiciando a elevação de seu preço e a configuração de estoques especulativos. Tal característica é traduzida no padrão de crescimento urbano por setores, com grandes vazios urbanos localizados entre as áreas mais centrais e as periferias urbanas, provocando um padrão urbanístico disperso de crescimento do tecido urbano, impondo um maior custo social, especialmente do ponto de vista de deseconomias do transporte coletivo urbano, além da crescente segregação sócio-espacial e perda da urbanidade.

A segregação socioespacial resulta em porções da cidade fragmentadas para determinados grupos sociais. Assim, ocorreu em Limeira uma nítida segregação socioespacial com a aprovação de loteamentos populares em glebas de terras mais distantes da malha urbana, e, portanto, distantes também da possibilidade de maior apropriação do espaço urbano pela sociedade. Os bairros localizados na porção sul da cidade evidenciam o caráter desigual da produção do espaço na cidade, onde boa parte da população que lá vive encontra-se distante do emprego, do lazer, do comércio e dos serviços presentes na porção central.

A década de 1980 é marcada pela estagnação econômica no Brasil e a expansão urbana em Limeira seguiu essa conjuntura nacional. Para Favero (1995, p. 154) a década de 1980 “não se caracterizou por ser um período de grande expansão territorial urbana, podendo-se verificar que os loteamentos abertos neste período foram implantados em alguns vazios urbanos ou em áreas contíguas aos já existentes”. Os principais bairros criados no período foram o Parque Abílio Pedro e o Parque Nossa Senhora das Dores (ao oeste), o Parque Hipólito (ao leste), o Jardim

do Lago e o Jardim Gustavo Peccinini (ao sul), todos destinados à população de menor poder aquisitivo, e o Jardim Monsenhor Rossi, também conhecido como Centreville, hoje um loteamento fechado destinado às camadas de maior renda.

A década de 1990 ocorreu expressivo crescimento urbano na porção sudoeste da cidade, com o surgimento de vários loteamentos fechados destinados às parcelas mais abastadas da sociedade, como o Jardim Terras de Santa Elisa, o Jardim Residencial Flora e o Jardim Residencial Alto da Capela.

Na década de 1990 também foram lançados vários loteamentos populares, principalmente na porção sul da cidade, como o Jardim Ernesto Kühl, o Jardim São Lourenço, o Parque Santa Eulália e o Jardim Lagoa Nova (ao sul); o Jardim Graminha e Jardim Vitório Lucato (ao sudoeste); o Parque Belinha Ometto e o Jardim Santa Adélia (ao oeste).

Por fim, a década de 2000 foi marcada pela disseminação de condomínios e loteamentos fechados na cidade, evidenciando a difusão de novas formas de habitat urbano pautadas na privatização do espaço e na negação do espaço público como lugar de sociabilidade por esses grupos. A porção oeste da cidade foi a que apresentou o maior número desses novos empreendimentos, como o Residencial Ilha de Bali, o Residencial Casalbuono, o Portal de São Clemente, o Villaggio San Pietro e o Ville de France. Também foram lançados o Parque Residencial Roland e o Terras de São Bento na porção norte da cidade e o Jardim Porto Real na porção leste da área urbana.<sup>6</sup>

Por muitos anos, a segregação socioespacial foi analisada sob o antagonismo *centro versus periferia*, no qual o centro era a porção privilegiada da cidade, dotada de melhor infraestrutura e serviços públicos, local de moradia da população abastada, e a periferia, com precária e insuficiente infraestrutura, reduto da população pobre e carente de serviços essenciais para uma boa qualidade de vida, como saúde, lazer, educação, etc.

Atualmente, pode-se relativizar essa dicotomia entre centro e periferia, haja vista o deslocamento de parte da população pobre para áreas residenciais desvalorizadas do centro da cidade, e também, pelo surgimento, nas últimas décadas, de loteamentos e condomínios fechados na periferia das cidades.

---

<sup>6</sup> A discussão sobre condomínios e loteamentos fechados será ampliada no segundo capítulo.

Em Limeira, essa nova configuração espacial não está plenamente consolidada. Embora haja um expressivo crescimento da população rica em regiões espacialmente periféricas da cidade, nota-se que a região central ainda concentra parte considerável da população de alta renda da cidade, como pode ser demonstrado com os dados de renda dos setores censitários da área central, apresentados no quarto capítulo.

Analisando o comércio imobiliário da área urbana de Limeira, Favero (1995, p. 166) salienta a desigualdade no valor da terra urbana ao afirmar que

Em Limeira, o setor norte possui valores relativamente mais altos, região onde já se instalaram anteriormente loteamentos mais nobres. [...] Os de valores menores estão localizados no setor sul e sudoeste da cidade, reforçando ainda mais as razões do crescimento, nas últimas décadas, ter ocorrido nesta região.

Assim, a produção desigual do espaço em Limeira resulta, dentre outros fatores, da consolidação do setor imobiliário como um agente urbano direcionador do crescimento da cidade, que, associado à especulação imobiliária, favoreceu uma ocupação descontínua e fragmentada do tecido urbano. (AZEVEDO, 2008).

Esse espalhamento da cidade promovido pelos especuladores imobiliários gerou grandes vazios urbanos que aumentaram o custo do poder público em dotar as áreas urbanizadas de uma mínima infraestrutura e dificultou o acesso da população pobre aos elementos fundamentais à vida urbana, como trabalho, lazer, comércio, serviços de saúde, educação, entre outros. Essas pessoas foram expropriadas de seu direito à cidade e alocadas em espaços distantes, especialmente nas porções sul e sudoeste da cidade, marcados pela existência de bairros com certa homogeneidade social representada pela população pobre. (AZEVEDO, 2008).

Em Limeira existem consideráveis vazios urbanos representados por glebas de terras dispersas pela malha urbana e algumas áreas com produção agropecuária. Essa realidade é resultante de uma conjugação de fatores, como a falta de diretrizes gerais de desenvolvimento urbano e a inexistência ou a não aplicação de ações normativas para evitar ações especulativas dos promotores imobiliários. (AZEVEDO, 2008).

Como cidade média, espera-se que os espaços públicos de lazer em Limeira sejam bem distribuídos e com boas condições para uso. Entretanto, observa-se que a cidade tem uma grande carência desses espaços públicos, sobretudo em bairros destinados à população de menor renda. Nos bairros cuja população residente desfruta de um elevado padrão de vida, percebe-se uma maior presença de espaços públicos que possibilitam práticas de lazer, como praças espaçosas e bem arborizadas, embora estejam carentes de sociabilidade.

Demonstra-se assim que a produção do espaço urbano em Limeira ocorre de forma desigual e combinada, favorecendo determinados bairros da cidade em detrimento de bairros populares cuja população, sem condições financeiras de usufruir de formas de lazer privado, fica excluída de uma maior apropriação dos espaços públicos devido à grande carência de investimentos e infraestrutura.

#### **1.4. Metodologia da pesquisa**

Em ciências sociais, [...] o fato de que importantes grupos sociais têm interesse em manter a ordem existente e em impedir toda transformação social age sobre a própria natureza do pensamento histórico e sociológico. Exigindo uma ciência social livre de todo preconceito, afirmando consciente e abertamente o caráter histórico e passageiro da ordem social atual, exprimindo a esperança de submeter a vida social à consciência e à ação do homem e dar-lhe instrumentos intelectuais para realizar os valores humanos universais. (GOLDMANN, 1978, p.70).

O referencial teórico-metodológico do presente trabalho é baseado no conceito de produção do espaço, de Henri Lefebvre (1974), que considera o espaço como produto e condição para a reprodução das relações sociais, ultrapassando a concepção tradicional do espaço como receptáculo das ações humanas. Essa reprodução leva em consideração o plano vivido nas ações cotidianas, a apropriação do espaço, e tem a dimensão do lugar como principal escala de análise.

Na concepção lefebvriana, o espaço é produto das diversas relações que nele se estabelecem, sendo marcado por contradições inerentes ao modo de produção capitalista. A dialética tem valor como método neste trabalho por explicitar a lógica das relações humanas. Utiliza-se assim o método dialético por se mostrar mais adequado para a compreensão da dinâmica socioespacial dos espaços públicos de

lazer, ao permitir a análise das complexas relações que se estabelecem no espaço urbano.

Demo (1995, p.97) considera a dialética como o método mais apropriado para o estudo da realidade social. O autor considera que “as realidades sociais não são apenas complexas; são sobretudo complexidades polarizadas. São campo magnetizado onde qualquer presença provoca ação e reação”. Ainda, para Demo (1995, p. 97), a “unidade de contrários” é a propriedade do método dialético mais importante, já que “na história, as faces sempre dialogam, porque são atores. Dialogam dialeticamente, ou seja, no campo eletrificado do conflito, em que entendimento e desentendimento são partes integrantes da totalidade comunicativa”. O autor destaca a importância de analisar o cotidiano para compreender as contradições da realidade, ao afirmar que

é fundamental ver a unidade de contrários também na cotidianidade. A sabedoria popular pode cometer erros científicos graves, mas sabe mais que a ciência que a felicidade humana é totalidade conflitiva, pois o cotidiano, de si, é triste. É monótono. Não é da gargalhada que se vive todo dia. (DEMO, 1995, p. 99)

Portanto, as camadas populares conhecem de perto a opressão que se manifesta no espaço urbano. Durante os trabalhos de campo foi possível observar a insatisfação das pessoas com os serviços de transporte público, com a precariedade na manutenção dos espaços públicos, com a violência urbana e com a desigualdade social. Além disso, existem formas mais sutis de dominação na análise da dinâmica socioespacial em Limeira, tais como a dominação política, a manipulação da mídia e o controle do espaço por grupos hegemônicos.

Essa situação pode se reverter se a dialética for tomada como prática social, na qual os indivíduos se relacionem dialeticamente nas mais diversas situações, analisando criticamente as múltiplas formas de produção e reprodução das relações sociais. Adotar a dialética nas ações e reflexões cotidianas certamente contribuirá para uma melhor compreensão da realidade socioespacial. Nesse sentido, Demo (1995, p. 124) esclarece que:

Dialética de verdade é aquela que habita a ‘verdade’ do cotidiano, que aninha a unidade de contrários no canto de cada choupana, que perpassa os sentimentos mais profundos e comuns do comum dos mortais. Dialética não pode restringir-se a grandes vãos históricos, em que ninguém vive, ama e chora, mas deve acalentar os desejos, teorias e práticas do dia-a-dia mais corriqueiro. Somente assim a revolução se torna cotidiana.

Também nesse sentido de superação das opressões e visando elucidar as contradições inerentes à sociedade capitalista, Lefebvre (2009, p. 63) considera que “é preciso analisar dialeticamente toda atividade humana”. Para o autor,

o método dialético permite estudar os fatos históricos e sociais tais como são, ao representá-los sem deformações que os tornem ‘inteligíveis’, de tal modo que sejam acessíveis à pesquisa metódica e racional. Ele não apresenta qualquer axioma além da ligação dos fatos com suas contradições, suas interações e seu devir. (LEFEBVRE, 2009, p. 118)

Assim, a análise dos espaços públicos sob a visão dialética permite uma compreensão mais crítica da realidade socioespacial, com análise das múltiplas contradições que se desenvolvem na produção do espaço urbano. Nesse contexto Goldmann (1978, p.70) afirma que “perguntar se as ciências sociais devem ser dialéticas ou não é simplesmente perguntar se devem compreender ou deformar e mascarar a realidade.”

A dialética considera “a existência de classes sociais e o conflito/contradição entre elas, a transformação da sociedade e a emancipação dos indivíduos, e que os fenômenos só podem ser compreendidos quando vistos como totalidades.” (ANTONIO FILHO e DEZAN, 2009, p. 89)

Portanto, na presente pesquisa, a abordagem dialética serve como método para elucidar conflitos e contradições que se manifestam na produção e reprodução cotidiana do espaço público em Limeira. O método dialético permite uma análise mais completa da realidade socioespacial, pois leva em consideração tanto a materialidade dos espaços públicos como as práticas sociais que neles se desenvolvem. Goldmann (1978, p.66) salienta que “o pensamento dialético acentua o caráter total da vida social. Ele afirma a impossibilidade de separar seu lado material do seu lado espiritual.”

A abordagem geográfica na análise dos espaços públicos deve levar em consideração essas duas dimensões, como destaca Gomes (2006, p. 172):

um olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. Ele passa então a ser visto como um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais. É justamente sob esse ângulo que a noção de espaço público pode vir a se constituir em uma categoria de análise geográfica.

A análise dos espaços públicos pela Geografia pode contribuir para a construção de uma realidade socioespacial urbana mais justa e democrática. A ciência geográfica permite unir a análise da materialidade espacial com as relações sociais que se desenvolvem nesse espaço, por meio de uma análise socioespacial.

### **1.5. Procedimentos técnicos**

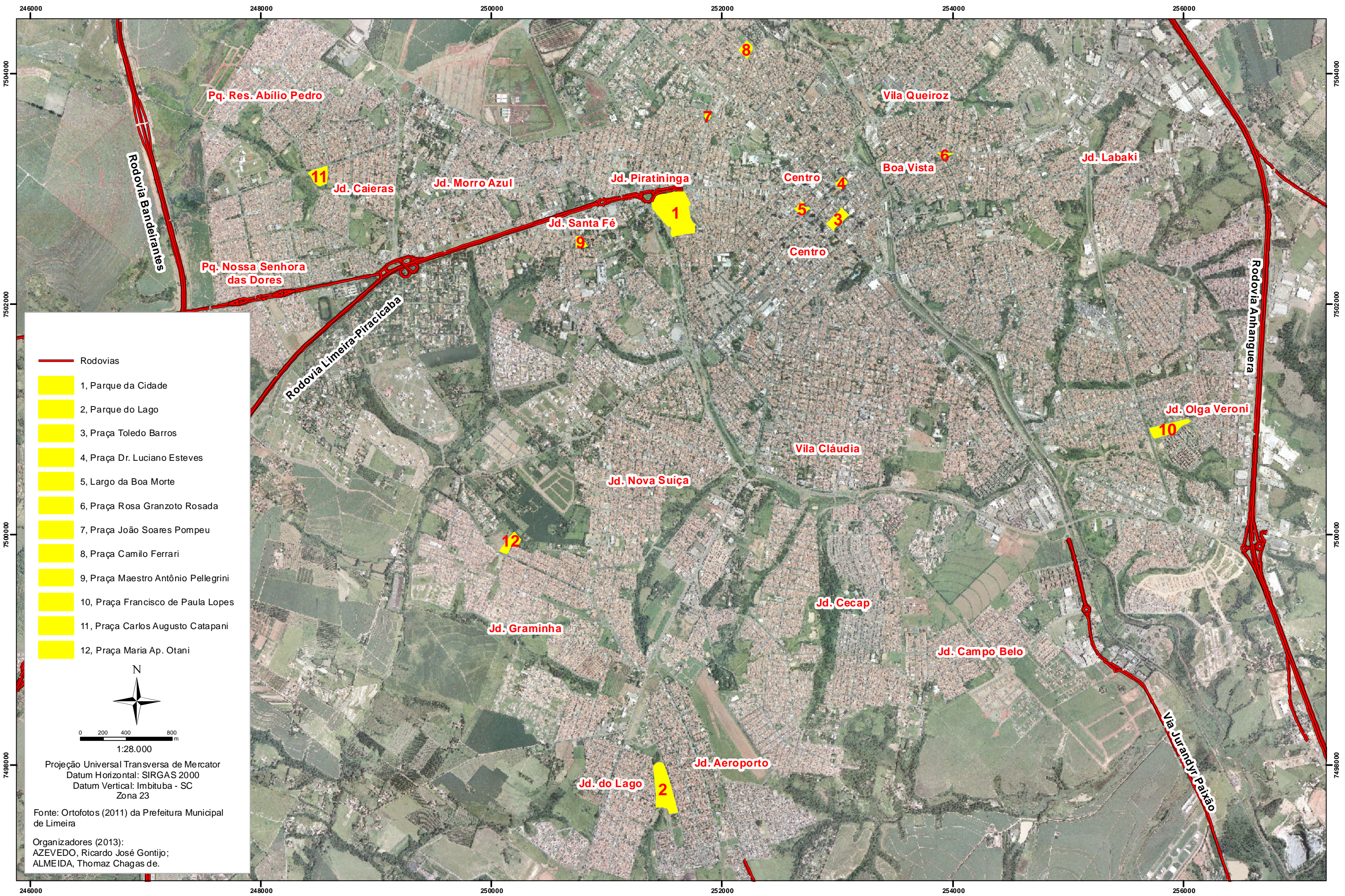
Para desenvolver o trabalho foi realizada pesquisa bibliográfica acerca de temas pertinentes ao assunto abordado, como revisão de literatura sobre os espaços públicos no mundo contemporâneo e também sobre as relações socioespaciais que se desenvolvem em praças e parques públicos. Para melhor compreensão da dinâmica socioespacial, que ocorre no cotidiano desses espaços em Limeira, foram pesquisadas reportagens relacionadas ao tema nos jornais impressos da cidade, bem como foram aplicados questionários aos usuários dos espaços públicos e realizadas entrevistas com pessoas envolvidas na gestão urbana de praças e parques selecionados na pesquisa.

Limeira possui 170 locais estabelecidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente como praças, largos, parques e áreas de lazer. Com o objetivo de compreender a dinâmica socioespacial relativa aos espaços públicos, optou-se pela realização de um estudo de caso em Limeira, e foram escolhidos 12 espaços públicos da cidade, o que corresponde a 7% desses espaços cadastrados pela Prefeitura Municipal.

Porém sua escolha não se deu de forma aleatória, tendo em vista que foram contemplados espaços públicos localizados em distintas regiões da cidade. Para seleção dos doze espaços públicos foi realizada uma pesquisa prévia com o uso da ferramenta *Google Map*, para buscar praças localizadas em bairros consolidados em diferentes porções da cidade. Acredita-se que com essa seleção seja possível uma análise dos aspectos mais gerais relacionados à produção do espaço em Limeira, permitindo uma melhor compreensão da realidade socioespacial nos espaços públicos de lazer (carta imagem 1).



# Carta imagem 1: Localização das áreas de estudo em Limeira



Os 12 espaços públicos da cidade, entre praças, largos e parques selecionados para a pesquisa, e seus respectivos bairros, são:

- 1 - Parque da Cidade - Vila São João
- 2 - Parque do Lago - Jardim do Lago
- 3 - Praça Toledo Barros - Centro
- 4 - Praça Dr. Luciano Esteves - Centro
- 5 - Largo da Boa Morte - Centro
- 6 - Praça Rosa Granzoto Rosada - Boa Vista
- 7 - Praça João Soares Pompeu - Piratininga
- 8 - Praça Camilo Ferrari - Santana
- 9 - Praça Maestro Antônio Pellegrini - Santa Fé
- 10 - Praça Francisco de Paula Lopes - Olga Veroni
- 11 - Praça Carlos Augusto Catapani - Jardim Caieira
- 12 - Praça Maria Aparecida Otani - Jardim Victório Lucato

Na pesquisa foi utilizada a observação como uma das técnicas de coleta de dados. A observação simples foi considerada a técnica mais apropriada por permitir ao pesquisador observar com maior espontaneidade a prática socioespacial que se desenvolve nos espaços públicos, constatando e interpretando os fatos com a intenção de obter informações relevantes. Levando em consideração a importância dessa técnica de obtenção de dados, Gil (1999, p.112) salienta que:

a observação simples é muito útil quando é dirigida ao conhecimento de fatos ou de situações que tenham certo caráter público, ou que pelo menos não se situem estreitamente no âmbito das condutas privadas. É, pois, muito apropriada para o estudo das condutas mais manifestas das pessoas na vida social, tais como: hábitos de compra, de vestuário, de convivência social, de frequência a lugares públicos etc.

Assim, a observação simples mostrou-se adequada ao estudo qualitativo, principal foco da pesquisa dos espaços públicos em Limeira. Foram observadas as pessoas em sua vida cotidiana, evidenciando como se apropriam do espaço público, como se comportam e se relacionam. Também foi observada a materialidade do espaço público, a infraestrutura dos locais observados, os equipamentos urbanos nesses espaços, como a presença de arborização, bancos, bebedouros e serviços de modo geral.

As observações dos espaços públicos foram realizadas em duas fases: a primeira para realizar os trabalhos de campo de aproximação e registro fotográfico; e a segunda para aplicação de questionários com usuários desses espaços e realização de entrevistas com líderes comunitários e pessoas que fazem parte do cotidiano desses lugares.

Na primeira etapa das observações foram realizados trabalhos de campo periódicos a esses locais, entre os meses de maio a agosto de 2012, em diferentes momentos do dia (manhã, tarde e noite) tanto durante a semana como aos finais de semana, para que se pudesse conhecer os perfis dos usuários dos espaços públicos, suas práticas sociais no cotidiano e as distintas formas de uso e apropriação do espaço. Além disso, foram observadas as características físicas desses espaços, como o paisagismo, a arborização, a infraestrutura e o mobiliário urbano.

Além da observação, para obter informações acerca dos espaços públicos em Limeira, foram entrevistados representantes do poder público municipal, como os secretários municipais de Planejamento, Meio Ambiente e Cultura, o administrador do Parque Cidade e ainda dois vereadores municipais. Foram também realizadas entrevistas e conversas informais com pessoas diretamente envolvidas com algumas práticas sociais nesses espaços públicos, como líderes comunitários atuantes, promotores de festas beneficentes nessas áreas, donos de bancas de revistas e de trailers de lanches.

A aplicação de questionários (apêndice A) para os usuários dos espaços públicos foi uma forma de balizar as informações obtidas com observações de campo e entrevistas de gestores municipais e pessoas diretamente ligadas ao cotidiano das áreas de estudo. Na impossibilidade de fazer um levantamento quantitativamente excessivo, em função do grande número de espaços públicos e dos diferentes dias da semana e períodos do dia para aplicação dos questionários, optou-se por permanecer aplicando os questionários por uma hora em cada período do dia (manhã, tarde e noite) em dias úteis e também uma hora em cada período do dia aos finais de semana (sábado e domingo). Ou seja, em cada espaço público o pesquisador permaneceu por seis horas: três horas em dias úteis e três horas aos finais de semana. Por meio de amostragem aleatória simples, os usuários encontrados no espaço público responderam ao questionário, sendo que a menor idade dos usuários foi de 16 anos e a maior idade foi de 78 anos. A aplicação dos

questionários ocorreu entre os meses de janeiro e abril de 2013 e foram contabilizados 400 questionários respondidos (quadro 1).

**Quadro 1 - Número de questionários aplicados em cada espaço público**

Espaço público	Dias úteis			Fim de semana			TOTAL
	Manhã	Tarde	Noite	Manhã	Tarde	Noite	
Parque da Cidade	6	7	8	7	9	6	43
Parque do Lago	7	7	4	8	9	6	41
Praça Toledo Barros	8	8	7	8	7	7	45
Praça Dr. Luciano Esteves	6	7	4	7	6	3	33
Largo da Boa Morte	6	6	5	5	6	3	31
Praça Rosa Granzoto Rosada	7	8	6	5	7	2	35
Praça João Soares Pompeu	4	6	8	7	7	9	41
Praça Camilo Ferrari	5	3	3	4	4	2	21
Praça Maestro Antônio Pellegrini	2	4	2	3	2	2	15
Praça Francisco de Paula Lopes	6	7	4	7	8	2	34
Praça Carlos Augusto Catapani	3	4	2	6	7	2	24
Praça Maria Aparecida Otani	7	8	4	7	7	4	37
							400

Em algumas praças, a frequência de usuários é tão pequena em determinados períodos do dia que o pesquisador por lá permaneceu durante uma hora e não apareceram frequentadores. Nesses casos, optou-se por voltar outro dia ou esperar até que pelo menos dois usuários desses espaços públicos pudessem responder o questionário. Os dados completos obtidos com a aplicação dos questionários estão disponíveis no apêndice B.

Para melhor compreensão do perfil demográfico no entorno dos espaços públicos pesquisados, foram utilizados os dados de rendimento levantados pelo IBGE no Censo 2010 em setores censitários. Utilizou-se o rendimento nominal mensal domiciliar per capita, com as variáveis V005 a V013 (quadro 2).

Com o objetivo de melhor compreender o rendimento nos bairros onde os espaços públicos se encontram, as variáveis utilizadas pelo IBGE foram reagrupadas em quatro classes:

- Renda per capita de até 1 salário mínimo (V005 a V008);
- Renda per capita de mais de 1 a 2 salários mínimos (V009);
- Renda per capita de mais de 2 a 5 salários mínimos (V010 e V011);
- Renda per capita de mais de 5 salários mínimos (V012 e V013).

**Quadro 2 - Variáveis de renda no censo do IBGE**

<b>NOME DA VARIÁVEL</b>	<b>DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL</b>
Cód_setor	Código do setor censitário
Situação	Código de situação do setor censitário (ver planilha Basico_UF.xls)
V001	Total de domicílios particulares improvisados
V002	Total do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares
V003	Total do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes
V004	Total do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares improvisados
V005	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de até 1/8 salário mínimo
V006	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/8 a 1/4 salário mínimo
V007	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo
V008	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1/2 a 1 salário mínimo
V009	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 1 a 2 salários mínimos
V010	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 2 a 3 salários mínimos
V011	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 3 a 5 salários mínimos
V012	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 5 a 10 salários mínimos
V013	Domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 10 salários mínimos
V014	Domicílios particulares sem rendimento nominal mensal domiciliar per capita

Fonte: IBGE, 2011, p.127, grifos nossos.

Levando em consideração que a maioria das praças e parques da pesquisa estava no limite de um setor censitário, optou-se por utilizar para análise os dados somados de dois setores censitários contínuos: um onde se localiza o espaço público e o outro com a maior área próxima aos limites do espaço público (quadro 3; carta imagem 2; apêndice C).

A exceção foi a Praça Francisco de Paula Lopes, onde não se optou pela escolha do setor censitário com a maior área adjacente ao espaço público, já que seus usuários são predominantemente os moradores do conjunto residencial popular que tem uma porção menor de área junto à praça.

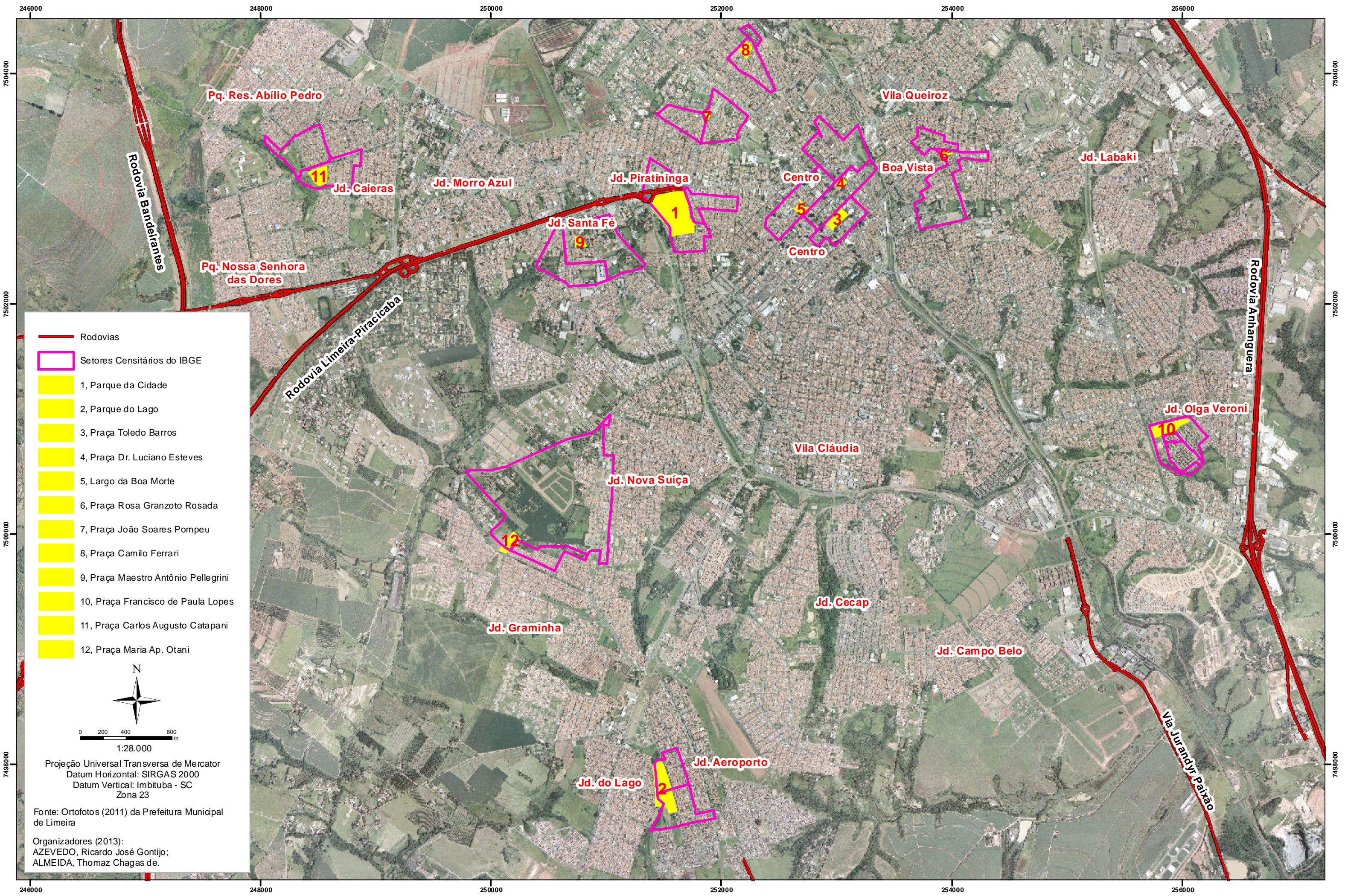
**Quadro 3 - Setores censitários do IBGE utilizados na pesquisa**

<b>Espaço público</b>	<b>Setor principal</b>	<b>Setor anexado</b>
Parque da Cidade - Vila São João	49	19
Parque do Lago - Jardim do Lago	431	268
Praça Toledo Barros - Centro	3	1
Praça Dr. Luciano Esteves - Centro	1	24
Largo da Boa Morte - Centro	16	1
Praça Rosa Granzoto Rosada - Boa Vista	29	26
Praça João Soares Pompeu - Piratininga	54	53
Praça Camilo Ferrari - Santana	57	113
Praça Maestro Antônio Pellegrini - Santa Fé	101	406
Praça Francisco de Paula Lopes - Olga Veroni	208	145
Praça Carlos Augusto Catapani - Jardim Caieira	312	318
Praça Maria Aparecida Otani - Jardim Victório Lucato	290	347

Fonte: elaborado pelo autor.

A consideração dos dados de renda per capita no entorno dos espaços públicos foi uma importante variável para compreensão da dinâmica socioespacial desses espaços. Entretanto, observa-se que os setores censitários apresentam dimensões de áreas distintas e com realidade socioeconômica igualmente variada, sendo necessária uma maior padronização na delimitação desses setores, valorizando as unidades de bairro. Isso certamente contribuiria para um maior entendimento das desigualdades socioeconômicas presentes no espaço urbano.

# Carta imagem 2: Localização dos setores censitários utilizados na pesquisa



## CAPÍTULO II: O ESPAÇO PÚBLICO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite apresentar-se em uma única perspectiva. (ARENDR, 2010, p. 71).

As variadas possibilidades de definição de “espaço público” resultam, em boa parte, de diferentes modos de entendimento do que seja sua natureza pública. Em alguns casos, condicionantes históricos e políticos colaboram para a imprecisão conceitual desse termo. Sem a pretensão de estabelecer uma definição objetiva, o presente capítulo caminha por discussões teóricas que possam nos conduzir a uma compreensão da importância do espaço público no mundo atual.

Na análise filosófica do espaço público dois pensadores tiveram grande contribuição: Hannah Arendt e Jürgen Habermas. Nas obras de Arendt, o espaço público é o lugar das ações políticas e das principais atividades da *vida activa*: o trabalho, a obra e a ação. Na obra de Habermas, o espaço público é o lugar do agir comunicacional, do uso livre da razão, o lugar historicamente formado pela contestação de ideias na vida democrática. Os dois autores analisaram as esferas pública e privada existentes no passado para entender sua dinâmica na sociedade contemporânea. Arendt (2010) baseou seus estudos no modelo de espaço público existente na Grécia Antiga. Já Habermas (2003) tomou como referência a sociedade burguesa do século XIX.

O espaço deve ser compreendido além de sua dimensão física, já que precisa contemplar também seu aspecto político, onde a comunicação entre os cidadãos permite um debate político de questões éticas, morais e políticas (ARENDR, 2010).

Na pólis grega, a esfera privada tem seu centro no lar (*oikia*), na família, em oposição à organização política da sociedade, havendo uma clara diferença entre o que lhe é próprio (*idion*) e o que lhe é comum (*koinon*). Observa-se assim uma nítida distinção entre a esfera privada, representada pela a família, e a esfera pública, resultado da organização política, do discurso, na Ágora da Cidade-Estado (ARENDR, 2010).

Para Arendt (2010) existem dois fenômenos correlacionados para designar o termo “público”. O primeiro fenômeno parte do princípio de que é público tudo que pode ser visto e ouvido por todos. Para que isso aconteça é necessário partilhar a realidade do mundo e de nós mesmos.



A outra perspectiva para entendermos o termo “público” parte da ideia de comum. Arendt esclarece sua visão de que o mundo é um bem comum, e, portanto público, ao afirmar:

O termo ‘público’ significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos nele. Esse mundo, contudo, não é idêntico à Terra ou à natureza, [...] tem a ver com o artefato humano, com o que é fabricado pelas mãos humanas, assim como com os negócios realizados entre os que habitam o mundo feito pelo homem. [...] o mundo ao mesmo tempo separa e relaciona os homens entre si. (ARENDR, 2010, p.64).

De acordo com Arendt (2010) a destruição do mundo comum pode ocorrer com o isolamento radical decorrente da falta de entendimento entre as pessoas, que geralmente ocorre sob regimes tiranos, e, também, quando em uma sociedade de massa, todos se comportam como membros de uma mesma família, na qual cada um passa a concordar e multiplicar a perspectiva outro. “Em ambos os casos os homens tornam-se inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles”. (p.71)

Foi na pólis grega que o termo “esfera pública” passou a ser compreendido como algo comum aos habitantes da cidade. Assim, com o advento do Império Romano, o público e o privado passaram a ser entendidos como tal. A *res pública* (coisa pública) e a esfera particular passaram também pelo período medieval e se estenderam ao mundo moderno. (HABERMAS, 2003).

Habermas (2003, p.15) estabeleceu uma distinção entre a “esfera da pólis, que é comum aos cidadãos livres” e a “esfera do *oikos*, que é particular a cada indivíduo (*idia*)”. Em sua abordagem, a manifestação da esfera da *vida pública* e, portanto, do exercício da *vita activa*, da ação pública, ocorria no espaço da *Ágora*.

De acordo com Caldeira (2007, p. 17)

a *Ágora* constituiu a principal praça da civilização grega, representando o lugar de encontro dos cidadãos. Essa praça era formada por um espaço aberto, circundado por edifícios públicos e administrativos. [...] Na *Ágora*, os cidadãos livres exerciam a política,, por meio da ação e do discurso. A palavra era compartilhada, e decisões eram estabelecidas. A vida pública manifestava-se nesse espaço.

Observa-se assim que desde a antiguidade os espaços públicos representam a possibilidade de interação social e exercício da cidadania. Além de servirem às funções de comércio e circulação, esses espaços agregaram novas funções ao

tornarem-se palco de encontros e discussões políticas. Na Grécia Antiga, os espaços públicos serviam para que os cidadãos gregos participassem da vida política da pólis. Nesse sentido, Gomes (2006, p. 40-41) revela que:

A simetria, igualdade e reciprocidade das relações entre esses novos personagens sociais, os cidadãos, [...] pressupõe um novo arranjo espacial; o espaço da pólis é então pensado e figurado como um círculo. Ao centro, a ágora, antigo espaço aberto destinado ao mercado, é desde então delimitado e ganha o estatuto do espaço público, lugar de encontro dos isoi (iguais).

Na antiguidade clássica a ágora era o lugar da convivência entre os cidadãos, o espaço público por excelência, onde podiam manifestar e discutir assuntos de relevância para a pólis. Portanto, o espaço público era onde as relações sociais tornavam-se mediadas por princípios democráticos que contribuíam para a consolidação da cidadania.

Inspirados nas ágoras gregas, os imperadores romanos edificaram os fóruns, espaços públicos mais importantes do Império Romano. Eles também representavam um espaço de convivência e discurso político da população, embora seus ideais democráticos tenham um peso menor se comparados aos encontrados nas ágoras da Grécia Antiga (LAMAS, 2000).

Durante a Idade Média, com a maior parte da sociedade vivendo no campo, as cidades ficaram em sua maioria envolvidas por muros, e nesse contexto os espaços públicos apresentavam morfologia complexa, de formas irregulares e frequentemente anexos às instituições de poder da época, tendo como principal função o comércio. De acordo com Lamas (2000, p. 102) “o largo do mercado, o adro fronteiro à igreja, ou outros pequenos espaços vazios da cidade medieval não são ainda verdadeiras praças.”

Com o Renascimento e a expansão das cidades, os espaços públicos se ampliaram e agregaram funções estéticas, onde as praças concentravam monumentos e edifícios que lhes permitiram atingir grande importância em aspectos políticos, sociais, simbólicos e artísticos. Para Lamas (2000, p. 102) “é a partir do Renascimento que a praça se inscreve em definitivo na estrutura urbana e adquire o seu estatuto até fazer parte obrigatória do desenho urbano nos séculos XVIII e XIX.”

As praças no Brasil receberam grande influência da cultura europeia em sua configuração espacial, principalmente devido ao processo de colonização. Para Lamas (2000, p. 176), a praça europeia no período renascentista

é entendida como um recinto ou um lugar especial, e não apenas um vazio na estrutura urbana. É o lugar público, onde se concentram os principais edifícios e monumentos – quadro importante da arte urbana. A praça adquire valor funcional e político-social, e também o máximo de valor simbólico e artístico. É a praça o elemento básico da energia e criatividade do desenho urbano e da arquitectura. A praça é também cenário, espaço embelezado, manifestação de vontade política e de prestígio.

Com a Revolução Industrial a partir do final do século XVIII ocorreu grande expansão urbana, e o êxodo rural na Europa contribuiu para que as cidades crescessem desordenadamente. As precárias condições de vida e de trabalho no início da era industrial, juntamente com o caos que se firmara nas aglomerações urbanas, fizeram com que surgissem movimentos de valorização dos espaços públicos. Assim, durante o século XIX, as cidades europeias foram dotadas de grandes áreas verdes, praças e parques públicos, com a clara intenção de amenizar os problemas advindos da sociedade industrial (YURGEL, 1983).

Visando elaborar um zoneamento funcional e dotar as cidades de mais áreas verdes, a criação de cidades-jardim foi a solução encontrada para melhor organizar as cidades da era capitalista. De acordo com Jacobs (2000) a concepção de Cidade-Jardim foi idealizada em 1898 por Ebenezer Howard, ao propor um plano para conter o crescimento de Londres e repovoar as zonas rurais, dando oportunidade para as camadas populares retomarem o contato com a natureza<sup>1</sup>.

Atualmente, o espaço público passa por uma situação comum aos espaços urbanos, que é a redefinição de suas espacialidades, uma vez que as dinâmicas socioespaciais contribuem para que as áreas urbanas tenham novos usos e funções ao longo da história.

Os diferentes pontos de vista e discussões sobre o conceito de espaço público surgidos nas últimas décadas evidenciam que essa categoria de análise pode contribuir para uma melhor compreensão da dinâmica socioespacial das

---

<sup>1</sup> A meta de Howard era criar *cidadezinhas auto-suficientes*, rodeadas por cinturões agrícolas, e cuja população máxima não deveria ultrapassar 30 mil habitantes. Essas deveriam ser geridas pela administração pública, através de um planejamento paternalista e autoritário, como modo de evitar mudanças radicais no uso da terra. Jane Jacobs teceu severas críticas ao que definiu como planejamento ortodoxo e à concepção de cidade-jardim, que representavam para a autora ideias que levariam à destruição das cidades, ao separarem rigidamente os diferentes usos urbanos e conceberem a rua como um lugar ruim para os seres humanos. Nesse sentido, Gomes (2006, p.156) chamou atenção para o fato dessas novas propostas da época estarem unidas a um novo desenho espacial, pois “a arte de construir espaços era vista também, simultaneamente, como a arte de projetar novas formas sociais. Cidade, política e espaço compunham um único objeto”.

idades. A análise geográfica do espaço público é fundamental para a construção de uma realidade social menos injusta e desigual.

Gomes (2012) mostra que um problema na definição do espaço público é a existência de duas formas de compreendê-lo. A primeira é a dimensão física desse espaço, objeto de estudo do planejamento urbano. A segunda está relacionada a um espaço abstrato e imaterial, base para a vida política e democrática, objeto de análise dos cientistas políticos. Para o autor, o espaço público pode contemplar tanto sua dimensão física como sua dimensão abstrata através de uma abordagem geográfica, que permitiria uma análise na interação entre a materialidade dos objetos com as práticas sociais. Nesse sentido, Gomes (2012, p. 21) afirma que “o espaço é simultaneamente o substrato no qual são exercidas as práticas sociais, a condição necessária para que essas práticas existam e o quadro que as delimita e lhes dá sentido”.

Segundo Gomes (2012), existem falhas nas definições comumente vistas em trabalhos acadêmicos sobre o espaço público. Uma primeira questão é a definição do espaço público como *oposição ao privado*, estabelecendo que tudo que não é público passa ao status de privado. Para Gomes (2012, p.21) essa análise é simplista por “não levar em consideração outros estatutos possíveis do espaço (coletivo ou comum, por exemplo)”<sup>2</sup>. Esse raciocínio “reafirma as insuficiências conceituais e empíricas, pois não se trata de uma definição, mas tão somente de uma classificação” (GOMES, 2012, p.22).

Essas questões demonstram a necessidade de um melhor entendimento do que seja um espaço público pela própria sociedade, que costuma classificar como público tudo aquilo que não é privado, negando a possibilidade de existência de outras classificações possíveis para esses locais da cidade.

De acordo com Gomes (2012), outro problema relacionado à definição do espaço público reside na questão de considerar público o local estabelecido

---

<sup>2</sup> Souza (2008, p. 80) estabelece uma interessante distinção entre *espaço público* e *espaço coletivo* ao afirmar que: “enquanto o espaço público, em seu sentido ‘geográfico’ (substrato, território, ‘lugar’) pressupõe uma cena pública – a qual, de sua parte, enquanto explicitação do debate político *lato sensu*, tem como requisito indispensável um mínimo de liberdade formal e real -, o espaço coletivo pode ser, meramente, um espaço de uso comum, mas desprovido das qualidades que permitem ver nele, também, um espaço público. Todo espaço público é um espaço coletivo, mas nem todo espaço coletivo, é, assim, um espaço público”. O autor cita como exemplos de existência espaços públicos a democracia ateniense da Antiguidade Clássica e a formação das ‘democracias’ representativas do mundo contemporâneo. Para ele seria abusivo falar de espaço público em espaços coletivos (parques, praças, calçadas) sob administração de um regime totalitário ou de uma sociedade teocrático-escravista.

juridicamente pela legislação. Para o autor, a lei serve para reconhecer o espaço que previamente já exerce uma função pública. Nesse sentido, existem vários exemplos em que a atividade pública ocorre em locais que não são juridicamente públicos. O autor cita os casos dos cafés parisienses, dos *pubs* ingleses e dos shoppings. A crítica comumente feita aos shoppings é comentada pelo autor ao afirmar que nesse caso há “uma enorme confusão entre o regime de propriedade e o regime de direito desses locais, que são, sim, públicos, embora tenha um regime de propriedade privada” (GOMES, 2012, p. 22-23).

Por fim, outra divergência conceitual acerca do espaço público é quando se atribui a necessidade de livre acesso como condição necessária para ser considerado público. Existem outras categorias de espaço que possuem esse atributo de livre acesso, sem que isso os caracterize como públicos. Em contraposição, existem vários locais públicos onde não se tem livre acesso, como é o caso de hospitais, escolas, zonas militares ou administrativas. Segundo Gomes (2012, p. 23) esses “locais públicos são sempre objeto de uma explícita legislação que dispõe sobre as condições de acesso, o qual é, desse modo, normatizado e nunca indiscriminado”.

A acessibilidade é uma condição fundamental para o uso dos espaços públicos. Stephen Carr (apud ALEX, 2008) considera que existem três tipos de acesso ao espaço público: o físico, o visual e o simbólico ou social. O acesso físico ocorre quando não existem barreiras espaciais e arquitetônicas que impedem a entrada e saída das pessoas. Nesse quesito, o local das entradas, a possibilidade de travessia das ruas e a qualidade do ambiente devem ser considerados.

O acesso visual refere-se ao primeiro contato, mesmo remotamente, da pessoa com o espaço público. Assim o usuário pode identificar visualmente potenciais perigos no espaço observado. De acordo com o autor, a “praça no nível da rua, visível de todas as calçadas, informa aos usuários sobre o local e, portanto, é mais propícia ao uso”. (CARR apud ALEX, 2008, p. 25).

O terceiro e último acesso é o simbólico ou social, onde a existência de sinais, mesmo que sutilmente, evidenciam quais pessoas são ou não são bem vindas. Porteiros e guardas podem ser sinais que convidam ou intimidam determinados usuários dos espaços públicos. Nos shoppings centers e determinadas ruas de comércio especializado, observa-se que a política de preços praticada pelos lojistas determina o acesso do público alvo daquele espaço (CARR apud ALEX, 2008).

Bauman (2009, p. 68) destaca a importância do livre acesso aos espaços públicos quando afirma que

um espaço é “público” à medida que permite o acesso de homens e mulheres sem que precisem ser previamente selecionados. Nenhum passe é exigido, e não se registram entradas e saídas. Por isso, a presença num espaço público é anônima, e os que nele se encontram são estranhos uns aos outros.

Levando em consideração as proposições de Gomes (2012, p.23), o que leva o espaço a ter o estatuto de público é a “dimensão espacial da política em sociedades democráticas”, ou seja, é a relação direta desses espaços com a vida pública. Essa vida pública se dá quando a vida em comum passa a ser organizada por “homens que se definem como indivíduos, diferenciados e racionais, que almejam coexistir e tirar proveito de uma vida em comum sem que para isso tenham de renunciar à liberdade; são homens públicos”.

Um maior entendimento pela sociedade da forma como se organiza essa vida em comum, bem como da dinâmica que envolve os espaços públicos da cidade, poderá favorecer uma tomada de consciência da população sobre a importância desses espaços para a construção de uma sociedade efetivamente democrática, na qual a apropriação plena do espaço público favoreça uma maior igualdade e justiça social no espaço urbano.

Durante o Renascimento, na França, o termo *público* era utilizado “com um sentido amplo, em termos do bem comum e do corpo político; gradualmente, *le public* foi se tornando também uma região especial de sociabilidade”. (SENNETT, 1998, p.31, grifo do autor)

Essa sociabilidade é entendida pela existência de prazer em encontrar o próximo, e assim, estabelecer uma relação social. Gomes (2012) considera como uma característica fundamental dos espaços públicos a co-presença de indivíduos. O espaço público é um lugar definido pelo discurso político, ao mesmo tempo em que é a condição para que esse discurso aconteça de forma pública. Para Arendt (2010, p.61) “tudo que aparece em público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível”.

As atividades dos cidadãos tornam-se públicas quando ocorre o princípio da publicidade, que é a “capacidade do indivíduo de fazer uso de sua razão em público sem obstáculos, de confrontá-la com outros indivíduos, e assim, contribuir na constituição de uma opinião pública” (GOMES, 2012, p.25).

Nesse sentido, Arendt (2010, p. 70) esclarece que

somente quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, em uma variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que veem identidade na mais completa diversidade, pode a realidade do mundo aparecer real e fidedignamente.

Para Sobarzo (2004, p.16), uma característica fundamental a se considerar na análise das transformações do espaço público é a possibilidade de

encontros impessoais e anônimos e de co-presença dos diferentes grupos sociais. Tais encontros devem ser entendidos como a possibilidade de compartilhar os mesmos territórios com outras pessoas sem a compulsão para conhecê-las em profundidade.

A mesma concepção é defendida por Sennett (1998, p.414) ao ressaltar que “a cidade deveria ser mestra nesse modo [impessoal] de agir, o fórum no qual se torna significativo unir-se a outras pessoas sem a compulsão de conhecê-las enquanto pessoas”.

Assim, observa-se que o espaço público é lócus da interação social, da existência de regras de civilidade que contribuem para a produção de um espaço público diverso, onde as diferenças são respeitadas e as ações políticas dos cidadãos assumem importância na compreensão e resolução dos conflitos da cidade.

Levando em consideração o ideal moderno de espaço público, Caldeira (2000, p.302-303) ressalta que

há um grande consenso a respeito de quais são os elementos básicos da experiência moderna de vida pública urbana: a primazia e a abertura de ruas; a circulação livre; os encontros impessoais e anônimos de pedestres; o uso público e espontâneo de ruas e praças; e a presença de pessoas de diferentes grupos sociais passeando e observando os outros que passam, olhando vitrines, fazendo compras, sentando nos cafés, participando de manifestações políticas, apropriando as ruas para seus festivais e comemorações.

O espaço público moderno e democrático deve fomentar interações sociais que permitam ao indivíduo, apoiado na cidadania, comparar seu anonimato com o do outro e assim admitir e respeitar os direitos iguais entre ambos. O espaço público da cidade moderna, tolerante às diferenças e aberta à negociação em encontros anônimos, favorece essa comparação e tem a possibilidade de desafiar e amenizar suas diferenças. (CALDEIRA, 2000, p.307).

Os espaços públicos são os “lugares onde os problemas são assinalados e significados, um terreno onde se exprimem tensões, o conflito se transforma em debate, e a problematização da vida social é posta em cena” (GOMES, 2012, p. 24). Ele torna-se palco de discursos, local de contradições e elemento fundamental para mudanças sociais. Assim, “as manifestações da vida social nos espaços públicos são maneiras de ser nesses espaços, capazes, portanto, de unir uma dimensão física da co-presença a uma dimensão mais abstrata de comunicação social.” Isso significa que o espaço público pode ser pensado, ao mesmo tempo, como “um lugar material e imaterial” (GOMES, 2012, p. 26-27).

Sob o ponto de vista material, o espaço público de lazer pode ser entendido como uma área geralmente mantida pelo Poder Público, cuja infraestrutura e elementos paisagísticos favoreçam a prática de atividades de lazer e recreação. Nesse contexto, as áreas verdes, praças e parques cujos equipamentos urbanos permitam a utilização para fins recreativos pela população, podem ser considerados como espaços públicos de lazer.

As condições físicas para a existência do espaço público são flexíveis e prezam pela liberdade consentida pelo grupo social, para seu acesso e apropriação. É público um espaço cuja população se aproprie respeitando as regras básicas de acesso e participação, como bem esclarece Gomes (2012, p. 27):

como espaço físico, o espaço público pode ser a praça, a rua, um centro comercial, uma praia etc. Na verdade, pouco importa a função de base; o fundamental é que seja um espaço, qualquer um, onde não haja obstáculos, senão normas gerais e lógicas para o acesso e a participação.

Em sua dimensão imaterial, o espaço público é o local onde se manifesta a vida em seu cotidiano, local da diversidade, onde as pessoas encontram o novo e o antigo, o pobre e o rico, o feio e o belo, o igual e o diferente. Onde se relacionam de modo formal ou espontâneo, trabalham, divertem, pedem, reivindicam, mostram, jogam. Enfim, existe uma infinidade de usos e possibilidades de apropriação do espaço público que se manifestam pela prática social.

Para Bauman (2009, p. 68) “é nos locais públicos que a vida urbana e tudo aquilo que a distingue das outras formas de convivência humana atingem sua mais completa expressão, com alegrias, dores, esperanças e pressentimentos que lhe são característicos”.



Para ser público é fundamental que o espaço tenha uso, função e conteúdo. Esse espaço é repleto de significados, de acordo com a visão de quem dele se apropria. Por ser produto da sociedade, o espaço público possui contradições e interesses conflitantes que se manifestam a todo instante. Assim, o espaço público possui diversas materialidades, podendo ser a rua, a praça, o parque, o viaduto, a ponte, o vale, o morro e a baixada.

Como recorte espacial do presente trabalho, optou-se por priorizar praças e parques de Limeira para análise da dinâmica socioespacial. No *Dicionário de Urbanismo*, a praça é definida como um

logradouro público urbano, geralmente de forma retangular ou quadrada, delimitado por vias, ou, algumas vezes, por edificações. É um espaço de lazer ou recreação, podendo conter ou não vegetação e edificação de caráter institucional. Tradicionalmente, a praça é um local de reunião importante nas cidades, e o planejador deve saber tirar partido dessa sua função comunitarizante. Trata-se de um bem público, portanto inalienável. (FERRARI, 2004, p. 293).

Nesse contexto, Saldanha (2005) distingue a praça do parque público ao afirmar que a praça é vista como um espaço amplo, para onde as ruas convergem e muitas vezes ocorre uma separação dos blocos edificados pela presença de árvores, monumentos, bancos e até pequenos lagos artificiais. Para o autor, os parques públicos são áreas de grandes dimensões onde há a predominância de elementos naturais, em especial de cobertura vegetal, que podem ser usados para a recreação.

As distinções entre praças e parques ocorrem por meio de diferentes elementos, como o tamanho geralmente maior dos parques públicos, o livre acesso das praças que nem sempre se mantém nos parques que costumam fechar no período noturno e as diferentes formas de integração desses espaços com a cidade. Na integração com o espaço urbano, as praças vinculam-se diretamente com o lugar onde se insere, havendo possibilidade de fluxo de pedestres que utilizam a praça como circulação, que não permanecem necessariamente naquele espaço. Já nos parques as pessoas costumam ir com a finalidade de lá permanecerem para diferentes formas de uso e apropriação. Assim, o parque não precisa estar integrado com o espaço urbano para existir, já que há a possibilidade das pessoas irem até ele com diferentes meios de locomoção.

Assim, o parque pode ser entendido como um espaço público destinado à recreação e ao lazer de massa capaz de incorporar intenções de conservação e cuja

estrutura morfológica não seja diretamente influenciada por qualquer estrutura construída em seu entorno. (MACEDO e SAKATA, 2010).

A praça é um elemento morfológico típico das cidades ocidentais. Fruto da intencionalidade do desenho e da organização espacial, a praça diferencia-se de outros lugares que são resultado acidental do alargamento ou encontro de ruas (LAMAS, 2000).

De acordo com Queiroga (2001, p. 57)

morfologicamente a praça, via de regra, se distingue da rua por suas proporções mais alargadas. Quanto ao uso, a praça não visa tanto a circulação longitudinal quanto o sistema viário, permitindo, com frequência, apropriações mais amplas e diversificadas.

Para Robba e Macedo (2010, p. 17) “praças são espaços livres de edificação, públicos e urbanos, destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”. Os autores ressaltam a importância dos espaços livres urbanos para a qualidade ambiental urbana e elencam importantes qualidades desses espaços, divididas nos valores ambientais, funcionais, estéticos e simbólicos.

Dentre os valores ambientais, destacam-se: a possibilidade de aeração e ventilação urbana, por favorecer a circulação do ar e a dispersão da poluição atmosférica; permite a insolação de áreas densamente ocupadas, onde existem muitos prédios e sombras; colabora no equilíbrio térmico, devido sombreamento de áreas vegetadas que não absorvem nem irradiam tanto calor como o asfalto e o cimento; melhora da drenagem das águas da chuva, por permitir sua infiltração nas áreas permeáveis e amenizar ou evitar a ocorrência de enchentes; proteção contra processos erosivos nas áreas vegetadas, devido à diminuição do escoamento superficial (ROBBA E MACEDO, 2010).

Dentre os valores funcionais, a principal atribuição dos espaços livres é a opção de lazer e recreação que essas áreas oferecem, principalmente em bairros populares onde os espaços públicos tornam-se bastante utilizados devido à impossibilidade de usufruir o lazer pago, presente nos clubes privados, cinemas, parques de diversão, *shopping centers* e outros (ROBBA E MACEDO, 2010).

Já os valores estéticos e simbólicos referem-se à importância dos espaços públicos como “objetos referenciais e cênicos na paisagem das cidades”, já que muitos são os que se utilizam da “pracinha” perto de casa como referência de localização em ações cotidianas (ROBBA E MACEDO, 2010, p. 45). Para os autores esses espaços servem também como “objetos de embelezamento urbano,

resgatando a imagem da natureza na cidade. Os espaços verdes e ajardinados são progressivamente associados a oásis em meio à urbanização maciça” (p. 45).

A criação das praças no Brasil teve grande influência da Europa. Diante das limitações de recursos para a criação de grandes jardins públicos como os europeus, produziu-se no Brasil uma praça tipicamente ajardinada, que recebe cobertura vegetal com expressiva arborização, condizente com o clima tropical, mas que possui uma área de piso suficiente para que ocorram apropriações diversas, como um lugar de encontros, manifestações, convívio e festividades (QUEIROGA, 2001). O autor considera a Praça Toledo Barros, no centro de Limeira, um dos exemplos de praça ajardinada.

Levando em consideração que a maioria dos espaços públicos analisados na pesquisa é considerada praça, faz-se necessária uma breve contextualização histórica desses espaços em nosso país.

De acordo com Robba e Macedo (2010, p. 11),

a praça, juntamente com a rua, consiste em um dos mais importantes espaços públicos urbanos da história da cidade no país, tendo, desde os primeiros tempos da Colônia, desempenhado um papel fundamental no contexto das relações sociais em desenvolvimento.

No período colonial brasileiro, a praça ou o espaço público correspondente, como o terreiro ou largo, era o ponto onde convergia a sociedade para o comércio, para o ócio e para encontros românticos ou políticos. Esses espaços eram os locais para o desenrolar da vida pública urbana ao ar livre. Desse modo,

era ali que a população da cidade colonial manifestava sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder, e os pobres, sua pobreza. Era um espaço polivalente, palco de muitas manifestações dos costumes e hábitos da população, lugar de articulação entre os diversos estratos da sociedade colonial. (ROBBA e MACEDO, 2010, p. 22).

Durante o século XIX, as praças situadas em áreas centrais ou nos bairros de elite passaram por um processo de ajardinamento e a função comercial de muitos desses espaços foi extinta, visando torná-los mais semelhantes aos padrões europeus. Assim,

a praça-jardim torna-se um ícone social do espaço urbano e passa a ser vista e representada socialmente por meio de suas figuras e elementos mais significativos, como canteiros ajardinados, fontes, quiosques e coretos. A primeira imagem que um leigo forma de uma praça é, na maioria das vezes, inspirada em tal espaço, formalmente presente nas áreas principais, tanto centrais como de bairro, de todas as cidades pelo país afora. (ROBBA e MACEDO, 2010, p. 11).

A grande influência cultural da Europa e a necessidade de afirmação do Brasil como um confiável centro exportador de produtos agrícolas fizeram com que no final do século XIX surgissem, no país, diversos planos de embelezamento e reformas urbanas, com projetos de praças inspirados nos jardins europeus. As funções de comércio foram deslocadas para edificações destinadas a atividades comerciais e as demonstrações de poder do Regime Republicano passaram a acontecer em largas avenidas. A praça tornou-se então “um belo cenário ajardinado destinado às atividades de recreação e voltado para o lazer contemplativo, a convivência da população e o passeio”. (ROBBA e MACEDO, 2010, p. 29).

Trazendo essa tradição do jardim público, a praça ajardinada devia ser freqüentada segundo algumas normas de conduta e comportamento bastante rígidas e hierarquizadas, não se assemelhando em nada ao polivalente largo colonial. A praça ajardinada foi o palco para o desfile das elites exportadoras brasileiras na virada do século XIX para o século XX. (ROBBA e MACEDO, 2010, p. 29).

Durante as primeiras décadas do século XX tornou-se hábito projetar as praças públicas nas áreas mais nobres das cidades brasileiras, dotando-as de um ajardinamento fortemente influenciado pelas culturas francesa e inglesa. Os projetos arquitetônicos dessa época eram caracterizados pela utilização de vários estilos e influências, tornando esse padrão paisagístico conhecido como *Ecletismo*. Os espaços públicos de padrões ecléticos eram voltados ao lazer contemplativo, ao passeio e à apreciação da natureza. Em muitos casos, praças e jardins ecléticos favoreciam a segregação urbana por exigir um comportamento formal de seus ricos e elegantes frequentadores. O lazer esportivo da população mais abastada era praticado nos clubes privados e a população pobre costumava se apropriar dos espaços livres da cidade, como campinhos e várzeas, para a prática de esportes. (ROBBA e MACEDO, 2010).

A partir da década de 1940, a rigidez formal do Ecletismo nas praças brasileiras começou a ser superada com a influência de arquitetos paisagistas modernos, como Roberto Burle Marx, fazendo surgir uma nova linha de projeto paisagístico denominada *Modernismo*. As praças modernas fomentavam um uso mais diversificado e mais próximo da realidade social, promovendo uma dissolução dos costumes de finos trajes e comportamentos típicos do Ecletismo. Ao programa de uso das praças e parques urbanos foram incorporados equipamentos para o

lazer ativo, como quadras para a prática de esportes e brinquedos para a recreação infantil. Assim, a principal diferença entre os projetos ecléticos e os modernos foi a inclusão do lazer ativo, transformando as praças em um espaço de recreação diversificado. (ROBBA e MACEDO, 2010).

A praça moderna é bem caracterizada por Robba e Macedo (2010, p.37-38):

A praça moderna foi ratificada socialmente como elemento necessário à vida na cidade. A população passou a valorizar cada vez mais esses espaços livres ajardinados em resposta ao constante processo de urbanização e verticalização. Porém, não se trata mais de construir praças que sejam simples cenários bucólicos: a praça é um espaço livre, que deve ser destinado ao lazer. O lazer contemplativo e o caráter de convivência social continuam sempre presentes; o lazer esportivo e a recreação infantil foram definitivamente incorporados; e o lazer cultural começou a se manifestar com vigor no programa moderno. Os equipamentos, como quadras esportivas, playgrounds e brinquedos infantis, palcos e anfiteatros ao ar livre, passaram a ser implantados com frequência, confirmando essas novas formas de uso da praça.

Com o surgimento do Modernismo, as praças brasileiras vão incorporando elementos desse novo modelo paisagístico sem romper bruscamente com as concepções formais de projetos do Eclétismo. Assim, passaram a coexistir nos projetos de praças do país esses dois padrões paisagísticos. Também existiam praças modernas que não dispunham de elementos para o lazer ativo, servindo basicamente à contemplação, mas nesses casos, o diferencial se dava com o traçado autêntico do desenho, que explorava a simplicidade e a pureza de formas orgânicas e geométricas, rompendo assim com reprodução de paisagens consagradas ao modo francês ou inglês. (ROBBA e MACEDO, 2010).

Os problemas ambientais ocorridos principalmente nas regiões metropolitanas, como as enchentes urbanas, os deslizamentos de terra, a contaminação dos cursos d'água e a crescente poluição do ar, decorrentes do rápido e mal planejado crescimento urbano, fizeram surgir uma maior preocupação e consciência ecológica na população durante a década de 1980. Para responder ao agravamento da problemática ambiental, surgiram vários parques ecológicos no país e a opinião pública reafirmou a necessidade de construção e manutenção de praças e espaços "verdes" na cidade. (ROBBA e MACEDO, 2010).

O poder público, diante da crescente valorização das áreas livres urbanas pela sociedade, constatou que a criação e a conservação de praças e parques na cidade seria uma boa maneira de promoção da administração municipal, fazendo

surgir novas praças e a instituição de órgãos públicos destinados a gerenciar os espaços livres urbanos, como as secretarias de meio ambiente e os departamentos de áreas verdes. (ROBBA e MACEDO, 2010).

Embora os princípios modernistas de criação de espaços públicos ainda sejam amplamente utilizados e respeitados no país, começaram a surgir novas concepções de projetos paisagísticos para esses espaços no início dos anos de 1990. Diante dos problemas urbanísticos de grandes regiões metropolitanas, como o expressivo fluxo de veículos e pedestres, o crescimento da violência e a dificuldade de gerenciamento de aglomerações urbanas tão grandes, ocorreu a revisão de alguns conceitos relativos aos usos dos espaços públicos, aceitando maior flexibilidade em sua concepção, que se modifica diante das necessidades do local de sua implantação. Essa nova linha de projetos paisagísticos, denominada *Contemporânea*, favorece uma maior diversidade de usos do espaço público. (ROBBA e MACEDO, 2010).

Nos projetos contemporâneos ocorre um resgate da tradição colonial, banida pelas políticas higienistas do final do século XIX, em que o espaço público sediava atividades de comércio e serviços. Assim, emergem projetos que sugerem lanchonetes, lojas, e instituições públicas na praça. Em outros, há a oficialização de usos informais das praças, como a presença de feiras livres e camelôs. A arquitetura contemporânea também propõe, em casos de grande movimento de pedestres pelo espaço público, como nas áreas centrais, a desobstrução do fluxo com pisos e esplanadas de circulação. (ROBBA e MACEDO, 2010).

De acordo com Robba e Macedo (2010, p. 148)

O programa de atividades da praça contemporânea assemelha-se muito ao programa da praça moderna – reafirmando o uso contemplativo, a convivência e o lazer ativo e resgatando usos há muito tempo abandonados. A utilização comercial, que fora banida formalmente do espaço público durante o Ecletismo, constitui um item do programa que é vigorosamente retomado.

A linha contemporânea consegue unir os usos já consagrados do espaço público (contemplação, convivência, recreação infantil, atividades esportivas e culturais) com as propostas de ocupação mais recorrentes atualmente, estando abertas a muitas influências formais e visuais. A pluralidade, irreverência e liberdade fazem parte dessa linha de projeto paisagístico em formação para os espaços públicos. (ROBBA e MACEDO, 2010).

Observa-se assim que as praças no Brasil passaram por diferentes influências arquitetônicas ao longo de sua evolução, permitindo-lhes formas de uso diferenciadas durante sua história (quadro 4).

**Quadro 4 - Evolução das funções das praças brasileiras**

Período	Colonial	Eclético	Moderno	Contemporâneo
<b>Função social das praças</b>	Convívio social Recreação Uso religioso Uso militar Comércio e feiras Circulação	Convívio social Contemplação Passeio Cenário	Convívio social Contemplação Recreação Cenário Lazer esportivo Lazer cultural	Convívio social Contemplação Recreação Cenário Lazer esportivo Lazer cultural Comércio Serviços Circulação

Fonte: Robba e Macedo (2010, p.152). Adaptado pelo autor.

Para Caldeira, (2007) as praças definem a estrutura das cidades ao se diferenciarem dos espaços edificados e se constituírem como vazios na malha urbana. Assim, funcionam como pontos de descompressão ao favorecerem uma ruptura na paisagem adensada pelas edificações. De acordo a autora,

observa-se a praça como um *locus* privilegiado da cidade, sobretudo pelo seu caráter de espaço multifuncional. Tal importância pode ser constatada nas políticas contemporâneas de intervenção urbana, nas quais a praça aparece como elemento fundamental. Busca-se resgatar valores históricos, evidenciando certa nostalgia de significados perdidos tanto na escala arquitetônica quanto na escala urbana. (CALDEIRA, 2007, p. 14).

Concordamos com a autora no sentido de importância da praça como um local privilegiado da cidade, por possibilitar o exercício da cidadania e a co-presença dos indivíduos. Porém, discordamos quando afirma que as políticas públicas de intervenção urbana colocam as praças como elemento fundamental. Acreditamos estar havendo um esvaziamento da dimensão pública desses espaços, seja pela desvalorização dessas áreas por boa parte da sociedade, seja pelas políticas públicas que contribuem para o descaso desses espaços ao não investirem em sua manutenção e criação de novos espaços públicos de sociabilidade.

Uma vez que os espaços públicos da cidade trazem consigo diferenças em relação às suas tipologias e formas de desenvolvimento, e já se discutiu sobre o histórico das praças públicas no Brasil, faz-se necessário traçar algumas considerações sobre o contexto histórico de desenvolvimento dos parques urbanos.

No século XIX, as transformações relacionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico na Inglaterra favoreceram o surgimento de uma nova relação do homem com o trabalho, permitindo a distinção entre o tempo livre e o tempo do trabalho (QUEIROZ, 2012). Surge nesse período a necessidade de prover as cidades com espaços para atender novas demandas sociais, como o tempo livre, o lazer e a necessidade de contrapor-se aos problemas do ambiente urbano. Essa conjuntura relacionada ao contexto urbano-industrial fez surgir os primeiros parques públicos na Europa. (MACEDO e SAKATA, 2010).

No Brasil, o parque público não surgiu para se contrapor aos problemas urbano-industriais, uma vez que, no século XIX, a urbanização brasileira não apresentava os problemas da realidade europeia. Assim, o parque nasce no país como um elemento complementar ao cenário das elites emergentes à época, com grande poder econômico e político, que desejavam uma estrutura urbana compatível com o padrão europeu. (MACEDO e SAKATA, 2010).

Para Queiroz (2012) os espaços livres com maior significação são os jardins públicos, que se iniciaram com a criação do Passeio Público no Rio de Janeiro, ainda no século XVIII. Posteriormente, os interesses pela flora e fauna favoreceram a criação de Jardins Botânicos em várias cidades do país no século XIX, que serviam às pesquisas científicas mas, em algumas vezes, também desempenhavam a função de passeio público por um pequeno grupo social, em razão de sua maior distância da área urbanizada.

Ao final do século XIX e início do século XX, baseando-se em ideais sanitaristas da época, as áreas mais valorizadas das cidades brasileiras passam por uma grande remodelação urbana, com o ajardinamento dos espaços públicos e o alargamento das calçadas, que ganhavam expressiva arborização para que a elite pudesse passear nos *boulevards*. (QUEIROZ, 2012).

O parque torna-se um elemento urbano comum no início do século XX em várias cidades do país. Não só as capitais passaram a construir belos parques como também um grande número de cidades de médio e pequeno porte passaram a conceber espaços públicos ricamente elaborados. (MACEDO e SAKATA, 2010).

O crescimento urbano no século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, fez surgir uma grande carência de parques públicos destinados à recreação nas cidades brasileiras.



Para Macedo e Sakata (2010, p. 37),

A multiplicação do parque público pela cidade brasileira se dará somente a partir do final dos anos 60, quando se inicia um processo de investimento público sistemático na criação de parques, não mais voltados exclusivamente para as elites. Muitas municipalidades estruturam parte de seu marketing na criação de áreas verdes públicas – parques ou praças.

O parque moderno, com seu programa misto, contemplativo e recreativo, se consolidou na década de 1970. A estrutura morfológica desses parques foi simplificada, dando preferência às formas mais geométricas, definidas e limpas; foram eliminados os objetos pitorescos e os caminhos românticos. Os usos são muito diversificados, mas as áreas são funcionalmente divididas, podendo ter área para o lazer mais ativo (com quadras esportivas, playgrounds, teatros ao ar livre) e outra para o lazer mais contemplativo (com bosques, lagos, mesas para piquenique) (MACEDO e SAKATA, 2010).

Nos anos 80, com o surgimento da linha contemporânea, os parques passaram a ter mais liberdade de concepção, não apresentando padrões rígidos e sendo permitidos o retorno aos antigos valores estéticos, que se fundem com as novas formas de uso. Permanece a valorização do lazer ativo, favorecendo a presença de equipamentos que permitem a prática de esportes diversificados. Atividades de educação ambiental são comumente encontradas e os projetos tornam-se gradativamente modestos devido à política de contenção de custos, associada à valorização do rústico e do simples. (MACEDO e SAKATA, 2010).

Os parques urbanos na sociedade contemporânea são entendidos como um espaço público estruturado por vegetação e dedicado ao lazer da massa urbana. Atendem assim a uma diversidade de atividades de lazer, tanto esportivas como culturais, não possuindo, muitas vezes, a antiga destinação voltada ao lazer contemplativo. (MACEDO e SAKATA, 2010).

Por fim, é válido ressaltar que a análise dos espaços públicos deve levar em consideração tanto a materialidade como complexidade da prática social que esses espaços concentram. As praças e parques devem ser analisados de forma dialética, com as múltiplas contradições e interesses que se manifestam nesse processo de produção espacial. É importante ir além da descrição física desses espaços e pensá-los sob a ótica da dominação e apropriação, para que se possa entendê-los como produto, meio e condição da reprodução das relações sociais.

## 2.1. A (re)produção do espaço

O processo que envolve a produção e a reprodução do espaço encontra-se associado à dinâmica de reprodução da sociedade, onde diferentes grupos sociais transformam o espaço de acordo com suas necessidades.

A pesquisa parte do pressuposto que as diferenças sociais no espaço público devem ser respeitadas e significadas, sem que resultem necessariamente numa forte relação social entre os diferentes. Levando em consideração que as desigualdades sociais são inerentes à sociedade capitalista, espera-se que essas diferenças sejam respeitadas por meio de regras de civilidade, nas quais ocorram convivências sem limites à apropriação do espaço por alguma das partes.

Para Queiroga (2001, p. 57), a praça, “sob o ponto de vista das normas de apropriação e uso do espaço”, é o “mais livre dos sub-espacos da cidade”. Assim, as “regras morais implícitas da cultura urbana local controlam o cotidiano das praças. Quase tudo que se pode fazer em público, para uma dada sociedade, num momento histórico específico, pode-se fazer numa praça”

Nesse sentido Gomes (2012, p. 25) salienta que

o espaço público é um lugar onde se efetua uma participação ativa sujeita a normas e instituições. É no espaço que se estabelecem os princípios e as condições segundo as quais uma norma pode ser razoável e legítima para o conjunto das pessoas que gozam dessa qualidade pública.

Essa qualidade pública é analisada sob a ótica de produção do espaço. As obras lefebvrianas permitiram grande avanço à compreensão do espaço geográfico ao considerar *o espaço e o tempo social* não mais como fatos da ‘natureza’ ou da ‘cultura’, mas como *produtos*.

Ao analisar a acepção ampla do termo ‘produção’, Lefebvre (1999b, p. 151) afirma que este significa “produzir conhecimento, obras, alegria, prazer, e não somente coisas, objetos, bens materiais trocáveis”. Para o autor, “quem diz ‘produção’ diz também ‘reprodução’, ao mesmo tempo, física e social: reprodução do modo de vida” (1999b, p. 39).

Tomando o conceito de produção em seu sentido amplo, Lefebvre (1999) entende o espaço como um produto, mas não um produto qualquer, como uma coisa, mercadoria ou objeto. Ele considera o espaço como o mais importante dos instrumentos, o pressuposto de toda produção. Essa produção, entendida num

sentido amplo, não deixa nada fora dela, nada do que é humano, pois perpassa o mental, o intelectual, as ideias e as representações.

No sentido amplo, há *produção* de obras, de idéias, de “espiritualidade” aparente, em resumo, de tudo que faz uma sociedade e uma civilização. No sentido estrito, há a produção de bens, de alimentação, de vestuário, de habitação, de coisas. (LEFEBVRE, 1999, p. 46, grifo do autor).

Além da simples produção de mercadorias, o autor considera que a produção e a reprodução envolve uma grande variedade de elementos, como a reprodução das relações sociais, fator fundamental para análise da dinâmica socioespacial dos espaços públicos na presente pesquisa. Assim,

A produção não se reduz à fabricação de produtos. O termo designa, de uma parte, a criação de obras (incluindo o tempo e o espaço sociais), em resumo, a produção “espiritual”, e, de outra parte, a produção material, a fabricação de coisas. Ele designa também a produção do “ser humano” por si mesmo, no decorrer do seu desenvolvimento histórico. Isso implica a produção de *relações sociais*. Enfim, tomado em toda a sua amplitude, o termo envolve a *reprodução*. Não há apenas reprodução biológica (e conseqüente aumento demográfico), mas também reprodução material dos utensílios necessários à produção, instrumentos técnicos e, ainda, reprodução das relações sociais. (LEFEBVRE, 1991, p. 37, grifo do autor).

O conceito de reprodução das relações sociais de produção, proposto por Lefebvre (1973), permite analisar criticamente a realidade socioespacial dos espaços públicos, bem como as relações de produção que se estabelecem no espaço urbano. Essa abordagem de análise do espaço possibilita uma maior aproximação com a multiplicidade de processos socioespaciais que se desenvolvem nas cidades.

Para Lefebvre (2001, p.46-47) “a cidade é obra, a ser associada mais com a obra de arte do que com simples produto material”. A cidade é uma obra cuja produção vai muito além da produção de objetos, pois as relações sociais na cidade possibilitam a “produção e reprodução de seres humanos por seres humanos”.

Portanto, os seres humanos produzem e reproduzem o espaço, através da prática social. Essa prática social se desenvolve no espaço, sendo, portanto, uma prática socioespacial. Carlos (2001, p.13) esclarece que “é nesse sentido que o espaço aparece como condição, meio e produto da reprodução social, revelando uma prática que é socioespacial”.

Para Carlos (2001, p. 12):

a análise do processo de produção do espaço urbano requer a justaposição de vários níveis da realidade, momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade, como o da **dominação política**, o da **acumulação do capital**, o da **realização da vida humana**. (grifos nossos).

No presente trabalho esses três níveis de realidade são analisados sob uma perspectiva dialética, para uma melhor compreensão da multiplicidade de relações socioespaciais que se estabelecem no espaço público. Essa diversidade de relações é decorrente de diferentes interesses de determinados grupos sociais, fazendo com que ocorra um conflito entre a dominação e apropriação dos espaços públicos. Essa complexidade é analisada por Lefebvre (1991, p.90):

O que a estratégia de classe visa não é o desenvolvimento, mas o 'equilíbrio' e a 'harmonia' do crescimento como tal. O desenvolvimento, a complexidade crescente e o enriquecimento das relações sociais, incluindo as da vida cotidiana, se relegam no 'cultural' e, por essa razão, se institucionalizaram. Daí em diante, ao *domínio técnico* sobre a natureza material não corresponde uma apropriação pelo ser humano de seu próprio ser natural (o corpo, o desejo, o tempo, o espaço). À contradição entre crescimento e desenvolvimento se sobrepõe então uma contradição mais grave e mais essencial entre *domínio* (técnico) e *apropriação*. (grifos do autor).

Observa-se assim que os interesses de dominação do espaço entram em choque com a necessidade de apropriação do espaço da maior parte da sociedade, que dele necessita para realização da vida. Com a dominação cada vez maior do espaço pelos agentes que o utilizam para a reprodução do capital, as pessoas tornam-se cada vez mais limitadas de sua apropriação, já que o espaço torna-se fragmentado e normatizado para atender às funções e exigências de um grupo dominante. A contradição entre dominação e apropriação é também explicitada por Carlos ao afirmar que:

apropriação e dominação se separam no mundo moderno, entram em conflito; a dominação ganha o conteúdo das estratégias políticas que produzem o espaço da coação, posto que normatizado pela ordem que se impõe a toda a sociedade, trazendo, como consequência, o direcionamento da prática espacial. Tal fato entra em conflito com o sentido da apropriação que se realiza enquanto prática criativa em luta contra a norma. (CARLOS, 2007b, p. 80).

Na sociedade capitalista, as contradições envolvendo a dominação e a apropriação manifestam-se no modo como o espaço é diferentemente apropriado

pela sociedade, uma vez que alguns o utilizam como instrumento para acumulação e reprodução do capital. Assim, deve-se considerar que

a contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada está na base do entendimento do processo de reprodução espacial. Isto porque, em uma sociedade fundada sobre a troca, a apropriação do espaço, ele próprio produzido como mercadoria, liga-se cada vez mais à forma de mercadoria, servindo às necessidades de acumulação por meio das mudanças/adaptações de usos e funções dos lugares. (CARLOS, 2001, p. 15).

Devemos pensar o espaço público pela indissociável relação entre dominação e apropriação. Entender a cidade somente pela ótica da dominação é suprimir o caráter público das ruas, praças e parques. Considerar o espaço público como um espaço de apropriação e ignorar a dominação existente nesse processo é uma alternativa simplista, que oculta contradições socioespaciais que se manifestam na cidade. Portanto, é fundamental que a análise da realidade socioespacial utilize essas duas abordagens de forma dialética, para que se possam elucidar as contradições existentes na produção do espaço público.

## **2.2. Lógicas de dominação do espaço público**

A reprodução das relações sociais no espaço urbano ocorre diante de uma infinidade de forças, que contribuem para sua transformação socioespacial ao longo da história. Com essas mudanças, o espaço público torna-se alvo de disputas entre os vários agentes sociais envolvidos em sua produção.

Para Leite (2007, p.23) como “espaço de poder, o espaço público não está obviamente imune às assimetrias do poder e das desigualdades sociais que perpassam sua construção social.”

Levando em consideração que o espaço é reproduzido continuamente pela sociedade, trata-se neste item das principais forças que atuam na dinâmica socioespacial dos espaços públicos, moldando-os de acordo com interesses de grupos heterônomos.

### **2.2.1. A intervenção política na cidade**

O Estado possui fundamental importância na localização e manutenção dos espaços públicos, bem como nos instrumentos que permitem uma efetiva

apropriação desses espaços pela sociedade. Pensar o espaço público como local da dominação política evidencia o poder do Estado sobre espaços que deveriam ser livres de qualquer ingerência, mas é alvo de disputas entre diferentes segmentos sociais.

Para Gomes (2006, p. 160) o espaço público foi “em grande parte parasitado pela ação demagógica dos governantes, por uma mídia criticamente dócil e pela passividade da ‘massa’”, transformando a discussão social em um espetáculo. Para o autor, o desafio é “o de retomar o espaço público como lugar de uma participação ativa, normatizada e refunda-la como um espaço da política”.

Os protestos ocorridos em várias cidades do país em junho de 2013, iniciados em São Paulo devido ao aumento da tarifa de ônibus, demonstram a importância do espaço público como local da manifestação e discussão política, o locus da democracia. Os diversos movimentos sociais saíram às ruas para demonstrar sua insatisfação diante dos precários serviços públicos e da corrupção dominante em nosso país. Todavia, para que o espaço público se transforme efetivamente em espaço da política, e não espaço da barbárie, torna-se necessária uma maior organização dos movimentos sociais em busca de objetivos claros para suas demandas. Se a voz do povo no espaço público for ouvida pelos governantes, certamente esse espaço reafirmará sua importância na manutenção da democracia.

Entretanto, as ações do poder público no espaço urbano levam ao atendimento de determinados interesses, não resultando em uma administração comprometida com os grupos sociais da mesma maneira. Em geral, essas ações buscam legitimar os interesses de uma classe dominante.

Esses interesses particulares no uso do espaço urbano deveriam ser mediados pelo Estado da forma menos parcial possível, mas muitas vezes os princípios democráticos são deixados em segundo plano para contemplar as demandas de grupos sociais economicamente favorecidos.

De acordo com Carlos (2001, p. 24)

o processo de reprodução espacial envolve segmentos diferenciados da sociedade, com interesses e desejos conflituosos. Todavia, o processo de reprodução espacial revela que os interesses divergentes podem entrecruzar-se sob a unidade do Estado, que tem inquestionável poder de comando.

Os espaços públicos passam assim a ser comandados pelo Estado, por meio de políticas públicas em consonância com os interesses de setores específicos da

sociedade. Ao se criarem zoneamentos de uso do solo urbano e intervenções urbanas significativas, o Estado controla esse espaço, legitimando suas ações por meio da própria legislação. Para Sobarzo (2004, p. 61), “no caso específico do espaço público, é possível afirmar que a sua relação com o poder municipal é direta, já que este exerce o seu domínio – do ponto de vista legal –, constituindo-se, por excelência, no espaço da intervenção do poder público”.

De acordo com Robba e Macedo (2010, p. 12) “a praça é, com certeza, um dos espaços urbanos mais visíveis e, por isso, é extremamente sensível às transformações de caráter modernizante do Poder Público”.

Em Limeira, observam-se grandes intervenções do Poder Público no espaço urbano pelas duas últimas gestões municipais (2005-2008 e 2009-2012). A duplicação do anel viário da cidade, a aprovação de novos loteamentos fechados em regiões nobres da cidade e as mudanças na infraestrutura viária que resultam na valorização do automóvel em detrimento do pedestre são exemplos de dominação política no espaço urbano (figuras 5 e 6).

**Figura 5 - Dominação do espaço: pedestres fora da prioridade municipal**



Fonte: Jornal de Limeira, 23/03/2012, p.1

**Figura 6 - Dominação do espaço: desapropriação pelo poder municipal**



Fonte: Jornal de Limeira, 03/05/2012, p.1

A construção desse viaduto pela Prefeitura Municipal favorece uma porção privilegiada da cidade com grande concentração de condomínios (figura 3). Justifica-se a obra pelo grande congestionamento gerado em horários de pico da cidade, e com isso, mais intervenções estão previstas para melhorar o fluxo nessa região, como a duplicação da Via Guilherme Dibbern que liga vários loteamentos fechados de alto padrão ao viaduto recentemente construído.

A construção do viaduto ligando uma região com muitos loteamentos e condomínios fechados ao centro da cidade demonstra o interesse do Poder Público em favorecer porções da cidade de alto padrão social e ampliar as possibilidades de reprodução do capital, melhorando a acessibilidade dos empreendimentos já existentes e de outros em implantação. Nesse sentido Sposito (2006, p.186) afirma que “os agentes da produção territorial dos espaços urbanos contemporâneos, ao implantarem os loteamentos fechados, consideram a acessibilidade como a condicionante fundamental para a definição de suas escolhas locais” (figura 7).

Observa-se a prioridade do poder público à circulação automotiva, já que os pedestres foram deixados em segundo plano, pois não tiveram suas demandas contempladas com a construção do viaduto em 2012, que custou cerca de 16 milhões de reais.



Figura 7 - Localização do viaduto recentemente construído



Fonte: Anúncio publicitário no Jornal de Limeira, 25/09/2011, p.11. Editado pelo autor.

Ao longo de todo o anel viário, que circunda a cidade e possui um grande tráfego de veículos, em seus 18 km de extensão, existe somente uma passarela para pedestres. Em vários trechos do anel viário existem três pistas de cada lado para serem atravessadas, resultando em acidentes e mortes por atropelamento. Fica evidente que a prioridade do poder público é atender aqueles que possuem automóveis em detrimento daqueles que precisam se deslocar à pé (figura 8).

Figura 8 - Anel Viário: necessidade de passarelas

**ANEL VIÁRIO**

## Pedestres cobram passarelas

Trecho no Cecap, duplicado há 7 anos, coloca vida de moradores sob risco

André Montanher  
LIMEIRA  
andre@jornaldelimeira.com.br

Sete anos após a entrega da obra de duplicação do Anel Viário, na altura do bairro Cecap, uma situação continua gerando risco e ameaçando vidas. É a travessia de pedestres pela via duplicada, nos sentidos Cecap-Vila Cláudia, e vice-

profundas dificuldades. A dona de casa Ester Maria Padron precisou correr com um filho no colo, um segurando sua mão e o outro acompanhando ao lado, para poder atravessar a via. "Passo este sufoco todos os dias para levar e buscá-los na escola", apontou. Contar com a parada dos motoristas antes da faixa de pedestres parece ser missão impossível - em vez disso, é preciso aguardar uma oportunidade rara, em que o fluxo da rotatória obriga a parada de quem vem do Anel Viário. Para dificultar, a via possui três faixas de rolamento

na em uma das faixas parou para ela atravessar, mas outro carro que vinha na faixa seguinte atrás não parou. Ela foi atingida e ficou estendida no chão, a poucos metros de mim", conta. "Quando vão colocar uma passarela aqui?", emendou.

**PASSARELA**  
A mesma pergunta fez o coletor de recicláveis José Luis Martins. "A prefeitura duplicou a via, e melhorou a situação para quem tem carro. É quem não tem, não merece atenção?", questionou. Para ele, uma passarela simples poderia resolver o pro-

Atravessar Anel Viário é desafio em trecho do Cecap

Fonte: Jornal de Limeira, 10/04/2012, p.6

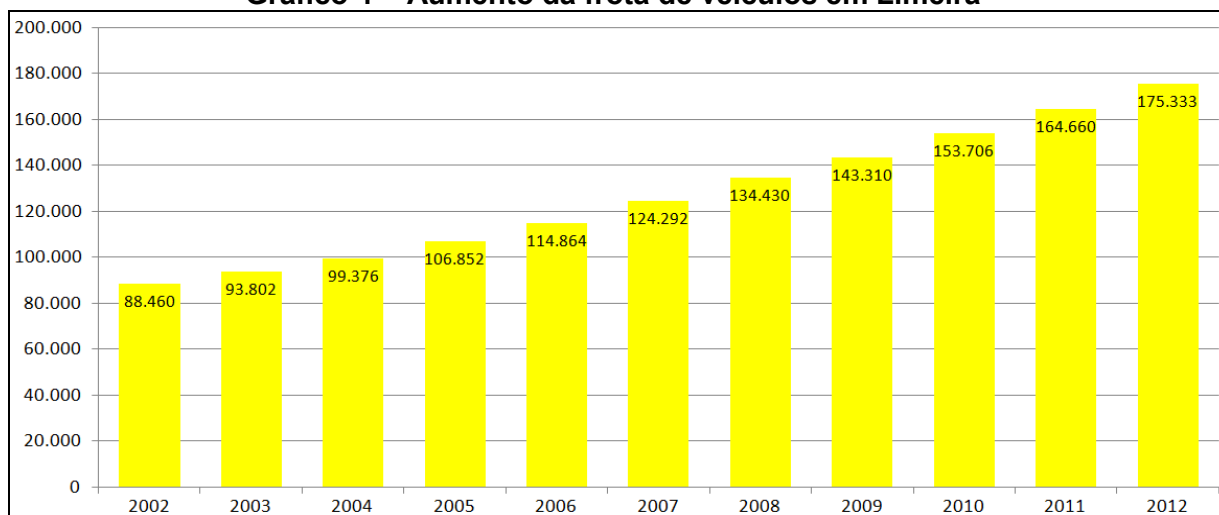
É válido ressaltar que existe um grande número de bairros que se localizam fora do perímetro do anel viário, tendo um considerável fluxo de pedestres que atravessa o anel viário dos bairros mais periféricos em direção aos bairros mais centrais da cidade e vice-versa.

Para Carlos (2001) o primado do transporte individual se estabelece com vigor na metrópole criando a ‘cidade do automóvel’ e produzindo espaços vazios que permitem a construção da ‘cidade como circulação’. Tratando do emuralhamento da vida social nas cidades Gomes (2006, p.183) esclarece que

o uso da via pública se restringe ao seu valor mais instrumental primário, a circulação. Saímos cada vez menos e quando o fazemos, em geral por absoluta necessidade, devemos usar um automóvel, que nos levará a um lugar preciso, onde, habitualmente, reproduz-se a ideia de confinamento e de segurança.

Embora nas metrópoles a primazia do automóvel seja mais evidente, observa-se que as cidades médias, especialmente em regiões com grande dinamismo econômico como no interior de São Paulo, o aumento da frota de veículos proporcionado pelo maior poder de consumo da classe média vem provocando grande impacto no sistema viário dessas cidades. Em Limeira, observa-se um aumento expressivo da frota de veículos na última década (gráfico 4).

**Gráfico 4 - Aumento da frota de veículos em Limeira**



Fonte: SEADE, 2013

Analisando a difusão do uso do automóvel em cidades médias, Sposito (2006, p.193) afirma que há uma redefinição do espaço público, já que “torna-se cada vez menos o lugar da vida e da sociabilidade para ser o lugar de passagem dos veículos”.

Para Lefebvre (1991, p. 110) “concebe-se o espaço de acordo com as pressões do automóvel. O Circular substitui o Habitar.” Segundo o autor, no “trânsito automobilístico, as pessoas e as coisas se acumulam, se misturam sem se encontrar. É um caso surpreendente de simultaneidade sem troca, ficando cada elemento na sua caixa, cada um bem fechado na sua carapaça” (p.111).

A afirmação de Lefebvre se torna ainda mais evidente nos dias atuais, onde a busca pela proteção e pelo conforto térmico faz as pessoas se isolarem dentro de seus automóveis ligando o ar condicionado, colocando *insufilm* nos vidros e evitando ao máximo o contato com os outros, com a cidade, com o que há no exterior do carro.

Assim, o poder público molda a cidade para atender aos interesses de empresários do setor automotivo, como concessionárias de veículos e postos de combustíveis. Isso permite ainda aumentar a arrecadação de impostos do município, gerando divisas para o poder público.

Lefebvre (1991, p. 111) afirma que:

Na verdade, não é a sociedade que o Automóvel conquista e ‘estrutura’, é o *cotidiano*. O Automóvel impõe sua lei ao cotidiano, contribui fortemente para consolidá-lo, para fixá-lo no seu *plano*: para planificá-lo. O cotidiano, em larga proporção hoje em dia, é o ruído dos motores, seu uso ‘racional’, as exigências de produção e distribuição dos carros etc.

Observa-se que o Estado fomenta a indústria automobilística no país há décadas, em detrimento dos investimentos em sistemas de transportes coletivos eficientes e baratos. A redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) dos automóveis promovida pelo Governo Federal em 2012 é um bom exemplo de que para alavancar a economia do país o importante é manter o consumo da população aquecido. Não leva em consideração na proposição de medidas dessa magnitude o aumento da poluição ambiental, as condições de infraestrutura viária das cidades e as possibilidades de inadimplência do consumidor, induzido pela mídia e pelo próprio governo. O resultado disso são os congestionamentos crescentes, o alto custo do transporte coletivo e a manutenção de um sistema de transporte insustentável.

As intervenções urbanas para viabilizar a construção da “cidade do automóvel” penaliza a sociabilidade urbana ao privilegiar os interesses do setor automotivo. Para Frúgoli Júnior (1995, p.12):

O modernismo característico de boa parcela do século XX vai priorizar a segmentação, especialização e funcionalidade do traçado urbano, integrando os espaços através das rodovias, cuja modernidade residiria em sua capacidade de produzir circulação motorizada.

O espaço público sofre grande ameaça com a primazia do automóvel particular nas cidades. Tendo em vista a lógica de reprodução do capital, o espaço público não fomenta as atividades produtivas como o setor automotivo, surgindo assim um problema de grande magnitude, a possibilidade de morte dos espaços públicos ou áreas verdes, como bem destaca Lefebvre:

Os proprietários de carros particulares têm um espaço à sua disposição que lhes custa muito pouco pessoalmente, embora a sociedade coletivamente pague um preço muito alto por isso. Este arranjo faz com que o número de carros aumente, para atender os fabricantes de automóveis [...]. O consumo produtivo do espaço - que é produtivo, acima de tudo, da mais-valia - recebe muita subvenção e enormes empréstimos do governo. Para 'áreas verdes' - árvores, praças que são nada mais que cruzamentos, parques da cidade - estes, obviamente, dão prazer à comunidade como um todo, mas quem paga por esse prazer? Como e de quem podem ser recolhidas as taxas? Uma vez que tais espaços não servem a ninguém em particular (embora eles tragam alegria às pessoas em geral), há uma tendência que eles morram. Consumo improdutivo não atrai investimento, pois tudo que produz é o prazer. (LEFEBVRE, 2007, p. 339, tradução nossa)

Percebe-se assim a necessidade de um modelo de gestão da cidade comprometido com o bem estar social, viabilizando o atendimento das demandas dos diversos grupos sociais nela existentes. Dentre as necessidades da população, o lazer é uma das mais elementares.

Embora a Constituição Federal (Brasil, 1988) estabeleça o lazer, dentre outros, como direito social indispensável, a maior parte da população não usufrui plenamente desse direito, devido a uma grande carência de espaços públicos de lazer em áreas urbanas. De modo geral, observa-se que os espaços públicos dotados de melhor infraestrutura se encontram em bairros cuja população desfruta de elevado padrão social.

O poder público assume grande responsabilidade na limitação de boa parte da sociedade aos espaços públicos de lazer. Por legitimarem interesses específicos de alguns grupos sociais, o Estado acaba por contribuir para a segregação socioespacial, deixando parte da população excluída de direitos fundamentais, como o lazer.

Em Limeira, são frequentes os casos de espaços públicos mal cuidados pela Prefeitura Municipal, contribuindo para que a frequência da população às praças diminua em razão de seus precários estados de conservação (figuras 9, 10 e 11).

Figura 9 - Descaso com o espaço público



Fonte: Jornal de Limeira, 11/02/2012, p.7

Figura 10 - Problema em praça no centro da cidade



Fonte: Jornal de Limeira, 08/08/2012, p.1

Figura 11 - População cobra limpeza em praça



Fonte: Jornal de Limeira, 03/03/2012, p.12

O espaço público é criado e administrado, a priori, pelo Estado. Assim, pode-se considerar esse espaço como um produto da relação entre o Estado e a

sociedade. Entretanto, durante a implantação e manutenção dos espaços públicos, o Estado não necessariamente atende aos anseios da sociedade, uma vez que busca legitimar interesses próprios em suas ações.

Correa (2005, p.26) chama a atenção para o fato de o Estado ter uma ação marcada por conflitos que envolvem interesses dos “diferentes membros da sociedade de classes, bem como da aliança entre eles”. O autor enfatiza que a atuação do Estado não se dá de modo socialmente neutro, tendo em vista que suas ações visam, fundamentalmente, “criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e reprodução das classes sociais”.

Para Lefebvre (1973, p. 96) “os espaços de lazer constituem objeto de especulações gigantescas, mal controladas e frequentemente auxiliadas pelo Estado”. O autor salienta ainda que

O capitalismo de Estado e o Estado em geral, têm necessidade da ‘cidade’ como *centro* (centro de decisões e também centro de riqueza, de informação, de organização do espaço). Ao mesmo tempo, fazem explodir e fragmentar-se e desaparecer a cidade como centro historicamente construído, como centro político. (p.17).

No planejamento do espaço urbano, observa-se que a atuação do poder público é voltada ao atendimento dos interesses de determinados segmentos sociais, como bem destaca Rodrigues (1988, p.96), o “Estado privilegia áreas onde as necessidades já estão supridas, pois, nas áreas onde moram estratos de classe média ou mesmo alta, há escolas de boa aparência, posto de saúde, vias asfaltadas, etc. e se busca complementar ou melhorar estes equipamentos”.

De acordo com Queiroga (2001, p.218) “a ação do Estado é pífia na constituição de áreas livres nos bairros de periferia e nos conjuntos habitacionais. São raras as praças efetivamente implantadas e mantidas pelo Poder Público nos bairros pobres”.

As práticas socioespaciais são profundamente modificadas sobre pressão e influência dos agentes hegemônicos. Em geral, os interesses desses grupos são atendidos pela iniciativa estatal, favorecendo uma dinâmica cíclica que leva a mais dominação.

Observa-se que as operações da Prefeitura Municipal no espaço público de Limeira favorecem determinados grupos sociais e formas de uso específicas,

contribuindo para a fragmentação do espaço urbano com a normatização de atividades que limitam a sociabilidade urbana.

Um fato interessante relacionado à região central da cidade refere-se à discussão sobre o alargamento da Rua Tiradentes. Os moradores e comerciantes da rua reagiram contrários a uma intervenção municipal que pretendia estreitar a largura das calçadas, chegando a iniciar as obras em uma calçada da via.

Como demonstração de sua “preocupação com os comerciantes” da rua, a Secretaria Municipal de Transportes realizou um levantamento com comerciantes da via perguntando-lhes se preferiam a redução da calçada ou a extinção do estacionamento para veículos na via. Sem mais alternativas, a maioria optou pelo fim do estacionamento (figura 12).

**Figura 12 - Tentativa de diminuir a calçada**

Opinião é de comerciantes da via ouvidos pela secretaria

**Paula Martins**  
LIMEIRA  
paula@jornaldelimeira.com.br

Após a polêmica envolvendo a diminuição do tamanho das calçadas da Rua Tiradentes, no Centro de Limeira, a Secretaria dos Transportes foi às ruas ouvir comerciantes, conforme mostrou o **Jornal de Limeira** ontem. Durante todo o dia, duas equipes da pasta estiveram na rua fazendo um levantamento com os comerciantes, questionando se eles preferem que a calçada seja diminuída ou que o estacionamento de vagas - que hoje é feito do lado direito da rua - seja retirado.

|| RUA TIRADENTES

## Preferência é por fim de estacionamento



MAGRICO E. MARTINS

**Secretaria** foi às ruas ouvir comerciantes

Fonte: Jornal de Limeira, 08/07/2011, p. 6

Em 2012 a Prefeitura Municipal fez mudanças no trânsito e retirou os estacionamentos que havia na rua para torná-la com o trânsito mais fluído. Para compensar a retirada dos estacionamentos na via, a prefeitura criou um estacionamento público em um lote limítrofe à rua. Essa medida amenizou o problema dos comerciantes, mas não resolveu integralmente a questão da retirada das vagas, tendo em vista a grande extensão da via pública. Assim, os comerciantes

que tem suas lojas mais distantes desse estacionamento público continuam a sofrer com a queda do movimento de clientes em seus estabelecimentos.

Muitos comerciantes foram prejudicados com essa medida, em especial aqueles mais distantes da região central, que viram o comércio cair drasticamente em função da proibição de estacionar na via. Embora o transporte público tenha se beneficiado com a criação de uma pista preferencial para circulação de ônibus, aquele espaço terá em médio prazo uma remodelação do comércio, uma vez que muitos lojistas estão se mudando da rua ou encerrando suas atividades. Demonstre-se assim a prioridade do poder público à circulação nas cidades com alternativas como o recuo das calçadas ou o fim do estacionamento.

A preferência que o poder público dá aos proprietários de veículos particulares é evidenciada com frequência. Em recente operação urbana o poder público deslocou os principais pontos de ônibus de uma praça central da cidade para um terminal integrado de transportes, mais afastado da grande região central. Com isso, parece ter havido um “saneamento” do centro da cidade, principalmente na Praça Coronel Flamínio, que atualmente perdeu o movimento em função da retirada dos pontos de ônibus. O comércio em volta da praça também sofreu queda do número de clientes por essa razão. Não queremos com isso afirmar que esse deslocamento não fosse necessário, mas que com determinadas ações do poder público a dinâmica socioespacial da cidade altera-se profundamente.

Com a difusão do modelo neoliberal, o Estado exime-se cada vez mais de oferecer espaços públicos favoráveis à sociabilidade. Observa-se assim uma redução do papel do Estado e um aumento do poder privado no oferecimento de alternativas de lazer para a população nas cidades. Nesse contexto, Leite (2007, p.74) esclarece que

essa reordenação do papel do Estado no contexto da desregulamentação econômica tem deslocado antigas funções do poder público para a iniciativa privada, como forma de diminuir o déficit público e criar novos segmentos para o mercado de capital. As noções de ‘Estado mínimo’ e de ‘livre mercado’ [...] não apenas esvaziaram as políticas de bem-estar como também reeditaram uma política econômica centrada na lógica do mercado.

Essa lógica de mercado separou em fragmentos a vida cotidiana, onde o espaço público perde cada vez mais seu atributo de possibilitar encontros e discussões, devido à diminuição da espontaneidade nas relações sociais. Nessa estratégia capitalista, as pessoas passam a reproduzir os mesmos hábitos e



comportamentos, valorizando cada vez mais o espaço privado em detrimento do espaço público.

Para Carlos (2007a, p.54-55) as ações cotidianas passam a manifestar

o lugar dos gestos repetitivos e da uniformidade e homogeneidade de hábitos, formas de uso, comportamento, valores, etc. Tudo programado pelo capitalismo e pela estratégia estatal que organiza o cotidiano (modo de morar, vestir, como e onde despendem as horas de folga e lazer) tratando de abolir a diferença.

Assim, o espaço público perde seu caráter de agregar as diferenças sociais, em uma convivência saudável das pessoas por meio do respeito e civilidade. O próprio poder público contribui no sentido de fragmentar o espaço público por meio da valorização e manutenção prioritária de áreas da cidade habitadas pela população de maior renda. Enquanto os bairros em que residem as camadas populares possuem diversos problemas que deveriam ser resolvidos pela prefeitura, como a falta de investimentos e o abandono dos espaços públicos já existentes.

### **2.2.2. A acumulação de capital no espaço urbano**

Viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, estar privado de coisas essenciais a uma vida verdadeiramente humana. (ARENDDT, 2010, p. 71).

Os espaços públicos têm fundamental importância para a interação social e bem-estar nas cidades. Entretanto, o processo de produção do espaço urbano carrega consigo as contradições inerentes da sociedade capitalista, sendo necessária uma melhor compreensão acerca das dinâmicas socioespaciais que envolvem as relações da sociedade com os espaços públicos de lazer.

Ao tratar da complexidade das relações de produção existentes no espaço urbano, Lefebvre (1999, p. 171) afirma que:

a cidade e a realidade urbana seriam o lugar por excelência e o conjunto de lugares onde se realizam os ciclos de reprodução, mais amplos, mais complexos, que os da produção que eles envolvem. A reprodução das relações (capitalistas) de produção, em particular, implica a reprodução da divisão do trabalho, isto é, separações no interior da divisão do trabalho.

O espaço urbano expressa contradições existentes em uma sociedade de classes e manifesta a segregação resultante das diferentes formas de uso do espaço. Lefebvre (2001) considera que o urbano, como forma e realidade, nada tem de harmonioso, pois ele também reúne conflitos, incluindo os de classes. Para o

autor, a acumulação do capital e as novas condições materiais possibilitadas pela evolução do capitalismo estariam relacionadas aos processos pelos quais o sistema capitalista consegue expandir sua influência por meio da manutenção e disseminação socioespacial de suas estruturas.

Para Carlos (2001, p. 16)

Cada vez mais o espaço, produzido como mercadoria, entra no circuito da troca, atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro de modo a viabilizar a reprodução. As possibilidades de ocupar o espaço são sempre crescentes, o que explica a emergência de uma lógica associada a uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando e tornando os espaços trocáveis a partir de operações que se realizam no mercado. Desse modo o espaço é produzido e reproduzido como mercadoria reprodutível.

Para Lefebvre (1973, p.25), “os fatores que permitem o crescimento das forças produtivas e a manutenção das relações de produção deterioram a vida social, a consciência, a ação, mascarando o fenômeno central”. Observa-se assim que a disseminação das estruturas do sistema capitalista influencia sobremaneira a vida cotidiana, interferindo nas práticas sociais e na qualidade de vida da população.

De acordo com Lefebvre (1991, p.67) os capitalistas após a 2ª Guerra Mundial “perceberam a possibilidade de agir sobre o consumo e por meio do consumo, ou seja, de organizar e estruturar a vida cotidiana”. Assim, os fragmentos da vida cotidiana se separam e cada um deles – a vida familiar, o trabalho, o lazer – é explorado de modo racional. Nesse sentido, o autor afirma que a subdivisão do cotidiano possui uma minuciosa e controlada organização do tempo, de modo que “qualquer que seja sua renda e qualquer que seja a classe a que pertence (empregados, ‘colarinhos-brancos’, pequenos e médios técnicos, grupos pequenos e médios) o *habitante* da cidade nova recebe o estatuto generalizado de proletário”.

Lefebvre (1991, p.82) afirma que “o cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planificada. Bem cuidado, ele tende a constituir um sistema com um bloqueio próprio (produção-consumo-produção)”.

Essa regulação, imposta pela lógica do mercado, favorece a segregação socioespacial que se faz presente na localização dos espaços públicos. Assim, áreas com mais amenidades e áreas verdes localizam-se nas proximidades de bairros cujos grupos sociais possuem um elevado padrão de consumo. O valor de

troca suprime o valor de uso no espaço urbano, limitando a apropriação do espaço pela maioria da sociedade.

A reprodução do espaço urbano no mundo contemporâneo traz novos significados aos espaços de lazer, que se transformam gradativamente em lugares de consumo. A falta de condições de vida adequadas para todos, inclusive com a carência de espaços públicos de lazer, permite que a lógica de consumo do espaço se difunda na sociedade, como bem destaca Carlos (2007, p.51) ao afirmar que:

o espaço se encontra, cada vez mais, dominado pela troca, na medida em que áreas antes desocupadas entram no circuito da troca ocupadas por novas indústrias como a do turismo e lazer. Neste processo, a cidade transforma-se no espetáculo do consumo, as ruas redimencionam-se e ganham outro conteúdo que elimina o lúdico, pois transforma-se em lugar de passagem. As grandes lojas de departamento e os shoppings centers substituem o lazer, ou melhor, viram lazer.

Para Carlos (2003), o atual momento da história é marcado pela passagem da cidade construída como obra humana para a cidade voltada para a supremacia do valor de troca, havendo assim o triunfo do valor de troca sobre o valor de uso, reduzindo a capacidade de apropriação do espaço pela vida cotidiana.

Pensamos que os espaços públicos devem ser um bem coletivo, de acesso irrestrito a todos os cidadãos. Entretanto, observa-se que nas últimas décadas os espaços públicos têm se firmado cada vez mais como mercadoria, havendo certa hegemonia dos espaços privados sobre os espaços públicos quando se analisa os espaços de lazer na cidade.

Na prática, grupos sociais menos favorecidos reproduzem o espaço público de modo diferenciado, seja pela carência de áreas de lazer em seus bairros, seja pela falta de políticas públicas de valorização desses espaços. Além disso, alguns espaços públicos têm seu uso limitado a determinados grupos sociais, o que não deveria acontecer, pois, se público, esse espaço é para todos.

O capitalismo modificou os elementos da vida cotidiana, como o lazer, apropriando-os para seu uso. Assim, o capitalismo transformou a arte, o lazer, a realidade urbana e cotidiana em objetos de produção e consumo “cultural”. (LEVEBRE, 1973).

Analisando a cidade como produto das relações econômicas na modernidade, Carlos (2007, p.66) argumenta que

o uso das ruas, por exemplo, modifica-se profundamente e elimina os pontos de encontro e, com isso, rompe as possibilidades do próprio

encontro, enquanto a expulsão de parte dos moradores e a mudança das funções das construções (residências que se transformam em pequenos negócios de prestação de serviços, ou mesmo estacionamentos) rompem com as antigas relações de vizinhança, propiciando a perda da sociabilidade. O esvaziamento do sentido e das possibilidades de apropriação dos espaços públicos assinala a construção dos espaços semi-públicos em substituição à rua (é assim que os *shoppings centers* se proliferam e tornam-se centros de lazer).

Observa-se que a lógica de mercado imposta ao espaço urbano contribui para a perda da urbanidade e, por consequência, limita uma efetiva apropriação dos espaços públicos de lazer pela população. Nas últimas décadas, os *shoppings centers* tornaram-se os principais espaços de lazer de boa parte da população urbana, evidenciando assim o atual período de privatização do espaço.

O *shopping center* representa um claro exemplo de transformação do espaço em mercadoria, à medida que somente determinadas classes sociais costumam frequentá-lo. Em nosso entender, esses espaços possuem o caráter restritivo dos espaços privados, uma vez que limitam o acesso de camadas sociais populares, ao favorecer as pessoas que possuem automóveis e tem condições de pagar o estacionamento. Além disso, muitos *shoppings* não são dotados de linhas de transporte público que permitam o acesso das camadas populares.

Essa privatização dos espaços de lazer distanciam os cidadãos dos espaços públicos, a medida que parte da população, principalmente de segmentos sociais médios e altos, opta pelo lazer em ambientes fechados, para se privarem dos aspectos negativos da cidade, como a violência e a pobreza. Para Alex (2008, p.99),

*o shopping center* fechado e climatizado possibilitou a separação do mundo interior do exterior, com muitas oportunidades de recriar a natureza por meio de temas e fantasias ambientais, aliado à concepção de espaços urbanos sem os aspectos negativos da cidade, como sujeira, congestionamentos e pobreza.

A difusão dos *shoppings centers* pelo espaço urbano contribui para a perda da urbanidade à medida que uma parcela crescente opta por ter sua prática social em espaços privados e, por consequência, limita uma efetiva apropriação dos espaços públicos, que se tornam em alguns pontos da cidade marcados pelo abandono do poder público e da sociedade.

Em Limeira, observa-se um grande crescimento da população que utiliza os *shoppings centers* como únicos espaços de lazer fora de suas casas. Essa tendência tende a se agravar com a instalação de mais dois grandes *shoppings* na

cidade: o Shopping Center Limeira (foto 1), localizado às margens da Rodovia Anhanguera começou suas atividades em novembro de 2012 e o Shopping Nações (figura 13), localizado às margens das Rodovias Bandeirantes e Limeira-Piracicaba, foi inaugurado em setembro de 2013.

**Foto 1 - Shopping Center Limeira: na época de sua construção**



Fonte: Jornal de Limeira, 31/05/2012, p.1

**Figura 13 - Shopping Nações Limeira: perspectiva ilustrada em anúncio publicitário**



Fonte: Jornal de Limeira, 28/08/2011, p.9

Observa-se que o lazer, elemento essencial para uma boa qualidade de vida, torna-se cada vez mais restrito aos grupos sociais que podem pagá-lo, e com isso, o lazer privado, mediado pela economia de mercado, suprime o lazer gratuito, que deveria ser vivido nos espaços públicos. Para Santos (2000, p. 48),

o lazer na cidade se torna igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e pelo ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais.

Nesse contexto, Lefebvre (1973, p. 96) considera que o lazer passa a fazer parte da divisão social do trabalho,

não só porque o lazer permite a recuperação da força de trabalho, mas também porque passa a haver uma indústria dos lazeres, uma vasta comercialização dos espaços *especializados*, uma divisão do trabalho social projetada no território, e que entra na planificação global.

Essa planificação está intimamente relacionada com as transformações socioespaciais nas cidades, que permitem a reprodução das relações sociais de produção. Para Harvey (2005) as estratégias de regeneração urbana envolvem diversas inovações e melhorias físicas nesse espaço voltadas para o consumo e entretenimento. “Acima de tudo, a cidade tem de parecer um lugar inovador, estimulante, seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir.” (p. 176).

De acordo com Marcelino (2006, p. 66) “democratizar o lazer implica em democratizar o espaço”. Observa-se que o espaço público oferece restritas oportunidades de apropriação em áreas carentes de infraestrutura e de políticas públicas para valorização do lazer. Muitos fatores limitam o acesso ao lazer pela população menos favorecida, dentre eles a falta de uma efetiva apropriação do espaço público, a escassez de tempo, e principalmente, a urgência no atendimento de necessidades básicas de sobrevivência, como alimentação, saúde e moradia.

A localização dos espaços públicos de lazer contribui significativamente na dinâmica de valorização do espaço urbano. Analisando os parques urbanos na orla de Salvador, Serpa (2007, p. 24) salienta que esses novos parques colaboram para a “valorização imobiliária das áreas nobres da cidade, acrescentando novas amenidades físicas aos bairros que já possuem melhor infraestrutura de comércio e serviços, bem como vias expressas para circulação de veículos particulares”.

A dinâmica socioespacial presente no espaço urbano coloca como desafio a interpretação de um espaço público repleto de nuances e contradições. O crescimento vertiginoso de condomínios fechados e a difusão dos *shoppings centers* são novas estratégias do mercado imobiliário para reprodução do capital, camuflando as diferenças sociais e interferindo diretamente na vida cotidiana, que favorece esses novos espaços em detrimento do espaço público.

Outra forma crescente de dominação do espaço público refere-se a difusão de loteamentos e condomínios fechados nas cidades. Essa nova forma urbana surgiu nas grandes cidades e logo se disseminou pelas cidades médias. Atualmente, até em pequenas cidades do interior paulista são criados esses *enclaves fortificados* (CALDEIRA, 2000).

Analisando a dinâmica dos loteamentos fechados em cidades médias do Estado de São Paulo, Spósito (2006) destaca especificidades desse processo, como a possibilidade de criação desses loteamentos, dentro ou bem próximo à malha urbana, devido ao menor preço da terra se comparado às regiões metropolitanas, ou ainda a menor extensão territorial das cidades médias, que permite a descontinuidade do tecido urbano sem causar problemas significativos de elevados custos e tempo de deslocamento como nos grandes centros, favorecendo assim a comercialização pelos empreendedores imobiliários.

Para Melgaço (2010, p. 15):

o termo *condomínio fechado* já está devidamente consolidado no imaginário coletivo brasileiro. Para a maior parte dessas pessoas, ele remete, conforme já comentado, ao contato com o verde, casas grandes e espaçosas, homogeneidade social, status, áreas privativas de lazer e segurança. O termo carrega um valor simbólico que não deve ser desprezado, pois, para muitos, o ideal do morar bem é exatamente morar em condomínio fechado.

De acordo com Caldeira (2000, p. 258) “os condomínios fechados não são um fenômeno isolado, mas a versão residencial de uma nova forma de segregação nas cidades contemporâneas”.

Essa segregação socioespacial justifica-se pelos moradores desses condomínios pela necessidade de proteção diante da escalada de violência nas cidades, constantemente veiculada pela mídia<sup>3</sup>. Entretanto, as justificativas para o

---

<sup>3</sup> O argumento da segurança para justificar a moradia nos condomínios fechados é questionável. Observa-se com frequência casos de assaltos, roubos e sequestros nesses lugares, tanto como nos demais espaços da cidade. Muitas vezes ocorrências desses tipos de crime nos

crescimento dessa nova forma de moradia são complexas e com motivações variadas. Representam a possibilidade de maior reprodução do capital pelos agentes imobiliários, dinamizam o mercado da segurança privada expressa por vigilantes armados e câmeras de segurança, e principalmente, reafirmam a condição de elevado status social de seus moradores.

Caldeira (2000, p.259) afirma que “os enclaves fortificados conferem status. A construção de símbolos de status é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distância e desigualdade sociais”. Para a autora, existe ainda “uma elaboração simbólica que transforma enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância em símbolos de status. Essa elaboração é evidente nos anúncios imobiliários.” (p.259).

Essa construção de elevado status social aos moradores de condomínios fechados se dá pela mídia e principalmente pelas campanhas publicitárias no lançamento de novos empreendimentos, nos quais as qualidades evocadas são geralmente a segurança, o conforto e o lazer de se morar em um ambiente monitorado e distante dos problemas da cidade. Para Melgaço (2010, p. 150)

o ideal de felicidade vendido pelos agentes imobiliários passa pelo conceito de que é bom aquilo que pode ser usufruído de modo individual ou, no máximo, por um grupo de “semelhantes”. Muitas campanhas reforçam, por exemplo, o privilégio de se ter praças de lazer exclusivas e sem a incômoda presença de “estranhos”. Em substituição a ter de lidar com o “outro” em uma praça pública de esportes, prefere-se o privilégio de ter um campo de futebol particular, mesmo que ele passe a maior parte do tempo subutilizado por falta de jogadores.

De acordo com Caldeira (2000, p.259)

os enclaves privados e fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição.

A divulgação das estatísticas de crimes violentos faz parte da estratégia de marketing dos empreendedores imobiliários para garantir que mais pessoas vejam os condomínios fechados como a única opção para se livrarem do medo e insegurança dos espaços abertos da cidade. Para Caldeira (2000, p.258) os

---

condomínios fechados não são veiculadas pela mídia graças às pressões de agentes imobiliários que buscam evitar que a imagem do condomínio seja alterada diante de grupos sociais sedentos por habitá-lo.



condomínios fechados “ênfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade”. Reforçam também a sensação de segurança e reafirmam o status social de seus moradores, já que os aparatos de segurança e monitoramento nesses empreendimentos tornam-se cada vez mais sofisticados e caros (figura 14).

**Figura 14 - Medo no condomínio e o mercado da segurança**



Fonte: Jornal de Limeira, 31/05/2013, p.1

A difusão dos condomínios fechados altera significativamente as relações sociais presentes no espaço urbano, que se torna cada vez mais segregado e fragmenta os aspectos da vida cotidiana, como o trabalho e o lazer. Isso enfraquece o caráter público dos espaços de lazer na cidade, uma vez que as parcelas mais abastadas da sociedade optam por lugares privados e fechados. Nesse sentido, Caldeira (2000, p.258) afirma que os condomínios fechados

estão mudando consideravelmente a maneira como as pessoas das classes média e alta vivem, consomem, trabalham e gastam seu tempo de lazer. Eles estão mudando o panorama da cidade, seu padrão de segregação espacial e o caráter do espaço público e das interações públicas entre as classes.

De acordo com Sobarzo (2004, p. 105)

O loteamento fechado parece representar, fielmente, o anseio de uma parte da população de deixar a cidade aberta e seus espaços públicos. Em grande medida, essa parcela da população é a mesma que tende a abandonar o centro da cidade como local de compras e passeio, e a erigir o *shopping center* como um dos principais espaços de socialização.

Esse comportamento favorece o declínio dos espaços públicos, pois “à medida que as elites se retiram para seus enclaves e abandonam os espaços públicos para os sem-teto e os pobres, o número de espaços para encontros públicos de pessoas de diferentes grupos sociais diminui consideravelmente”. (CALDEIRA, 2000, p.301).

Caldeira (2000, p.313) esclarece os efeitos desse isolamento social para os espaços públicos ao afirmar que:

Na medida em que os espaços para os mais ricos são fechados e voltados para dentro, o espaço que sobra é abandonado àqueles que não podem pagar para entrar. Como os mundos privatizados das camadas mais altas são organizados com base nos princípios de homogeneidade e exclusão de outros, eles são por princípio o oposto do espaço público moderno. No entanto, os espaços públicos restantes, territórios do medo, não podem aspirar aos ideais modernos. A vida cotidiana na cidade de muros reforça exatamente os valores opostos: incivilidade, intolerância e discriminação.

Desse modo, a possibilidade de se apropriar de um espaço público socialmente diverso é limitada à medida que são edificadas novas formas urbanas baseadas na uniformidade social, como nos condomínios fechados. A vida pública nas praças e parques urbanos é prejudicada em função da dominação do espaço urbano por agentes hegemônicos, que dele se apropria para a reprodução ampliada do capital por meio desses novos empreendimentos urbanos.

Nesse sentido, Bauman (2009, p. 71) considera que

a tendência a retirar-se dos espaços públicos para refugiar-se em ilhas de ‘uniformidade’ acaba se transformando no maior obstáculo para viver com a diferença, e desse modo, enfraquece os diálogos e os pactos. Com o passar do tempo, a *exposição à diferença* transforma-se em fator decisivo para uma convivência feliz, fazendo secar as raízes urbanas do medo. (grifos do autor).

A diversidade nos espaços públicos torna-se cada vez mais rara, já que boa parte da sociedade está confinada em espaços socialmente homogêneos exatamente para fugir dos problemas da cidade aberta. Para fortalecimento da cidadania é fundamental que a população conviva com as diferenças, e o espaço público é terreno privilegiado para que as interações entre diferentes grupos sociais aconteçam.

Com a disseminação dos condomínios fechados, o espaço público fortalece seu estigma de local ameaçador, reduto da violência e lócus da pobreza da cidade. O aumento dos loteamentos e condomínios fechados em Limeira nas últimas

décadas é um condicionante importante para se avaliar a difusão de novas formas de acumulação de capital pelos empreendedores imobiliários, a materialização das desigualdades sociais e o descaso do poder público com alguns espaços públicos da cidade, carentes de sociabilidade urbana.

O crescimento de condomínios fechados em Limeira permite que as áreas de lazer tornem-se cada vez mais privadas, limitando a maioria da população de usufruir desses espaços. Assim, o processo de reprodução do espaço público ocorre de forma desigual e combinada, favorecendo os agentes dominantes que visam à acumulação do capital e privando a maior parte da população de uma efetiva apropriação dos espaços públicos na cidade.

### **2.3. Planejamento urbano e gestão do espaço público**

O planejamento urbano e a gestão urbana dos espaços públicos são analisados neste item sob uma perspectiva crítica, tomando as ações realizadas em Limeira como referência de análise. Observa-se que em outras cidades médias, os planos que visam uma melhor organização socioespacial também apresentam semelhanças com o caso limeirense, podendo a análise presente subsidiar políticas públicas que visem uma gestão urbana comprometida com o bem estar social.

Planejar a cidade visando sua melhor organização passou a ser uma preocupação para o poder público desde o início da era industrial. A política higienista do Barão de Haussman em Paris, no século XIX, representa um exemplo da ‘modernização’ da cidade para atender aos interesses da classe hegemônica naquela época. Não havia uma preocupação eminentemente social ou a tentativa de estabelecer maior justiça social nas cidades da época.

A necessidade de planejamento nas cidades se agravou com o expressivo crescimento urbano provocado pela industrialização. Na primeira metade do século XX, o planejamento urbano clássico teve como precursor e principal expoente Le Corbusier, que em suas obras, defendeu a racionalidade e o disciplinamento da cidade, bem como mudanças nas condições de vida da classe trabalhadora para melhor reprodução da força de trabalho na cidade industrial.

Le Corbusier defendeu uma separação funcional da cidade, com unidades de habitação, trabalho, lazer, circulação e paisagem. Para ele, a cidade deveria funcionar como uma máquina em perfeita harmonia, na qual a ordem deveria ser o

meio e o fim do trabalho dos engenheiros. A organização da cidade seria alcançada com loteamentos vastos, ortogonais e com um traçado regulador, sem levar em consideração as condicionantes históricas e culturais de formação das cidades. (LE CORBUSIER, 2000). No Brasil, a construção de Brasília na década de 1950 seguiu os preceitos do modernismo idealizado por Le Corbusier.

A partir dos anos 1970, começaram a surgir críticas ao modernismo e ao seu planejamento regulatório. Severas críticas ao planejamento urbano modernista foram feitas por Henri Lefebvre (1999a; 2001), Jane Jacobs (2000), Tereza Caldeira (2000), entre outros.

Para Caldeira (2000, p.311)

o planejamento urbano modernista aspirava transformar a cidade em um único domínio público homogêneo patrocinado pelo estado, eliminar as diferenças para criar uma cidade racionalista universal, dividida em setores de acordo com funções urbanas: residência, trabalho, recreação, transporte, administração e cívica. [...] Ao destruir a rua como espaço para a vida pública, o planejamento modernista também minou a diversidade urbana e a coexistência de diferenças. O tipo de espaço que ele cria promove não a igualdade – como pretendido – mas apenas uma desigualdade mais explícita.

De acordo com Caldeira (2000, p.312) as “criações modernistas transformam radicalmente a vida pública”. Nos enclaves fortificados a autora afirma que essas criações “são usadas não para destruir os espaços privados e produzir um espaço público total e unificado, mas explicitamente para destruir os espaços públicos”.

Os elementos da arquitetura e do planejamento modernistas que sobrevivem na nova forma urbana dos enclaves são aqueles que destroem o espaço público e a vida social modernos: ruas mortas transformadas em vias expressas, construções esculturais separadas por vazios e ignorando o alinhamento das ruas, muros e tecnologias de segurança enquadrando o espaço público como residual, enclaves voltados para o interior, separação de funções e destruição de espaços diversos e heterogêneos. (CALDEIRA, 2000, p. 312)

As críticas ao planejamento urbano referem-se, de modo geral, à maneira como sua realização ocorre por parte do poder público, beneficiando determinados agentes de produção do espaço em detrimento de outros. Analisando o caso brasileiro, Souza (2008, p. 93) considera que o planejamento urbano no país quase sempre foi negligenciado, e “*quase sempre* foi, também, malfeito e/ou manipulado pelas elites com o objetivo de servir a propósitos segregacionistas ou especulativos”.

Desse modo, boa parte da crítica ao planejamento urbano se dá pelo seu uso político, de modo a favorecer determinadas porções da cidade e acentuar a segregação socioespacial no espaço urbano. Para Souza (2008, p.95)

o planejamento urbano promovido pelo Estado tem, no Brasil como em outros países, servido, na maioria das vezes, para tornar *mais fácil* a vida das elites (enquanto capitalistas e moradores de bairros nobres) e, secundariamente, da classe média. Quanto aos pobres, o Estado, mediante o planejamento, não costuma facilitar-lhes a vida para além da viabilização das condições de sua reprodução e de seu deslocamento na qualidade de vendedores de força do trabalho, ou então sob pressão e consideração estrita de algum cálculo eleitoral.

Observa-se assim que o caráter de superação da realidade socioespacial vigente por meio do planejamento urbano é subestimada por gestores públicos pouco comprometidos com a justiça social. Os interesses políticos e eleitorais frequentemente se superpõem às necessidades da população menos favorecida, agravando as desigualdades socioespaciais nas cidades. De acordo com as proposições de Souza (2008, p.95)

o planejamento urbano é, por excelência, uma atividade política, mas também a negligência para com o planejamento estatal formal e a própria má qualidade técnica, tão frequentes no Brasil, possuem causas políticas [...]. Uma dessas causas, bastante evidente, é a de que, aos olhos de muitos administradores e políticos, gastos com planejamento aparecem simplesmente como custo, e não como investimento. Há, porém, condicionantes mais claramente políticos, e que muitas vezes são os mais decisivos: por exemplo, o fato de que a falta de planejamento e o imediatismo apresentam vantagens para administradores e políticos viciados no patrimonialismo (e, às vezes, corruptos) como não explicitar as regras do jogo e facilitar a tomada de decisões casuisticamente.

Essas decisões, tomadas sem levar em consideração as diretrizes de um planejamento comprometido com o bem estar social, levam à fragmentação do tecido urbano e à deterioração da qualidade de vida de boa parte da sociedade. A grande carência de espaços públicos de lazer em bairros populares demonstra que as necessidades básicas dessas populações não são integralmente ofertadas. O crescimento de espaços privados destinados ao lazer é também indicativo de uma gestão urbana comprometida por interesses econômicos de classes socialmente abastadas.

O modelo neoliberal disseminado no mundo subdesenvolvido a partir dos anos 1990 resultou em mudanças socioespaciais significativas nas cidades. Sob a égide da economia de mercado e do neoliberalismo, o Estado reduziu

consideravelmente seus investimentos em estruturas e serviços públicos fundamentais ao bem estar social, como educação, saúde, transporte e lazer. A primazia do automóvel individual em detrimento do transporte público e a expansão do lazer privado em substituição ao lazer público demonstram a valorização do setor privado e a diminuição dos investimentos públicos em elementos fundamentais para a vida social, como os espaços públicos de lazer.

Na realidade brasileira, o planejamento é geralmente utilizado pelo Estado como um instrumento político de controle do espaço urbano, fragmentando-o e dominando-o de acordo com interesses de grupos específicos. Assim, a reprodução do espaço público ocorre de modo desigual e combinado, tendo em vista que muitas áreas das cidades não possuem os espaços públicos de lazer necessários à melhoria da qualidade de vida urbana. A população carente é a principal prejudicada por esse modo desigual de organização do espaço urbano, pois tem limitadas suas possibilidades de apropriação dos espaços públicos.

O Estado, embora seja o principal agente do planejamento urbano, não pode e nem deve ser o único protagonista desse processo. As soluções e propostas dos ativismos sociais devem ser consideradas na produção do espaço urbano, tanto com suas importantes críticas ao modo como o planejamento é realizado pelo Estado, como propondo estratégias e planos alternativos. (SOUZA e RODRIGUES, 2004).

Para Souza (2006, p. 262)

Democratizar o planejamento e a gestão implica, por conseguinte, colocar o planejamento e a gestão dentro do raio de alcance decisório do corpo de cidadãos, retirando ambos de seu 'pedestal', quer dizer, de sua condição de pretendido monopólio de profissionais a serviço do Estado capitalista.

Assim, deve-se questionar a finalidade objetiva do planejamento urbano. Ele pode servir como um instrumento de controle e dominação por parte do Estado e das classes hegemônicas, mas também pode ter uma finalidade oposta, contribuindo efetivamente na melhoria das condições de vida urbana por meio de uma gestão comprometida com maior justiça social. Para atingir esse último objetivo, além da vontade política, é fundamental ampliar a participação social nas políticas públicas relacionadas ao planejamento e gestão das cidades. Ou seja, o sucesso de um projeto urbano comprometido com o bem estar social depende do modo como o poder público e a sociedade se articulam durante esse processo.

Em alguns momentos, pode haver uma correlação de forças políticas que façam o Estado agir de modo diferente, principalmente se houver uma maior consciência e mobilização da sociedade para fiscalizar e propor mudanças no planejamento urbano, que levem o poder público a colaborar na diminuição das desigualdades socioespaciais. (SOUZA e RODRIGUES, 2004).

De acordo com Souza (2002, p. 52), a cidade não pode ser vista como uma “massa passivamente modelável ou como uma máquina perfeitamente controlável pelo Estado”. Para o autor, a cidade deve ser entendida como um

fenômeno gerado pela interação complexa, jamais plenamente previsível ou manipulável, de uma miríade de agentes modeladores do espaço, interesses, significações e fatores estruturais, sendo o Estado apenas um dos condicionantes em jogo (ainda que seja um condicionante crucial nas modernas sociedades capitalistas).

Souza (2002) destaca a importância do planejamento e gestão urbanos como instrumentos para alcançar o desenvolvimento socioespacial nas cidades. Esse desenvolvimento pode ser expresso pela melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social sob o ponto de vista da autonomia.

Uma sociedade basicamente autônoma significa, ‘apenas’, uma sociedade na qual a separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos foi abolida, com isso dando-se a oportunidade de uma esfera pública dotada de vitalidade e animada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes. (SOUZA, 2002, p. 175)

Ressalta-se assim a importância da participação social na construção de um planejamento urbano voltado ao desenvolvimento socioespacial. Somente com a participação ativa da sociedade na condução de políticas públicas para a cidade pode-se apropriar do conceito de autonomia no planejamento e gestão do espaço urbano. Para Souza (2002, p. 177) “o aparelho do Estado pode, dependendo da conjuntura e das constelações de forças, protagonizar ações e implementar políticas públicas que conduzam a um aumento do grau de autonomia dos desprivilegiados”.

O planejamento urbano deve favorecer uma maior proximidade do Estado com a sociedade por meio de debates e discussões que permitam decidir conjuntamente as melhores escolhas, visando maior justiça social, para o futuro da cidade. Esse futuro pode ser muito bem planejado no momento presente.

Portanto, deve-se considerar neste momento a distinção entre o *planejamento* e a *gestão* do espaço urbano, que são termos diferentes, mas com um elevado grau

de complementaridade. A diferença primordial entre o planejamento urbano e a gestão urbana está na perspectiva temporal de suas ações.

O planejamento urbano refere-se aos planos e diretrizes que poderão permitir, no futuro, que a cidade seja semelhante aos objetivos traçados anteriormente. O planejamento pode ter ou não o resultado esperado, uma vez que a cidade é um organismo dinâmico capaz de promover transformações socioespaciais que não eram necessariamente esperadas pelos planejadores. Todavia, é certo que o planejamento urbano pode contribuir e muito para que a cidade do futuro seja semelhante com a vislumbrada no momento presente. Para Souza e Rodrigues (2004, p. 16), “um bom planejamento *umenta* as chances das coisas darem certo”.

Já a gestão urbana é uma atividade que se refere ao momento presente, diante das possibilidades e recursos que a administração pública possui para efetivar suas ações na cidade. Essas ações do presente podem ter sido anteriormente previstas no planejamento urbano, que conseguiu assim se precaver dos problemas que desviariam o plano dos objetivos propostos. De acordo com Souza e Rodrigues (2004, p. 17), o planejamento é a “preparação de uma gestão futura”.

O planejamento e a gestão urbana são imprescindíveis para uma melhor organização das cidades. Com o planejamento urbano tenta-se prever os acontecimentos que podem conduzir ou afastar a cidade do desenvolvimento socioespacial no futuro. Com a gestão urbana, a administração da cidade pelo poder público pode colocar em prática o planejamento anteriormente traçado ou simplesmente ignorá-lo, tornando a cidade mais suscetível aos problemas socioespaciais.

Para Souza e Rodrigues (2004, p. 24),

a prática do planejamento e da gestão é *política* por excelência, uma vez que envolve *relações de poder*, conflitos e interesses de grupos, classes, instituições, empresas etc. Por outro lado, eles não são, *a priori*, nem conservadores nem progressistas; *eles serão aquilo que os homens e as mulheres fizerem deles.* (grifos dos autores)

Porém, para Souza e Rodrigues (2004, p. 24), em uma sociedade capitalista, “o planejamento e a gestão *tendem* a ser conservadores” já que o Estado geralmente é controlado por classes dominantes que defendem a manutenção da ordem econômica e política do presente.



Assim, torna-se premente a necessidade de um planejamento e uma gestão das cidades comprometidas com os anseios de toda a sociedade. Para que esse objetivo seja alcançado, é fundamental a criação de uma reforma urbana em busca de uma cidade socialmente mais justa e efetivamente democrática. A reforma urbana “representa *uma transformação da sociedade e do espaço*, tendo por objetivos *melhorar a qualidade de vida da população, elevar o nível de justiça social e democratizar as práticas de gestão e planejamento.*” (SOUZA e RODRIGUES, 2004, p. 62, grifos dos autores).

Os ideais de uma reforma urbana no Brasil iniciaram-se durante o governo de João Goulart no início da década de 1960. Naquele momento, ainda que marcadas pelo populismo, surgiram propostas políticas e econômicas contrárias aos interesses dos grupos dominantes. Esses ideais surgidos com as reformas de base defendiam transformações na economia, na política e na sociedade brasileira, visando maior igualdade social. Dentre os tópicos discutidos estavam as questões da moradia e da reforma agrária. Entretanto, devido a atuação das Ligas Camponesas desde a década de 1950, a discussão da reforma agrária teve maior repercussão nos debates da época e a questão da reforma urbana teve uma visibilidade consideravelmente menor. (SOUZA e RODRIGUES, 2004).

Com a ditadura militar iniciada com o golpe de 1964, a discussão da reforma urbana foi violentamente sufocada, mas deixou sementes que iriam germinar na década de 1980, com a ascensão de um amplo debate que envolvia não somente a questão da moradia, mas também sobre o transporte público, a especulação imobiliária, a regularização de favelas e loteamentos populares, entre outros. Com a redemocratização do país nos anos 80 e a emergência de discussões sobre uma nova carta constitucional para o país, a questão urbana volta a ganhar força, com a criação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana - MNRU. Esse movimento passou a agregar diversos grupos organizados como os ativistas de bairro e líderes comunitários, grupos acadêmicos de universidades, entidades profissionais de arquitetos e geógrafos. (SOUZA e RODRIGUES, 2004).

A convocação da Assembleia Constituinte trouxe a possibilidade de uma maior participação social na elaboração de propostas para a nova Constituição do Brasil, com a proposição de emendas populares que deveriam ter a adesão de pelo menos trinta mil assinaturas de eleitores. Com o apoio dos movimentos sociais o MNRU se articulou e conseguiu expressiva adesão a uma promissora *emenda*

*popular da reforma urbana*, que teve a assinatura de 130.000 eleitores. Entretanto, os parlamentares não tinham a obrigação de acatar integralmente a proposta, e a emenda popular foi, devido aos interesses de grupos conservadores, perdendo parte de seu caráter comprometido com a justiça social das cidades. (SOUZA e RODRIGUES, 2004).

O que restou da proposta do movimento social urbano foi a inclusão de dois artigos na Constituição Federal aprovada em 1988. O artigo 182, que trata da política de desenvolvimento urbano, prevê a obrigatoriedade de criação do Plano Diretor para cidades maiores que vinte mil habitantes; a necessidade de garantir a função social da propriedade urbana de acordo com o Plano Diretor; a possibilidade de desapropriações de imóveis urbanos mediante indenização em dinheiro; as penas de parcelamento ou edificação obrigatórios; o IPTU progressivo no tempo e a desapropriação de propriedade de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado. O artigo 183 da Constituição Federal versa sobre a aquisição da propriedade, pelo ocupante de imóvel urbano de até 250 metros quadrados, que o utiliza por cinco anos ininterruptos e sem oposição, para sua moradia ou de sua família. Esse instrumento é chamado usucapião.

Observa-se assim que a maior responsabilidade sobre os objetivos da reforma urbana foi atribuída aos planos diretores municipais, que passaram a ser criados em larga escala nos anos 90 e que, muitas vezes, eram vistos com um otimismo excessivo por parte dos técnicos e intelectuais ligados ao ideal da Reforma Urbana. Entretanto, faltava uma regulação mais densa pelo governo federal para evitar que políticas municipais conservadoras se aproveitassem do caráter vago do texto constitucional. Com a aprovação da Lei nº 10.257 em 2001, chamada Estatuto da Cidade, houve a regulamentação em escala nacional dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, trazendo uma regulamentação mais densa e propositiva da reforma urbana. (SOUZA e RODRIGUES, 2004).

Como no presente trabalho o objeto de estudo são os espaços públicos da cidade de Limeira, tornam-se necessárias algumas considerações a respeito dos documentos legais que regem o planejamento e a gestão na cidade.

Destaca-se que o Estatuto da Cidade, em seu artigo 2º, inciso I, estabelece que o direito ao lazer é tido como “garantia do direito às cidades sustentáveis”, visando o “pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade”.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o **pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade** e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao **lazer**, para as presentes e futuras gerações; (grifos nossos)

Entretanto, em todo Estatuto da Cidade, o artigo 26 é o único que trata dos espaços públicos de lazer ou praças ou parques, conferindo o Direito de Preempção ao poder público municipal, com a seguinte redação:

Art. 26. O direito de preempção será exercido sempre que o poder público necessitar de áreas para:

[...]

VI – **criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;**  
(grifo nosso)

Observa-se assim, que o Estatuto da Cidade não regulamenta a criação de espaços públicos de lazer, deixando o governo municipal isento das necessidades de construção desses espaços fundamentais ao bem estar nas cidades. Isso demonstra a autonomia dos municípios brasileiros em determinar a instalação dos espaços públicos de lazer nas cidades.

No Estado de São Paulo foi criado, junto à Secretaria de Habitação, o Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais – GRAPROHAB<sup>4</sup>. Esse grupo tem como objetivo centralizar e agilizar o trâmite dos projetos habitacionais, apresentados para apreciação em escala estadual. Esse grupo é formado por representantes de diversas entidades e se reúne periodicamente para deliberar sobre os projetos de habitação a ele conduzidos.<sup>5</sup>

<sup>4</sup> O GRAPROHAB foi criado pelo Decreto Estadual nº 33.499, de 10 de julho de 1991, e reestruturado pelo Decreto Estadual nº. 52.053, de 13 de agosto de 2007.

<sup>5</sup> No GRAPROHAB fazem parte os representantes dos seguintes órgãos e entidades da Administração Pública Estadual: Secretaria da Habitação; Secretaria do Meio Ambiente; Procuradoria Geral do Estado; Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB; Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP; Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. - EMPLASA; Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE. Além da Administração Pública, ficou autorizada a participação de representantes dos seguintes órgãos e entidades: Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo; Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS; empresas concessionárias de energia; Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo - CREA-SP; Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI - 2ª Região; Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo - OAB/SP; Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo - SECOVI-SP; Associação de Empresas de Loteamento e Desenvolvimento Urbano - AELO; Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo - ANOREG-SP; Instituto de Registro Imobiliário do Brasil - IRIB.

O GRAPROHAB publicou o *Manual de orientação para aprovação de projetos habitacionais* (2011), importante instrumento com normas, critérios e procedimentos para a aprovação de projetos habitacionais. Esse manual é seguido pela Secretaria Municipal de Planejamento de Limeira para aprovar os projetos de loteamentos e projetos habitacionais do município.

Entretanto, em boa parte dos novos loteamentos lançados no município, observa-se que os empreendedores imobiliários destinam as piores áreas para os espaços públicos de lazer. Essas áreas estão muitas vezes distantes da maioria dos lotes do empreendimento, ficando próximas aos vales e áreas de preservação permanente. Isso se explica pelo fato dessas áreas serem de difícil comercialização, e nesse caso os interesses econômicos são prioritários, penalizando a maior parte da população do loteamento de usufruir desses espaços públicos de lazer. São frequentes as praças em Limeira limítrofes com áreas verdes e redes de drenagem. Isso dificulta a apropriação por ser geralmente uma área com poucas casas e movimento nas ruas, tornando o lugar ermo e muitas vezes reduto de usuários de drogas.

Observa-se assim, que o Plano Diretor assume fundamental importância na melhoria do planejamento e gestão da cidade. Em Limeira, a primeira iniciativa de estabelecer um plano para a cidade ocorreu em 1964, com a criação de um simples planejamento com diretrizes para a ordenação físico-territorial do município. Mas o primeiro Plano Diretor do município foi aprovado em 1970, com a denominação *Plano local de desenvolvimento integrado do município de Limeira*, realizado pela empresa *Serviços de Planejamento - SERPLA*, responsável pela elaboração de planos de desenvolvimento para os municípios de Limeira, Cordeirópolis e Itacemópolis. Em 1991 e 1995 houve tentativas de implantação de novos planos diretores para a cidade, mas que não foram aprovados por circunstâncias políticas. O *Plano local de desenvolvimento integrado do município de Limeira*, aprovado em 1970 vigorou por 27 anos, quando foi substituído pelo segundo Plano Diretor do município no início de 1998. (AZEVEDO, 2008).

Seguido por dez anos, de 1998 a 2008, o segundo Plano Diretor de Limeira dispunha de uma longa caracterização do município e propunha diretrizes gerais para os setores produtivos, meio ambiente, uso e ocupação do solo, infraestrutura urbana e serviços públicos. Embora bastante extenso, o plano não previa, de forma

clara, a ordenação do planejamento urbano em Limeira, servindo apenas como um referencial das políticas públicas implantadas no município.

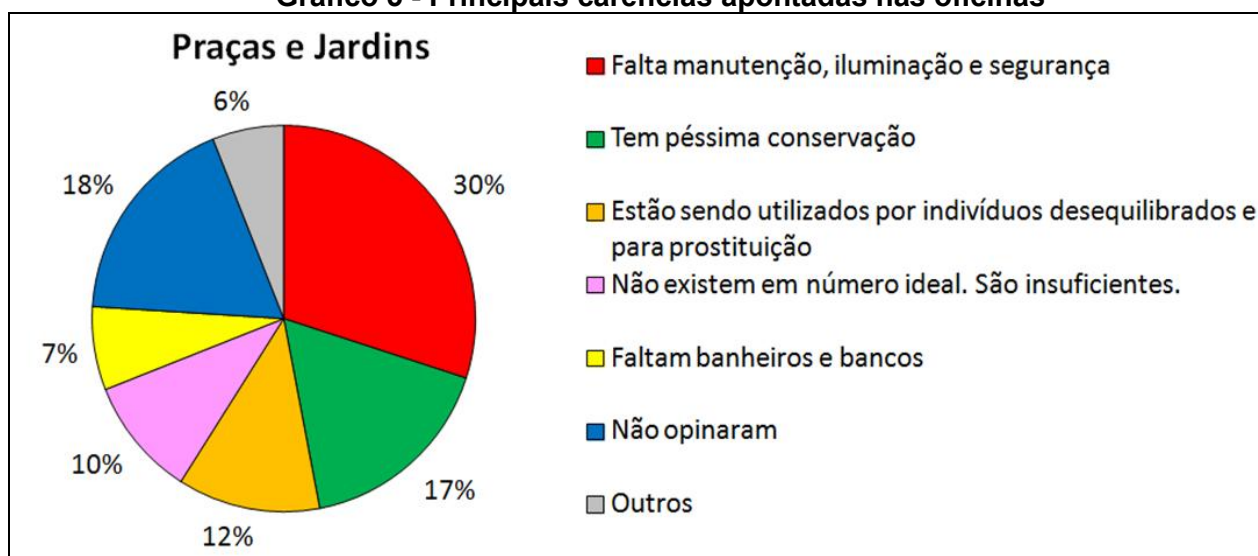
Os trabalhos de revisão do Plano Diretor do município se iniciaram em julho de 2005 com *2ª Conferência Municipal da Cidade de Limeira*, quando se definiu a necessidade de indicação dos representantes de várias entidades para a revisão do plano diretor. No início de 2006 foi instituído o *Comitê gestor de revisão do plano diretor*, formado por um extenso quadro técnico interdisciplinar e por representantes da sociedade civil.

Pode-se afirmar que o memorial descritivo realizado pelo comitê gestor superou, em densidade técnica, o Plano Diretor de 1998, com muitos mapeamentos e descrições da realidade física e socioeconômica do município. O processo de revisão do plano diretor ocorreu ao longo de dois anos e seguiu os instrumentos legais previstos no Estatuto das Cidades, permitindo que a elaboração do próximo plano abarcasse uma maior complexidade e detalhamento dos objetivos, normas e diretrizes urbanísticas que o plano anterior.

A participação popular na elaboração do Plano Diretor se deu com a realização de várias audiências públicas ocorridas em distintos bairros da cidade e na zona rural do município. Dentre os instrumentos de consulta popular, estava a realização de oficinas de trabalho para discussão dos principais problemas e soluções para a cidade. Nessas oficinas, durante a discussão do tema relacionado ao “meio ambiente, paisagem e patrimônio” 12% dos participantes da área urbana de Limeira indicaram a “falta de arborização, ausência de áreas verdes e praças” como o principal problema da cidade.

Observa-se que os problemas nas praças de Limeira são recorrentes há vários anos. Entre 2006 e 2007, durante a realização das oficinas para revisão do Plano Diretor, quando questionados sobre os principais problemas de “praças e jardins” da cidade, 30% da população destacou a falta de manutenção, iluminação e seguranças nesses espaços, seguido de 17% que indicou o péssimo estado de conservação das praças (gráfico 5).

Gráfico 5 - Principais carências apontadas nas oficinas



Fonte: Memorial descritivo do *Comitê gestor de revisão do plano diretor*, 2007.

O memorial descritivo do comitê gestor constatou a insuficiência da manutenção das áreas verdes da cidade e afirmou que as áreas verdes dotadas de infraestrutura para o lazer são muito poucas se comparadas às áreas verdes da cidade.

Contando com um amplo diagnóstico dos problemas do município e com várias diretrizes para o desenvolvimento socioespacial, o memorial descritivo subsidiou a elaboração do novo plano diretor de Limeira. O atual Plano Diretor de Limeira entrou em vigor em janeiro de 2009 e é um importante instrumento de planejamento urbano. Nele estão previstas as principais diretrizes e proposições relacionadas ao desenvolvimento urbano.

O artigo 6º do Plano Diretor estabelece os objetivos básicos do plano. Destaca-se neste momento os principais objetivos pertinentes aos espaços públicos da cidade contidos no plano:

**I - Garantia do direito a uma cidade sustentável, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;**

**II - Gestão democrática** por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento territorial-ambiental; (grifos nossos)

Observa-se assim a necessidade de garantir o direito ao lazer para as presentes e futuras gerações. O Estado pode garantir esse direito com a instituição de políticas públicas de valorização das praças e parques da cidade. Está também prevista na legislação municipal a gestão democrática, que pode contar com o apoio

da sociedade na proposição de planos e projetos de desenvolvimento urbano. Conclui-se que o artigo 6º do Plano Diretor de Limeira envolve as condições fundamentais para que haja um desenvolvimento urbano pleno, com a participação popular na gestão e planejamento da cidade. Entretanto, embora essas condições estejam previstas, é fundamental que se traduzam em ações objetivas do poder público para garantir o envolvimento da sociedade na conquista do direito à cidade.

O artigo 9º do Plano Diretor estabelece a estratégia de estruturação espacial por meio de diretrizes gerais elaboradas pelos grupos técnicos e comunitários. Destacam-se as seguintes diretrizes relacionadas aos espaços públicos:

- XII - Elaboração de Planos de Bairros para:
  - a. Fomentar núcleos ou centralidades urbanas existentes;
  - b. Incrementar atividades diversificadas privadas, preferencialmente onde houver infra-estrutura, para valorizar os bairros;
  - c. **Implantar áreas verdes para lazer e convivência**, centros comunitários e bibliotecas descentralizadas.
- XIII - Incentivo à criação de associações de bairros para gerenciamento das propostas;
- XIV - Elaboração de projetos para **implantação de monumentos nas áreas públicas**, gerando identidade e reforçando as características locais;
- XIX - Elaboração do Plano de Abairramento, para viabilizar um sistema único de referência territorial entre o município e o IBGE.  
(grifos nossos)

Passados mais de quatro anos da aprovação do Plano Diretor de Limeira, poucos foram os espaços públicos para lazer e convivência criados pela prefeitura municipal. Pelo contrário, muitas obras que poderiam contribuir para uma maior apropriação do espaço público na cidade estão paralisadas.

O novo Zoológico Municipal, localizado no Horto Florestal, cujo prazo inicial de abertura seria em junho de 2010, ainda encontra-se fechado devido a uma série de impedimentos legais dos órgãos ambientais. O antigo zoológico, que ainda abriga os animais, está localizado na área central de Limeira e encontra-se fechado para visitação há mais de quatro anos (figura 15). Está previsto pelo poder público que a área onde abriga o antigo zoológico deverá se constituir em um Jardim Botânico, contribuindo assim na criação de mais espaços públicos de lazer para a população limeirense.

**Figura 15 - Constantes atrasos nas obras do novo zoológico**

**Zoológico vai atrasar mais uma vez**

Agora, prefeitura prevê a entrega da obra num prazo de 70 dias

André Montanher  
LIMEIRA  
andre@jornaldelimeira.com.br

Terminou na segunda-feira o prazo estabelecido pelo Ministério Público para que a Prefeitura de Limeira cumpra o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) e conclua as obras do novo zoológico. O secretário de Meio Ambiente, Domingos Furgione Filho, responde que os trabalhos res-  
peita os trâmites legais. Não há como fugir disso”, apontou o secretário. Concluídas as obras, a transferência dos animais para o novo zoológico deve demorar 10 dias.

**JUSTIFICATIVAS**  
Furgione Filho voltou a reclamar de fatores “externos à vontade da prefeitura” para justificar a demora das obras. O prazo inicial estabelecido pelo TAC firmado entre o Executivo e o Ministério Público era junho de 2010. “Primeiro, tivemos um problema para comprovar a posse da área - alvo de disputa judicial com o governo federal. Isto era necessário

**Zoológico: mais 70 dias, no mínimo, para ficar pronto**



Fonte: Jornal de Limeira, 24/06/2012, p. 6

O Museu Histórico e Pedagógico Major José Levy Sobrinho, localizado na Praça Coronel Flamíneo, no centro da cidade, também se encontra fechado há mais de quatro anos, devido aos problemas com a empresa que venceu a licitação para realizar sua reforma (figura 16).

**Figura 16 - Má gestão compromete os espaços públicos**

**Praça abandonada com museu fechado há mais de 3 anos**

Obras seguem paralisadas e sem prazo para serem concluídas

Continua paralisada a reforma do Museu Histórico e Pedagógico “Major José Levy Sobrinho”. A interrupção da obra veio com o cancelamento do contrato com a empresa S. Engenharia e Construções.

Com isto, o local é cenário de abandono. Até mesmo um colchão e roupas foram encontrados dentro do imóvel, o que indica a presença de pessoas dormindo no interior do prédio. Há pichações recentes na parte externa e recortes nas calçadas do lado da rua Tiradentes.

A população lamenta o estado deste patrimônio histórico da cidade, estrategicamente situado numa das áreas mais frequentadas do Centro.

**Página 4**



Tapume e placa alusiva à obra do museu: serviços paralisados e prejuízos no seu entorno

Fonte: Jornal da Limeira, 08/08/2012, p. 1.

Existem também dois parques urbanos que já poderiam ter sido criados, mas que por falta de eficiência e vontade política ainda não foram concluídos. O primeiro deles, conhecido como “Parque da Vila Camargo”, já teve o plantio de árvores realizado, a pista de caminhada foi construída, mas ainda não foi aberto para visitação porque a Prefeitura Municipal optou por refazer o projeto do parque e alargar a pista de caminhada. A crise política que culminou com a cassação do prefeito Sílvio Félix também foi apontada como justificativa para a não abertura do parque (figura 17). De acordo com a atual gestão municipal, a área do parque, que serve também para abrigar um viveiro de mudas do Departamento de Áreas Verdes,



terá seu uso limitado pela instituição, tornando-se improvável que o parque seja efetivamente implantado.

**Figura 17 - Indefinição na abertura do parque**



Fonte: Jornal de Limeira, 26/04/2012, p. 9

O Parque Ecológico Fausto Esteves dos Santos é outro exemplo de iniciativa que o Poder Público anunciou e ainda não cumpriu efetivamente. Desde a criação do bairro Cecap na década de 1980 está prevista a implantação de um parque com grandes dimensões na área. No plano diretor de 1998 já havia diretrizes para sua implantação e o atual plano diretor também faz duas menções ao parque: quando estabelece o plano de mobilidade urbana para bicicletas, prevendo a construção de uma ciclovia na área, e também quando trata do Programa de Requalificação Regional, que “objetiva implantar parques urbanos ou regionais para requalificar as diversas regiões da cidade”. Difícil é imaginar como seria requalificar um parque que na prática não existe. Em recente publicação denominada *Cartilha de Conscientização Ambiental* (2013) elaborada pela Secretaria de Meio Ambiente, reafirma-se a existência do Parque Fausto Esteves dos Santos. A menção ao Parque na cartilha deixou a população do bairro insatisfeita, pois esperam a implantação do parque há vários anos e até hoje nada foi realizado nesse sentido (figura 18). A atual gestão do município afirma que a implantação do parque consta no Plano Plurianual a ser aprovado na Câmara Municipal este ano e tão logo o orçamento seja aprovado, o projeto de implantação do parque terá início.

Figura 18 - Longa espera para implantação do parque

## 'Parque Ecológico' de 30 anos no Cecap segue com lixo e mato

Moradores do Cecap, em Limeira, aguardam há décadas a promessa de transformação da área verde localizada na avenida Fausto Esteves dos Santos, em um parque ecológico. Recentemente, uma cartilha da Secretaria de Meio Ambiente considerou a área como parque - a menção só trouxe frustração aos moradores

PÁGINA 9



Área verde na região do Cecap: projeto de um parque ecológico completa mais de 30 anos

Fonte: Jornal de Limeira, 13/06/2013, p. 1

O artigo 9º, inciso XIV, do Plano Diretor, destaca a implantação de monumentos nas áreas públicas para gerar identidade e reforçar as características locais. Ressalta-se que os monumentos são importantes meios de identificação dos habitantes com os espaços públicos da cidade. Entretanto, antes que esses monumentos sejam implantados é fundamental criar nesses espaços uma infraestrutura mínima que favoreça a apropriação de praças e parques da cidade. Em outras palavras, é necessário que se cumpram as necessidades básicas de um projeto paisagístico antes que os monumentos sejam incorporados nesses espaços. Diante do quadro de abandono que muitos espaços públicos da cidade encontram-se, é evidente que a prioridade não deve ser a fixação desses monumentos, que muitas vezes servem mais para se criar marcas registradas de determinados governos do que realmente contribuir para a apropriação do espaço.

Diante desses apontamentos, observa-se que existe um grande distanciamento entre o que prevê o Plano Diretor e o que efetivamente é realizado pela administração pública. Torna-se premente a necessidade de uma maior cobrança social para que os instrumentos legais de gestão das cidades sejam postos em prática a favor de maior justiça social e qualidade de vida para a população.

Analisando o Plano Diretor nos chama a atenção o artigo 74, que trata da implantação do Programa Praça Viva na cidade:

**Art. 74** O Programa Praça Viva objetiva **requalificar os espaços livres públicos que compõem o estoque de áreas verdes da cidade, através da participação da sociedade na implantação e manutenção dessas áreas**, prevendo:

**I** - Implantação pela **mantenedora**, as suas expensas, de projeto de Praça elaborado pela Seplan em conjunto com a SAMA, que contemple os itens mencionados no inciso VIII do art 165 do Plano Disciplinador Urbanístico - Título III desta Lei, inclusive com instalação de espaço para implantação de atividade privada de banca de jornal e revista, ou alimentação ou lazer ou pontos de táxi, quando pertinente e a critério do órgão competente;

**II** - Manutenção periódica pela **mantenedora** como podas, limpeza, conservação da infra-estrutura;

**III** - Permissão para afixação de placa em que figure o nome da empresa ou entidade **mantenedora**, conforme projeto elaborado pela Seplan e, em se tratando de praça de interesse de preservação, com parecer favorável do Condephali;

**IV** - Permissão para utilização periódica da área verde pela **mantenedora** para realização de eventos uma vez ao mês, com duração máxima de 8 horas, sendo o horário máximo até às 22:00 horas, não sendo permitido a utilização para estacionamento de veículos.

(grifos nossos)

Embora este artigo do Plano Diretor não tenha ainda sido regulamentado pelo poder público, deve-se ter em mente que as intervenções nos espaços públicos pela mantenedora, entendida como empresa privada que “adota” determinada praça, devem ser amplamente discutidas pela sociedade, tendo em vista que ao repassar as atribuições a uma entidade privada, corre-se o risco do Estado se eximir cada vez mais de suas responsabilidades e cuidados com esses espaços. Assim, existe há possibilidade de o Estado, sob influência política de grupos hegemônicos, *privatizar* cada vez mais praças e parques da cidade.

No Estatuto da Cidade (2000), nos meios técnicos e jurídicos, bem como numa vasta produção bibliográfica sobre planejamento urbano, muita atenção tem sido dada aos instrumentos legais que regulamentam a propriedade privada, tais como impostos progressivos no tempo; regularização fundiária; outorga onerosa do direito de construir; desapropriação; zoneamento de uso do solo; etc. Não há dúvida de que esses são importantes meios para promover a reforma urbana no país, mas não são os únicos. Pouco se discute sobre a criação dos espaços públicos urbanos, sobre intervenções para sua melhor gestão, nem sobre medidas para garantir sua maior apropriação. Ora, os espaços públicos fazem parte da cidade e por isso devem ser incluídos efetivamente no planejamento urbano. A constatação de espaços públicos mal cuidados ocorre na maioria das cidades brasileiras e nem

assim os planejadores urbanos se debruçam sobre o tema. Isso demonstra que praças e parques urbanos não fazem parte das prioridades dos que planejam e administram a cidade. Denota também que esses espaços já existentes estão mais associados à gestão urbana que ao planejamento urbano, e tendo uma gestão ineficiente, o planejamento de novos espaços públicos é comprometido.

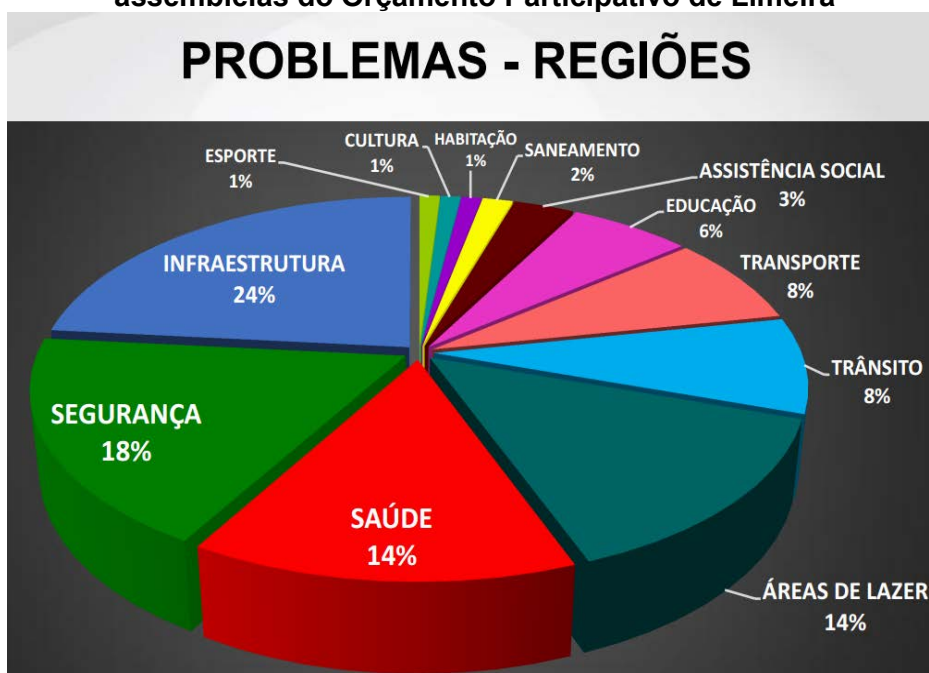
Reafirma-se assim a necessidade de envolvimento direto da sociedade civil, em especial daqueles que defendem os espaços públicos, na elaboração de políticas públicas, propostas e projetos que tenham como objetivo uma maior apropriação desses espaços pela sociedade. Uma maneira de participação popular na criação de políticas públicas para o município ocorre com os orçamentos participativos. “Os orçamentos participativos são uma possibilidade de abertura à participação popular na gestão dos recursos públicos, uma forma de controle direto da sociedade civil sobre a formulação e a execução do orçamento público.” (SOUZA e RODRIGUES, 2004, p. 78)

Uma importante iniciativa da Prefeitura Municipal de Limeira iniciada em 2013 foi a implantação do orçamento participativo no município. A participação popular na escolha das prioridades para o orçamento municipal dos próximos quatro anos teve início com o lançamento do Orçamento Participativo no mês de março. Em abril e maio foram realizadas assembleias em 12 regiões urbanas e três regiões rurais. Cada região teve duas reuniões realizadas no período noturno. A primeira assembleia serviu para apresentar os dados financeiros e orçamentários do município, bem como para explicar à população a metodologia do processo e esclarecer as maneiras de participação popular. Na segunda assembleia foi realizado o levantamento dos problemas prioritários de cada região, a apresentação das propostas para as regiões e para o município, bem como a escolha dos representantes de bairro que acompanham e fiscalizam a execução das decisões por meio do Fórum de Representantes do Orçamento Participativo.

Houve então uma reunião dos eleitos no Fórum de Representantes de cada região para escolha dos conselheiros para compor o Conselho do Orçamento Participativo. A assembleia para escolha dos conselheiros ocorreu no Palacete Levy em 22 de maio de 2013, com a presença dos representantes de moradores de todas as regiões de Limeira. Cada uma das 15 regiões do município tem dois conselheiros e dois suplentes, que devem colaborar com a equipe de governo na definição de prioridades para o orçamento municipal.

No levantamento das necessidades apontadas pelos moradores das 15 regiões em que a cidade foi dividida, durante a realização da 2ª fase das assembleias, obteve-se uma média dos problemas apontados, cujos principais destaques foram: infraestrutura com 24%, segurança com 18%, saúde com 14% e áreas de lazer com 14% (gráfico 6). Observa-se assim a importância de criar e manter espaços de lazer para a sociedade limeirense.

**Gráfico 6 - Principais problemas apontados nas assembleias do Orçamento Participativo de Limeira**



Fonte: <http://serv90.limeira.sp.gov.br/op/wp-content/uploads/2013/06/APRESENTACAO-COP.pdf>

Com a eleição dos conselheiros e representantes do orçamento participativo é fundamental uma maior proximidade desses agentes com os principais problemas e demandas dos bairros, para que sua representação atenda aos anseios da comunidade. Assim, o orçamento participativo pode contribuir no fortalecimento da cidadania, fazendo com que as pessoas conheçam melhor o processo de planejamento e gestão de sua cidade. De acordo com Souza e Rodrigues (2004), o orçamento participativo, além de promover a redução das desigualdades de infraestrutura entre as diversas regiões do município, tem a possibilidade de funcionar como uma autêntica “escola” de exercício de cidadania, por meio da politização das discussões sobre a produção do espaço urbano.

Para Souza e Rodrigues (2004, p. 79) “o orçamento participativo, desde que seja arrojado e sério, pode representar um grande avanço, complementando a

implementação dos instrumentos previstos pela agenda da reforma urbana.” Porém, os autores ressaltam as condições institucionais para que a participação popular ocorra depende, em muito, da atuação do Estado. De modo geral, o orçamento participativo na maioria dos municípios que o adotam não se tornou uma experiência consistente em virtude de uma série de limitações, tais como a grande burocracia, a falta de qualificação das pessoas envolvidas no processo, a influência excessiva dos técnicos e funcionários da prefeitura, e principalmente, o uso do orçamento participativo como medida eleitoreira, sem o efetivo compromisso com a gestão democrática do município.

Espera-se que o orçamento participativo em Limeira seja um caso de sucesso na gestão democrática dos recursos financeiros do município. Tendo em vista seu curto período de implantação e a falta de resultados reais derivados desse processo, torna-se precipitada uma avaliação do orçamento participativo em Limeira. Novos trabalhos de pesquisa podem, futuramente, analisar criticamente essa iniciativa recentemente implantada no município.

O Estado é um dos principais agentes que produzem espaço público, e por isso seu papel é fundamental na criação e manutenção desses espaços. O poder público precisa considerar a importância desses espaços na cidade, avaliar sua localização pela malha urbana e as necessidades dos moradores para a criação de praças e parques urbanos. Se não levar em conta esses fatores, são grandes as chances dos espaços públicos serem pouco frequentados, comprometendo a interação social e a apropriação nesses lugares.

Os escassos recursos financeiros destinados à criação e manutenção de praças e parques urbanos são frequentemente utilizados de modo equivocado pelo poder público. Muitas vezes, áreas de grande visibilidade no centro das cidades passam por reformas urbanísticas sem que essas intervenções sejam necessárias. Em outras vezes, o novo projeto pouco colabora para uma maior apropriação dessas áreas pela sociedade. Por trás de muitas dessas reformas inertes está a necessidade do governo em ganhar notoriedade e deixar suas marcas de administração nessas áreas. Sobre essa desvirtuada gestão do espaço urbano, Robba e Macedo (2010, p. 47) consideram que:

em anos que precedem eleições municipais é comum que as prefeituras invistam nas reformas dos espaços públicos para chamar a atenção do eleitor. Sem dúvida, trata-se de propostas que, na grande maioria dos casos, trazem melhorias urgentes e necessárias

para a cidade, mas também são frequentes os casos em que o espaço, mesmo antigo, ainda funciona com pleno vigor e vitalidade, não necessitando de reformas ou alterações, apenas de um programa de manutenção eficiente e constante.

Observa-se assim que o planejamento e a gestão dos espaços públicos ocorrem de modo desigual na maior parte das cidades brasileiras, limitando a sociabilidade urbana e a possibilidade de fortalecimento da cidadania. O aumento das práticas socioespaciais em espaços privados agravam as desigualdades sociais e fortalecem a desapropriação da sociedade nos espaços públicos. A gestão urbana tem como desafio reverter esse processo por meio da promoção da vida pública nesses espaços, tanto com melhorias na infraestrutura de parques e praças, como na realização de ações que incrementem a sociabilidade nesses lugares.

### **CAPÍTULO III: APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO**

Não existem indivíduos totalmente idênticos, isso é impossível. Existimos porque somos diferentes, porque consistimos em diferenças. No entanto, algumas delas nos incomodam e nos impedem de interagir, de atuar amistosamente, de sentir interesse pelos outros, preocupação com os outros, vontade de ajudar os outros. E, não importam quais sejam essas diferenças, o que as determina é a natureza das fronteiras que traçamos. Cada fronteira cria suas diferenças, que são fundamentadas e relevantes. (BAUMAN, 2009, p. 76).

Os espaços públicos têm fundamental importância para a interação social, onde as práticas sociais se desenvolvem por meio da reprodução da vida em seu cotidiano. O espaço público é produzido pelas relações sociais que envolvem o uso, a apropriação e a vida humana. Nesse sentido, a análise dos espaços públicos deve levar em consideração tanto a materialidade como a prática social existente nesses espaços.

Neste trabalho, a vida cotidiana que se desenrola nos espaços públicos foi analisada pela perspectiva do lugar. A análise do lugar permite a compreensão tanto das dimensões físicas dos espaços públicos como a subjetividade presente nas relações sociais. Esta análise dos lugares permite ainda uma compreensão da realidade socioespacial que se efetiva no plano do vivido.

Os espaços públicos têm como fundamento a ideia de interação social, elemento essencial para compreensão da vida pública nas cidades. Nesse contexto, o espaço público deve ser compreendido por sua dimensão cotidiana, onde os fenômenos urbanos estão intimamente relacionados com a dinâmica da sociedade. Para Martins (2010) os momentos da vida cotidiana ocorrem no público e no privado, na rua, em casa e no local de trabalho. No presente trabalho a vida cotidiana é analisada no espaço público das praças e parques da cidade.

O cotidiano se manifesta por meio da dinâmica social, que atribui conteúdo e significado ao espaço que produz cotidianamente. A vida nos espaços públicos ganha visibilidade pelas interações sociais. Nesse sentido, a noção de cotidiano público, para Leite (2007, p.19) “refere-se a processos interativos, representativos e simbólicos relacionados à experiência vivida que constroem sociabilidades de rua, enquanto espaço de uma vida pública”.



Pensar o espaço público no plano do cotidiano é pensar o plano do vivido, do passeio no fim de semana, do caminho para o trabalho, do encontro entre diferentes, das festas e manifestações políticas, da convivência entre família e amigos. Por ele, circulam pessoas de diferentes idades, com distintas possibilidades de uso e apropriação do espaço. Assim, as relações sociais se reproduzem, fazendo com que o espaço público assuma uma importância fundamental na compreensão da realidade socioespacial das cidades.

De acordo com Carlos (2007a, p.51) “a rua se coloca como dimensão concreta da espacialidade das relações sociais num determinado momento histórico, revelando nos gestos, olhares e rostos, as pistas das diferenças sociais.”

Sobre as diferenças do comportamento social e a funcionalidade dos espaços públicos, em especial sobre a rua, Gomes (2012, p. 27) afirma que

a rua pode ser vista como a unidade fundamental e mínima desse homem público. Ela é multifuncional, há uma infinidade de possibilidades de apresentar e de justificar a presença nesse espaço. As funcionalidades existem, mas não são exclusivas. A rua, talvez, seja o único lugar onde o ócio, a simples observação, a ação inespecífica se confundem com um comportamento funcional sem que nenhum deles se veja obrigado a declarar sua intenção. Basta estar lá; isso é uma imediata legitimidade.

Para compreendermos a realidade socioespacial dos espaços públicos a análise da vida cotidiana deve levar em consideração as relações que a sociedade estabelece com o espaço. A perspectiva de lugar possibilita essa abordagem analítica, por estar intimamente relacionada às formas de interação das pessoas com um espaço que lhes permita estabelecer vínculos de afinidade, onde a apropriação desse espaço se efetive. De acordo com Carlos (2007a, p. 17), “o lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua”.

Carlos (2007, p. 34) argumenta que “as relações com o lugar se determinam no cotidiano, para além do convencional. O espaço é o lugar do encontro e o produto do próprio encontro e a cidade ganha teatralidade e não existe dissociada da sociedade que lhe dá conteúdo”. O espaço público deve ser concebido pelos cidadãos como o local que lhes permite encontrar diferentes realidades, passíveis de serem observadas e apropriadas, permitindo-lhes o prazer, o lazer e a festa.

Porém, esse cotidiano não ocorre de forma harmônica nos espaços públicos, sendo nítidos os conflitos e contradições socioespaciais existentes ao analisarmos

criticamente esse processo. Assim, busca-se elucidar a dinâmica socioespacial nesses lugares, para que as contradições existentes possam ser compreendidas sob uma perspectiva crítica. Martins (2010, p. 88) salienta que, para Lefebvre, a noção de cotidiano “só tem consistência se leva em conta as contradições do processo histórico”.

A produção do espaço pela vida cotidiana e suas contradições são comentadas por Carlos (2007a, p.20) ao afirmar que:

A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico e, revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno.

Nesse sentido, o processo de produção do espaço urbano carrega consigo contradições inerentes da sociedade capitalista, sendo necessária uma melhor compreensão acerca das dinâmicas socioespaciais que envolvem as relações da sociedade com os espaços públicos.

Essas práticas socioespaciais podem ser observadas por diferentes abordagens. No capítulo anterior os espaços públicos de lazer foram analisados sob o prisma da dominação praticada pelo Poder Público ou por grupos hegemônicos da sociedade. Neste capítulo a análise é centrada na realização da vida cotidiana nos espaços públicos. A ótica da dominação é substituída pela análise da apropriação do espaço.

Nas obras de Lefebvre observa-se uma oposição entre os termos *dominação* e *apropriação*. Um espaço dominado é aquele modificado pela técnica e política por meio da imposição de autoridades estatais, como técnicos e planejadores. Já o espaço apropriado pode ser entendido como o espaço produzido para atender as necessidades de um grupo social que dele se utiliza na realização da vida cotidiana.

A diferença entre apropriação e dominação é explicitada por Lefebvre:

O conceito de apropriação é um dos mais importantes que nos tem podido legar séculos de reflexão filosófica. A ação dos grupos humanos sobre o meio material e natural tem duas modalidades, dois atributos: a dominação e a apropriação. Deveriam ir juntas, mas frequentemente se separam. A dominação sobre a Natureza material, resultado de operações técnicas, arrasa essa Natureza permitindo às sociedades substituí-la pelos seus produtos. A

apropriação não arrasa, mas transforma a Natureza – o corpo e a vida biológica, o tempo e o espaço dados – em bens humanos. A apropriação é a meta, o sentido, a finalidade da vida social. Sem a apropriação, a dominação técnica sobre a Natureza tende ao absurdo, a medida em que aumenta. Sem a apropriação, pode haver crescimento econômico e técnico, mas o desenvolvimento social propriamente dito se mantém nulo. (LEFEBVRE, 1973b, p. 164-165, tradução nossa)

Para Lefebvre (2007) no mundo moderno há o predomínio do espaço dominado, que é transformado e mediado pela tecnologia. Essa dominação do espaço tem raízes na história, com o surgimento do poder político. A tecnologia, sob o uso do Estado e dos grupos hegemônicos ávidos pela acumulação de capital, é utilizada com o objetivo de dominar o espaço urbano, introduzindo novas formas em um espaço já existente, geralmente uma forma retilínea, retangular, tal como uma malha, resultado das intervenções dos planejadores urbanos tecnocratas. E assim, esse espaço que antes era cheio de vida torna-se dominado, estéril e vazio de relações sociais.

De acordo com Lefebvre (2007) o conceito de dominação só atinge seu significado pleno quando contrastado com o conceito oposto e inseparável de apropriação. Para o autor, somente com um estudo crítico do espaço é possível esclarecer o conceito de apropriação. Um espaço apropriado é aquele espaço natural que foi modificado para atender as necessidades e possibilidades de um grupo social que dele se apropria. Esse espaço apropriado se assemelha a uma obra de arte, que deve ser apropriada. Assim, o autor afirma que:

Muitas vezes esse espaço é uma estrutura - um monumento ou edifício - mas isso nem sempre é o caso: um local, **uma praça** ou uma rua também **pode ser legitimamente descrita como um espaço apropriado**. Exemplos de espaços apropriados não faltam, mas nem sempre é fácil decidir em que medida, como, por quem e para quem eles têm sido apropriados. (LEFEBVRE, 2007, p. 165, tradução e grifos nossos).

Levando em consideração as proposições de Lefebvre (2007) espaço dominado e espaço apropriado deveriam ser combinados. Mas a história de acumulação de capital é também a história de separação desses dois espaços, na qual o vencedor dessa disputa tem sido a dominação. Essa dominação cresceu juntamente com o poder desempenhado pelos exércitos, pelo Estado e pelo poder político. Mas a apropriação não desapareceu e nem pode desaparecer, por isso continua a proclamar sua importância e a exigir sua restituição.

Nesse sentido, a análise dos espaços públicos deve conceber esses espaços como locais de dominação e apropriação simultaneamente, para que se consiga apreender as práticas sociais no plano do vivido. Assim, espaço dominado e espaço apropriado se relacionam dialeticamente, sendo na vida cotidiana que se manifestam de modo mais evidente.

A apropriação do espaço urbano relaciona-se com o valor de uso, ou seja, uma apropriação em seu sentido pleno, de sentido, do corpo, da vida cotidiana. Para Lefebvre (2001) essa apropriação associa-se a uma “ordem próxima”, na qual ocorre uma relação dos indivíduos dentro de grupos sociais e entre esses grupos. Já a dominação está vinculada a uma “ordem distante”, regida por grandes e poderosas instituições que defendem o valor de troca. Na disputa entre essas ordens, observa-se com frequência a vitória do valor de troca sobre o valor de uso, a supremacia da dominação sobre a apropriação.

Se apropriar dos espaços públicos é superar o racionalismo imposto pelo poder hegemônico e criar nesses lugares relações socioespaciais significativas para a população, de modo que todos tenham as mesmas possibilidades uso desses espaços, sem discriminações ou favorecimentos de determinados grupos sociais.

Para análise da dinâmica socioespacial relacionada aos espaços públicos partimos da premissa de que o conceito de lugar é fundamental para a aproximação entre a apropriação do espaço, em suas ações na vida cotidiana, com a identidade que os habitantes têm com o espaço público. “A reprodução de relações sociais materializam-se em um espaço apropriado para este fim, e a vida, no plano do cotidiano do habitante, constitui-se no lugar produzido para esta finalidade e é nesta medida que o lugar da vida constitui uma identidade habitante-lugar.” (CARLOS, 2007b, p.41).

Nesse sentido, Carlos (2007a, p.17) salienta que:

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *tríade habitante - identidade - lugar*. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

Para Carlos (2007a) é com o corpo que o homem se apropria do espaço, com seus sentidos, com os passos de seus moradores no bairro, na praça, na rua. Assim

o homem percebe o lugar, o espaço a sua volta, uma vez que a apropriação do espaço público resulta de seu uso cotidiano, tornando-se um espaço vivido por aqueles que dele se utilizam. As várias possibilidades de apropriação do espaço pelo corpo são descritas pela autora ao afirmar que esse espaço é para

ser sentido, pensado, apropriado e vivido pelo indivíduo por meio do corpo, pois é com todos os seus sentidos que o habitante usa o espaço, cria/percebe os referenciais, sente os odores dos lugares, dando-lhes sentido. Isso significa que o uso do espaço envolve o indivíduo e seus sentidos, seu corpo; é por ele que marca sua presença, é por ele que constrói e se apropria do espaço e do mundo no plano do lugar, no modo como usa o espaço e emprega o tempo na vida cotidiana. (CARLOS, 2001, p. 35)

Ao analisar o espaço como um local de sociabilidade e interação social Carlos (2001, p. 34) estabelece que:

as relações sociais têm sua realização ligada à necessidade de um espaço onde ganha concretude a casa como universo do homem privado; a rua como acessibilidade possível aos espaços públicos, lugar dos encontros, dos percursos, bem como as possibilidades de uma miríade de trocas (onde o comércio local ganha significado especial); os lugares de trabalho; os pontos de lazer, etc.; lugares onde se realiza a vida humana em determinado tempo.

O espaço público passa a ser compreendido como o lugar de realização da vida, pois permite a apropriação do tempo e do espaço através do uso. Assim, “espaço e tempo se articulam de modo indissociável como prática socioespacial. Essa é a implicação mais profunda da análise da produção em seu sentido lato (a realização da vida como produção/apropriação dos lugares)”. (CARLOS, 2001, p. 35).

Ao analisar as praças públicas do centro de Limeira, foi possível observar uma multiplicidade de usos pela população, em especial na Praça Toledo Barros, considerada a principal praça da cidade para o convívio social, manifestações culturais e políticas. Nessa praça é possível compreender a heterogeneidade existente na população, pois as diversas formas que a população se apropria desses espaços permite uma leitura dessa diversidade.

Os grandes lugares de mistura e cenarização da vida urbana favorecem o encontro e a comunicação e produzem uma espécie de resumo da diversidade socioespacial da população. Nesses lugares privilegiados, organiza-se uma espécie de cena pública. De fato, os comportamentos, o tipo de vestimenta, as maneiras de falar e de se apresentar (em grupo, sozinho, em família, etc.), os itinerários percorridos, enfim, tudo aquilo que contiver significação nas trocas

comunicacionais são elementos que constituem o discurso da cena pública. (GOMES, 2012, p. 26).

A apropriação efetiva das praças e parques pela população desvela o sentimento de pertencimento, de fazer parte do lugar que estão usando. Assim,

modos de vestir-se, comer, percorrer certos itinerários urbanos, ocupar certos espaços e transformá-los em lugares (ainda que efêmeros), nos quais os indivíduos se reconhecem e afirmam suas diferenças, representam formas simbólicas de consumir e demarcar formas específicas de pertencimento. Os diferentes sentidos atribuídos aos lugares e a forma como são apropriados (consumidos) demarcam as tensões e disputas em torno dos usos e sentidos atribuídos aos espaços urbanos enquanto espaços públicos. (LEITE, 2007, p.67, grifos do autor)

A apropriação das praças públicas pela vida cotidiana ocorre por meio de diversos usos, seja para divertir ou realizar negócios, para praticar atividade física ou descansar, para observar e ser observado, para manifestar ou se calar diante das injustiças. Enfim, nesse espaço existem múltiplas formas de uso e apropriação, que devem obedecer às regras de civilidade e respeito às diferenças.

No espaço público observa-se a multiplicidade de relações cotidianas, sendo o lugar do diálogo, do conflito, da ordem, da desordem, do encontro e da interação social. Assim, o espaço público é apropriado fundamentalmente pelo uso, pelo movimento do corpo, pelos sentidos, pelo significado que aquele espaço tem para cada usuário.

Para Carlos (2007b) a cidade pode ser entendida em sua dimensão espacial como produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais. Assim, esse espaço social deve ser analisado sob a perspectiva cotidiana de realização da vida.

A análise deve captar o processo em movimento e, no mundo moderno, esta orientação sinaliza a articulação indissociável de três planos: o econômico (a cidade produzida como condição de realização da produção do capital - convém não esquecer que a reprodução das frações de capital se realizam através da produção do espaço), o político (a cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado); e o social (a cidade produzida como prática sócio-espacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana). (CARLOS, 2007b, p.21).

O espaço público deve ser visto como lugar de encontros, co-presença dos indivíduos que estabelecem laços de sociabilidade mediante as várias possibilidades de apropriação desses espaços, servindo como lugar de interação social ou

simplesmente circulação, de exercício de cidadania ou de ações contrárias à ordem pública, como a prática de vandalismo, de consumo de drogas ilícitas, de múltiplas formas de violência.

Lefebvre salienta a importância da rua como espaço de encontro para garantir a vida nas cidades, pois, para o autor, a rua

é o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. Na rua, teatro espontâneo, torna-se espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela, efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada. (LEFEBVRE, 1999a, p. 29).

A rua, assim como a praça, é o lugar do encontro e da interação social. A literatura científica toma a rua como exemplo prioritário em suas análises do espaço público. No presente trabalho, a praça, embora tenha características próprias principalmente em sua materialidade, possui elementos indissociáveis da rua no plano do vivido em suas práticas sociais. Assim, o autor entende que, em determinadas citações, referências às ruas não comprometem a essência da análise focada no espaço público.

Destaca-se a afirmação de Lamas (2000, p. 102) de que “a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana”.

Analisando a realidade social nas ruas do bairro Catumbi, no Rio de Janeiro, Santos e Vogel (1985, p 83) relatam em uma narrativa teatral a importância do espaço público na riqueza das relações sociais:

A rua se torna, com frequência, o lugar da novidade, do inesperado. Para isso contribui o fato de ser ela o lugar, por excelência, do outro. Esta categoria se refere ao estranho, o outro na sua forma mais radical, mas se aplica também ao outro concebido e simplesmente como aquele com quem mantemos relações sociais. [...] A rua é o lugar onde se dá o social também como espetáculo. Daí o seu fascínio. Como forma dramática, é um espetáculo que permite assumir certas identidades, desempenhar determinados papéis e, até certo ponto, escolher os enredos dos quais se vai participar. É o palco por excelência do social.

Observa-se que para compreensão da realidade socioespacial dos espaços públicos é fundamental a análise da reprodução da vida cotidiana nas cidades. Conhecer as formas de apropriação do espaço público torna-se uma necessidade

para fomentar políticas públicas que visem à manutenção desses espaços como lócus da sociabilidade urbana.

### **3.1. A sociabilidade urbana como princípio de cidadania**

A necessidade de uma prática socioespacial comprometida com a produção democrática do espaço urbano é de fundamental importância para conceber os espaços públicos como lócus da cidadania, da vida democrática e do respeito ao próximo, por meio de uma sociabilidade que reconhece as diferenças e conflitos existentes na cidade.

Parte das discussões contemporâneas sobre o espaço público associa a ideia de cidadania à necessidade de uma maior sociabilidade nesses espaços. O espaço público assume um relevante papel ao possibilitar o encontro e a co-presença de indivíduos diferentes, que pela civilidade estabelecem um contrato social de convivência e respeito mútuo nesses espaços. Nesse contexto, Gomes (2012, p. 30) salienta que o espaço público

é o terreno permanente de tensão entre as diferenças e a possibilidade da vida em comum. Ele aparece, por isso, como condição primeira da expressão de uma individualidade que deve conviver com um universo plural – ele depende, pois, da permanente reafirmação do contrato social que o funda.

Para o autor, a natureza do espaço público é normativa, onde a única identidade que deve existir nesse espaço relaciona-se à questão da cidadania, como elemento constitutivo de uma prática plural que permite desdobrar-se em democrática. A formação de uma cultura pública não exige que os cidadãos renunciem às diferenças, uma vez que ela é política e civil, pois permite reconhecer as diferenças individuais, já que “conflitos de interesse que aí advêm são incontornáveis e devem ser regulados de forma contratual, por meio de compromissos fundados na racionalidade e na justiça”. (GOMES, 2012, p.31).

O espaço público “é a base e a condição fundamental para a experiência da liberdade individual, vivida dentro de uma coletividade plural” (GOMES, 2005, p. 251). Observa-se que a existência e a apropriação do espaço público são condições fundamentais para a prática da democracia na cidade. Sendo um local de diversidade, no espaço público a sociedade deve exercer sua cidadania através do



respeito às diferenças, contribuindo assim para uma prática social efetivamente democrática.

A sociabilidade, entendida como interação social, permite que os espaços públicos de lazer sejam efetivamente apropriados pela sociedade. Para Leite (2007, p. 194) “falar de uma sociabilidade pública implica referir-se ao modo através do qual uma sociedade constrói estilos de vida e articula padrões diferenciados do que considera ‘civilizado’.” Para o autor, a sociabilidade é entendida como “o conjunto de práticas interativas, conflitivas ou não, que se estruturam no curso da vida pública cotidiana” (p.74). Nesse sentido, Carlos (2001, p. 35) salienta que “as relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais e acidentais, na vida cotidiana”.

Os espaços públicos materializam no cotidiano a espacialidade de relações sociais que neles se desenvolvem, evidenciando, nos comportamentos e nas formas de uso desses espaços, a existência de uma diferenciação social. Carlos (2007a, p.51) esclarece que na rua, em nosso caso entendido como espaço público,

se tornam claras as formas de apropriação do lugar e da cidade, e é aí que afloram as diferenças e as contradições que permeiam a vida cotidiana, bem como as tendências de homogeneização e normatização impostas pelas estratégias do poder que subordina o social.

Para Gomes (2012, p. 29) “civildade é o comportamento esperado nesse tipo de espaço, é a maneira de ser nesse espaço. A cidade é esse universo de trocas cotidianas em seus diferentes e variados espaços públicos”. Nesse sentido o autor destaca a necessidade de regras sociais no espaço público:

as regras do debate e da coabitação respeitosa devem obrigatoriamente estar presentes. A acessibilidade não pode estar condicionada a nenhum critério, senão àqueles previstos pela lei e legitimados por causa da igualdade de condições do respeito às liberdades individuais e ao bom convívio social. Consequentemente esse espaço pode ser visto como o território da lei democrática, seu lócus. No espaço público devemos ser neutros às diferenças, seguindo um código de respeito mútuo. Assim, afinidades particulares, estatutos sociais, identidades grupais ou qualquer outra preferência devem se submeter às regras de coabitação, ou, em uma palavra, à civildade. (GOMES, 2012, p. 29).

Para Gomes (2006, p. 162) “o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças, quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civildade”.

Sennett (1998, p.323) define civilidade como “a atividade que protege as pessoas umas das outras e ainda assim permite que elas tirem proveito da companhia umas das outras. Usar máscara é a essência da civilidade.” Assim, de acordo com o autor:

A representação teatral, na forma de boas maneiras, convenções e gestos rituais, é a própria substância de que são formadas as relações públicas e da qual as relações públicas auferem sua significação emocional. Quanto mais as condições sociais degradam o fórum público, mais as pessoas se tornam rotineiramente inibidas em exercerem a capacidade de representar. Os membros de uma sociedade intimista tornam-se artistas desprovidos de arte. (SENNETT, 1998, p.46).

Sendo um local de diversidade, no espaço público a sociedade deve exercer sua cidadania através do respeito às diferenças, contribuindo assim para uma prática social efetivamente democrática. Para Gomes (2006, p. 162) a condição primordial do espaço público ao permitir o acesso e participação de qualquer pessoa deve ser uma “norma respeitada e revivida, a despeito de todas as diferenças e discórdias entre os inúmeros segmentos sociais que aí circulam e convivem, ou seja, as regras de convívio e do debate devem ser absolutamente respeitadas.”

Gomes (2005) salienta que o espaço público pode ser entendido como o lugar da discussão e vivência da liberdade, um espaço de coabitação e de encontro, fundamental para que haja comunicação na sociedade.

Desse modo, a manutenção e o incremento da sociabilidade urbana nos espaços públicos é condição essencial para o fortalecimento da cidadania e para práticas socioespaciais efetivamente democráticas nas cidades.

### **3.2. O recuo da sociabilidade nos espaços públicos**

O espaço público representa, a priori, a possibilidade das pessoas estabelecerem relações sociais, que resultaria no aumento da sociabilidade urbana. Entretanto, observa-se que com a reprodução das relações sociais de produção e a ampliação da lógica de acumulação de capital, o espaço público torna-se cada vez mais destituído de sua atribuição fundamental, que é a interação social.

O espaço público de lazer deve ser apropriado coletivamente por meio do acesso irrestrito aos cidadãos como valor de uso. Entretanto, observa-se que nas

últimas décadas o espaço público tem se firmado cada vez mais como mercadoria, havendo uma privatização, seguida da diminuição das relações sociais nesse espaço.

As transformações socioespaciais contemporâneas afetaram diretamente a vida cotidiana nos espaços públicos, tornando esses espaços mais esvaziados de uma condição fundamental para sua existência: a sociabilidade. Novas dinâmicas socioespaciais contribuem para que as áreas urbanas tenham novos usos e funções com o passar do tempo. Essas mudanças na forma de organização do espaço público representam uma ameaça à vida democrática e ao exercício da cidadania, uma vez que contribuem para a diminuição da sociabilidade urbana. Na prática, muitos espaços públicos têm seu uso limitado a determinados grupos sociais, o que não deveria acontecer, pois, se público, esse espaço deveria atender a todos.

Nesse mesmo contexto, Marcelino (2006, p. 69) destaca que “com o crescimento das cidades, agravam-se, o isolamento de seus habitantes e sua condição de passividade frente às decisões que afetam diretamente sua vida diária”. O autor ressalta que os espaços de convivência vêm sendo continuamente privatizados em favor das classes mais favorecidas, assim, “o espaço público vem perdendo seu uso multifuncional, deixando de ser o local de encontro, de prazer, de lazer, de festa, de circo, de espetáculo” (p. 76).

No mundo contemporâneo, o cotidiano torna-se cada vez mais fragmentado e subordinado à necessidade de reprodução do capital. O valor de troca tende a se sobrepor ao valor de uso dos espaços públicos, contribuindo para uma automatização do cotidiano, que se manifesta pela uniformidade dos comportamentos e pela superficialidade de relações sociais, nas quais as ações ficam subordinadas à necessidade de atender às exigências do modo capitalista de produção. Nesse sentido, o espaço público, como local de encontro e interação social, transforma-se em um espaço sem vida, deixando de servir como local de convivência para se tornar um local onde as relações cotidianas tornam-se rápidas e efêmeras, sem um sentido de apropriação daquele espaço, que passa a servir principalmente à circulação.

Para Carlos (2001, p. 353) “o espaço público se esvazia de seu sentido tradicional, lugar onde se desenvolve a vida das relações”. Assim, ao analisar a questão da sociabilidade na metrópole paulistana, a autora afirma que:

A atenuação da sociabilidade é marcada pelo fim de atividades que aconteciam nos bairros, com o fim das relações de vizinhança provocado pela televisão, num primeiro momento, e pelo adensamento dos automóveis, em outro, que tirou as cadeiras das calçadas. Constata-se o fim das procissões, onde todos se encontravam; o fim das quermesses que marcaram o período das festas juninas; o fim dos encontros nas esquinas, os ensaios das escolas de samba que antes ocorriam nas ruas dos bairros, hoje ocorrem em quadras cobertas e fechadas, a destruição de ruas e praças em antigos bairros que acabam com pontos de encontro, etc. (CARLOS, 2007a, p.52).

De acordo com Frúgoli Júnior (1995), uma porção considerável da classe média encontra-se envolta em uma espécie de “circuito”, em um modo de vida segregado, que evita ao máximo o contato com o espaço público e com a existência de diferentes grupos sociais que o frequenta. Assim, preferem a circulação em ambientes fechados, como o carro particular, o trabalho em complexos empresariais, o consumo em shopping e o morar em condomínio fechado.

Carlos (2001, p. 353) afirma que “o esvaziamento do sentido e das possibilidades de apropriação dos espaços públicos assinalou a construção dos espaços semipúblicos em substituição à rua (é assim que os shoppings centers proliferam e tornam-se centros de lazer)”.

Para Sennett (1998), no século XIX, com a sociedade se tornando cada vez mais intimista, com o privado se sobrepondo ao público, as pessoas passaram a evitar a demonstração pública de seus sentimentos como forma de se defender da leitura feita pelos outros. Para o autor, “o silêncio em público se tornou o único modo pelo qual se poderia experimentar a vida pública, especialmente a vida nas ruas, sem se sentir esmagado.” (p.43).

O comportamento público era um problema de observação e de participação passiva, um certo tipo de voyeurismo. Balzac chamava-o de ‘gastronomia dos olhos’; a pessoa está aberta para tudo e nada rejeita a priori de sua esfera de ação, contanto que não tenha de se tornar um participante ou envolver-se numa cena. Esse muro invisível de silêncio, enquanto um direito, significava que o conhecimento, em público, era questão de observação – das cenas, dos outros homens, dos locais. O conhecimento não seria mais produzido pelo trato social. (SENNETT, 1998, p.43).

Cria-se nesse período uma visão de que um pequeno detalhe do comportamento social do indivíduo poderia definir sua personalidade. Isso fez surgir um jogo de interpretação no qual, para se defender desses pré-julgamentos,

tornava-se necessário suprimir seus sentimentos e abrigar-se no seio familiar, um lugar privado onde poderia manifestar sua personalidade. (SENNETT, 1998).

Consolida-se um afastamento do homem da vida pública, restando-lhe duas possibilidades: sua total reclusão na esfera privada ou sua personalização no meio público através da política. Nessa segunda opção era possível perceber uma “cultura do espetáculo”, na qual havia uma superexposição das personalidades e o homem público deveria transmitir credibilidade e legitimidade para essa sociedade intimista. Dessa forma, a personalidade individual dessa cultura narcísica se impõe sobre interesses coletivos de grupos mais amplos, como as classes sociais. (SENNETT, 1998).

Analisando o fim da cultura pública e o advento da ideologia da intimidade Sennett (1998, p.317) afirma que “a aspiração hoje predominante é de se desenvolver a personalidade individual através de experiências de aproximação e de calor humano para com os outros.” Assim, a ideologia da intimidade estabelece que “relacionamentos sociais de qualquer tipo são reais, críveis e autênticos, quanto mais próximos estiverem das preocupações interiores psicológicas de cada pessoa.” Esse aumento da individualidade se deu com a evolução de formas socioespaciais mais eficientes para promover a acumulação de capitais. Assim, a necessidade de consumo cada vez maior, a busca pela praticidade em uma vida cada vez mais acelerada, e as estratégias do mercado em promover novos padrões de comportamento contribuíram para um maior individualismo da sociedade contemporânea. Nesse sentido, Sennett (1998) afirma que o desenvolvimento do capitalismo e a secularização levaram às significativas mudanças na esfera pública a partir do século XIX que contribuíram para a difusão do individualismo, tão presente na atualidade.

Bauman (2009) fez breve e interessante síntese das conclusões encontradas por Richard Sennett em sua pesquisa sobre a experiência norte-americana:

O fenômeno que consiste em buscar cada vez mais a companhia dos semelhantes deriva da relutância em olhar profunda e confiantemente para o outro e empenhar-se reciprocamente de modo íntimo e profundo, de modo humano. E descobriu que, quanto mais as pessoas se isolam nessas comunidades muradas feitas de homens e mulheres semelhantes a eles mesmos, menos são capazes de lidar com os estrangeiros; e quanto menos são capazes de lidar com os estrangeiros, mais têm medo deles. Por isso, procuram cada vez mais avidamente a companhia de seus

semelhantes. Em suma, giram em círculos – um círculo vicioso que não se consegue romper. (BAUMAN, 2009, p. 85).

Sobre o crescimento do individualismo Bauman (2008, p. 257) afirma que “hoje, os indivíduos solitários entram na ágora apenas para encontrar a companhia de outros indivíduos solitários. E voltam para casa com a confiança renovada em sua solidão”.

Para Pechman (2008, p.196) o individualismo é resultado de um novo modo de socialização e de uma nova forma de organização das personalidades, pois com a “desinstitucionalização da família, que deixa de ser um elemento da engrenagem social, começa a desmontagem das práticas de experiência coletiva que remetiam para a reprodução perene da esfera pública”.

Carlos (2007a) acredita que o individualismo esteja associado à crise da cidade, que contribuiu para a separação e divisão da sociedade devido às diferentes formas de apropriação da cidade com a existência da propriedade do solo urbano. Assim, a cidade é dividida em função da indissociável relação entre a hierarquia social e a hierarquia urbana. A autora afirma que

Essa delimitação, bem marcada, separando a casa da rua, reduzindo o espaço público, apagando a vida nos bairros onde cada um se reconhecia, porque este era o espaço da vida, torna a cidade mais fria, anônima, funcional e institucionalizada. São elementos que contribuem para a construção do individualismo moderno. (CARLOS, 2007a, p.80).

As práticas sociais que se estabelecem no espaço público estão associadas com o significado desse espaço para as pessoas que dele usufruem. O sentimento de pertencimento a uma determinada realidade social contribui para que as pessoas utilizem o espaço público de lazer e fortaleçam a sociabilidade urbana. Leite (2007, p. 200) considera que embora o espaço público “se constitua num espaço urbano, é possível entendê-lo como uma categoria sociológica que ultrapassa a rua, constituída pelas práticas que atribuem sentidos e estruturam lugares”.

Para Leite (2007, p. 200) a discussão sobre o esvaziamento da dimensão social que ocorre no espaço urbano precisa diferenciar os espaços que possuem um “caráter potencialmente público de um espaço urbano aberto e a existência de fato de relações sociais que o qualifiquem como público, uma vez que a existência per se desses espaços não garante a priori o seu sentido público”.

Para que um determinado espaço urbano seja efetivamente público é fundamental a coexistência da materialidade espacial e a interação da sociedade. Nesse sentido, Leite (2007, p. 287) estabelece que:

uma noção de espaço público que não inclua as práticas interativas entre os agentes envolvidos na construção social do seu espaço seria apenas uma noção que estaria se referindo a um espaço urbano. Inversamente, uma noção que prescindia de uma referência espacial para essas ações interativas pode ser entendida como uma esfera pública. Quando portanto, há uma convergência entre as categorias espaço e ação, podemos entender que se tem um espaço público, formado da intersecção entre espaço urbano e esfera pública.

A diminuição da sociabilidade nos espaços públicos está também relacionada com as transformações ocorridas nas relações de vizinhança nas últimas décadas. O crescente individualismo da sociedade urbana e as preocupações com segurança favorecem a diminuição dos contatos pessoais entre vizinhos. Em muitos bairros, é comum um total desconhecimento de quem mora ao lado, um mundo de impessoalidade e anonimato que se dissemina em casas e apartamentos. Nesse contexto, Carlos (2005, p.182) salienta que

o que temos hoje é a casa, na metrópole trancada com as pessoas dentro diante da televisão, com contatos esporádicos de vizinhança, pois cada vez mais a casa tem a função de preservar a individualidade, reforçando o privado. Desse modo o que era público, o que acontecia no ambiente da rua se fecha intramuros. Os lugares das cidades se delimitam, se fecham e se tornam exclusivos.

A sociabilidade urbana se faz presente de modo mais significativo em bairros cujas classes sociais são menos favorecidas economicamente. Nesses bairros populares, há grande interação social com pessoas que ainda sentam em frente às suas casas para conversar com o vizinho, com idosos que costumam se encontrar na praça para conversar ou jogar baralho, com crianças que brincam e jogam futebol nos espaços públicos.

Analisando as relações de vizinhança em bairros de diferentes classes sociais de Salvador, Serpa (2007, p. 12) considera que

Nos bairros populares, a limitação de oportunidades, a pobreza e o isolamento relativos, a insegurança e o medo acabam por fortalecê-las e torná-las parte fundamental da trama de relações familiares. Nos bairros de classe média, as relações entre os vizinhos são mais seletivas e pessoais e, na maior parte dos casos, o maior poder aquisitivo faz diminuir a necessidade de ajuda mútua e aumentar a necessidade individual de espaço.

O espaço público é o lócus da diferença, onde os cidadãos podem observar uma sociedade plural, heterogênea, contrastante, mas também onde é possível a convivência de distintos grupos sociais desde que respeitadas regras de civilidade e respeito ao próximo. Assim, a cidade torna-se viva, à medida que consegue mesclar essa diversidade e se contrapor à lógica de normatização imposta por grupos dominantes.

A mobilização social em busca da reafirmação do espaço público como lugar de encontro e de exercício da cidadania é fundamental para retomarmos o *direito à cidade*. A construção dessa cidade democrática passa necessariamente por um maior engajamento da sociedade com o poder público em busca de maior justiça social e transparência política na gestão do espaço urbano. Entretanto, sabe-se que a realidade socioespacial está muito distante desse ideal, tendo em vista a contínua *desapropriação da cidade* por aqueles que a constroem.

A fragmentação do espaço urbano para atender às funções específicas do modo de produção capitalista favorece o declínio dos espaços públicos. Assim, a cidade deteriora sua capacidade de promover a sociabilidade, fracionando a vida cotidiana para melhor dominação do espaço. O espaço dominado extingue a possibilidade de apropriação e a construção de uma cidade voltada para seu valor de uso. Resta-lhe então a supremacia do valor de troca.

A sociabilidade nos espaços públicos se reduz também em função dos avanços tecnológicos. A possibilidade de inserção em mundo virtual colabora para que haja um grande número de pessoas que se dedicam ao lazer em suas próprias casas. A modernização tecnológica das últimas décadas, os novos meios de telecomunicação, em especial a Internet, permitiu o estabelecimento de novos espaços de convívio e comunicação virtuais. Assim, as redes virtuais permitem múltiplos contatos, em especial dos mais jovens, em detrimento do espaço público como local de encontros e discussões.

A difusão da internet e o surgimento de redes sociais mediadas por computador favoreceram o surgimento de um grupo social que prefere estar no conforto e segurança de seu lar a vivenciar uma experiência efetivamente real no espaço público. Essas redes de relacionamento virtual permitem que se estabeleça uma sociabilidade frágil, mediada por contatos superficiais entre boa parte da comunidade virtual. Assim, as pessoas reforçam o individualismo, ao acreditarem



que não precisam interagir fisicamente com as pessoas para que se realizem no plano da vida cotidiana. Muitos jovens e adolescentes já se consideram autossuficientes, uma vez que dominam as tecnologias que lhes permitem estabelecer contatos virtuais e novas formas de sociabilidade.

Entendemos que o mundo virtual faz parte da sociedade contemporânea, mas não podemos concordar que essas interações sociais pelas novas tecnologias se estabeleçam como a principal, e muitas vezes única, forma desses jovens estabelecerem contato fora de suas casas. Por mais que se conheça virtualmente milhares de pessoas, é no espaço urbano, e mais precisamente no espaço público que se tornam evidentes as diferenças sociais. É fundamental que as pessoas vivenciem essas diferenças e compreendam as contradições socioespaciais para que possam atuar como cidadãos em busca de maior justiça social.

### **3.3. A violência urbana e o declínio do espaço público**

A problemática relacionada ao aumento da violência urbana possui relação direta com o esvaziamento dos espaços públicos por uma grande parcela da sociedade, devido à sensação de insegurança que determinados espaços representam. Em muitos casos, é a violência urbana que causa a diminuição das relações sociais nesses espaços, entretanto, essa diminuição da sociabilidade urbana também pode favorecer a escalada da violência em espaços carentes de interação social. Desse modo, torna-se necessário o entendimento das múltiplas condicionantes que envolvem a violência na reprodução dos espaços públicos.

Observa-se com frequência nas grandes cidades espaços dominados por organizações criminosas que criam espaços de poder paralelo ao Estado. Nas cidades médias, muitos espaços dominados pelo tráfico de drogas tem reduzida a possibilidade de apropriação pelos moradores locais. As cracolândias se espalham pelas cidades, criando espaços de exclusão social, onde há ausência do Estado e de serviços sociais fundamentais para afastar parcelas da população da criminalidade, como as práticas de lazer.

A criação de redutos de violência favorece um afastamento da sociedade dos espaços públicos, ocasionado pela difusão do medo e da insegurança na cidade. Em seu livro *Fobópolis*, Souza (2008) aborda a questão do medo generalizado e da militarização do espaço urbano no Rio de Janeiro.

Fobópole é uma cidade em que grande parte de seus habitantes, presumivelmente, padece de estresse crônico (entre outras síndromes fóbico-ansiosas, inclusive transtorno de estresse pós-traumático) por causa da violência, do medo da violência e da sensação de insegurança. (SOUZA, 2008, p. 40).

Desse modo, a violência urbana é uma das principais responsáveis pelo agravamento dos problemas sociais que comprometem a qualidade de vida nas cidades. Para Souza (2008, p. 214) “o quadro de agravamento continuado da problemática da violência está longe de se restringir às metrópoles e às grandes cidades. Mesmo em cidades médias (como muitas do interior de São Paulo) nota-se, há muitos anos, uma nítida deterioração.”

Em Limeira, os índices de criminalidade aumentaram consideravelmente nas últimas décadas. Como ilustração comparou-se a ocorrência de crimes violentos, que mais se relacionam aos usuários dos espaços públicos, nos cinco primeiros meses (janeiro a maio) de 2012 e de 2013 (tabela 9).

**Tabela 9 - Aumento da criminalidade em Limeira**

<b>Tipo de Crime</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>Aumento</b>
Homicídio doloso	5	8	60%
Tentativa de homicídio	5	10	100%
Roubo	475	595	25,26%
Furto	1366	1434	4,98%

Fonte: Secretaria de Segurança Pública – SP

Evidencia-se assim a condição de insegurança presente nos espaços públicos, seja das metrópoles ou de cidades médias. Isso faz com que a sociabilidade urbana seja prejudicada, tendo em vista sua redução nos espaços públicos da cidade em função do aumento da criminalidade urbana.

Gomes (2005, p. 256) salienta que está ocorrendo um processo de “emudecimento” dos espaços públicos, ou seja, “eles estão perdendo, por variados motivos, a capacidade de ser um veículo de comunicação social”. Para o autor, o medo, aliado a uma gestão urbana ineficaz contribui para a dinâmica de encolhimento da urbanidade e conseqüente emudecimento das cidades.

Para Bauman (2009, p. 68) “com a insegurança, estão destinadas a desaparecer das ruas da cidade a espontaneidade, a flexibilidade, a capacidade de surpreender e a oferta da aventura, em suma, todos os atrativos da vida urbana.”

A violência contribui para o processo de emudecimento dos espaços públicos, uma vez que esses espaços têm vocação para evidenciar conflitos e tensões sociais, “os espaços públicos passam a ser o terreno privilegiado da conquista e do exercício de um outro poder, estranho ao poder de afirmação do poder público” (GOMES, 2005, p. 259).

Os poderes estranhos à natureza pública desses espaços também são evidenciados em Souza (2008, p. 84) ao afirmar que “espaços públicos vão sendo, por causa do medo, ou ‘abandonados’ (a frequência com que são visitados diminui drasticamente) ou, então, ‘cercados’ e ‘monitorados’, o que tampouco favorece uma vida pública livre, densa e espontânea”.

Para Pechman (2008, p. 194):

quanto mais a cidade chafurda na violência, mais uma ‘era da segurança’ se anuncia e que, em nome do risco, todo vínculo com o outro estranho deve ser descartado; quanto mais a cidade necessita se sentir segura, mais ela descarta seu sistema de relações e mais cidadela ela vai se tornando.

De acordo com Caldeira (2000, p.301) “os encontros no espaço público se tornam a cada dia mais tensos, até violentos, porque têm como referência os estereótipos e medos das pessoas. Tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública.”

Para Pechman (2008) quanto menos a cidade expressa seu poder urbano, estruturado pela ação coletiva no pacto urbano pela sociedade, mais a cidade deixa de fazer sentido para novas formas de convivialidade. E assim,

quanto menos convivialidade tanto menos urbanidade; quanto menos urbanidade, tanto mais violência. A vitalidade do poder urbano e sua capacidade de fazer frente à violência está diretamente ligada à capacidade da cidade produzir representações do seu poder. Mas qual é poder da cidade que difere do espetaculoso poder bélico da violência? É o poder de produzir relações, de obrigar à negociação, de acolher o conflito; é o poder de ser o lugar da esfera pública, mas não só o lugar, é a própria condição de existência da esfera pública. (PECHMAN, 2008, p.191)

Esse poder urbano pode fazer frente ao poder da violência a partir de uma maior apropriação dos espaços públicos pela sociedade, para que a cidade manifeste toda a força das relações sociais. A violência presente nos espaços públicos poderá ser limitada com uma sociabilidade urbana efetiva, na qual os diversos grupos sociais tenham nesses espaços um lugar de representação de seu

poder por meio da apropriação do espaço. Somente com a plena apropriação dos espaços públicos pode-se vislumbrar a redução da insegurança e do medo nas cidades.

Discutindo o medo nas cidades, Melgaço (2010, p. 107) afirma que

é importante notar quem tem medo de quem nas cidades. A parcela mais rica dos moradores teme, sobretudo, os pobres e, por isso, constrói uma série de objetos para evitá-los, além de ter o corpo policial voltado para defender os seus interesses. Boa parte dos pobres, por outro lado, tem tanto medo da polícia quanto tem dos criminosos.

Os grupos sociais mais abastados não costumam frequentar os espaços públicos também por terem mais condições de utilizar espaços de lazer privados, como clubes, teatros, cinemas e suas próprias moradias, dotadas de segurança e muito conforto. Já a população pobre, que não dispõe de recursos que lhe garantam optar pelo lazer em espaços privados, também não pode frequentar os espaços públicos, baseando-se no medo da violência urbana.

Instaura-se na cidade uma cultura do medo, que passa a ser veiculada na mídia e reproduzida socialmente, contribuindo para que as pessoas reconheçam o espaço público como violento e ameaçador. Em muitos casos, essa difusão do medo colabora para a diminuição da sociabilidade e para o isolamento das pessoas em lugares fechados, como condomínios e *shopping centers*. Podemos observar a difusão do medo na mídia em Limeira quando os jornais impressos e televisivos divulgam os casos de violência de modo sensacionalista, tanto com problemas relacionados ao trânsito ou envolvendo assaltos e crimes (figuras 18, 19 e 20).

**Figura 18 - Cultura do medo: o trânsito como ameaça I**



Fonte: Jornal de Limeira, 26/05/2012, p.1

**Figura 19 - Cultura do medo: o trânsito como ameaça II**



Fonte: Jornal de Limeira, 15/12/2011, p.1

**Figura 20 - Cultura do medo: a violência no bairro**



Fonte: Jornal de Limeira, 16/06/2012, p.1

A insegurança e o medo possibilitam expressivos lucros comerciais. Para Bauman (2009, p. 55) o “capital do medo” promove lucros políticos ou comerciais, já que “a segurança pessoal tornou-se muito importante, talvez o argumento de venda mais necessário para qualquer estratégia de *marketing*”. Isso se torna evidente nos jornais e programas de televisão que abordam incessantemente a sensação de insegurança da população. Para o autor, “a exposição das ameaças à segurança pessoal é hoje um elemento determinante na guerra pelos índices de audiência dos meios de comunicação de massa”.

Assim, com o apoio da mídia, as pessoas passam a entender o espaço público como um local ameaçador e que deve ser evitado, causando um *declínio* do espaço público na cidade. Esses medos do crime se generalizam de modo diferente no espaço urbano devido aos níveis socioeconômicos distintos da população. Nesse sentido, Melgaço (2010, p. 107) esclarece que

enquanto os ricos se assustam principalmente com o grande número de crimes contra o patrimônio, como sequestros-relâmpago, os pobres têm medo, sobretudo, dos constantes homicídios que acontecem à sua volta.

Para Souza (2008) a “geografia do medo”, baseada em um sentimento de insegurança, que frequentemente se descola da real ocorrência de crimes violentos, está se sobrepondo a “geografia da violência”, que possui maior objetividade. De acordo com o autor:

um *medo generalizado*, ainda que matizado também ele (de acordo com a classe, a cor da pele, a faixa etária, o sexo e o local de residência), toma conta de corações e mentes, (re)condicionando hábitos de deslocamento e lazer, influenciando formas de moradia e *habitat* e modelando alguns discursos-padrão sobre a violência urbana. (SOUZA, 2008, p. 54).

Para Souza (2008) a difusão de instrumentos de controle como câmeras de vídeo em espaços públicos e privados tornam a “cidade vigiada”, um caso contraditório à medida que esses aparatos de monitoramento, que supostamente deveriam promover a qualidade de vida, acabam por limitar a privacidade e representam uma ameaça à liberdade e à espontaneidade nesses espaços. Para o autor, a decadência dos espaços públicos “coisa amplamente reconhecida e lamentada em nossos dias, tem nesses fenômenos de controle e monitoramento exarcebados um de seus mais relevantes fatores de agravamento.” (SOUZA 2008, p. 85).

Concordamos com o autor no sentido da “cidade vigiada” criar um paradoxo entre a qualidade de vida nesses espaços e uma restrição à liberdade. Entretanto, considerando a situação de declínio da sociabilidade nos espaços públicos, defendemos que esses instrumentos de controle e monitoramento podem ser uma alternativa inicial para que os espaços públicos consigam atrair as pessoas que temem frequentá-los pela sensação de insegurança. Assim, enquanto não se promove um desenvolvimento socioespacial nas cidades suficiente para eliminar a necessidade de monitoramento pelo poder público, as câmeras de vídeo podem

favorecer uma maior interação da sociedade com esses espaços públicos. Como pode ser observado na imagem abaixo, a Prefeitura Municipal de São José dos Campos conseguiu êxito na sociabilidade urbana mesmo com câmeras de vídeo nesses espaços (foto 2).

**Foto 2 - Monitoramento de vídeo no espaço público**



Fonte: Foto do autor, junho de 2013, em São José dos Campos

Para Souza (2008, p. 166) “os pesquisadores dos temas relativos ao planejamento e à gestão das cidades e aqueles da violência urbana muito pouco interagem e trocam experiências.” Destaca-se assim a importância de um esforço coletivo para integrar a gestão urbana com os sistemas de segurança pública visando a redução da violência nas cidades. As causas da violência urbana são sinteticamente justificadas por Souza (2008) ao afirmar que:

grande parte da criminalidade violenta é produto de uma ordem econômico-social e política injusta: os valores consumistas bombardeiam a todos, ao mesmo tempo em que as oportunidades de emprego bem remunerado no setor formal são insuficientes, o que vem criando uma crônica tensão latente. A dissolução e a desagregação das famílias, a falência da educação pública e a escassez de políticas públicas de certo fôlego [...] ajudam a completar o quadro. Por fim, no Brasil e em outros países periféricos e semiperiféricos [...], é notório o tratamento desigual dispensado a ricos e a pobres pela polícia. (SOUZA, 2008, p. 173).

A violência urbana está geralmente associada à exclusão social, que, com a falta de atenção do Estado, favorece a criação de enclaves de pobreza com serviços públicos deficientes. As precárias condições de vida nesses lugares se agravam

com a carência de espaços públicos para o lazer. Portanto, faz-se necessária a adoção de políticas públicas comprometidas com a justiça social e o aumento da qualidade de vida nas cidades.

Para Souza (2008), em curto prazo, o aumento da segurança sem a restrição da liberdade pode vir com o policiamento comunitário<sup>1</sup>. Porém, não se deve ter em vista somente medidas policiais, mesmo que integradas com a comunidade. É fundamental enfrentar as motivações básicas dos crimes violentos, sendo necessárias mudanças políticas e econômico-sociais.

Sob um ponto de vista crítico, o combate ao crime violento não pode se restringir a uma estratégia de *contenção*. Para Souza (2008, p. 173) “*combater o crime* implica não apenas evitar que criminosos cometam crimes, mas também combater os fatores que empurram os indivíduos (sobretudo jovens), maciçamente, para o mundo do crime.”

Souza (2008, p. 226) acredita que

os problemas observados em espaços segregados territorializados por traficantes de drogas operando no varejo não podem ser desvinculados não somente de fatores de contexto econômico-sociais, mas também, cultural-simbólico-comportamentais: os crescentes individualismo, consumismo e hedonismo.

A sociedade, especialmente os jovens, precisa ter perspectivas de satisfação de suas necessidades materiais e imateriais. Assim, o combate aos fatores que levam ao aumento da criminalidade passa necessariamente pela adoção de políticas públicas voltadas para uma melhor distribuição de renda e inserção social em programas educacionais, culturais e de lazer. Dessa forma, o espaço público torna-se o *locus* privilegiado por permitir diversas atividades de integração social.

Observa-se que a mídia relata com frequência casos de ‘andarilhos’ e ‘mendigos’ como a causa da diminuição da sociabilidade nos espaços públicos. Entretanto, sabemos que as causas dessa situação são muito mais complexas e resultam da grande desigualdade social e das frágeis e insuficientes políticas

---

<sup>1</sup> De acordo com Souza (2008, p. 251) “uma espécie de ‘policiamento comunitário crítico’, submetido a amplo controle popular e combinado com medidas como educação para a cidadania e discussão dos problemas da cidade, a fim de não dar ensejo à xenofobia e ao temor histórico direcionado aos ‘de fora’ (do bairro), é uma das providências de cunho institucional [...] a fim de promover avanços já ‘aqui e agora’ no campo da segurança pública sem aumentar ainda mais a heteronomia na sociedade”.



públicas de inclusão social. A presença de mendigos nas ruas é consequência desse processo.

Muitas vezes, os casos veiculados na mídia resultam de uma visão preconceituosa do comportamento social nos espaços públicos. O que se vê na imagem abaixo é um homem simples dormindo na praça durante o dia, não sendo necessária qualquer “ofensiva” para retirá-lo dali (figura 21). Pelos seus trajes, mochilas e talvez sua bicicleta, ele não é um morador de rua. Embora a prática social não seja a mais comum para o local onde está, essa foi a forma que o cidadão escolheu para se apropriar daquele espaço público. Para Sennett (1998, p. 26) a natureza de uma praça pública “é a de mesclar pessoas e diversificar atividades”. Portanto, a atitude do homem na praça não está fora das diversas atividades ‘aceitáveis’ para o convívio e apropriação social nos espaços públicos.

**Figura 21 - Usuário do espaço público**



Fonte: Jornal de Limeira, 04/12/2012, p. 1

O Ceprosom (Centro de Promoção Social Municipal) deve intervir no espaço público de modo a garantir a melhoria das condições de vida da população que por lá vive. Entretanto, deve-se erradicar a questão da pobreza em suas causas, e não somente em suas consequências. Caso contrário, nenhuma política de promoção social conseguirá resolver o problema dos moradores de rua e da violência urbana.

Para a redução da violência tornam-se necessárias medidas que envolvam a sociedade e o poder público em busca de mais justiça social nas cidades. Além da

maior eficiência do sistema judiciário no Brasil, no qual pobres e ricos possam ter na justiça a garantia de cumprimento das leis para todos. A implementação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais é fundamental para combater as causas que levam à criminalidade. Isso inclui programas de melhorias da educação e qualificação profissional, projetos de incentivo ao esporte e de promoção da cultura.

A questão da insegurança nos espaços públicos torna premente a necessidade do envolvimento dos órgãos de segurança pública com outras esferas do poder público, bem como com a sociedade, para minimização dos efeitos da criminalidade urbana. A segurança pública não pode sozinha equacionar os problemas socioeconômicos do espaço urbano, sendo fundamental a participação dos movimentos sociais na busca de soluções para a questão. Nesse sentido, Souza (2008, p. 188) defende

um envolvimento denso e propositivo dos movimentos sociais emancipatórios com a temática da (in)segurança pública, tanto pressionando e fiscalizando o aparelho de Estado quanto, na medida do possível, buscando implementar soluções e conquistar avanços independentemente do Estado.

Para Souza (2008) o Poder Público pode reduzir a fragmentação socioespacial do tecido urbano à medida que mantenha e incremente a vitalidade dos espaços de encontro, como as praças, centros históricos e seus arredores.

É preciso resistir ao ‘abandono’ desses espaços públicos decorrente do clima de insegurança que neles se vem instalando em muitas cidades. Note-se que, aqui, muito mais do que ações propriamente urbanísticas (remodelações do substrato espacial), o que é necessário são programas e ações de ‘recriação’ de imagens espaciais e incentivo à frequência daqueles espaços. (SOUZA, 2008, p.251).

Assim, a questão central está em tornar os espaços públicos mais ricos de relações sociais, recuperando sua sociabilidade e sua civilidade. Nesse contexto, Jacobs (2000, p. 35) argumenta que “uma rua movimentada consegue garantir a segurança; uma rua deserta, não.”

A manutenção da diversidade dos espaços públicos com diferentes grupos sociais nele interagindo é fundamental para mantê-lo vivo. Enquanto determinados grupos sociais recusarem-se a se apropriar do espaço público ele manterá seu status de ameaçador e fomentará o declínio da vida pública.

O fundamento da paz social está no fortalecimento da esfera pública e na revitalização das relações humanas na cidade. Ou, em outros termos, o combate à violência será tão mais eficaz não quanto mais grosso for o calibre das armas, mas quanto mais robusta for a sociedade e quanto mais vigorosa for a cidade. (PECHMAN, 2008, p.199)

A sociedade deve ser robusta, deve se apropriar dos espaços públicos, mas não pode fazer isso sem o respaldo do poder público. Para tanto, é fundamental vontade política no investimento de sistemas de segurança capazes de permitir e favorecer a presença da diversidade nas ruas. Um policiamento comunitário e humano presente no espaço público torna-se necessário na introdução de qualquer pacto contra a criminalidade urbana.

Mas em Limeira observa-se uma ausência frequente de policiamento em seus espaços públicos. Isso agrava a sensação de insegurança da maior parte da população, que se priva de frequentar os espaços públicos pelo medo da violência urbana. Mesmo a principal praça da cidade, a Toledo Barros, sofre com a falta de segurança pública, como constatado nos trabalhos de campo e reforçado pela mídia local (figura 22).

**Figura 22 - A falta de policiamento e o recuo da sociabilidade**



Fonte: Jornal de Limeira, 16/04/2013, p.1

Assim, observa-se que o poder público não cumpre seu papel de garantir a segurança, e a população, de modo geral, passa a evitar a frequência aos espaços públicos como forma de lazer, colaborando conseqüentemente para o recuo da sociabilidade.

Jacobs (2000) é uma grande defensora da manutenção da vitalidade urbana para combater a violência nos espaços públicos. Para a autora, esses espaços devem ter um grande fluxo de pessoas, de modo a atrair a atenção dos que estão nas casas e edifícios para o que ocorre do lado de fora. Assim, aumenta-se o número de olhos atentos aos espaços públicos, favorecendo uma maior segurança aos que estão nesses espaços.

Santos e Vogel (1985) também defendem o papel da sociedade no monitoramento das pessoas no espaço público visando manter a sociabilidade urbana. Porém, os autores chamam a atenção para o cuidado que se deve ter para evitar uma vigilância compulsiva que possa comprometer a liberdade das pessoas.

A vigilância da rua pelos muitos olhos que a observam não se reduz, porém, a uma compulsão voluntarista de controle da vida alheia. Isto não passaria de bisbilhotice e interferência. Ambas são qualidades detestadas e sancionadas, mesmo nos ambientes que são 'como uma cidade pequena'. Observar a rua e participar do que se passa nela exige sempre tato suficiente para distinguir em que contextos o que está acontecendo diz respeito a alguém, ou pelo contrário, está fora de sua alçada. (SANTOS e VOGEL, 1985, p.93).

Demonstra-se assim a capacidade que a própria população possui em aumentar a segurança nos espaços públicos por meio de sua prática socioespacial. Entretanto, como dito anteriormente, a população sozinha não pode ser a única responsável por promover essa segurança. Para Jacobs (2000, p. 39) "a intervenção sempre requer certa autoconfiança, por parte de quem age, sobre sua convicção como co-proprietário da rua e sobre o auxílio que terá em caso de necessidade".

Os cidadãos tornam-se co-proprietários da rua, ou seja, fazem parte dos atores que devem possibilitar uma maior sociabilidade urbana. Mas esse monitoramento precisa ser feito de modo sutil, necessita ser interiorizada pelas pessoas como inerente ao seu papel de cidadão. Não se deve atribuir às pessoas essa função de modo impositivo. Cada um deve saber o momento certo de agir, ou seja, de intervir caso alguma situação esteja fora dos padrões aceitos pela sociedade.

Nesse sentido, Jacobs (2000, p. 37) considera que

A segurança nas ruas é mais eficaz, mais informal e envolve menos traços de hostilidade e desconfiança exatamente quando as pessoas as utilizam e usufruem espontaneamente e estão menos conscientes, de maneira geral, de que estão policiando.

Santos e Vogel (1985, p.93) também destacam a importância da população monitorar os espaços públicos como 'proprietários' da rua:

o que une os olhos vigilantes de uma rua é esse sentimento de serem seus 'proprietários naturais'. O espaço que supervisionam é, de certa forma, o espaço de todos. Nesse sentido, é mais do que público, ou não é apenas público. Pertence a todos em comum, em função das relações que mantêm com ele, ou dentro dele, e graças a ele. Por isso, o exercício do controle é um poder e um dever. Mais do que simples usuários, os 'proprietários naturais' da rua são cúmplices.

Observa-se assim que os espaços públicos são cada vez mais limitados de sua principal atribuição: garantir a sociabilidade urbana. Destaca-se a necessidade de união de esforços entre o poder público e a sociedade com o objetivo de favorecer a diversidade de pessoas nesses espaços por meio de uma gestão urbana efetivamente comprometida com o bem estar social. A violência urbana pode ser minimizada com políticas públicas de inclusão social promovidas pelo Estado e apoiadas pela sociedade, e o espaço público é o local ideal para que essas ações políticas aconteçam.

## **CAPÍTULO IV: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO EM LIMEIRA**

Neste capítulo os espaços públicos de Limeira são analisados em sua relação indissociável entre dominação e apropriação. Percebe-se a existência de múltiplas formas de dominação e observa-se como o espaço público em Limeira é apropriado de modo diferenciado, seja pela localização desses espaços, seja pela frequência e comportamentos variados da população nesses espaços.

Com a análise dos espaços públicos da pesquisa foi possível realizar um agrupamento levando em consideração os diferentes níveis de dinamismo social, a localização, o contexto socioespacial e as de formas de uso e apropriação desses espaços. Algumas considerações sobre a materialidades desses espaços são realizadas neste capítulo, mas uma discussão mais aprofundada do mobiliário urbano das praças e parques encontra-se no próximo capítulo.

### **4.1. Os parques urbanos e suas contradições**

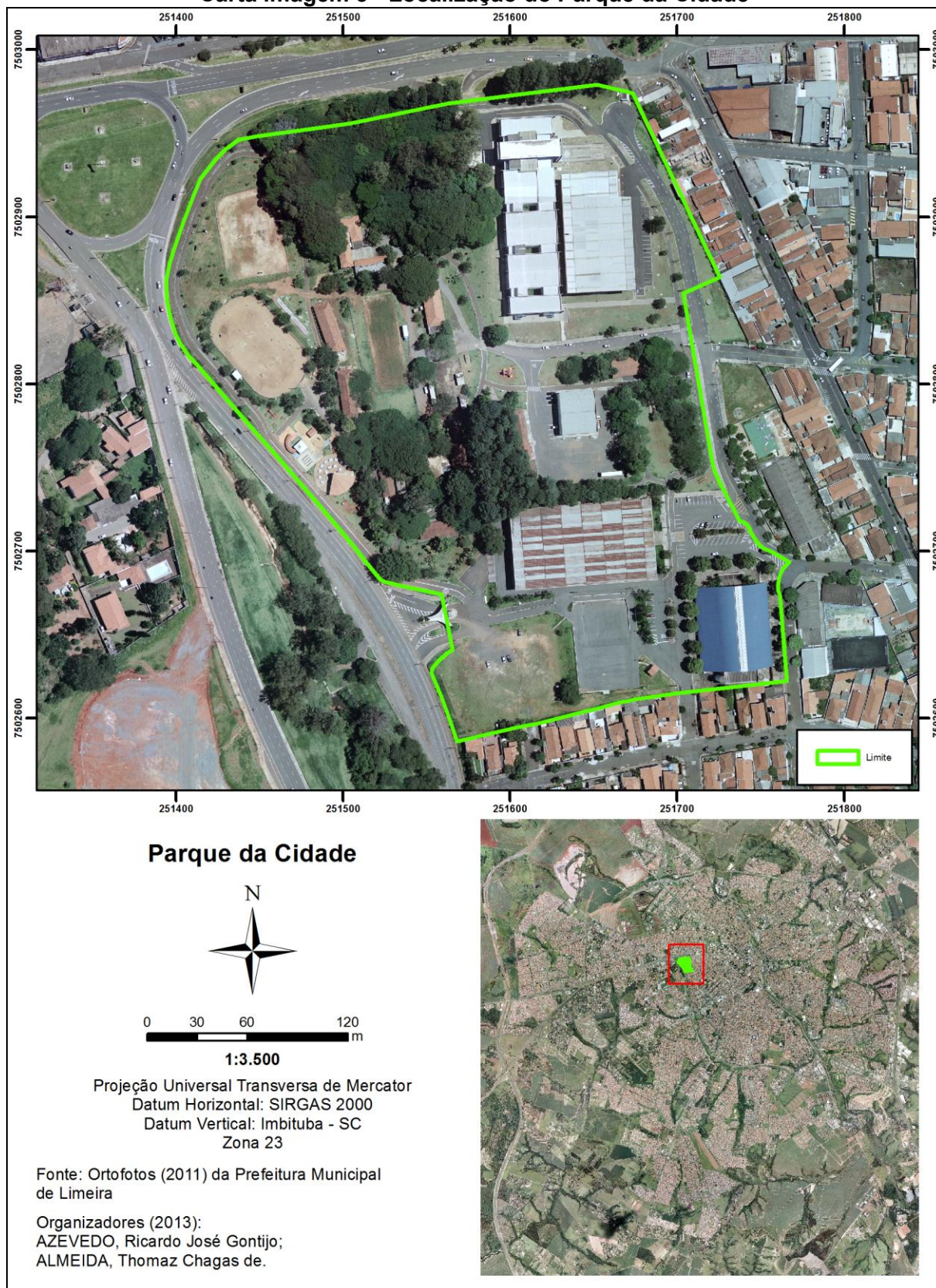
Limeira possui dois parques recentemente criados pela prefeitura Municipal. O principal deles é o Parque da Cidade, localizado em uma das regiões mais dinâmicas do espaço urbano limeirense, com a presença de empreendimentos conhecidos na cidade: o campus I da UNICAMP, a franquia Habibs, o supermercado Enxuto, postos de combustíveis, além de bares e restaurantes diversos (carta imagem 3).

O Parque da Cidade foi inaugurado em setembro de 2007. Até então a cidade não contava com nenhum parque urbano. Localizado em uma área de 98.647 m<sup>2</sup> pertencente à Prefeitura Municipal, ele é o principal parque público no espaço urbano da cidade e representa um caso a ser analisado como elemento de dominação e apropriação.

Na área do parque já funcionavam algumas instituições municipais antes de sua criação, como a hípica e o ginásio de esportes. Atualmente, com a criação do parque e maiores investimentos do poder público, a área conta com uma grande diversidade de instituições, como a Hípica Municipal; as Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Educação e Agricultura; a Biblioteca Municipal, que está em reforma e possui grandes dimensões; o Museu da Joia Folheada; o Centro de Formação do

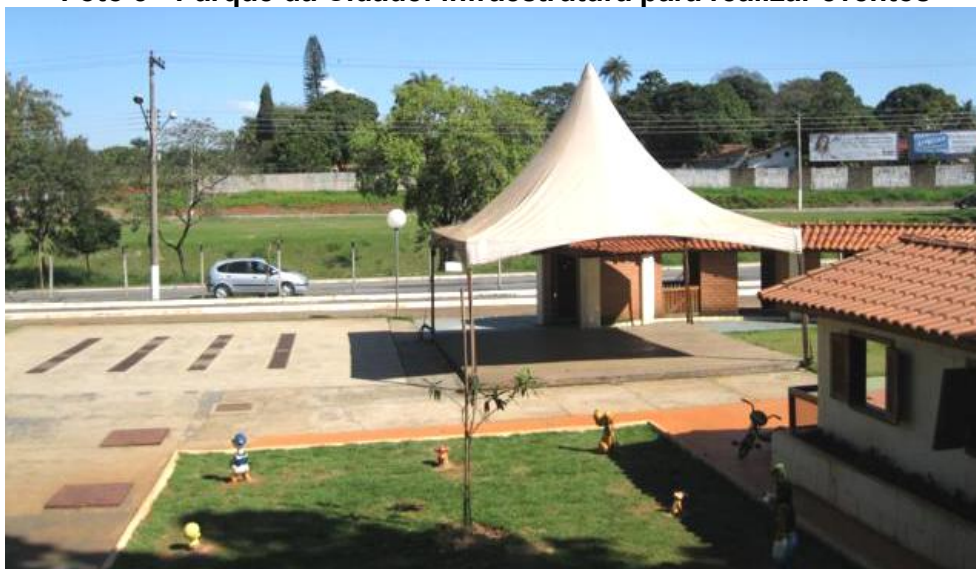
Professor; o Teatro Nair Belo; o Ginásio de Esportes Fortunato Lucato; ciclovia e pista de caminhada de 1000 metros; lanchonete; brinquedos infantis; banheiros; etc.

**Carta imagem 3 - Localização do Parque da Cidade**



O parque conta com uma boa infraestrutura para sediar eventos, como um grande estacionamento; ginásio de esportes com capacidade para 1250 pessoas; teatro com 330 lugares; grande espaço asfaltado para sediar festas e shows; ampla área com calçamento de concreto, coberta e com palco de cimento; além de espaços menores onde sediam eventos de menor porte (fotos 3 e 4).

**Foto 3 - Parque da Cidade: infraestrutura para realizar eventos**



Fonte: trabalho de campo (julho/2012)

**Foto 4 - Parque da Cidade: ginástica promovida por planos de saúde**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

A Hípica Municipal ainda funciona no Parque da Cidade, tornando esse espaço ainda mais movimentado pelos proprietários de cavalos que lá os mantêm, treinadores, alunos de equitação, montadores, além de um grupo especializado que pratica equoterapia com pessoas que precisam desenvolver suas habilidades



motoras e portadores de necessidades especiais que encontram nessa terapia uma importante aliada. Existem estudos sendo realizados pela prefeitura municipal para deslocar a hípica para outro lugar da cidade, mas até o momento não há nada definido e suas atividades continuam a dinamizar o Parque da Cidade (fotos 5 e 6)

**Foto 5 - Parque da Cidade: baias dos cavalos na Hípica Municipal**



Fonte: trabalho de campo (julho/2012)

**Foto 6 - Parque da Cidade: cavalo e caminhões para transporte dos animais**



Fonte: trabalho de campo (julho/2012)

Existe uma grande variedade de eventos que são realizados no Parque Cidade que já ficaram conhecidos por se realizarem todos os anos como eventos esportivos, teatrais, feira de livros, feira de profissões, etc. Além disso, aos finais de semana são realizados eventos diversos de grupos religiosos, de ciclismo, de

meditação, de ONGs ligadas a proteção dos animais e exposições variadas. Além disso, o parque recebe grande quantidade de pessoas quando recebe eventos culturais, como as apresentações da Orquestra Sinfônica de Limeira (fotos 7 e 8).

**Foto 7 - Parque da Cidade: apresentação da Orquestra Sinfônica de Limeira**



Fonte: trabalho de campo (fevereiro/2012)

**Foto 8 - Parque da Cidade: observadores da Orquestra Sinfônica**



Fonte: trabalho de campo (fevereiro/2012)

Essa grande variedade de usos favorece o que Jacobs (2000) defende: os espaços públicos representam mais segurança aos seus frequentadores quando existe uma multiplicidade de usos e atividades, favorecendo a circulação de pessoas e inibindo a presença de pessoas que possam cometer atos violentos no local.

O Parque da Cidade é o espaço público da cidade de maior referência para a população que pratica atividades físicas. Observa-se a co-presença de pessoas em variadas faixas de idade e com diferentes formas de apropriação. De acordo com os dados obtidos na aplicação dos questionários, os principais usos no parque são: observar as pessoas, caminhar, brincar com crianças, contemplar a paisagem.

Observa-se que o Parque da Cidade é mais frequentado nas primeiras horas da manhã e no final da tarde, principalmente por aqueles que praticam atividades físicas, com predomínio de caminhadas, já que o parque não dispõe de muitos equipamentos urbanos com essa finalidade. Aos finais de semana a frequência no parque é maior que durante a semana, pois soma-se aos praticantes de atividades físicas um grande número de famílias que levam seus filhos para passear e brincar naquele espaço.

Às margens do Parque da Cidade há o anel viário que circunda a cidade e facilita o acesso ao parque por aqueles que possuem automóveis. Embora existam linhas de ônibus que passam pelo local, observa-se que não são tão expressivas, tendo em vista o sistema radial de transporte público da cidade. Isso de certa forma limita o acesso ao Parque da Cidade por aqueles que não dispõem de automóvel ou não tem condições de usar o transporte público, seja pelo custo financeiro, seja pelo tempo de deslocamento.

Assim, observa-se que o Parque da Cidade é frequentado durante os dias úteis principalmente pela população que mora nos bairros mais próximos e por aqueles que utilizam veículo próprio. É válido ressaltar que os bairros das imediações são hoje valorizados pelo mercado imobiliário, e se tornaram ainda mais disputados com a criação de novos empreendimentos neles instalados nos últimos anos, como o novo campus da Unicamp e a própria criação do Parque da Cidade.

Serpa (2005) argumenta que a instalação de parques públicos contribui para a valorização do espaço urbano e favorece um processo de substituição da população das áreas requalificadas. Assim, a implantação desses parques são álibis para explicar as grandes operações de requalificação urbana nos bairros afetados. O autor justifica a instalação de parques públicos como álibis ao destacar:

álibis, porque os parques públicos sempre representam e expressam valores éticos e estéticos, que ultrapassam largamente seus limites espaciais. Qualquer que seja a época, esses valores estão sempre presentes no discurso oficial e nas políticas públicas aplicadas às cidades: higienismo, pacifismo, beleza estética. (p. 113)

Toda a diversidade de atividades que se desenvolvem no Parque da Cidade não atende parte da população limeirense que dele não pode usufruir. Observa-se assim, uma menor diversidade de classes sociais no parque, já que camadas populares são menos assíduas no local. Desse modo, o Parque da Cidade representa um espaço segregado na medida em que somente determinados grupos sociais costumam frequentá-lo. Esse parque não recebe a população de toda a cidade que deseja se apropriar dos espaços públicos, tendo em vista uma série de fatores, como a sua localização, nas proximidades de uma região valorizada da cidade, longe portanto de bairros mais populares e com grande densidade de moradores, que precisariam pagar o transporte público por não terem automóveis particulares. Além disso, parece haver a construção de uma barreira simbólica que impossibilita o acesso ao parque de moradores de camadas populares provenientes de bairros periféricos. Como bem ressalta Serpa (2004, p.32) “os usuários privatizam o espaço público através da ereção de barreiras simbólicas, por vezes invisíveis.” O espaço público é modificado e fragmentado entre diferentes grupos sociais, transformando-se em espaços segregados em função do nível social que dele se apropria. Nesse sentido, Serpa ressalta que:

Em um mundo onde a cultura transformou-se em lazer e diversão, existe uma distância mais social que física, separando os novos equipamentos públicos daqueles com baixo capital escolar, o que mostra que segregação espacial e segregação social nem sempre servem para designar a mesma coisa. [...] o problema da democratização do acesso não se resume a uma repartição espacial equitativa dos equipamentos que permitiria, em tese, chances de utilização equivalentes a todas as categorias sociais [...] Vemos que a aplicação dos conceitos/noções geográficas de distância e acessibilidade acabam por colocar em questão a esfera pública, o espaço público, na cidade contemporânea. Afinal, estamos diante de espaços verdadeiramente públicos ou de espaços concebidos e implementados para um tipo específico de público? (SERPA, 2004, p.33-34)

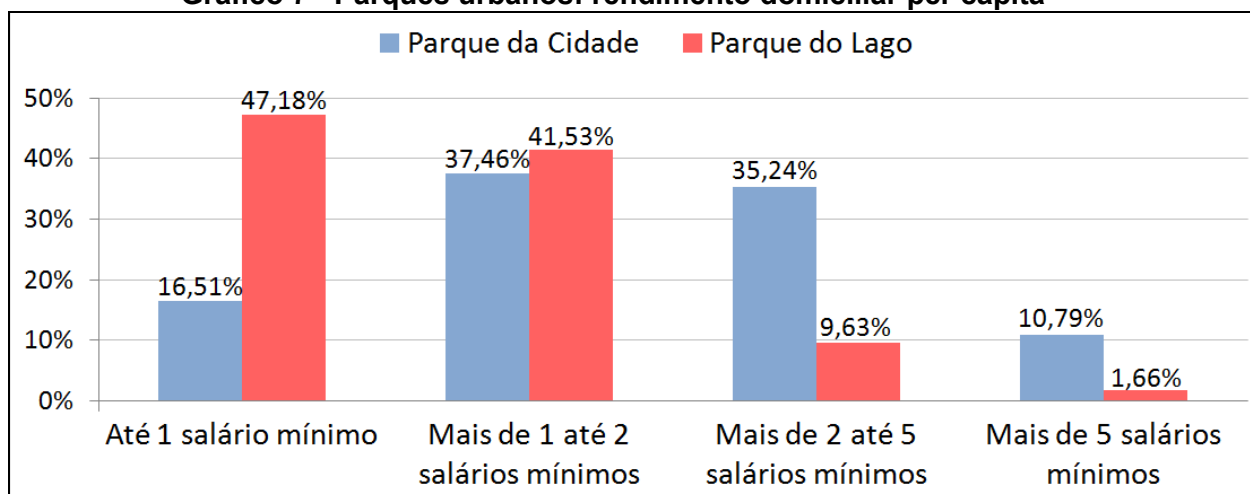
Observa-se assim que seu nome, ‘Parque da Cidade’, não condiz com a realidade social da maioria de seus frequentadores, que possui boas condições financeiras. Os pobres da cidade não costumam frequentá-lo certamente pela distância física de seus bairros de moradia e pela presença de barreiras simbólicas, como o status de ser um parque destinado à população elitizada.

Compara-se agora o Parque da Cidade, localizado em porção central privilegiada de Limeira com o Parque do Lago, situado em bairro popular da porção

sul da cidade. Analisando o rendimento mensal per capita dos setores censitários nos quais os parques estão inseridos, observa-se uma nítida desigualdade socioeconômica entre eles. Nos setores censitários do Parque da Cidade, 10,79% dos domicílios tem renda per capita superior a 5 salários mínimos contra 1,66% do Parque do Lago. O contraste social torna-se evidente quando se compara a renda per capita de até 1 salário mínimo, onde o Parque da Cidade possui 16,51% dos domicílios contra 47,18% no Jardim do Lago. (gráfico 7).

É válido considerar que a renda per capita no município de Limeira é mais baixa se comparada com os municípios da região, como Campinas, Americana, Piracicaba e Rio Claro. De acordo com o PNUD (2013), 61,59% da população ocupada em Limeira tem rendimento de até dois salários mínimos.

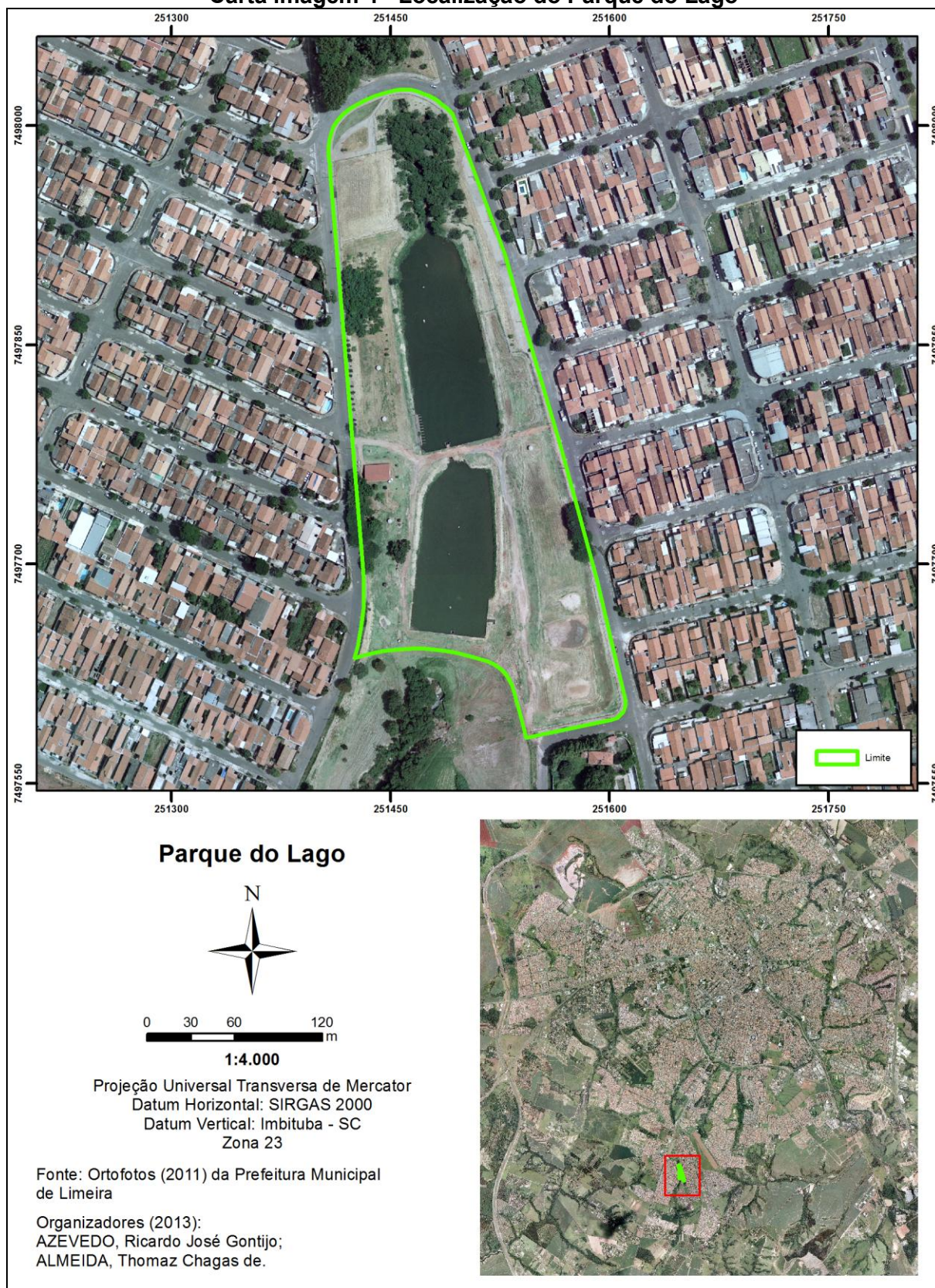
**Gráfico 7 - Parques urbanos: rendimento domiciliar per capita**



Fonte: Censo 2010

No Parque do Lago, a população que o frequenta é proveniente, sobretudo, do Jardim do Lago e do Jardim Aeroporto, bairros populares da porção sul da cidade (carta imagem 4). Esse espaço público assume a função de um parque urbano e é conhecido pelos seus usuários como Parque do Lago. Entretanto, no cadastro municipal essa área é denominada “Praça Gino Archimedes Battiston”. Em entrevista realizada com a Secretária Municipal de Planejamento, ocorrida durante a gestão municipal anterior, não se soube explicar os motivos para o local ser denominado praça embora seu grande tamanho e morfologia, inclusive com dois portões de acesso e tela em sua volta, seja de um parque urbano. Certamente seu nome impróprio se deve à proposta de algum vereador da cidade que, desconhecendo as diferenças entre parque e praça, optou por assim denominá-la.

Carta imagem 4 - Localização do Parque do Lago



O Parque do Lago foi criado pelo Poder Público com o esforço da comunidade local, que se mobilizou para que nos últimos anos a Prefeitura

Municipal criasse alguns equipamentos para a recreação, como quiosques, bancos, brinquedos para as crianças e duas lagoas que contribuem para a beleza local.

É válido destacar a importância da participação popular nas ações que levaram às melhorias na área. De acordo com entrevista realizada com uma líder comunitária, a área onde o parque está instalado era, há cerca de dez anos atrás, abandonada pelo poder público, tendo mato alto, despejo de lixo e entulho, além de apresentar problemas com usuários de drogas. Foi com a criação da Associação dos Moradores do Jardim Aeroporto que a situação começou a mudar, quando se mobilizaram para que melhorias fossem realizadas no local. Atualmente, o parque oferece condições básicas para apropriação da comunidade. Observa-se que a criação do parque trouxe muitos benefícios para a população local, que mora em bairros densamente povoados em sua volta.

Não obstante o Parque do Lago ter recebido uma melhor infraestrutura nos últimos anos devido à cobrança popular, ainda faltam muitas demandas da população, como a criação de uma pista de caminhada e o calçamento do parque (foto 9). Embora a atuação da líder comunitária seja exemplar ao promover atividades físicas com os usuários do parque todas as manhãs, ainda faltam mais ações do poder público para dinamizar ainda mais esse parque. Durante o ano, poucas são as vezes que as diversas secretarias municipais realizam alguma atividade recreativa no parque.

**Foto 9 - Parque do Lago: infraestrutura melhorada com cobrança popular**



Fonte: trabalho de campo (julho/2012)

Analisando a infraestrutura dos dois parques urbanos de Limeira, observa-se uma nítida desigualdade, pois o Parque da Cidade, na região central, é dotado de mais equipamentos urbanos, como pista de caminhada asfaltada, cantina, bancos, quiosques, banheiros, esculturas, etc. Isso evidencia o caráter desigual da produção do espaço, onde determinados espaços públicos de lazer são privilegiados e recebem investimentos prioritários, em detrimento daqueles espaços mais distantes da área central e frequentados por camadas mais populares.

Com os trabalhos de campo nos parques foi possível observar uma frequência diferenciada de pessoas durante os dias úteis. No Parque do Lago, durante a semana foi possível observar crianças e jovens se divertindo, brincando e jogando futebol. No Parque da Cidade, observa-se um uso predominante para caminhadas da população ao longo da semana, principalmente no início da manhã e final da tarde.

A presença de crianças no Parque da Cidade em outros horários foi menor que no Parque do Lago. Isso se explica pelo fato do Parque do Lago estar localizado entre bairros populares densamente povoados, onde se pode perceber que a população, em especial os mais jovens, utiliza efetivamente o espaço público na maior parte do dia. Essa sociabilidade no Parque do Lago também é evidente quando sedia alguns poucos eventos ao longo do ano, como brincadeiras nas férias para as crianças (foto 10).

**Foto 10 - Parque do Lago: evento nas férias de julho**



Fonte: trabalho de campo (julho/2012)



A realização de eventos variados demonstra a desigualdade na forma como os espaços públicos são tratados pelo poder público. Em Limeira, os dois espaços da cidade com maior diversidade de atividades é o Parque Cidade e a Praça Toledo Barros. Nos outros locais analisados esses eventos ocorrem de forma muito esporádica, embora alguns eventos em determinadas praças já tenham os meses certos para acontecer em cada ano.

Embora conte com investimentos nitidamente inferiores, o Parque do Lago apresenta uma expressiva sociabilidade urbana, por meio do encontro entre diferentes moradores, das pessoas que lá praticam atividades físicas todas as manhãs e das relações sociais entre crianças e jovens. Existe um forte sentimento de identidade de seus usuários com o espaço público, e a população costuma prestigiar todos os eventos que ali se realizam. Evidencia-se assim que o Parque do Lago é um lugar, *stricto sensu*, para as pessoas que lá frequentam, haja vista o sentimento de pertencimento desenvolvido na reprodução da vida cotidiana.

Nos fins de semana o parque recebe uma grande quantidade de usuários, que dele se apropriam de variadas formas, principalmente para brincar com as crianças nos poucos brinquedos existentes (fotos 11 e 12). Com a aplicação dos questionários, os principais usos destacados foram em ordem decrescente: brincar com criança; contemplar a paisagem; observar as pessoas; conversar com amigos; namorar.

**Foto 11 - Parque do Lago: interação social e grande presença de crianças**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

**Foto 12 - Parque do Lago: local de encontro**

Fonte: trabalho de campo (julho/2012)

Analisando o Parque do Lago observa-se que seus frequentadores são predominantemente das imediações dos bairros onde o parque se localiza (foto 13). Assim, esse espaço torna-se restritivo às pessoas de bairros distantes que não possuem equipamentos de lazer satisfatórios. Nesse sentido Serpa (2005, p. 119) salienta que “as chances de acesso das classes populares aos novos parques públicos dependem sobretudo da oferta e da qualidade dos transportes públicos e da distância a percorrer, em um contexto de numerosos bairros periféricos, mal servidos pelo sistema de trens e ônibus urbanos.”

**Foto 13 - Parque do Lago: famílias passeando no fim de tarde**

Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

A instalação de parques urbanos em áreas dispersas da cidade é de fundamental importância, permitindo que a maior parte da população urbana tenha acesso a equipamentos de lazer próximos ao seu local de convívio, para que assim possam estreitar ainda mais os laços de vizinhança e o sentimento de pertencimento a uma realidade que lhes é agradável e acolhedora.

Ao centralizar as atividades de lazer em um único local da cidade a sociabilidade é comprometida, tendo em vista que as pessoas que não possuem um contato mais próximo, dificilmente permitirão essa aproximação com alguém que nunca viram. Ao contrário, quando pessoas de um mesmo bairro ou de bairros vizinhos se encontram, em um espaço público, a possibilidade de estreitarem relações é maior, possibilitando assim um aumento da sociabilidade e, conseqüentemente, permitindo que o espaço público resgate seu papel como local de encontro e de convívio social.

#### **4.2. Contrastes nas praças centrais**

As diferenças de infraestrutura nas praças das áreas centrais das cidades médias resultam em espaços com grande diversidade em relação às dinâmicas socioespaciais que apresentam. Em Limeira, observa-se a existência de uma praça principal, com grande movimento e considerada como cartão postal da cidade, e outras praças secundárias, parcialmente degradadas em função de menores investimentos do poder público.

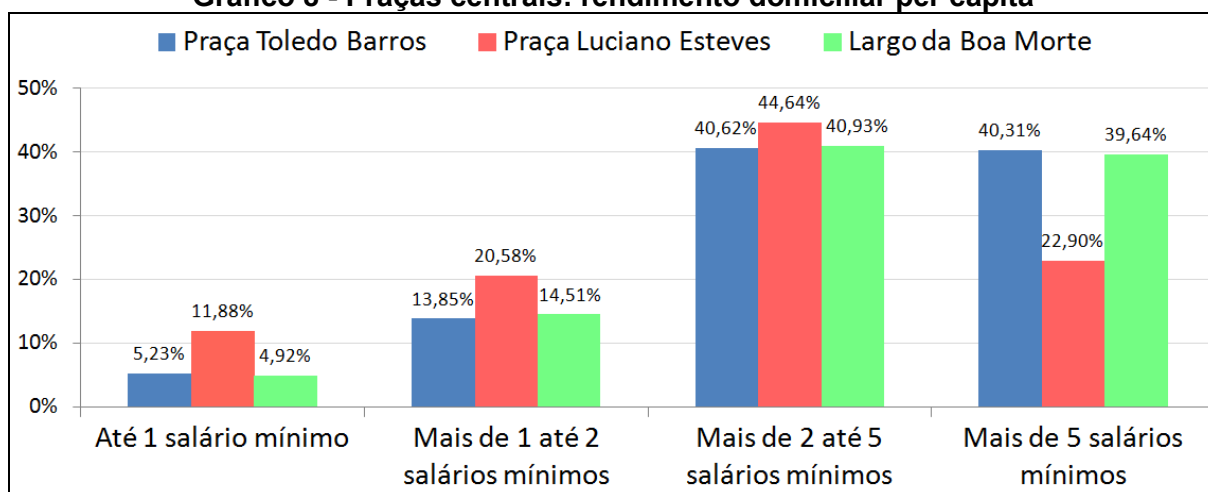
Os setores censitários onde as três praças centrais se localizam possuem indicadores de renda semelhantes, com o predomínio de domicílios cuja renda mensal per capita é superior a dois salários mínimos (gráfico 8). O pior desempenho de renda da Praça Dr. Luciano Esteves se explica pelo fato de um setor censitário considerado abranger a área degradada socialmente denominada no Plano Diretor (2009) como *baixo centro*.

De todos os espaços públicos analisados na pesquisa, as praças centrais foram as que apresentaram a maior renda domiciliar per capita, evidenciando assim a concentração do capital no centro da cidade. É válido ressaltar que a dicotomia centro rico e periferia pobre precisa ser relativizada, em função da disseminação de condomínios fechados de alto padrão na porção periférica da cidade e da vinda de uma população pobre para residir em áreas desvalorizadas da região central.

Limeira possui um expressivo processo de verticalização residencial na área central com edifícios em excelente estado de conservação, o que explica, em parte, a elevada concentração de renda em seus setores censitários.

Destaca-se que a Praça Toledo Barros apresenta a maior renda domiciliar per capita dentre as três praças analisadas, com 40,31% dos domicílios com renda per capita superior a 5 salários mínimos. Somente como exemplificação, em 2013, com o salário mínimo no Estado de São Paulo fixado em R\$ 775,00 uma família com 4 pessoas tem renda familiar mínima de 20 salários ou R\$ 15.500,00.

**Gráfico 8 - Praças centrais: rendimento domiciliar per capita**



Fonte: Censo 2010

As praças do centro de Limeira têm dinâmicas socioespaciais diferentes entre si devido à uma conjugação de fatores, dentre os quais a diversidade comercial e de serviços em seu entorno e nas próprias praças; diferenças de infraestrutura e mobiliário urbano, como calçamentos e bancos; e questões subjetivas, como a sensação de segurança e identidade que a população tem com esses lugares. Observa-se uma grande diversidade de formas de uso e apropriação desses espaços, em função de aspectos considerados relevantes para seus usuários.

Embora Limeira seja uma cidade dinâmica economicamente e tenha recebido investimentos públicos e privados nos últimos anos, observa-se a existência, mesmo na região central, de uma grande desigualdade na distribuição de recursos financeiros para melhorias nesses espaços. A Praça Toledo Barros, considerada por muitos como a principal praça da cidade, possui prioridade na gestão municipal, sendo nitidamente perceptíveis as diferenças se compararmos com as outras duas praças analisadas na região central. A praça possui grande área, ocupando o equivalente a duas grandes quadras da região central (carta imagem 5).

### Carta imagem 5 - Localização da Praça Toledo Barros



#### Praça Toledo Barros



0 15 30 60  
m

1:2.000

Projeção Universal Transversa de Mercator  
Datum Horizontal: SIRGAS 2000  
Datum Vertical: Imbituba - SC  
Zona 23

Fonte: Ortofotos (2011) da Prefeitura Municipal de Limeira

Organizadores (2013):  
AZEVEDO, Ricardo José Gontijo;  
ALMEIDA, Thomaz Chagas de.



Em volta da Praça Toledo Barros existem quatro estabelecimentos bancários (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Itaú e Bradesco) e uma diversificada rede comercial, com lojas de departamento conhecidas nacionalmente, como Pernambucanas e Ponto Frio; lojas especializadas em calçados, roupas, fotografias, relógios, óculos, celulares, brinquedos, produtos de uso doméstico, além de lanchonetes, sorveterias, estacionamentos privados, duas residências conservadas com arquitetura antiga e três edifícios residenciais com 15 andares de apartamentos cada.

Entre 2007 e 2008, a praça passou por uma grande reforma, com custo total da obra de R\$1.100.000,00 que resultou na troca do calçamento, bancos, iluminação e um novo projeto de paisagismo. De modo geral, a reforma foi aprovada pela opinião pública da cidade, tornando a praça mais bonita e frequentada pela população.

Devido à sua beleza, a praça é frequentemente mencionada como principal cartão postal da cidade. Os jardins são bem cuidados e geralmente estão limpos (foto 14). Demonstra-se a dominação desse espaço quando se constata que a praça mais bonita da cidade é aquela em que a população do entorno possui a maior renda per capita, resultando em significativas contradições socioespaciais na cidade.

**Foto 14 - Praça Toledo Barros: jardins**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

Na Praça Toledo Barros está instalado o Teatro Vitória, e como bem afirma Queiroga (2001, p. 152)

a cultura oficial (da elite) tem nas praças um local privilegiado para a instalação de seus edifícios. São teatros e bibliotecas municipais, centros culturais e museus que fazem parte da imagem pública geral das cidades, muito embora suas programações quase nunca atinjam a maior parte da população.

Também integra o sistema de objetos da Praça Toledo Barros o coreto, o obelisco que celebra o Centenário da Independência do Brasil, quatro bancas de revista, dois pontos de táxi, dois banheiros públicos (masculino e feminino) e o bar *El Monoloco*, na tradicional gruta da praça (fotos 15 e 16).

**Foto 15 - Praça Toledo Barros: bar da gruta**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

**Foto 16 - Praça Toledo Barros: mesas do bar da gruta**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

Tendo em vista que a Praça Toledo Barros é a que apresenta a maior diversidade de usos e formas de apropriação da cidade, passaremos neste momento a analisar a diversidade de usos que ocorre neste espaço público. A praça é sede de diferentes eventos, que contribuem para dinamizá-la e favorecer a sociabilidade. Dentre esses eventos está a Expoliart – Exposição Limeirense de Artesanato, que ocorre no segundo e quarto fim de semana de cada mês. Em entrevista com expositora, ela afirmou que a venda de artesanato contribui na renda familiar e permite que os artesãos de Limeira possam comercializar sua produção em um espaço público de grande movimento de pessoas, mediante autorização da Prefeitura Municipal. A feira é opção de lazer para aqueles que apreciam trabalhos artesanais, permitindo que a população possa se apropriar daquele espaço para se divertir mesmo que não consuma os produtos expostos (fotos 17 e 18).

**Foto 17 - Praça Toledo Barros: feira de artesanato aos sábados**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

**Foto 18 - Praça Toledo Barros: comércio de artesanato**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)



Nos mesmos finais de semana da feira de artesanato ocorre também na praça e em parte da rua lateral o “Domingo de Relíquias”, tradicional exposição com motos e automóveis antigos, bem como a venda de antigos acessórios e equipamentos automotivos aos que possuem esses bens (foto 19).

**Foto 19 - Praça Toledo Barros: exposição de carros antigos**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

Há vários anos, ocorrem aos domingos no coreto da praça as apresentações da Corporação Musical Arthur Giambelli e da Corporação Musical Henrique Marques. Esses dois grupos se revezam aos domingos para oferecer, aos que frequentam a praça, músicas de ótima qualidade. O público alvo é bastante variado, mas existe uma grande presença de idosos e famílias com filhos (fotos 20, 21 e 22).

**Foto 20 - Praça Toledo Barros: música e diversidade de interações sociais**



Fonte: trabalho de campo (setembro/2012)

**Foto 21 - Praça Toledo Barros: interação social**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

**Foto 22 - Praça Toledo Barros: manhã com música no coreto**



Fonte: trabalho de campo (setembro/2012)

Durante aplicação de questionários observou-se também a presença de pessoas de cidades vizinhas que costumam passar o domingo na cidade. Assim, observa-se que a Praça Toledo Barros atende sua função de possibilitar encontros variados e a co-presença de indivíduos. Há também o projeto da Secretaria da Cultura denominado “Sábado Útil”, que ocorre quando o comércio do centro da cidade fica aberto aos sábados também no período da tarde. Nesses dias, as corporações musicais passeiam pela praça tocando músicas de repertório variado, dinamizando a praça e seu entorno.

A Praça Toledo Barros é também sinônimo de visibilidade para aqueles que lá vão à busca de olhares. Nesse sentido, o espaço público oferece a possibilidade das pessoas observarem o que lá está para ser visto, como políticos em épocas de campanha eleitoral, e de práticas sociais que simbolizam a diversidade de nossa cultura, como a apresentação de capoeira, ou mesmo a atuação de evangélicos, que fazem orações em voz alta para chamar atenção dos que lá estão ou por lá transitam (fotos 23, 24 e 25).

**Foto 23 - Praça Toledo Barros: político em campanha**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

**Foto 24 - Praça Toledo Barros: roda de capoeira**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

Foto 25 - Praça Toledo Barros: atuação de evangélicos



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

Vários eventos culturais têm a praça como espaço de visibilidade e garantem a apropriação desse lugar pela sociedade. A Secretaria Municipal de Cultura trabalha ativamente para a utilização do Teatro Vitória<sup>1</sup>, principalmente aos finais de semana, em apresentações teatrais de grupos de Limeira e de outras cidades. Às quintas-feiras o teatro é palco da Orquestra Sinfônica de Limeira, que existe há 18 anos e é sucesso de público nas noites de concerto. As pessoas que vão ao teatro costumam passear pela praça, seja antes ou depois dos espetáculos. Assim, em dias de eventos no teatro a praça ganha mais dinamismo (foto 26).

Em entrevista com o Secretário Municipal de Cultura da gestão municipal anterior foi possível confirmar a importância de eventos culturais para dinamizar o espaço público. De acordo com o Secretário, a Prefeitura Municipal busca sempre que possível realizar atividades culturais nos espaços públicos da cidade. Exemplo dessa iniciativa é o Festival Nacional de Teatro, realizado anualmente pela Secretaria Municipal de Cultura e que traz peças teatrais de grupos provenientes de várias regiões do Brasil.

---

<sup>1</sup> O Teatro Vitória tem características Art Déco, movimento comum no Brasil na década de 1940, com uma maior geometrização das fachadas e despojamento de ornamentos, comuns até então. A concepção original do Teatro Vitória está alterada pela construção, na década de 90, de um pavilhão fronteiro em aço, destinado a aumentar o *foyer*, bem como prejudicada pela elevação de platibandas para ocultar equipamentos de ar condicionado, instalados na época.

**Foto 26 - Praça Toledo Barros: Teatro Vitória**



Fonte: trabalho de campo (junho/2013)

Nos dias do Festival Nacional de Teatro<sup>2</sup> é possível observar um grande movimento nas imediações do Teatro Vitória, seja para assistir aos espetáculos dentro do teatro, seja na própria praça, que se transforma em palco de alguns grupos de teatro que lá se apresentam (foto 27).

**Foto 27 - Praça Toledo Barros: Festival Nacional de Teatro**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

---

<sup>2</sup> O Festival Nacional de Teatro é realizado em Limeira pela Secretaria Municipal de Cultura e em 2013 realizou sua 9ª edição. O evento é muito importante por disseminar a cultura em vários bairros da cidade, com apresentações teatrais em várias praças localizadas em bairros distintos. Essa certamente é uma iniciativa que muito contribui para uma maior apropriação das praças pelos seus usuários.

Observa-se na praça uma grande diversidade de pessoas, provenientes de diferentes bairros, que se apropriam de variados modos do espaço público. São interesses e práticas distintas, identificadas cotidianamente na praça. A praça é o lugar do diálogo, do trabalho, do descanso, do falar, do contemplar, do viver (fotos 28, 29 e 30)

**Foto 28 - Praça Toledo Barros: lugar do diálogo**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

**Foto 29 - Praça Toledo Barros: trabalho e descanso**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

**Foto 30 - Praça Toledo Barros: co-presença de diferentes gerações**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

Assim, as pessoas criam laços de identidade e pertencimento com a praça, que passa a ser buscada em momentos de alegrias, para que possam encontrar seus iguais e celebrar suas conquistas. As comemorações em massa que ocorrem na cidade tem na Praça Toledo Barros uma referência, um lugar para expressar e dividir sua satisfação (fotos 31 e 32).

**Foto 31 - Praça Toledo Barros: comemoração do campeonato de futebol**



Fonte: Vinícius Pértile (dezembro/2011)

**Foto 32 - Praça Toledo Barros: comemoração de futebol ao anoitecer**



Fonte: Vinícius Pértile (dezembro/2011)

Na praça as pessoas compartilham interesses comuns e contribuem para institucionalizar certas práticas sociais que ganham reconhecimento de todos. Aos sábados pela manhã se pode ir à praça com a garantia de encontrar colecionadores, que da praça se apropriam, para trocar figurinhas ou gibis. Esses encontros fortalecem a sensação de pertencimento do grupo, que veem em suas coleções uma forma de também interagirem socialmente aos finais de semana (foto 33).

**Foto 33 - Praça Toledo Barros: colecionadores trocando figurinhas**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)



A praça também é local da democracia e do exercício político. Manifestações sindicais em busca de melhores salários encontram na praça a visibilidade que precisam para defesa de seus objetivos. Ocorrem também manifestações políticas. O descontentamento da população com indícios de enriquecimento ilícito do ex-prefeito Sílvio Félix levaram centenas de pessoas à praça em dezembro de 2011 para manifestar contra a corrupção (foto 34). As manifestações populares juntamente com a atuação de vereadores e lideranças políticas levaram à cassação do prefeito em fevereiro de 2012. Assim, o espaço público reafirma sua importância como espaço de discurso e exercício de práticas democráticas. Para Queiroga (2001, p. 279) as praças centrais

não são apenas locais de grande significado comunicativo no cotidiano dos que trabalham e se utilizam dos serviços e comércio das áreas centrais, são também lugares de forte conteúdo simbólico, de grandes manifestações políticas, religiosas e comemorativas.

**Foto 34 - Praça Toledo Barros: manifestação política**



Fonte: Vinícius Pértile (dezembro/2011)

Os ritmos diferenciados dos usuários da praça também são perceptíveis. Enquanto alguns utilizam a praça somente para circulação, e fazem isso em passos rápidos, outros a utilizam para fruição e lazer, para um passeio contemplativo. Durante a semana, o ritmo dos que lá circulam é mais acelerado, com muitas pessoas atrasadas para seus compromissos diários. Aos finais de semana os passos são mais lentos, e os olhares permitem uma maior percepção do que está em sua volta (fotos 35 e 36).

**Foto 35 - Praça Toledo Barros: lugar de passagem**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

**Foto 36 - Praça Toledo Barros: lugar de passeio**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

Com esses apontamentos foi possível compreender fragmentos da vida cotidiana na Praça Toledo Barros, que desempenha a função de praça pública com maior circulação de pessoas e dinamismo social em Limeira.

Analisa-se a seguir a Praça Dr. Luciano Esteves e posteriormente o Largo da Boa Morte, espaços públicos localizados na região central da cidade. É válido destacar que esses espaços possuem igrejas em sua volta, que certamente contribuíram para a consolidação dessas áreas como espaços públicos. Nesse

sentido, Robba e Macedo (2010) afirmam que os adros de igrejas<sup>3</sup> tiveram grande importância na geração dos primeiros espaços públicos das cidades brasileiras. De acordo com os autores,

O espaço deixado em frente aos templos é justamente o espaço de formação da praça. Conforme a povoação cresce, o adro da igreja se consolida como um elo entre a comunidade e a paróquia, o mais importante pólo da vila e o centro da vida sacra e mundana, pois atrai para seu entorno as mais ricas residências, os mais importantes prédios públicos e o melhor comércio. (Robba e Macedo, 2010, p.19)

Marx (1980, p. 50) ressalta a importância das igrejas para o surgimento das praças ao afirmar que “a praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem-número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas.”

Dentre os espaços públicos analisados, a Praça Dr. Luciano Esteves é a segunda praça com maior circulação de pessoas na cidade, embora não se aproxime do dinamismo existente na Praça Toledo Barros, analisada anteriormente. Mesmo assim, a praça é também considerada um cartão postal da cidade, apesar de sua fonte luminosa modernista já não funcionar (fotos 37 e 38).

**Foto 37 - Praça Dr. Luciano Esteves: fonte com catedral ao fundo**



Fonte: Wagner Morente (sem data)

---

<sup>3</sup> Para Robba e Macedo (2010, p.22) os adros de igrejas eram “espaços em frente às igrejas, onde os fiéis se reuniam para as atividades religiosas, procissões, missas ao ar livre, e onde ficavam os cristãos-novos, que não podiam entrar na igreja.”

**Foto 38 - Praça Dr. Luciano Esteves: vista panorâmica**



Fonte: Wagner Morente (sem data)

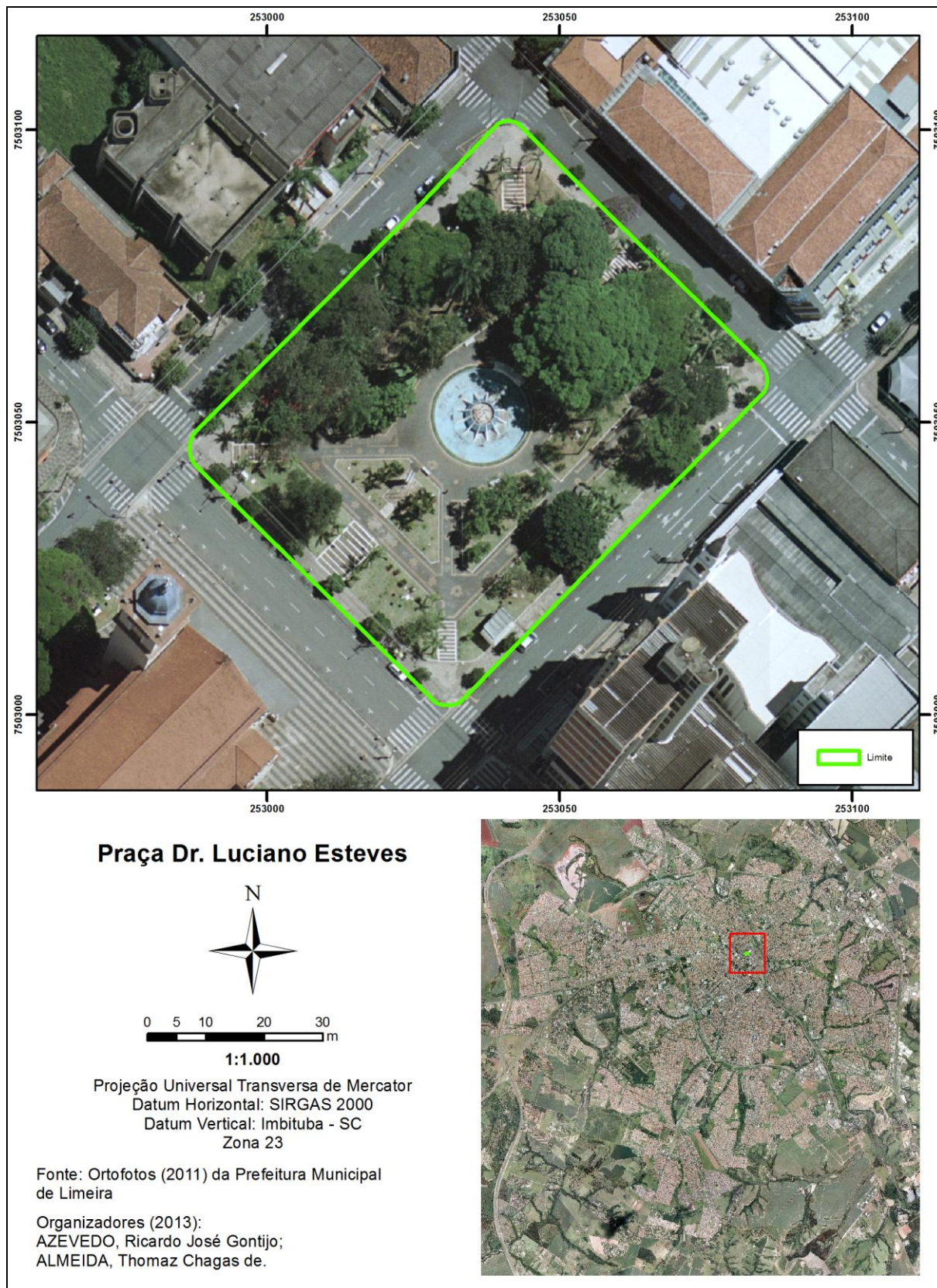
A Praça Dr. Luciano Esteves ocupa uma grande quadra do centro da cidade e tem em seu lado superior a Catedral de Nossa Senhora das Dores e em seu lado oposto encontra-se o tradicional Colégio São José (carta imagem 6). Em sua volta também estão quatro importantes estabelecimentos bancários (Banco do Brasil, HSBC, Santander e Itaú), a Igreja Presbiteriana Independente de Limeira, além de escola profissionalizante, farmácia, restaurante, academia, loja de automóveis, dois edifícios com apartamentos residenciais e uma residência desocupada

A Praça Dr. Luciano Esteves possui usos e formas variadas de apropriação. Pode-se dizer que a praça mescla o sagrado e o profano, pois, embora esteja diante de uma igreja católica e outra evangélica, e também do mais tradicional colégio religioso da cidade, a praça torna-se reduto de prostitutas e travestis no período noturno, que lá marcam “seu ponto” diariamente.

Os espaços públicos apresentam uma constante mudança nas suas formas de uso e apropriação ao longo do dia, sendo a Praça Dr. Luciano Esteves um exemplo dessa transformação temporal. No período da manhã a praça costuma ser frequentada por idosos que lá costumam encontrar seus conhecidos para um bate papo. Como a praça é carente de bancos em seu calçamento externo, as conversas costumam ser breves. No período da tarde a praça é frequentada por pessoas que transitam entre os vários estabelecimentos bancários e comerciais em seu entorno. À noite o público muda mais uma vez, com a chegada das prostitutas e travestis a espera de seus clientes. Assim, pode-se dizer que a praça apresenta práticas

socioespaciais diferenciadas, evidenciando que qualquer forma de uso da praça é uma forma de apropriação daquele espaço.

**Carta imagem 6 - Localização da Praça Dr. Luciano Esteves**



A Praça Dr. Luciano Esteves serve mais à circulação que ao lazer. Assim, observa-se pouca permanência da população na praça, que se encontra em porção do centro com grande dinamismo social, entre o mercado municipal e a área central de comércio variado (foto 39).

**Foto 39 - Praça Dr. Luciano Esteves: lugar de passagem**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

A praça tem belos jardins, com grama, palmeiras, árvores e arbustos bem cuidados. O lazer contemplativo predomina e o contato com a natureza é perceptível, devido à grande densidade e diversidade vegetal (fotos 40 e 41).

**Foto 40 - Praça Dr. Luciano Esteves: beleza natural**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

**Foto 41 - Praça Dr. Luciano Esteves: jardins bem cuidados**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

O calçamento da praça, feito com pedras portuguesas, precisa de reparos e manutenção em alguns trechos irregulares e mesmo com buracos. Faltam também bancos para que as pessoas possam sentar, já que eles estão ausentes na parte exterior da praça e no seu entorno intermediário (foto 42). Somente no círculo em volta da fonte é que existem alguns poucos bancos. No local há o busto do Dr. Luciano Esteves que dá nome à praça, a fonte luminosa, uma banca de revistas e outra de livros espíritas, um quiosque para venda de lanches e algumas barracas desmontáveis que vendem artesanatos durante o dia.

**Foto 42 - Praça Dr. Luciano Esteves: carência de bancos**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

Em entrevista com uma comerciante de artesanato, que está na praça há mais de 20 anos, ela disse que o lugar é frequentado principalmente pelos que por lá passam para utilizar os serviços bancários de seu entorno. Ressaltou ainda como problemas o vandalismo sofrido pela praça, a inatividade da fonte luminosa e a presença de mendigos em alguns momentos do dia, bem como a importância de conscientizar a população sobre o cuidado com o patrimônio público antes que melhoras na praça possam ser realizadas, para que não sejam rapidamente destruídas como tantas vezes observou (foto 43).

**Foto 43 - Praça Dr. Luciano Esteves: comércio de artesanato**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

Observa-se que a Praça Dr. Luciano Esteves precisa de mais investimentos do poder público, para que possa atrair a população que queira se divertir e se apropriar do espaço. A reativação da fonte, que se encontra desativada desde 2008, seria uma possibilidade para atrair mais pessoas ao local, bem como a presença de maior infraestrutura, como mais bancos, melhor calçamento, instalação de bebedouros e de um banheiro público.

O último espaço público analisado na região central é o Largo da Boa Morte. Esse espaço é de fundamental relevância por ter a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, um tesouro do patrimônio arquitetônico limeirense em estilo barroco, sendo o imóvel mais antigo da cidade, cuja construção foi finalizada em 1867 (fotos 44 e 45).



**Foto 44 - Largo da Boa Morte: Igreja Nossa Senhora da Boa Morte**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

**Foto 45 - Largo da Boa Morte: interior da Igreja**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

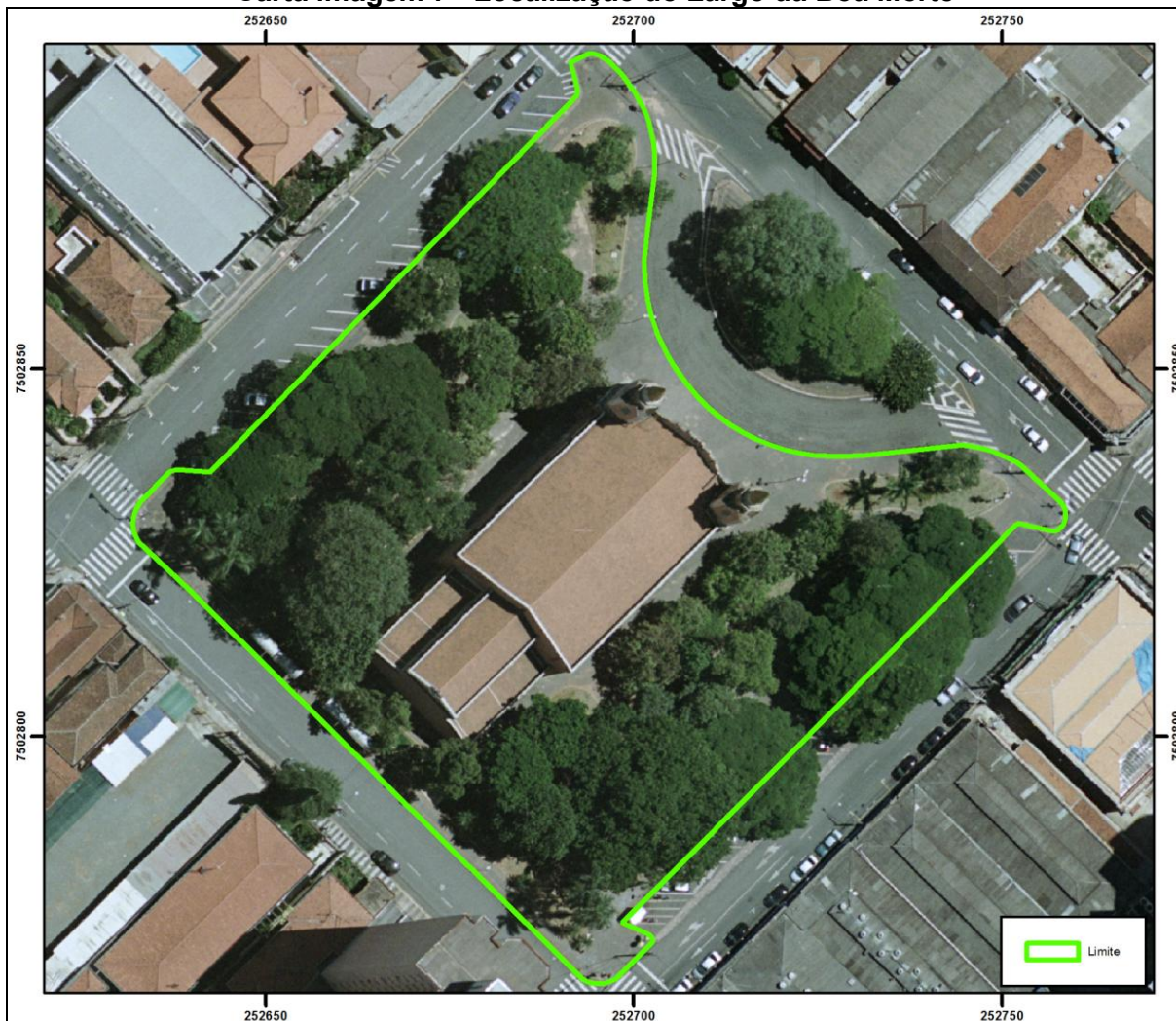
Sobre a Igreja, Mineo (2009, p.68) destaca que:

O imóvel é de propriedade particular, erguido pela Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção que desejava frequentar uma igreja à altura da elite cafeeira da época e assim se separar dos cidadãos comuns que usavam a deteriorada igreja matriz.

Observa-se assim o caráter elitista de fundação do Largo, e ainda hoje, as pessoas que costumam frequentar a igreja e nela realizar casamentos pertencem às camadas sociais mais elitizadas da cidade. O largo possui grande beleza cênica,

sendo composto por caminhos curvilíneos densamente arborizados (carta imagem 7).

**Carta imagem 7 - Localização do Largo da Boa Morte**



**Largo da Boa Morte**



**1:1.000**

Projeção Universal Transversa de Mercator  
Datum Horizontal: SIRGAS 2000  
Datum Vertical: Imbituba - SC  
Zona 23

Fonte: Ortofotos (2011) da Prefeitura Municipal de Limeira

Organizadores (2013):  
AZEVEDO, Ricardo José Gontijo;  
ALMEIDA, Thomaz Chagas de.



O largo e a igreja são de propriedade da Confraria Nossa Senhora da Boa Morte, mas devido à importância histórica que o Largo tem para a população limeirense pode-se considerá-lo um espaço público da cidade, tendo em vista seus atributos de livre acesso e a possibilidade de co-presença dos indivíduos.

O Largo da Boa Morte é bem cuidado, sendo que uma empresa terceirizada da prefeitura é responsável pela limpeza do espaço. Entretanto, observa-se que o largo poderia ser mais frequentado pela população, levando em consideração a importância histórica que esse espaço tem para a cidade. Observa-se a presença de bancos de madeira e postes de iluminação em estilo retrô. O calçamento de pedra portuguesa necessita de reparo devido sua irregularidade em vários pontos.

Em entrevista com taxistas que ficam no largo observa-se que a principal queixa diz respeito à presença de guardadores de carros e flanelinhas, bem como por mendigos que costumam dormir na marquise da igreja. Para os taxistas, esses são os principais fatores responsáveis pela pouca frequência da população no largo da Boa Morte.

A área do largo com maior frequência da população é no lado que faz divisa com um supermercado e com o Palacete Levy, local de grande importância histórica para a cidade e para o largo, sendo a segunda construção mais antiga da cidade, cuja inauguração ocorreu em 1881 (foto 46). Nessa porção do largo também existe banca de revista, ponto de taxi, trailer de lanche e carro de chaveiro.

**Foto 46 - Largo da Boa Morte: Palacete Levy ao seu lado**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

Em agosto de 2013 foi realizada a 17ª edição da festa “Vem pro Largo”, iniciativa tomada por pessoas que tem grande identidade com o Largo da Boa Morte. Em entrevista com uma das organizadoras do evento ela afirmou que a ideia de criar a festa surgiu quando “ficávamos sentados conversando em uma lanchonete em frente ao Largo, olhávamos para ele e lembrávamos as coisas que aconteciam lá. Ele faz parte da história de muitas gerações, por isso surgiu a ideia de revitalizá-lo com a festa”. Esses eventos dinamizam o espaço público e atraem pessoas que dificilmente costumam frequentá-lo no cotidiano. A experiência bem sucedida da festa beneficente “Vem pro Largo” é uma forma de resgatar a importância do espaço público, mesmo que por um curto espaço de tempo (fotos 47, 48, 49 e 50).

**Foto 47 - Largo da Boa Morte: semivazio em dias comuns**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

**Foto 48 - Largo da Boa Morte: lotado em dias de festa**



(Foto do autor: agosto/2012).

**Foto 49 - Largo da Boa Morte: dinamismo social em dias festivos**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2011)

**Foto 50 - Largo da Boa Morte: geralmente pouco frequentado**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2011)

Com exceção dos dias festivos, o Largo da Boa Morte apresenta um baixo dinamismo social em seu cotidiano. Sua particularidade em ser de propriedade da Confraria faz com que o Poder Público tenha limitadas suas possibilidades de desenvolver ações nesse espaço para maior apropriação da sociedade. Assim, cabe à confraria, de acordo com seus interesses, promover ações de valorização e resgate da sociabilidade desse importante patrimônio cultural da cidade. O poder público pode apoiá-la nesse processo, uma vez que o caráter público desse espaço se comprova pela condição de livre acesso que o largo oferece.

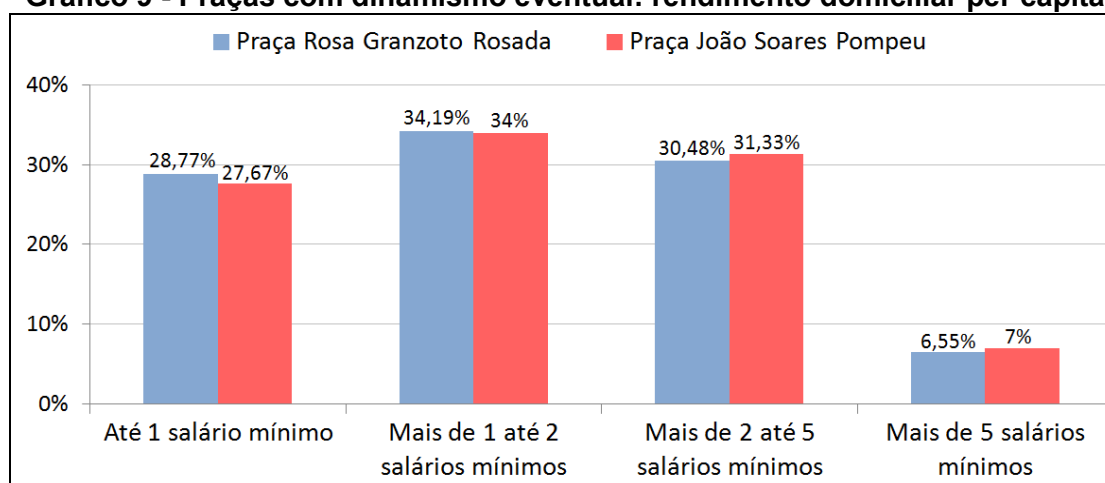
Observa-se assim que as praças da região central possuem dinâmicas socioespaciais próprias, permitindo que a população aproprie desses espaços de modo diferenciado. É válido destacar também a prioridade do poder público pela Praça Toledo Barros, que por receber mais investimentos e eventos variados possibilita uma maior sociabilidade entre seus usuários.

### 4.3. O dinamismo eventual das praças

Neste item do presente capítulo analisam-se as praças que passam a maior parte do dia sem um movimento significativo de pessoas. Entretanto, em determinados dias ou horários, essas praças são palcos de importantes eventos ou atividades que fazem com que a sociabilidade esperada de uma praça seja alcançada. Algumas praças de cidades médias tornam-se atrativas ao anoitecer por contarem com carros de lanches em sua volta ou por sediarem festas comemorativas durante alguns dias do ano. Espera-se que a análise dessas praças em Limeira possa contribuir para uma maior compreensão da dinâmica socioespacial em praças com dinamismo eventual, presentes também em outras cidades médias do país.

Em Limeira, as praças com dinamismo eventual localizam-se em bairros de classe média, cuja renda domiciliar per capita apresenta distribuição muito semelhante entre as duas praças e bem distribuída entre as três menores faixas salariais. A diferença da última classe de renda ocorre por serem bairros mais heterogêneos, com grande mistura social e poucos domicílios com renda per capita superior a 5 salários mínimos (gráfico 9).

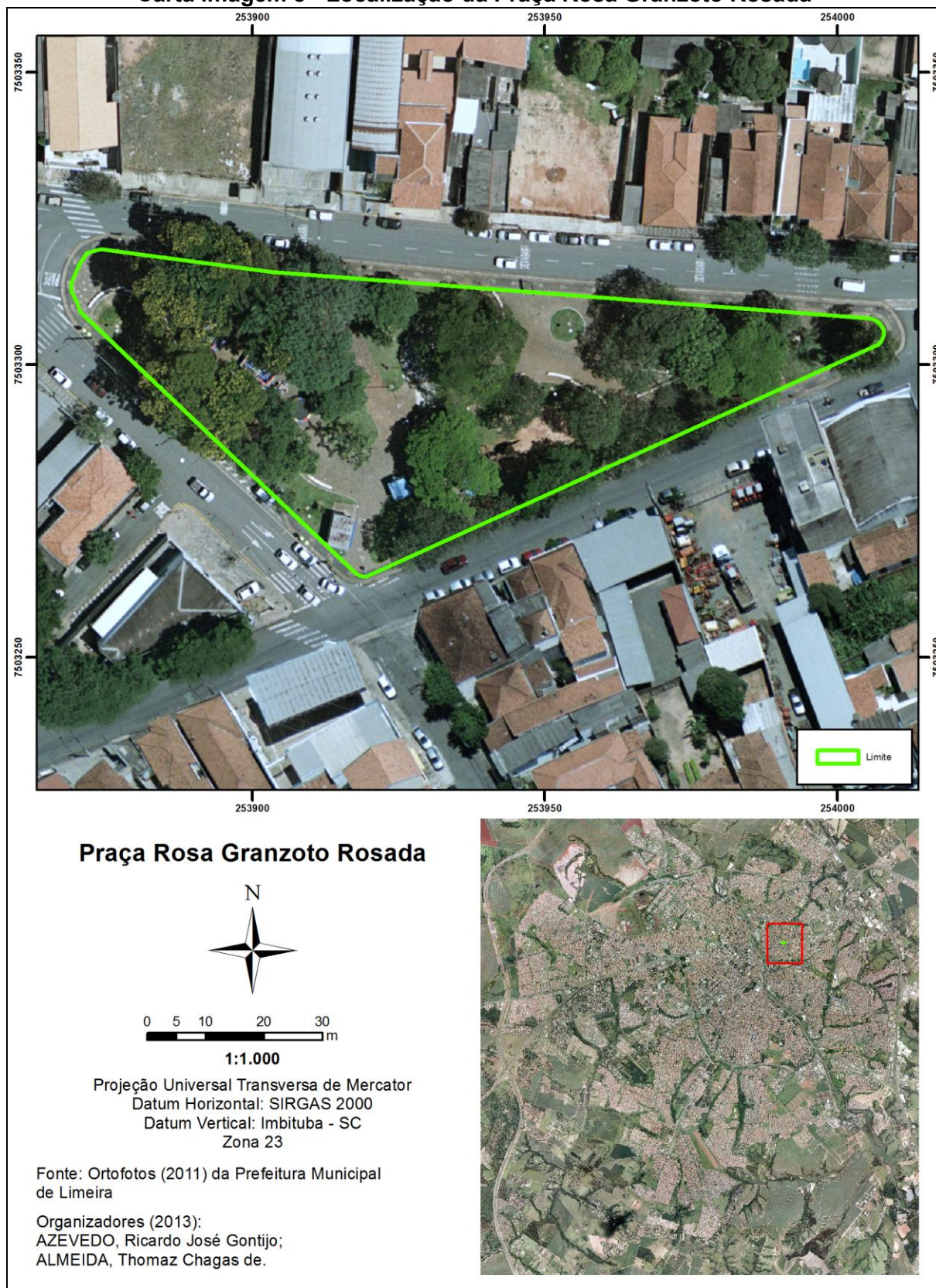
**Gráfico 9 - Praças com dinamismo eventual: rendimento domiciliar per capita**



Fonte: Censo 2010

A praça Rosa Granzotto Rosada, localizada no bairro Boa Vista, é um exemplo de praça que conta com dinamismo eventual (carta imagem 8).

### Carta imagem 8 - Localização da Praça Rosa Granzotto Rosada



Situada em um dos bairros mais antigos da cidade, o Boa Vista, a Praça Rosa Granzoto Rosada passa a maior parte do dia sem um movimento significativo de usuários. Em seu entorno existe uma importante rede de comércio e serviços, como duas agências bancárias (Bradesco e Caixa Econômica Federal), dois bares, padaria, posto de gasolina, empresa de máquinas agrícolas, vídeo locadora, base operacional da Guarda Municipal e alguns imóveis residenciais.

A praça situa-se no percurso dos que trafegam chegando ou saindo da cidade, já que se localiza entre a entrada principal de Limeira pela Rodovia Anhanguera e a região central da cidade. Com uso comercial e de serviços, existe na praça um ponto de táxi e uma banca de revistas, mas a maior apropriação da praça no cotidiano se dá por grupos de idosos que costumam jogar baralho e dominó, especialmente no período da tarde (foto 51). Isso se justifica em função de um grande número de moradores do bairro ser composto por pessoas com idade avançada.

**Foto 51 - Praça Rosa Granzoto Rosada: jogos entre idosos**



Fonte: trabalho de campo (julho/2012)

Durante a aplicação dos questionários, alguns idosos que frequentam a praça fizeram questão de participar da pesquisa. Eles possuem grande importância no dinamismo social da praça. Passam algumas horas diárias conversando e jogando baralho, evidenciando assim sua função de local de encontro e de sociabilidade urbana. Suas maiores queixas referem-se à falta de um banheiro público e de um lugar coberto para ficarem em dias de chuva.



Embora tenha muitos bancos, a praça dispõe de um deficiente mobiliário urbano, com bancos sem encosto e pouco confortáveis para os idosos, ausência de brinquedos ou equipamentos para a prática de exercícios físicos, lixeiras de plástico quebradas, jardins mal cuidados, falta de banheiro, etc. Devido à ausência de elementos para o lazer ativo, a presença de crianças e jovens na praça é baixa. Demonstra-se assim a necessidade do poder público favorecer a diversificação dos usos na praça com a instalação de um melhor mobiliário urbano, além de cuidar efetivamente desse espaço e valorizar os grupos de idosos que a frequentam, atendendo suas legítimas reivindicações.

O movimento de carros no entorno da praça é grande, porém isso não limita sua apropriação pelos idosos. Mas o dinamismo eventual da praça é evidenciado durante os vários eventos que sedia durante o ano, como o Carnaval na Praça e a Festa de Primavera, promovidos pela entidade beneficente “Cantinho do Vovô”. Durante os dias de festas a praça se transforma, atraindo visitantes tanto do bairro como de outros pontos da cidade. A praça tem inclusive um palco, que é utilizado para diversas apresentações musicais em dias de festa (fotos 52, 53 e 54).

**Foto 52 - Praça Rosa Granzoto Rosada: espaço para sediar festas**



Fonte: trabalho de campo (julho/2012)

**Foto 53 - Praça Rosa Granzoto Rosada: Carnaval na Praça**



Fonte: trabalho de campo (abril/2012)

**Foto 54 - Praça Rosa Granzoto Rosada: brinquedos em dia de festa**

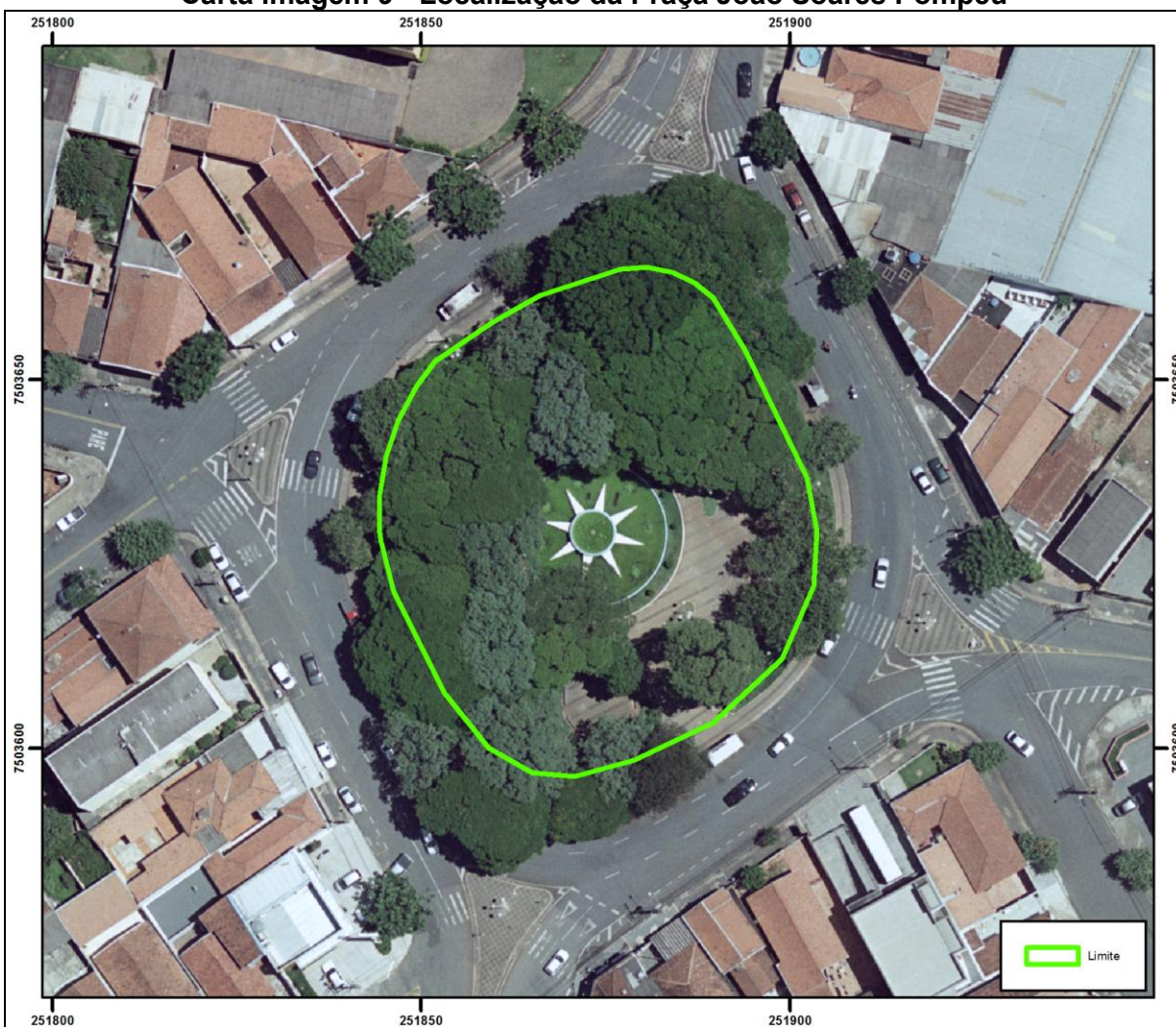


Fonte: trabalho de campo (julho/2012)

O outro espaço público que apresenta dinamismo eventual é a Praça João Soares Pompeu, localizada em porção valorizada da cidade pela sua relativa proximidade da Câmara Municipal, supermercados, farmácias e de novos empreendimentos imobiliários em construção na Avenida Rio Claro. Nesta praça, encontram-se significativas e variadas formas de apropriação pelos seus usuários.

A Praça João Soares Pompeu se assemelha a uma grande rotatória, pois divide as duas pistas da Avenida Maria Buzolin e possui forma arredondada, além de ter um grande fluxo de veículos em sua volta (mapa 10).

### Carta imagem 9 - Localização da Praça João Soares Pompeu



#### Praça João Soares Pompeu



1:1.000

Projeção Universal Transversa de Mercator

Datum Horizontal: SIRGAS 2000

Datum Vertical: Imbituba - SC

Zona 23

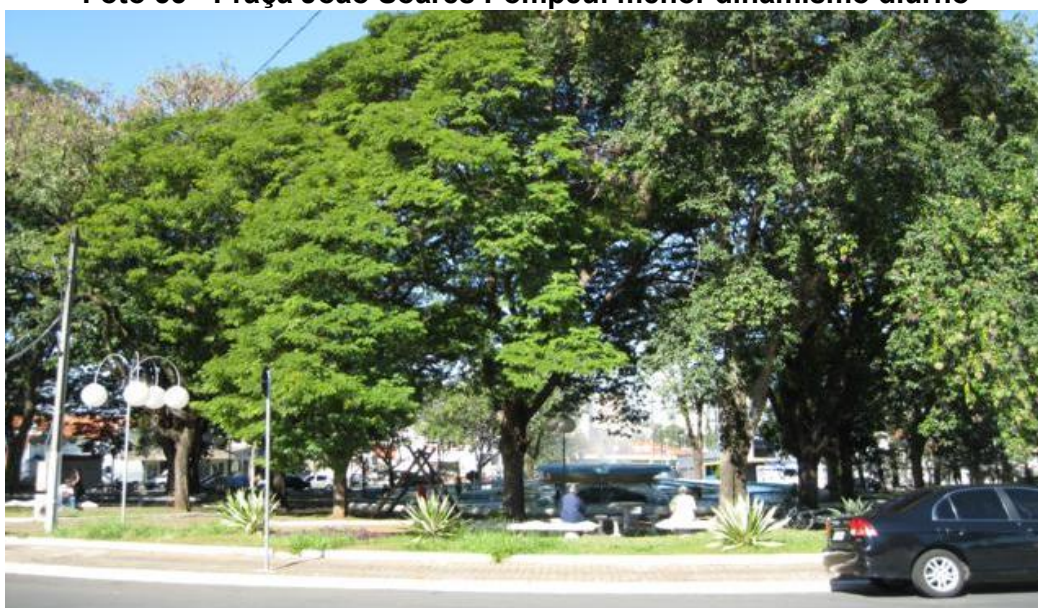
Fonte: Ortofotos (2011) da Prefeitura Municipal de Limeira

Organizadores (2013):  
AZEVEDO, Ricardo José Gontijo;  
ALMEIDA, Thomaz Chagas de.



A praça é muito bem cuidada, tendo a varrição realizada três vezes por semana. A praça possui uma boa infraestrutura, com fonte de água que funciona de quinta-feira a domingo em horários de maior movimento, boa iluminação, bebedouro, alguns poucos brinquedos, ponto de táxi, bancos e mesas de cimento e expressiva arborização (fotos 55 e 56). O calçamento da praça necessita de reparos onde as raízes das árvores o levantou. A principal queixa dos usuários da praça e dos comerciantes em seu entorno é a ausência de um banheiro público, que dificulta a permanência das pessoas no local quando precisam utilizá-lo.

**Foto 55 - Praça João Soares Pompeu: menor dinamismo diurno**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

**Foto 56 - Praça João Soares Pompeu: fonte de água em funcionamento**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

O trânsito intenso no entorno da praça não é motivo para sua menor apropriação, tendo em vista seu grande dinamismo social, especialmente no período noturno. Esse dinamismo se deve à grande diversidade de locais relacionados ao setor de alimentação. Junto à calçada da própria praça estão estacionados cinco trailers de comércio de alimentos, que vendem bebidas, lanches, espetinhos e *churros*, além de estabelecimentos comerciais em volta da praça, como lanchonetes, bares e sorveteria. Essas atividades representam um expressivo meio de atração de usuários para a praça, favorecendo seu uso e tonando o espaço significativo para as relações sociais (fotos 57 e 58)

**Foto 57 - Praça João Soares Pompeu: comércio de alimentos e interação social**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

**Foto 58 - Praça João Soares Pompeu: maior dinamismo noturno**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

Durante a aplicação dos questionários, 46,34% dos usuários indicaram que costumam frequentar a praça no período noturno. Ressalta-se que esta é a praça de Limeira com o maior dinamismo noturno. A sociabilidade se faz presente com famílias e pessoas de várias idades. Para atender essas pessoas, os proprietários de trailers de lanches colocam sobre boa parte da praça mesas e cadeiras de plástico durante a noite, permitindo que o lugar seja local de encontros de vários grupos sociais (foto 59).

**Foto 59 - Praça João Soares Pompeu: mesas e cadeiras sobre a praça**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

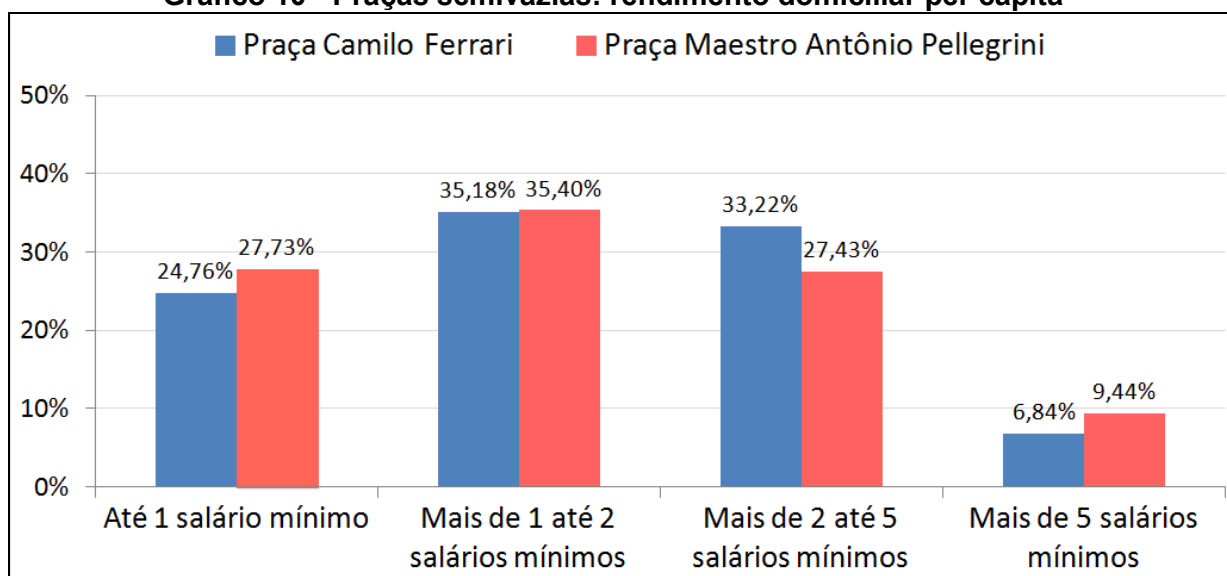
#### **4.4. Praças semivazias em bairros de classe média**

As praças analisadas neste momento têm a frequência de usuários muito baixa, seja durante o dia ou à noite, durante a semana ou ao fim de semana. Essas praças localizam-se em bairros de classe média e contam com boa infraestrutura, mas são preteridas pela população de maior poder aquisitivo que dispõe de outras formas de lazer privado. Observa-se também a atuação nessas praças de pequenos grupos de jovens que costumam frequentá-las em determinados períodos do dia e principalmente à noite para consumo de drogas. Espera-se contribuir na análise da dinâmica socioespacial dessas praças, de forma a subsidiar políticas públicas que favoreçam uma maior apropriação desses espaços pela população.

Em Limeira, essas praças semivazias estão presentes em bairros de classe média que apresentam semelhante distribuição de renda entre as faixas salariais. Esses bairros possuem uma significativa parcela da população residente com renda

superior a cinco salários mínimo. Considera-se que esse percentual com renda superior é ainda maior no entorno imediato da praça, já que os setores censitários desses espaços públicos também englobam áreas onde habitam camadas populares, cuja renda é menor. Observa-se assim a necessidade da metodologia de definição dos setores censitários levar em consideração as unidades de bairro, favorecendo a compreensão de seus setores de acordo com a realidade social dos bairros em que se inserem. Dentre os espaços selecionados para a pesquisa, as praças semivazias são as que apresentam a segunda maior renda per capita, após as praças centrais analisadas anteriormente. (gráfico 10).

**Gráfico 10 - Praças semivazias: rendimento domiciliar per capita**



Fonte: Censo 2010

Para Queiroga (2001, p. 248) as praças “possuem, nos bairros de mais alto padrão e baixa densidade uma dimensão simbólica geralmente mais importante que um uso efetivo, contribuem para a imagem do verde do bairro”. Observa-se as considerações do autor são pertinentes para as praças semivazias aqui analisadas, tendo em vista que seu valor simbólico é mais efetivo que seu valor como espaço efetivamente utilizado para práticas de lazer.

Os moradores que habitam o entorno dessas praças não costumam frequentá-las, já que possuem condições financeiras para usufruir formas diversificadas de lazer no âmbito privado, seja em suas próprias casas, que possuem piscinas e amplas áreas de lazer, seja nos recintos privados dos clubes e *shopping centers*, ou ainda com atividades turísticas.

Para Robba e Macedo (2010, p. 37) a

praça de bairro atrai os moradores das proximidades, que a frequentam a fim de desfrutar de momentos de relaxamento e tranquilidade em áreas arborizadas e ajardinadas. As atividades recreativas estão nos jogos, brincadeiras, namoro e encontro com os amigos.

Entretanto, essas típicas praças de bairro caracterizadas pelos autores não podem ser consideradas as praças semivazias aqui analisadas, já que seus usos não estão em atividades recreativas e de lazer como demonstram. O uso das praças semivazias está mais relacionado ao breve lazer passivo da contemplação em rápidos momentos da vida cotidiana. Assim, essas praças servem mais ao cenário do que ao palco de uma vida ativa.

Observa-se que a apropriação dessas praças pela população dos bairros é pouco expressiva. Esta se reduz aos poucos adultos que fazem caminhadas nas amplas e conservadas calçadas ao final da tarde, ao passeio com o filho ou cachorro no fim de semana ou às brincadeiras de algumas crianças. Já a presença de formas de apropriação relacionada ao uso de drogas por jovens é mais frequente. Destaca-se que mesmo como local de consumo de drogas por grupos marginais, essa é uma forma de apropriação marginal do espaço público.

Embora não existam equipamentos de lazer diversificados, as praças semivazias em bairros de classe média possuem uma boa infraestrutura, com bancos conservados, grama cortada, razoável iluminação noturna e bom calçamento. Observa-se assim a atenção dada ao poder público a esses espaços, cujos moradores possuem maior influência política e sabem cobrar pela básica manutenção dessas praças.

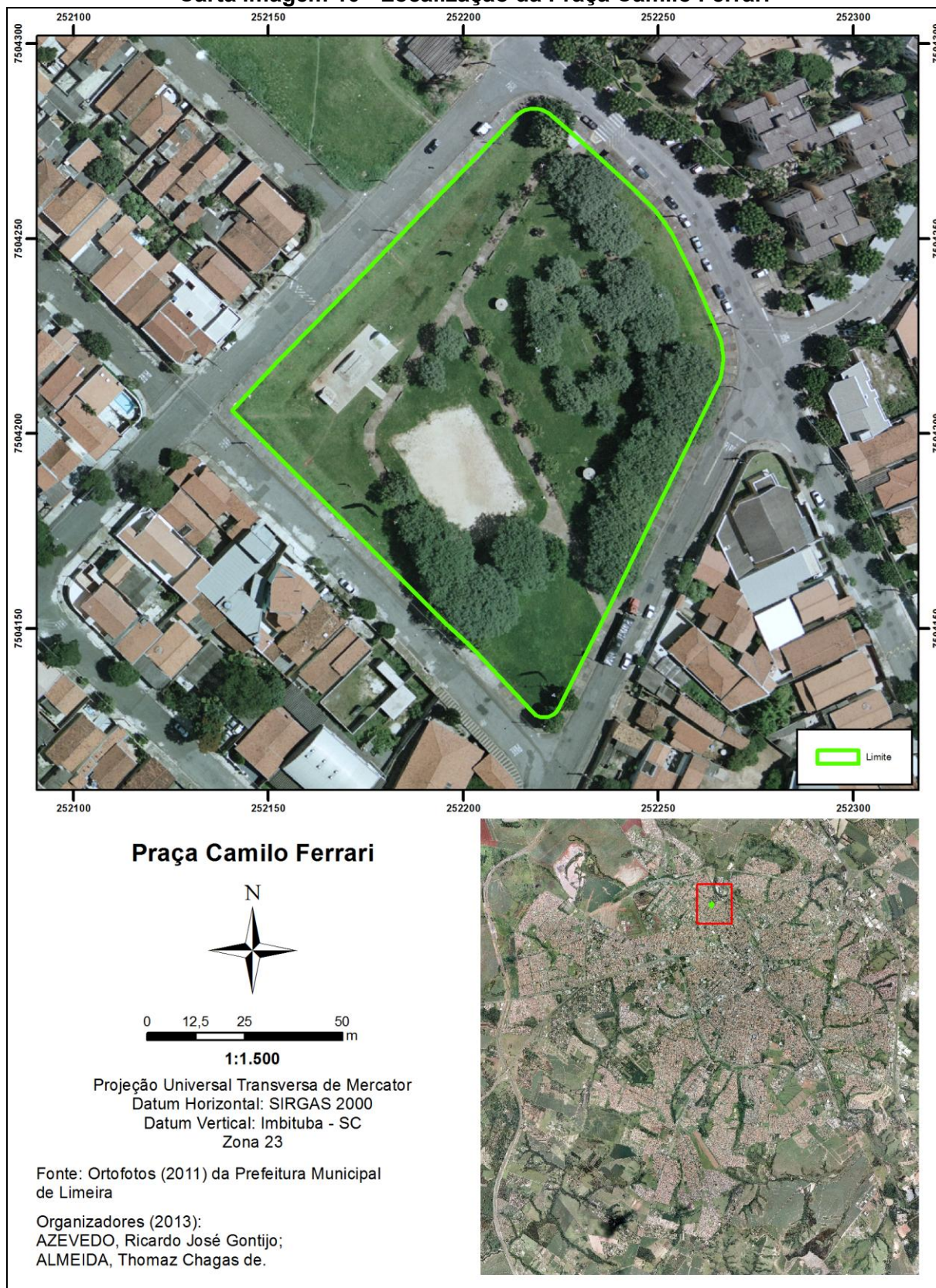
As duas praças semivazias analisadas possuem dinâmicas socioespaciais parecidas. Além de baixa sociabilidade, elas possuem grandes dimensões e um padrão semelhante de mobiliário urbano, com os mesmos bancos e os mesmos postes de iluminação.

A Praça Camilo Ferrari, localizada no Jardim Santana, possui somente uso residencial em seu entorno (carta imagem 10). A presença do condomínio de apartamentos “Mario de Souza Queiroz” em um dos seus lados garante-lhe uma sociabilidade maior que a outra praça semivazia analisada. Mesmo assim, a praça passa a maior parte do dia esvaziada de relações sociais, e quando elas existem,



são relativamente rápidas, com predomínio de crianças, jovens e moradores dos apartamentos que levam seus cachorros pra dar uma volta.

**Carta imagem 10 - Localização da Praça Camilo Ferrari**



Além dos bancos e quiosques de concreto, os elementos do mobiliário urbano que mais se destacam na Praça Camilo Ferrari são uma pequena pista de skate e um campo de futebol, além de poucas barras de flexão (fotos 60 e 61). Não existem brinquedos e as crianças se apropriam da praça com brincadeiras em seu amplo espaço. No período noturno, o único trecho da praça que apresenta certo movimento é próximo ao trailer de lanches estacionado em sua volta, nas proximidades do condomínio de apartamentos.

**Foto 60 - Praça Camilo Ferrari: simples mobiliário urbano**



Fonte: trabalho de campo (julho/2012)

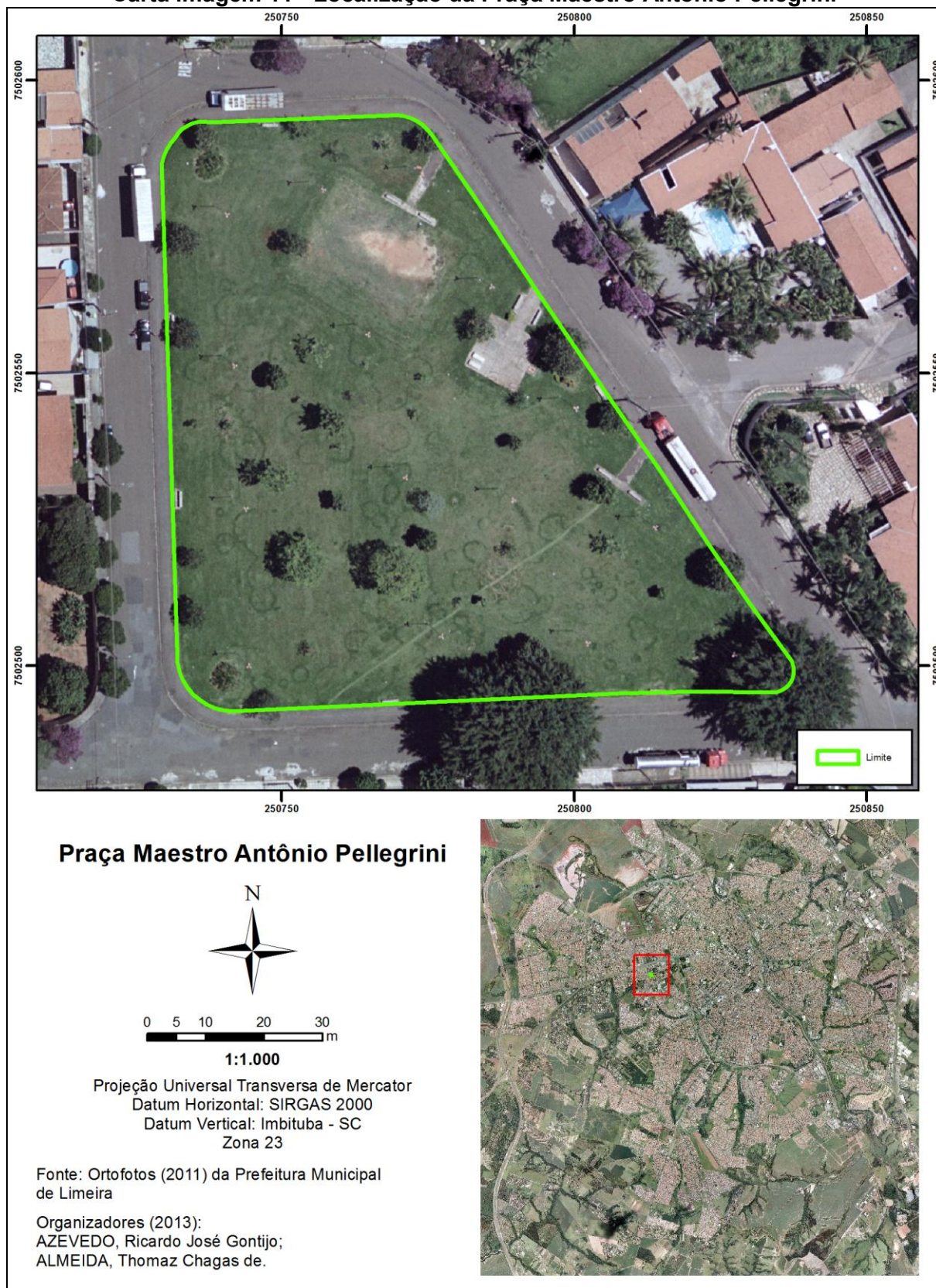
**Foto 61 - Praça Camilo Ferrari: amplo espaço com baixa apropriação**



Fonte: trabalho de campo (julho/2012)

A Praça Maestro Antônio Pellegrini localiza-se no bairro Santa Fé, que tem uso residencial e industrial. O entorno da praça possui somente uso residencial, com algumas residências de alto padrão e outras mais simples. (carta imagem 11).

**Carta imagem 11 - Localização da Praça Maestro Antônio Pellegrini**



Dentre os espaços públicos analisados na pesquisa, Praça Maestro Antônio Pellegrini foi a que apresentou a menor intensidade de uso, com algumas pessoas que realizam caminhadas no fim da tarde e jovens que utilizam a quadra de areia aos finais de semana.

O projeto urbanístico da praça é muito simples, consistindo basicamente de uma extensa calçada que serve como pista de caminhada, bancos, uma quadra de areia e um recinto para prática de atividades físicas, com a presença de barras de flexão. A praça possui um modesto e conservado mobiliário urbano (fotos 62 e 63).

**Foto 62 - Praça Maestro Antônio Pellegrini: vasta área e pouca sociabilidade**



Fonte: trabalho de campo (julho/2012)

**Foto 63 - Praça Maestro Antônio Pellegrini: barras de flexão**



Fonte: trabalho de campo (julho/2012)

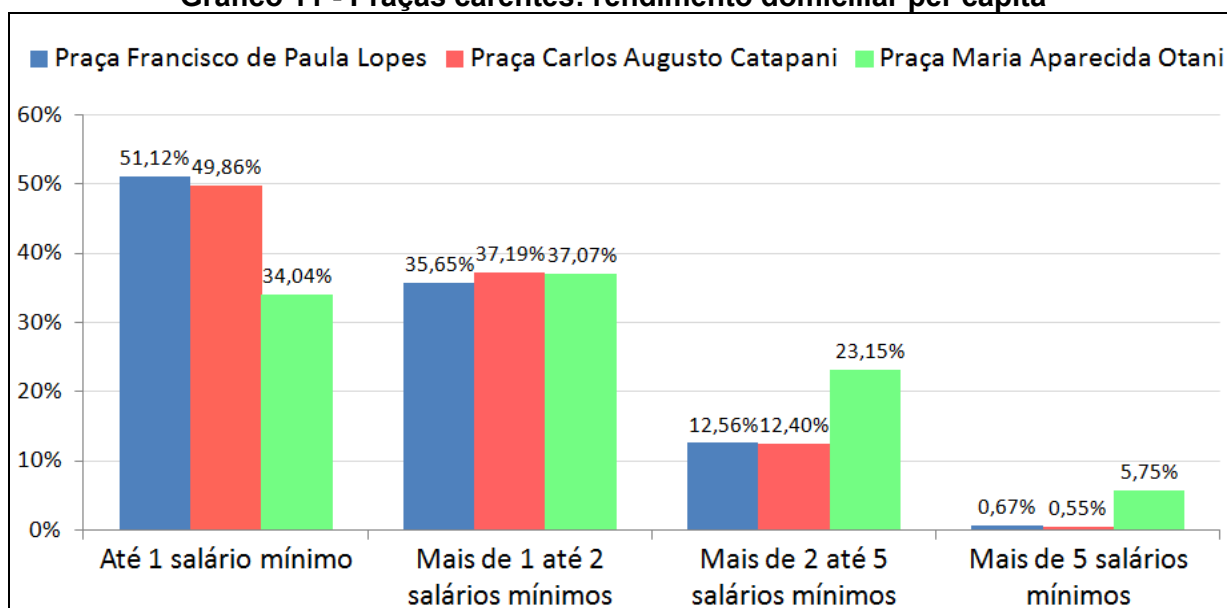
As praças semivazias precisam de ações do poder público para que tenham uso mais frequente pela população. Observa-se que essas praças possuem grandes áreas disponíveis para criação de projetos arquitetônicos com vistas à sua maior apropriação, com a instalação de elementos para o lazer ativo, como equipamentos para exercícios físicos, ou mesmo para sediar atividades culturais ou esportivas. Certamente a parcela da população de alto poder aquisitivo pode limitar iniciativas que causem rupturas com a dinâmica social do bairro. A dominação do espaço se faz presente na manutenção da praça como um espaço subutilizado, servindo basicamente como elemento de contemplação e de valorização do preço da terra em seu entorno.

#### **4.5. Praças carentes em bairros populares**

Neste item do presente capítulo as praças analisadas estão localizadas em bairros populares e com grande carência de infraestrutura. Observa-se nesses espaços a presença de usuários em períodos distintos do dia. Entretanto, alguns problemas limitam uma maior apropriação desses espaços pelas famílias, em especial a adversidade que algumas dessas praças apresentam em função de uma deficiente arborização e paisagismo, carência de mobiliário urbano, vandalismo e violência. Mesmo assim, as praças analisadas nos bairros periféricos apresentam formas significativas de sociabilidade e interação social, com muitas pessoas conversando em seus bancos, idosos jogando baralho e crianças brincando.

Dentre os espaços públicos analisados na pesquisa, são nos setores censitários onde essas praças se localizam que a renda domiciliar per capita é mais baixa. Observa-se o predomínio de domicílios cuja renda per capita é de até um salário mínimo (gráfico 11). A Praça Maria Aparecida Otani, situada na porção sudoeste da cidade, apresenta uma variação na renda, se comparada às outras duas praças, pelo fato de seu setor censitário também abranger loteamentos fechados de alto padrão, cuja população não frequenta a praça pública.

A dominação do espaço público se faz presente de modo nítido nesses espaços, uma vez que o descaso do Estado com essas praças evidencia a carência de infraestrutura e de atividades de lazer para essa população. Observa-se assim a existência de áreas prioritárias da administração pública, geralmente habitadas pela população de alta renda e maior influência na política municipal.

**Gráfico 11 - Praças carentes: rendimento domiciliar per capita**

Fonte: Censo 2010

A Praça Francisco de Paula Lopes localiza-se no bairro Olga Veroni, na porção leste da cidade, em frente ao conjunto habitacional Dr. Olindo de Luca, da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). A praça tem como limite em um de seus lados o Anel Viário que circunda a região mais central da cidade. O uso no entorno da praça é predominantemente residencial, com a presença de duas escolas públicas. Os dados dos setores censitários mostram que a maior parte dos domicílios (51,12%) tem renda per capita de até um salário mínimo, evidenciando assim que o entorno da praça é habitado por uma população de baixa renda. A praça tem a fisionomia semelhante a um parque linear, devido às suas grandes dimensões e localização em um vale (carta imagem 12).

## Carta imagem 12 - Localização da Praça Francisco de Paula Lopes



### Praça Francisco de Paula Lopes



1:3.000

Projeção Universal Transversa de Mercator

Datum Horizontal: SIRGAS 2000

Datum Vertical: Imbituba - SC

Zona 23

Fonte: Ortofotos (2011) da Prefeitura Municipal de Limeira

Organizadores (2013):  
AZEVEDO, Ricardo José Gontijo;  
ALMEIDA, Thomaz Chagas de.



A praça possui uma grande extensão espacial e foi criada há poucos anos, quando alguns equipamentos de lazer foram instalados na área, como uma pista para caminhada, outra pista para skate, barras para prática de exercícios físicos, bancos de cimento, brinquedos de madeira e um grande escorregador de cimento construído na vertente mais íngreme do vale (fotos 64 e 65).

**Foto 64 - Praça Francisco de Paula Lopes: grande escorregador de concreto**



Fonte: trabalho de campo (julho/2012)

**Foto 65 - Praça Francisco de Paula Lopes: pista de skate**



Fonte: trabalho de campo (julho/2012)

É interessante ressaltar a baixa presença de árvores na praça, fruto de um planejamento urbano que somente na última administração municipal (2009-2012) se preocupou em realizar ações para que a área fosse utilizada para a prática do



lazer. Antes disso, a maior parte da área era um vale sem qualquer tratamento urbanístico. A área era reduto de lixo jogado pela população e tinha mato muito alto. Observa-se que, embora o poder público tenha dotado o espaço de uma mínima infraestrutura para o lazer, sua manutenção se limita ao corte da grama nos períodos em que está muito alta (foto 66).

**Foto 66 - Praça Francisco de Paula Lopes: grama cortada e poucas árvores**



Fonte: trabalho de campo (julho/2012)

A limpeza urbana na área é realizada esporadicamente, e existem assim muitos dejetos jogados pela população. Muitas lixeiras de cimento que existem na área tiveram seu fundo em chapa de metal furtado, e se o lixo for ali depositado, cairá no chão.

As precárias condições que se encontram os brinquedos de madeira na praça representam ameaça à integridade física das crianças que costumam utilizá-los. Durante os trabalhos de campo foi possível observar a falta ou a má fixação de madeiras, bem como pregos e peças de metal nos brinquedos.

Demonstra-se assim o descaso do poder público em promover manutenção adequada na praça, que representa o único espaço de lazer a ser utilizado para muitas crianças e jovens de suas imediações, que não dispõem de recursos financeiros para usufruir de espaços de lazer privados.

Durante os dias da semana, a apropriação maior da praça se dá no final da tarde por mães que levam seus filhos pequenos para brincar e por pessoas que

fazem caminhada em sua volta. Aos finais de semana, é grande a presença de crianças e jovens na praça, principalmente no fim da manhã e da tarde (foto 67).

**Foto 67 - Praça Francisco de Paula Lopes: convívio social**



Fonte: trabalho de campo (julho/2012)

No período noturno, a área de maior movimento na praça localiza-se nas proximidades de um trailer de lanches, frequentado principalmente pela população que habita o conjunto habitacional. Destaca-se que o interior da praça não possui iluminação pública, o que limita sua maior apropriação à noite. A grande vulnerabilidade social do bairro faz com que a área seja muito utilizada por jovens para consumo de drogas ilícitas, tanto durante o dia como no período noturno. Existe uma ponte no meio da praça cuja travessia à noite torna-se perigosa, tanto pela escuridão quanto pela presença de usuários de drogas nas imediações (foto 65).

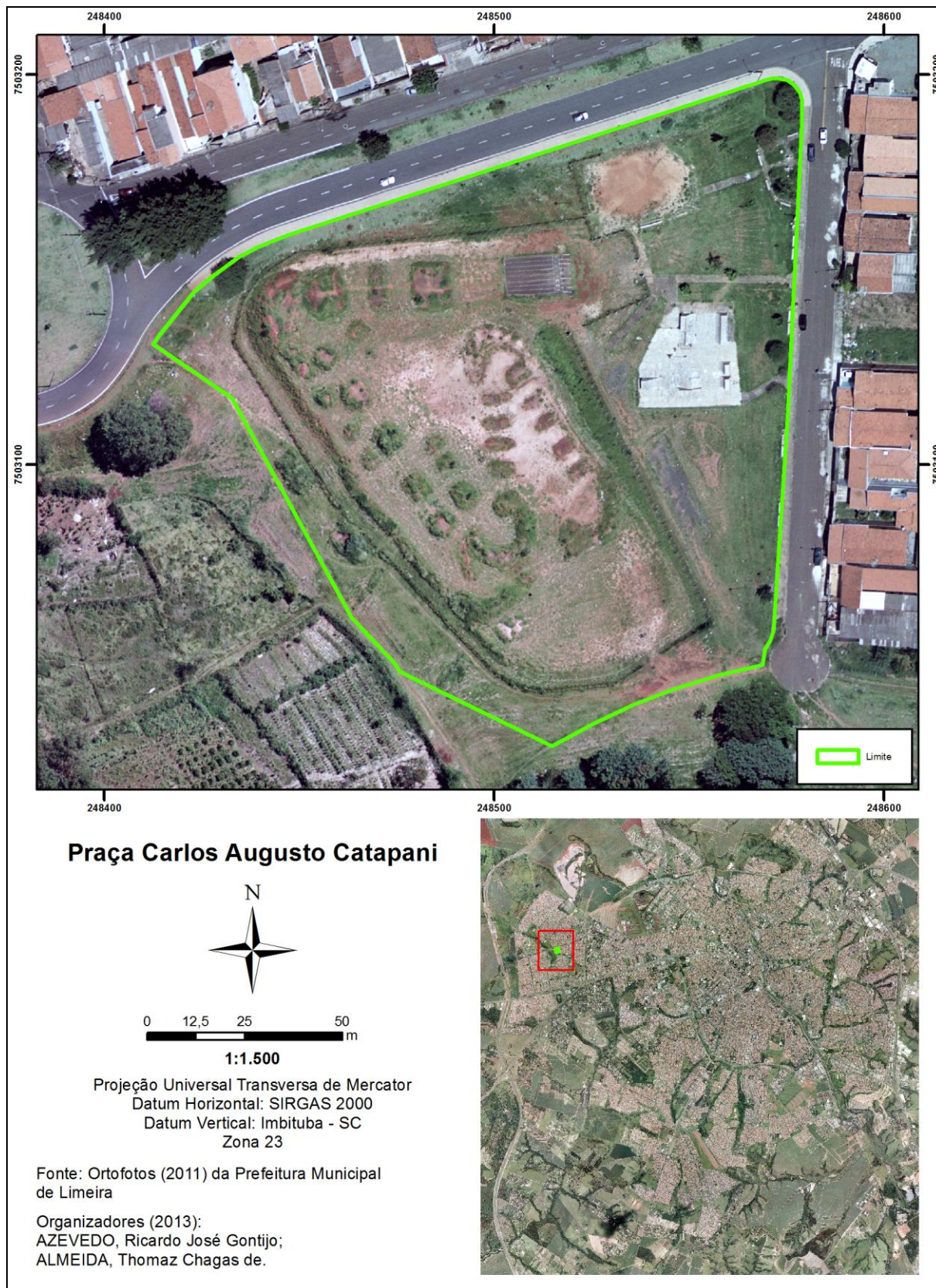
**Foto 68 - Praça Francisco de Paula Lopes: ponte sem iluminação noturna**



Fonte: trabalho de campo (julho/2012)

Outra praça carente analisada na pesquisa é a Carlos Augusto Catapani, situada em área de declividade acentuada, perto de um córrego (carta imagem 13).

### Carta imagem 13 - Localização da Praça Carlos Augusto Catapani



O bairro é densamente povoado e a praça deveria ter sido instalada no centro do loteamento, mas certamente por interesses econômicos dos empreendedores imobiliários optou-se por sua instalação periférica onde os terrenos seriam de difícil comercialização.

A Praça Carlos Augusto Catapani localiza-se em bairro popular cuja maior parte dos domicílios (49,86%) possui renda per capita de até um salário mínimo. A praça, denominada pela prefeitura como “complexo de lazer”, dispõe de precária infraestrutura e seu mobiliário urbano é composto por pista de skate, pista de bicicross, bancos de concreto e iluminação (foto 69). A arborização é deficiente e nos dias quentes é raro observar pessoas utilizando o local.

**Foto 69 - Praça Carlos Augusto Catapani: pistas de skate**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

O uso e a apropriação da praça são baixos se comparados com os demais espaços públicos localizados em bairros populares. A presença frequente de usuários de drogas atrás das pistas de skate limita a apropriação da praça por crianças, que optam por brincar pelas ruas do bairro. Durante os trabalhos de campo não foram observados *skatistas* utilizando as pistas, demonstrado assim que não se levou em consideração as necessidades da população ao elaborar o projeto arquitetônico da área.

O descaso do poder público com a praça é evidente, pois as atividades de manutenção na área são quase inexistentes. A grama alta em determinadas épocas é outro limitante à sua apropriação. O bebedouro instalado na praça nunca chegou a ser ligado à rede de água, e a situação da pista de bicicross é de completo

abandono. Demonstra-se assim que o poder público elege prioridades na gestão dos espaços públicos, investindo em áreas mais valorizadas da cidade em detrimento de áreas cujas necessidades sociais são ainda mais urgentes.

**Foto 70 - Praça Carlos Augusto Catapani: descaso com a manutenção**



Fonte: trabalho de campo (junho/2013)

Aos finais de semana observa-se a frequência um pouco maior de usuários, geralmente com alguns pais que acompanham seus filhos até a praça. Mesmo com a carência de manutenção e infraestrutura no espaço público observam-se algumas formas de apropriação pelos seus usuários (foto 71).

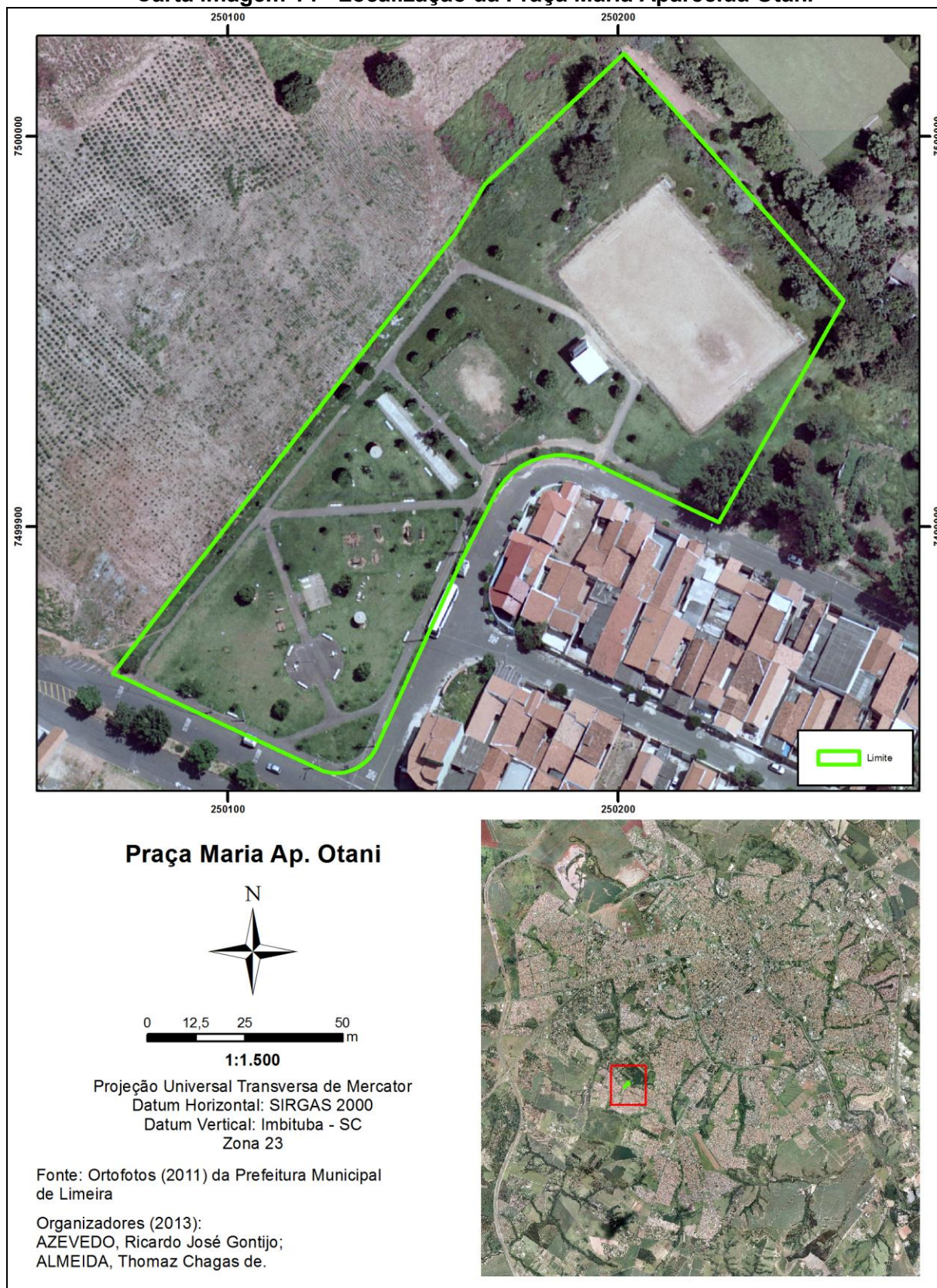
**Foto 71 - Praça Carlos Augusto Catapani: interação social mesmo com grama alta**



Fonte: trabalho de campo (junho/2013)

A Praça Maria Aparecida Otani é outro espaço público que se localiza em bairro popular, no Jardim Vitória Lucato, porção sul da cidade (carta imagem 14).

**Carta imagem 14 - Localização da Praça Maria Aparecida Otani**



No entorno da praça, embora a maior parte dos domicílios (37,07%) esteja em uma classe de renda intermediária, de mais de um até dois salários mínimos, a população que frequenta a praça é de baixa renda. A distorção na renda se explica pelo fato do setor censitário em que se encontra a praça envolver parte de um bairro popular e alguns loteamentos fechados que tem suas entradas voltadas para outra área, com mais amenidades naturais. Assim, a praça encontra-se ao lado de um bairro popular e atrás dos loteamentos fechados.

O mobiliário urbano da praça é composto basicamente por bancos e quiosques de cimento, bebedouro, barras para flexão, cancha de bocha, campo de futebol, quadra de areia e lixeira (foto 72). Esses equipamentos urbanos encontram-se sem manutenção adequada, refletindo o descaso do poder público em dotar as áreas populares da cidade de infraestrutura necessária para o lazer.

**Foto 72 - Praça Maria Aparecida Otani: simples mobiliário urbano**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

A falta de um projeto paisagístico adequado, com a presença de jardins ou árvores maiores, deixa a praça com uma aparência árida e sem vida. Os brinquedos encontram-se na maior parte quebrados e sem manutenção. As crianças costumam se apropriar do gramado para realizar brincadeiras, já que os brinquedos são considerados pouco atrativos (foto 73 e 74).

**Foto 73 - Praça Maria Aparecida Otani: crianças brincando**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

**Foto 74 - Praça Maria Aparecida Otani: brinquedos de madeira**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

A praça serve para o encontro de idosos que costumam se reunir aos finais de tarde para conversar e jogar bocha. Assim, a praça é apropriada por diferentes gerações, que tem na praça do bairro popular um local para convívio e interação social (foto 75).



**Foto 75 - Praça Maria Aparecida Otani: encontro de idosos**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

A quadra de areia e o campo de futebol são utilizados com grande frequência, principalmente aos finais de semana, quando recebe jovens de várias regiões da cidade. Mas como a quadra de areia fica afastada do núcleo da praça, esse dinamismo dos jogos não chega ao restante da praça.

A vulnerabilidade social do bairro faz com que a praça seja frequentemente utilizada por jovens para consumir drogas. Mesmo durante o dia é comum observar a presença desses usuários, que intimida outras formas de apropriação em sua volta (foto 76).

**Foto 76 - Praça Maria Aparecida Otani: usuários de drogas**



Fonte: trabalho de campo (agosto/2012)

O ponto de maior dinamismo social na praça, durante o período noturno, é nas proximidades de um trailer de lanches. Nas demais áreas da praça a frequência de usuários à noite é reduzida. Dentre as praças carentes de infraestrutura em bairros populares, a Praça Maria Aparecida Otani é a que apresenta o maior dinamismo noturno.

Observa-se que as praças carentes em bairros populares são espaços que mantêm uma expressiva apropriação social, mesmo com a pouca atenção dada pelo poder público a esses lugares. Torna-se necessário o envolvimento da sociedade na gestão urbana para que os investimentos na infraestrutura e manutenção das praças sejam realizados com maior justiça social, evitando assim favorecimentos ou discriminações em determinadas áreas.

## **CAPÍTULO V: POR UM ESPAÇO PÚBLICO APROPRIADO**

A produção do espaço urbano ocorre por meio de distintas práticas socioespaciais na cidade, tornando-se necessária uma análise das diferentes formas de uso e apropriação dos espaços públicos para melhor compreensão da realidade socioespacial no espaço urbano.

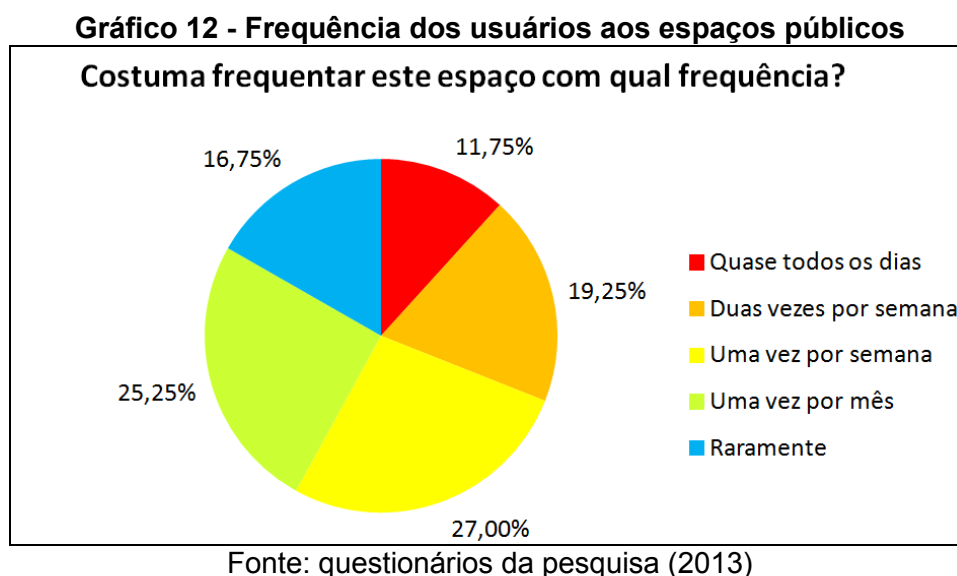
A população se apropria dos espaços públicos de diferentes modos na cidade. Por exemplo, em bairros populares com presença de grande número de crianças e jovens, as praças têm usos diferentes se comparados com bairros mais antigos, cuja maior parte da população é idosa. Com a presença de jovens, o espaço público serve mais às necessidades de recreação e lazer ativo, já em áreas com grande número de idosos o uso predominante é para lazer contemplativo e convívio social.

As diferenças de renda da população também resultam em formas distintas de apropriação do espaço público. Nos bairros onde residem camadas populares, as praças apresentam uma maior diversidade de usos relacionados ao lazer, recreação, convívio e interação social. Já nas áreas mais abastadas, o uso que geralmente se faz das praças é para caminhadas, passeio com crianças ou cachorros e para composição de cenários verdes em áreas já valorizadas do espaço urbano.

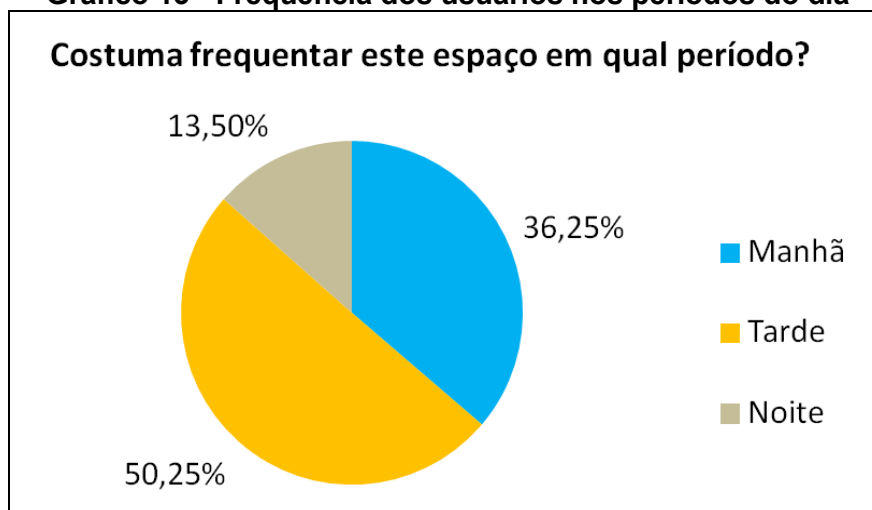
Observa-se assim a necessidade de maior compreensão da realidade socioespacial que envolve os espaços públicos de lazer. Neste momento, são realizadas algumas considerações sobre as distintas formas de uso e apropriação desses espaços em Limeira. A discussão das informações aqui empreendida foi realizada com os dados levantados na aplicação dos questionários aos usuários dos espaços públicos. Os resultados detalhados desses questionários encontram-se no apêndice B, já que aqui se apresenta apenas a síntese desses resultados. Os gráficos aqui mostrados mantêm as perguntas feitas aos usuários para melhor entendimento da dinâmica social que envolve esses espaços.

A maior parte dos usuários dos espaços públicos costuma frequentá-los com certa assiduidade. Somando-se as três primeiras classes de frequência, observa-se que 58% dos usuários utilizam esses espaços ao menos uma vez por semana (gráfico 12). Isso demonstra que a maior parte dos usuários possui uma relação de

identidade com esses espaços públicos, já que sua frequência constante possibilita a criação de laços de identificação pessoal e de pertencimento com esses *lugares*.



O horário que as pessoas frequentam os espaços públicos é um importante indicativo da segurança e revela hábitos do cotidiano desses lugares, tendo em vista que a apropriação desses espaços ocorre mais em determinados períodos do dia que em outros. A maior parte dos usuários (50,25%) costuma frequentar esses espaços no período da tarde, demonstrando que nesse período ocorrem as maiores possibilidades de interação social (gráfico 13). Essa informação possibilita aos gestores urbanos criarem ações direcionadas aos usuários dos espaços públicos principalmente nesses horários para maior êxito em suas atividades. Entretanto, são necessárias políticas públicas que favoreçam o uso dos espaços públicos nos demais períodos do dia. A menor frequência da população no período noturno demonstra que esses espaços podem não oferecer segurança necessária para apropriação e que as pessoas optam por outras atividades nesse período, como assistir à televisão em suas casas.

**Gráfico 13 - Frequência dos usuários nos períodos do dia**

Fonte: questionários da pesquisa (2013)

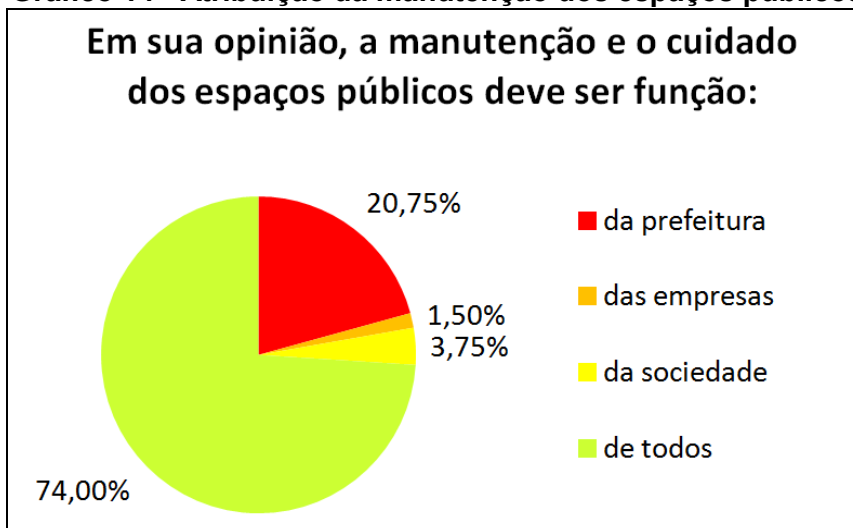
Curiosamente, o espaço público cujos usuários menos frequentam à noite (3,03%) é a Praça Dr. Luciano Esteves, no centro da cidade. Isso se explica por diversos fatores: a região central apresenta baixa densidade demográfica em função do uso predominantemente comercial; a praça é mal iluminada e possui poucos bancos, servindo mais à circulação; existem mendigos que costumam pernoitar em seu interior; em sua volta existem algumas prostitutas e travestis que fazem dali seu ponto; com exceção dos estabelecimentos bancários que possuem autoatendimento, não existem estabelecimentos comerciais em funcionamento à noite; embora existam dois edifícios residenciais com vista para a praça, não existem casas residenciais no nível da praça em sua volta, diminuindo os olhos atentos ao seu movimento.

O local com maior dinamismo noturno é a Praça João Soares Pompeu, pois 46% de seus usuários costumam frequentá-la à noite. A praça é bem iluminada e possui grande variedade de trailers em sua volta, que comercializam alimentos no período noturno. Assim, o local torna-se dinâmico socialmente, oferecendo segurança aos seus usuários, que para lá se dirigem quando querem alimentar fora de suas casas à noite.

A manutenção e cuidado dos espaços públicos foram atribuídos a todos por 74% dos usuários do espaço público. Isso demonstra um bom nível de conscientização social para o cuidado desses espaços (gráfico 14). Mas foi nos bairros mais carentes que parte dos usuários atribuiu essa responsabilidade ao poder público, mostrando que quando suas demandas não são atendidas pela

prefeitura, esses usuários sentem-se menos responsáveis pela conservação das praças e parques urbanos.

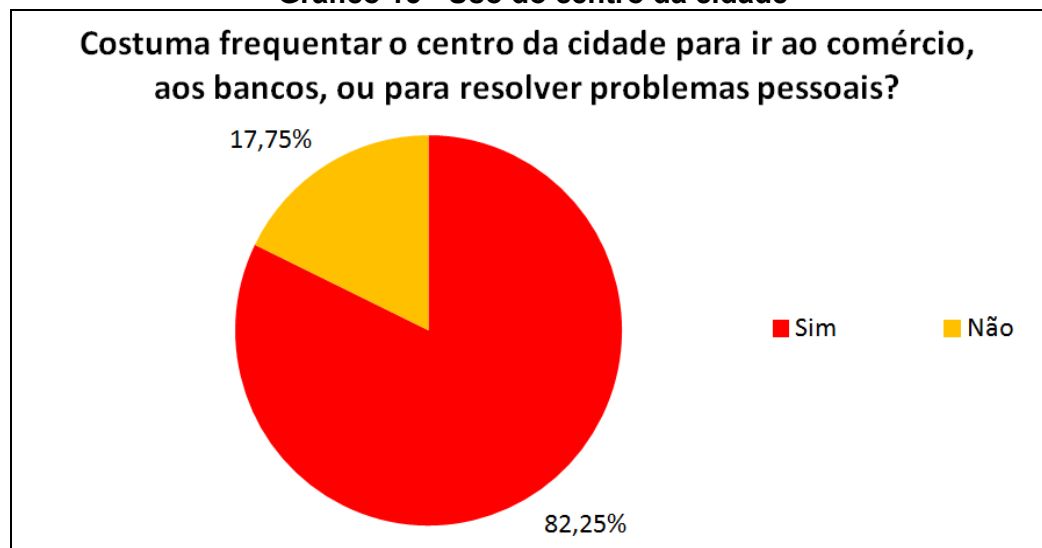
**Gráfico 14 - Atribuição da manutenção dos espaços públicos**



Fonte: questionários da pesquisa (2013)

A maioria absoluta dos usuários dos espaços públicos costuma ir ao centro da cidade para resolver problemas pessoais, frequentar o comércio e os bancos (gráfico 15). Isso mostra que, para esses usuários, o centro é uma importante referência para a vida nas cidades, uma vez que os principais serviços estão concentrados na região central. É necessário que o poder público facilite as possibilidades de descentralização das diversas atividades e serviços pelo espaço urbano, com políticas públicas de incentivo aos subcentros comerciais e de serviços, que certamente contribuem para o dinamismo econômico de outras regiões da cidade.

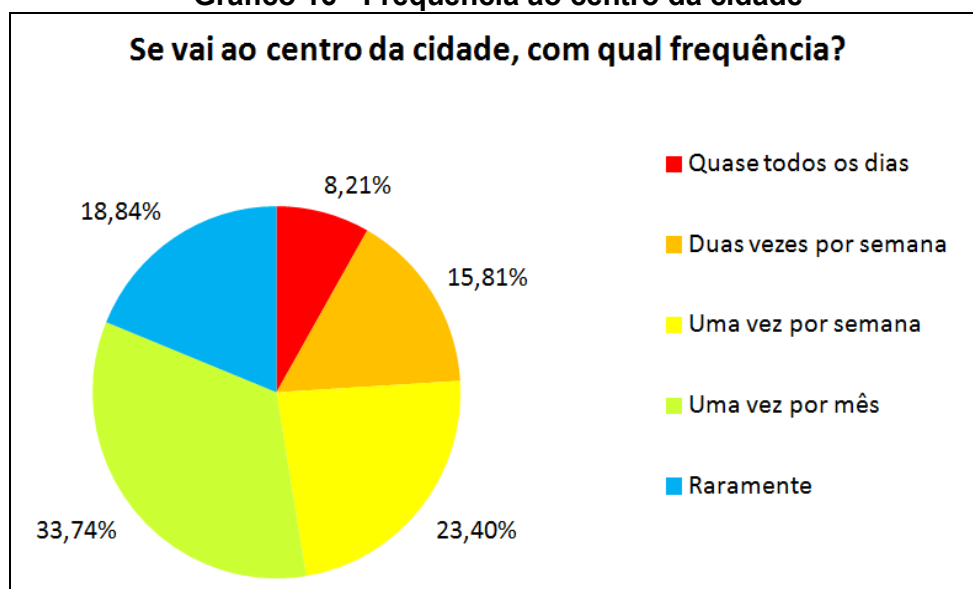
**Gráfico 15 - Uso do centro da cidade**



Fonte: questionários da pesquisa (2013)

A frequência da população ao centro da cidade é grande, tendo em vista que a maioria dos usuários vai ao centro pelo menos uma vez ao mês (gráfico 16). Isso se explica pela grande demanda de utilização de serviços e comércio pelos grupos sociais que não dispõem de formas alternativas para atendimento de suas necessidades, como o recebimento de seus salários, em seus próprios bairros.

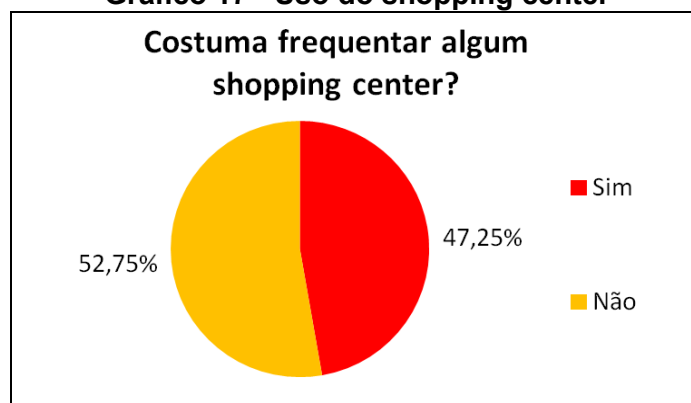
**Gráfico 16 - Frequência ao centro da cidade**



Fonte: questionários da pesquisa (2013)

Uma informação interessante obtida com a aplicação dos questionários foi sobre a utilização do *shopping center* pelos que frequentam o espaço público. Os dados mostram que a maioria dos usuários dos espaços públicos em Limeira ainda não costuma frequentar esses centros de compra e lazer (gráfico 17). Evidencia assim a importância do poder público em oferecer opções de recreação e lazer para a parte da sociedade que não é absorvida pelas novas formas de reprodução do capital, expressas pela difusão dos *shopping centers* pelo espaço urbano.

**Gráfico 17 - Uso do shopping center**

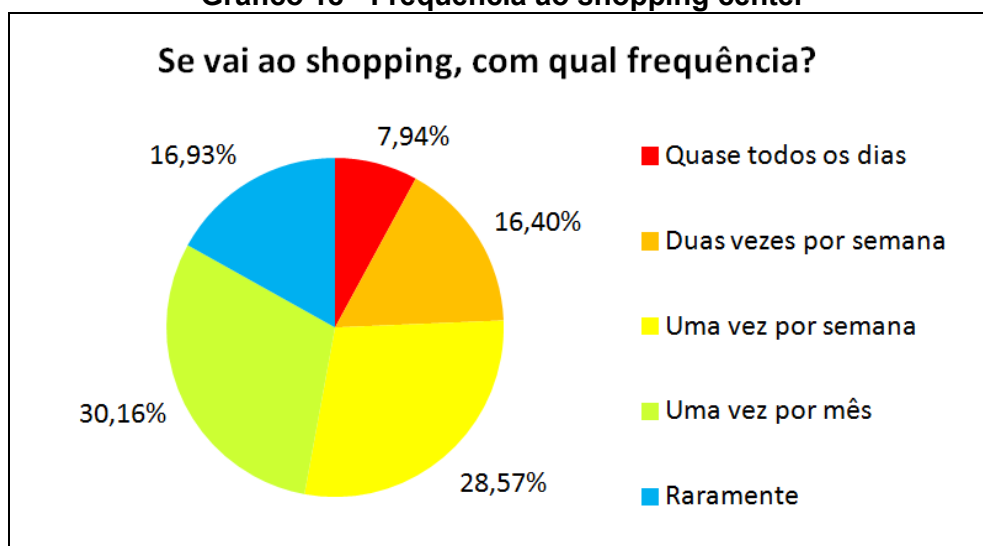


Fonte: questionários da pesquisa (2013)

Entretanto, observa-se que a resposta ao uso do *shopping center* variou muito, de acordo com a localização dos espaços públicos. Dentre os usuários que estavam em praças localizadas em bairros de classe média, a maioria respondeu que costuma frequentar o *shopping*. Já nos bairros populares a situação se inverte, pois a maioria afirmou não ter costume de frequentar o *shopping*.

Levando em consideração somente os usuários dos espaços públicos que costumam ir ao *shopping center*, a maioria absoluta frequenta esses lugares pelo menos uma vez por mês, demonstrando assim que os *shoppings* interferem significativamente nas formas de apropriação do tempo livre e altera os modos de lazer no mundo contemporâneo (gráfico 18).

**Gráfico 18 - Frequência ao shopping center**

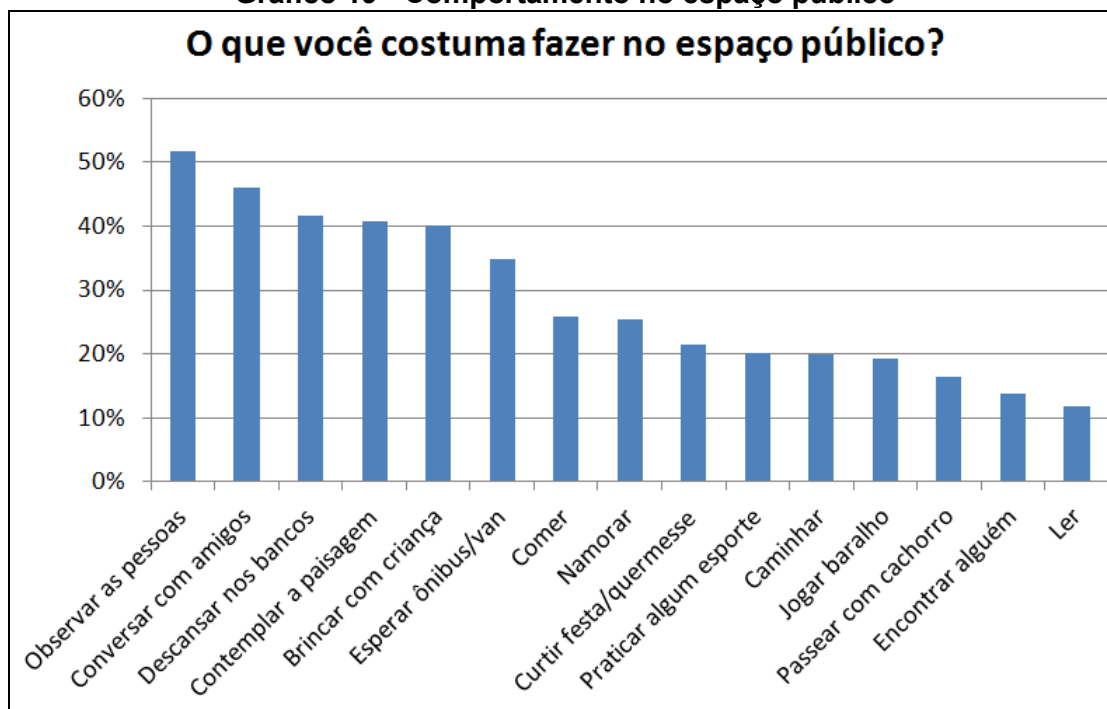


Fonte: questionários da pesquisa (2013)

Quando questionados sobre o que costumam fazer no espaço público, observa-se uma multiplicidade de ações relacionadas à co-presença dos indivíduos, sendo “observar as pessoas” e “conversar com amigos” as principais ações escolhidas pelos usuários (gráfico 19). Desse modo, as pessoas vão aos espaços públicos para interagir e tirar proveito das relações sociais, fortalecendo a sociabilidade urbana.



Gráfico 19 - Comportamento no espaço público

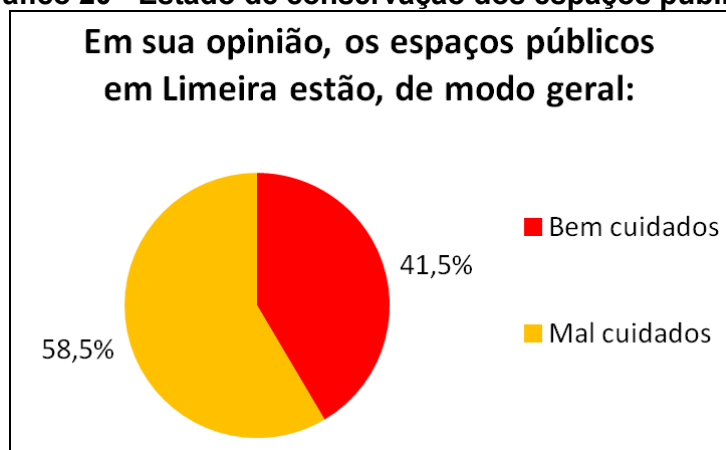


Observação: cada usuário poderia marcar até cinco opções.  
 Fonte: questionários da pesquisa (2013).

Nessa questão sobre o comportamento no espaço público, embora a pergunta não se referisse somente ao espaço público em que o usuário estava presente, as respostas foram influenciadas pelas opções de apropriação que o espaço público onde ele estava oferecia. Por exemplo, na Praça João Soares Pompeu, que tem grande presença de comércio de alimentos em trailers, a maioria dos usuários destacou 'comer' como principal forma de uso. Já no Parque da Cidade, que tem uma extensa pista de caminhada, a maioria dos usuários respondeu 'caminhar' como principal ação realizada no espaço público.

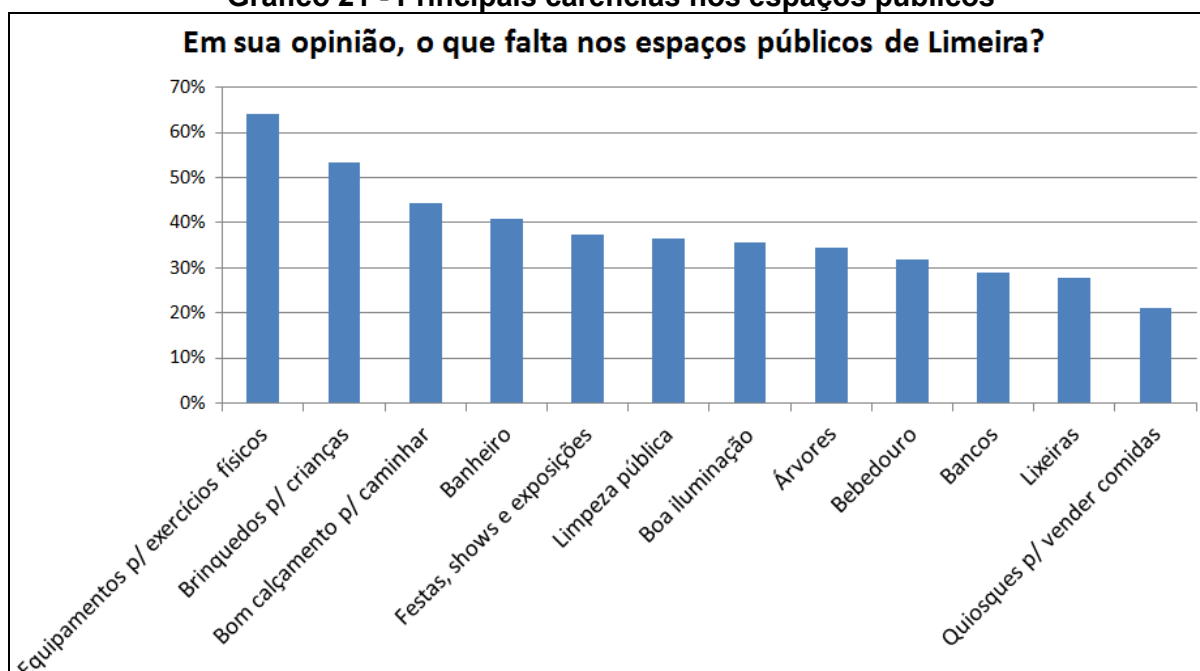
Mas de modo geral, as formas de apropriação escolhidas pelos usuários são bastante variadas, evidenciando que os espaços públicos possuem múltiplas formas de uso, sendo a diversidade social um importante elemento a ser valorizado e incentivado nesses espaços.

A constatação feita durante os trabalhos de campo de que os espaços públicos em Limeira estão, de modo geral, mal cuidados foi confirmada pelos usuários (gráfico 20). Isso demonstra a necessidade do poder público promover uma gestão urbana comprometida com a valorização desses espaços para a sociedade.

**Gráfico 20 - Estado de conservação dos espaços públicos**

Fonte: questionários da pesquisa (2013)

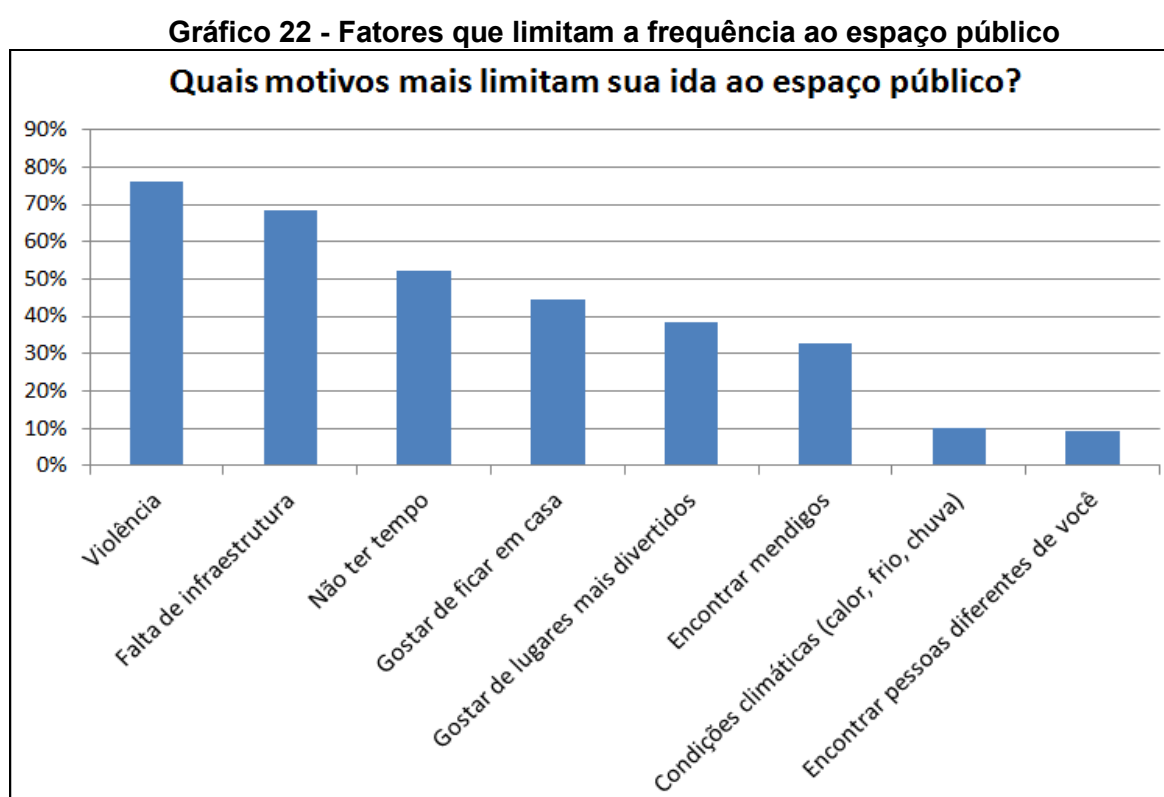
Diante das várias possibilidades de mobiliário urbano que os espaços públicos podem ter, os usuários responderam como principais carências desses espaços a falta de equipamentos para exercícios físicos e brinquedos para as crianças (gráfico 21). Demonstra-se assim a necessidade do poder público instalar esses equipamentos nas praças e parques da cidade para uma maior apropriação social. Esses elementos urbanos ligam-se ao lazer ativo, e sua carência evidencia que as diferentes formas de lazer dos espaços públicos não são consideradas plenamente pelo poder público.

**Gráfico 21 - Principais carências nos espaços públicos**

Observação: cada usuário poderia marcar até cinco opções

Fonte: questionários da pesquisa (2013)

Dentre os vários fatores que limitam a apropriação dos espaços públicos pelos usuários, destacam-se a violência e a falta de infraestrutura (gráfico 22). Essas duas limitações referem-se à gestão ineficaz do espaço urbano pelo Estado, já que essas limitações seriam minimizadas se o poder público atuasse de forma significativa em segurança pública e na infraestrutura dos espaços públicos. As questões da violência e da carência de elementos urbanos são abordadas na presente pesquisa como importantes fatores que comprometem a sociabilidade urbana.



Observação: cada usuário poderia marcar até cinco opções.

Fonte: questionários da pesquisa (2013).

Quando questionados sobre os lugares que mais costumam se divertir, a maioria absoluta dos usuários escolheu o ambiente privado da casa como principal local de lazer (gráfico 23). Demonstra-se que a valorização da esfera privada e o crescimento do individualismo no mundo contemporâneo colaboram para a redução da sociabilidade urbana. Observa-se também o crescimento do lazer privado em detrimento do lazer público, tendo em vista uma pequena superioridade do *shopping center* com relação aos espaços públicos. Entretanto, o expressivo número de pessoas que escolheu o espaço público como opção demonstra a importância desse

local para o lazer da população, especialmente das camadas populares, que não costumam frequentar *shopping center* e não têm diversas opções de lazer em suas casas possui a população com melhores condições de renda.

**Gráfico 23 - Locais mais utilizados para o lazer**

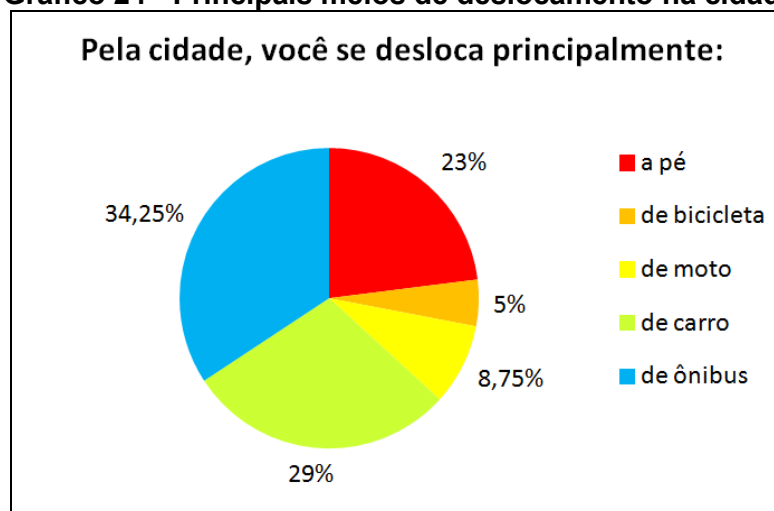


Observação: cada usuário poderia marcar até duas opções.

Fonte: questionários da pesquisa (2013).

Por fim, quando questionados sobre a principal forma de locomoção pela cidade, a maioria dos usuários afirmou o uso principalmente do ônibus, seguido pelo carro, como meios de se deslocar pela cidade (gráfico 24). Evidencia-se assim que a população que frequenta os espaços públicos depende do transporte coletivo para seu deslocamento, sendo importante que o poder público considere essa variável na implantação de novos espaços públicos de lazer pela cidade.

**Gráfico 24 - Principais meios de deslocamento na cidade**



Fonte: questionários da pesquisa (2013)

Foi possível observar com a análise dos questionários que as praças e parques de Limeira possuem desiguais formas de uso e apropriação pela sociedade, sofrendo variações principalmente pelas desigualdades socioespaciais presentes na reprodução do espaço urbano.

### **5.1. Mobiliário urbano para maior apropriação dos espaços públicos**

Os espaços públicos tornam-se atrativos para a sociedade quando oferecem possibilidades de apropriação com infraestrutura necessária para o lazer. Muitas áreas verdes em Limeira, por exemplo, não são utilizadas porque não dispõem de elementos urbanísticos capazes de favorecer o uso pela sociedade.

Para o propósito da pesquisa, o mobiliário urbano pode ser entendido como o conjunto de elementos materiais necessários para promover o uso do lazer no espaço público. Esse lazer pode se realizar de modos variados e concomitantes, como o lazer contemplativo, por meio de praças ajardinadas que possuam elementos paisagísticos significativos para apreciação, como árvores e jardins; o lazer ativo, destinado às práticas esportivas, como quadras de esportes, equipamentos para exercícios físicos, pistas de caminhada e de skate; o lazer entendido como um lugar de encontro e convívio social, onde a presença de bancos, mesas e sombra são fundamentais; o lazer como recreação infantil, com a necessidade de brinquedos e espaço para atividades recreativas. Outras formas de lazer podem ocorrer nos espaços públicos, como o lazer propiciado por atividades culturais ao ar livre, como apresentações de música e teatro, tendo a necessidade de elementos urbanísticos apropriados para esses usos.

Sobre os elementos urbanísticos, Marx (1980, p. 127) afirma que “esparramam-se todos pela cidade, mais propriamente pelos seus vazios, ou seja, pelos espaços públicos. Tendem a se irradiar do centro para a periferia, ora como conforto satisfeito, ora como apuro conquistado.” Demonstra-se assim que esses elementos urbanísticos não se dispersam pela cidade de modo uniforme, tendo áreas que concentram mais equipamentos urbanos destinados ao lazer.

Na presente pesquisa, o mobiliário urbano é também entendido por termos tomados como sinônimos, como *equipamento urbano* ou *elemento urbano*. São assim tratados pois o que importa na abordagem é o significado deles para gerar uma maior apropriação dos espaços públicos.

A ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) define mobiliário urbano como “todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados” (ABNT, 1986, p.1)

De acordo com a ABNT (1986), são exemplos de mobiliário urbano: arborização, banco, canteiro, fonte, escultura, obelisco, sinalização, trailer, banca, relógio-termômetro eletrônico, quiosque, pérgola, bebedouro, lixeira, luminária, orelhão, poste de luz, banheiro público, quadra de esporte, mesa, brinquedo, equipamento para exercício físico, abrigo de ônibus, pavimentação, coreto, etc.

No dicionário de urbanismo, o mobiliário urbano é definido como um

conjunto de elementos materiais localizados nos logradouros públicos ou em locais visíveis desses logradouros e que complementam as funções urbanas de habitar, trabalhar, recrear e circular: cabinas telefônicas, anúncios, idealizações horizontal, vertical e aérea; postes, torres, hidrantes, abrigos e pontos de parada de ônibus, bebedouros, sanitários públicos, monumentos, chafarizes, fontes luminosas etc. (FERRARI, 2004, p. 240)

Observa-se assim que o mobiliário urbano tem fundamental importância para possibilitar uma maior interação social e permitir a apropriação do espaço público, por meio das suas diversas funcionalidades e intenções. Não necessariamente o mobiliário urbano tem uma função, pois vai depender da forma como a sociedade se apropria daqueles elementos urbanísticos. Exemplo disso são os monumentos, obeliscos e esculturas, que não têm uma funcionalidade direta, mas servem para compor o ambiente e permite que algumas pessoas criem laços de identidade com esses elementos.

Quando observam um espaço público bem cuidado, com equipamentos urbanos em pleno funcionamento, as pessoas sentem-se mais atraídas a frequentar aqueles espaços. Entretanto, quando se observa o descaso do poder público na manutenção dos elementos urbanos a reação da sociedade é de evitar esses espaços.

Dotar o espaço público de elementos que favoreçam o uso contribui para que a frequência desses espaços seja ampliada. Entretanto, é imprescindível a manutenção desse mobiliário urbano pelo poder público, pois esses objetos sofrem um processo de desgaste natural provocado pelo uso constante ou por um desgaste acelerado por ações de vandalismo.

Para Montenegro (2005, p.33),

da mesma forma que outros produtos, o mobiliário urbano possui uma vida útil e precisa de manutenção. A verificação das condições de resistência, acabamento e qualidade dos elementos urbanos pelos usuários, podem determinar o nível de prestação de serviços oferecidos pelo poder público bem como o tipo de gestão pública praticada para as cidades.

Há a necessidade de regulamentar os processos de implantação e manutenção do mobiliário urbano nos espaços públicos, de modo a permitir sua contínua renovação pelo poder público, além da adoção de programas de conscientização, valorização e conservação do patrimônio público.

O mobiliário urbano altera e condiciona os tipos de uso dos espaços públicos, pois permite aumentar ou diminuir seu uso de acordo com a infraestrutura instalada. Durante os trabalhos de campo e aplicação dos questionários da pesquisa pode-se observar que as áreas das praças e parques mais apropriadas eram aquelas que dispunham de mobiliário urbano com condições mínimas para serem utilizadas.

Nesse sentido Caldeira (2000, p.302) afirma que

a qualidade do espaço construído inevitavelmente influencia a qualidade das interações sociais que lá acontecem. Ela não as delimita completamente, já que há sempre lugar para diversas e algumas subversivas apropriações de espaços, e para a organização de ações sociais que contestam aquelas moldadas por práticas espaciais. No entanto, os espaços materiais que constituem o cenário para a vida pública influenciam os tipos de relações sociais possíveis neles.

O uso efetivo do mobiliário urbano é uma variável importante na avaliação de sua qualidade. O mobiliário urbano é bom quando tem utilidade para a sociedade ou é importante para atender as necessidades dos grupos sociais que frequentam o espaço público. Quando bem projetados, os elementos urbanos podem favorecer uma maior interação social com esses espaços públicos, contribuindo para que praças e parques urbanos sejam dinamicamente apropriados e favoreçam a sociabilidade urbana.

Um espaço público dinamicamente apropriado pela sociedade deve ter uma grande diversidade de usos com possibilidades de interação social; relação entre os espaços públicos e seu entorno; facilidade de comunicação e transportes, em especial fácil acesso dos pedestres; elementos da vida cotidiana através de variadas

formas de comportamentos sociais; amplo e variado mobiliário urbano para atender as necessidades dos usuários daqueles espaços.

A partir desse momento, são realizadas algumas considerações críticas sobre o mobiliário urbano presente nos espaços públicos de Limeira. Espera-se que essa análise possa subsidiar políticas públicas de intervenção nesses espaços bem como favorecer uma maior discussão na implantação de novos espaços públicos de lazer em Limeira e em outras cidades médias, que possuem problemas urbanísticos semelhantes.

As condições de acessibilidade dos espaços públicos são muito importantes para permitir uma maior apropriação desses espaços. De modo geral, espaços públicos que possuem barreiras físicas como grades e muros em seu entorno dificultam um maior acesso pela população. Além disso, os espaços públicos devem ser dotados de elementos urbanísticos capazes de garantir o acesso dos portadores de necessidades especiais, como os cadeirantes.

Embora os espaços públicos em Limeira não tenham barreiras físicas significativas, somente a Praça Toledo Barros, na região central da cidade, possui um sistema de acessibilidade que facilite o acesso das pessoas que se deslocam em cadeiras de rodas. As rampas de acessibilidade começaram a ser implantadas nas calçadas da região central de Limeira há poucos anos. Na maior parte das praças da cidade, o mobiliário urbano apresenta uma série de limitações de acesso para cadeirantes e idosos, com a presença de muitos degraus, escadas e calçamentos irregulares. Marx (1980, p. 127) destaca a importância do calçamento dos espaços públicos ao afirmar que

revestir adequadamente ruas, praças e jardins é facilitar a circulação, evitar a sujeira e, muito especialmente, controlar as águas despejadas pelos homens e pelas nuvens. O calçamento, portanto, importa na aldeia como na metrópole, na periferia como na zona central. Se falta, a grita é pronta; se satisfaz, o esquecimento é certo.

Levando em consideração a realidade socioespacial em outros parques urbanos do país, observa-se que embora existam alguns parques sem calçamento, geralmente colocam-se pedriscos ou areia para que o pedestre não se suje em dias de chuva. Em Limeira, é lamentável que o poder público não invista no calçamento do Parque do Lago, localizado em bairro popular do Jardim do Lago. Em dias de chuva é muito difícil para a população que frequenta o parque se deslocar em



virtude da lama e das poças d'água que se formam no local, cujo sistema de drenagem é ineficiente.

Em praças criadas pelos empreendedores em terrenos de declividade acentuada, a presença de escadas ou pistas íngremes também dificultam o acesso da população que necessita de cuidados para deslocamento. Em bairros periféricos, as praças Francisco de Paula Souza e Carlos Augusto Catapani apresentam grande dificuldade de acesso por serem formadas em vários níveis altimétricos. Na região central, a Praça Dr. Luciano Esteves é dotada de um conjunto de degraus que torna difícil o acesso dessas pessoas ao interior da praça. As deformidades no calçamento de pedras portuguesas e a falta de profissionais qualificados para sua correta manutenção também provocam limitações de deslocamento na Praça Dr. Luciano Esteves e no Largo da Boa Morte.

Os bancos nos espaços públicos são importantes para garantir a permanência das pessoas nesses locais por meio de vários usos, seja contemplando a paisagem, conversando, descansando, namorando, jogando, etc. Um banco para assento favorece a permanência quando é confortável, tem encosto e se localiza em áreas sombreadas. Já os bancos em locais de passagem e circulação, não necessariamente precisam estar em locais sombreados, nem prescindem de encostos, já que seu uso geralmente é rápido e esporádico.

Em Limeira, existem contradições relacionadas à disposição de bancos, assentos e mesas pelos espaços públicos. Se as praças são lugares de convívio e interação social, é fundamental que esses equipamentos ofereçam condições plenas para sua apropriação. Com exceção das praças centrais analisadas, os demais espaços públicos apresentam bancos sem conforto para a população. Isso se torna evidente pela falta de encosto desses bancos. Em bairros cuja população idosa costuma frequentar as praças, bancos com encosto certamente contribuiriam para uma maior apropriação desses locais. Caso exemplar são os bancos da Praça Rosa Granzotto Rosada, localizado no antigo bairro Boa Vista, cujo encontro de idosos é frequente, seja para conversar nos bancos ou para jogar baralho em suas mesas. Os bancos de cimento não possuem encosto, e os conjuntos de mesas e bancos para jogos são muito pequenos e desconfortáveis para a estrutura corporal de seus frequentadores.

Na praça Maria Aparecida Otani, localizada no popular Jardim Victório Lucato, existe uma mesa sem bancos para um grande número de idosos que costumam

frequentá-la para jogar e conversar (foto 77). Essa condição limita a apropriação da praça, pois quando se cansam precisam se sentar em outro local ou vão para suas casas. Isso demonstra que um simples elemento urbano pode fazer uma diferença significativa na apropriação dos lugares.

**Foto 77 - Interação social em mesa sem bancos**



Fonte: Trabalho de campo, setembro de 2012.

A iluminação pública é outro equipamento urbano de elementar importância na maior apropriação dos espaços públicos, pois asseguram uma maior sensação de segurança pela população e permitem a utilização desses espaços no período noturno. Dificilmente áreas mal iluminadas da cidade são frequentadas à noite por pessoas que queiram se apropriar do espaço público. Assim, esse elemento pode induzir o uso noturno dos espaços públicos bem iluminados, ou afugentar os usuários de espaços escuros e sombrios. Para Jacobs (2000, p. 43) o valor da forte iluminação “vem do reconforto que ela proporciona às pessoas que precisam andar nas calçadas, ou gostariam de andar, as quais não o fariam se não houvesse boa iluminação”.

Em Limeira, os espaços públicos analisados que tem a melhor iluminação noturna são as praças Toledo Barros e a João Soares Pompeu, ambas localizadas em porção valorizada do espaço urbano (foto 78).

**Foto 78 - Boa iluminação na principal praça da cidade**



Fonte: trabalho de campo, junho de 2012.

Em contraste, as praças localizadas em bairros periféricos apresentam uma iluminação deficiente, chegando ao ponto da Praça Francisco de Paula Lopes, localizada em frente a um conjunto habitacional popular, não dispor de iluminação noturna em seu interior. Isso demonstra que o oferecimento de um serviço elementar à qualidade de vida urbana não é oferecido nos espaços públicos de modo satisfatório, aumentando a sensação de insegurança das pessoas e reduzindo a sociabilidade nesses espaços.

As praças e parques públicos são locais de recreação de um número expressivo de crianças. Muitas vezes, um simples espaço aberto e livre de obstáculos já é suficiente para a apropriação da praça pelas crianças que se utilizam desse espaço para realização de brincadeiras diversas. Entretanto, a presença de brinquedos pode potencializar uma maior frequência e apropriação da praça ao permitir que a recreação se amplie nesse espaço.

Deve-se ter muita cautela na escolha dos brinquedos para as praças devido ao risco eminente de provocarem acidentes diversos. Assim, diversos fatores devem ser considerados na instalação de brinquedos infantis em espaços públicos, como a qualidade e o tipo do material utilizado, evitando o uso de objetos pontiagudos e estruturas que retenham muito calor ou ofereçam risco potencial de queda devido ao uso inadequado. A mídia relata com certa frequência acidentes ocorridos em playgrounds nos mais variados espaços, sejam públicos ou privados.

Os materiais de uso mais comum em brinquedos de espaços públicos são o aço tubular e o concreto, mas em Limeira a última gestão municipal optou pela instalação de brinquedos de madeira, mais precisamente de eucalipto tratado. Além

do alto custo, esses brinquedos apresentam uma grande limitação quanto à sua difícil manutenção, já que a empresa que venceu a licitação não era da cidade e a prefeitura não dispunha de profissionais qualificados para realizar a manutenção dos brinquedos.

Após se tornar alvo de vandalismos e do desgaste natural devido à sua instalação em locais expostos ao sol e chuva, a maior parte desses brinquedos encontra-se quebrada e sem manutenção. A atual gestão municipal afirma que, à medida que a população entra em contato com a prefeitura relatando problemas nos brinquedos, uma equipe vai até o local e o desinstala dali, já que não dispõe de profissionais qualificados para sua manutenção e a permanência do brinquedo com problema pode causar acidentes graves. Esclarece ainda que a atual falta de brinquedos nos espaços públicos se deve à falta de recursos financeiros para sua instalação.

Dentre os espaços públicos analisados na pesquisa, os dois lugares com maior presença de brinquedos para as crianças são os dois parques urbanos: Parque da Cidade e Parque do Lago. Nas praças centrais não existem brinquedos e nas demais praças existem poucos ou estão sem condições de uso devido à falta de manutenção (foto 79).

**Foto 79 - Má conservação dos brinquedos em madeira**



Fonte: Trabalho de campo, setembro de 2012.

É válido ressaltar que os brinquedos em aço tubular são mais versáteis, duráveis e resistentes, além de possibilitarem o uso de cores variadas e não impedirem a visibilidade. Os poucos brinquedos de madeira que ainda restam possuem um aspecto rústico, escuro, que além de atrapalhar a visibilidade, muitas

vezes não combinam esteticamente com os espaços onde foram instalados, já que a gestão municipal anterior colocou os mesmos brinquedos de madeira em muitas praças sem considerar os projetos urbanísticos das áreas.

A arborização urbana é fundamental para a manutenção da qualidade de vida nas cidades. Em um país de clima predominantemente tropical como o Brasil, as árvores representam funções que ultrapassam sua qualidade estética, servindo para gerar conforto térmico e garantir a presença das pessoas no espaço público em dias ensolarados. De acordo com Lamas (2000, p. 106) “uma rua sem as suas árvores mudaria completamente de forma e de imagem; um jardim ou um parque sem sua vegetação transformar-se-ia apenas num terreiro”. Para o autor, as árvores e a vegetação devem ser consideradas na gestão urbana, pois sua existência é de grande importância no controle do clima e na qualificação da cidade.

Analisando as praças públicas no século XX, Robba e Macedo (2010, p. 30) consideram que

a crescente valorização do uso de vegetação na cidade, de forma a amenizar os efeitos da urbanização intensa nos grandes centros, fortaleceu ao longo desse século a tipologia praça ajardinada, sendo encontrados no Brasil poucos projetos de espaços livres públicos que não fazem uso de vegetação.

Em Limeira, todos os espaços públicos analisados possuem árvores e vegetação. Entretanto, sua distribuição é irregular, pois as praças já consolidadas, que se localizam na região central ou em bairros de classe média, apresentam uma nítida diferença das praças localizadas em bairros populares. Nas áreas mais abastadas da cidade, observa-se um cuidado maior com a vegetação, que possui gramados bem cortados, jardins plantados com espécies herbáceas e arbustivas variadas, além de uma densa e exuberante arborização. Nessas praças existem jardineiros fixos que se encarregam do cuidado semanal com a vegetação.

Nas áreas periféricas, onde se localizam os bairros populares, a atenção dada à vegetação pelo poder público é bem menor, já que os projetos paisagísticos são bem mais simples e com uma menor variedade de espécies. Nas praças analisadas, a vegetação se resume a um gramado mal cuidado e a escassas árvores. O menor porte das árvores nessas praças se explica pelo fato de terem sido construídas mais recentemente, se comparadas com as regiões centrais consolidadas. Entretanto, não se justifica a pouca quantidade de espécies arbóreas e a inexistência de outras espécies vegetais além da grama. Outro agravante é a falta de profissionais da

prefeitura que se encarreguem de fazer manutenção nessas áreas. São frequentes nessas praças casos em que a grama não cortada supera a altura dos bancos de cimento.

Ressalta-se que a cidade possui viveiros comerciais de mudas de espécies dos mais variados portes, atraindo paisagistas de vários lugares que visitam Limeira quando estão compondo seus projetos. Era de se esperar que isso refletisse em seus próprios logradouros públicos, mas não é o que se observa nas principais praças da cidade, especialmente as que se localizam em bairros pobres.

Na Praça Francisco de Paula Lopes, localizada em bairro popular, as espécies arbóreas recentemente plantadas são pequenas e não há qualquer funcionário da prefeitura que possa cuidar delas. Um morador do conjunto habitacional que fica em frente à praça improvisou um sistema de irrigação por gotejamento em algumas mudas, fixando uma ripa de madeira junto ao caule da planta e amarrando uma garrafa pet que ele mesmo enche de água frequentemente, para que uma pequena perfuração na garrafa permita o gotejamento de água por um período maior. Observa-se assim que a participação social está contribuindo para realizar uma função que o Estado se eximiu de fazer pela falta de interesse ou vontade política.

No questionário aplicado aos usuários das praças e parques, quando questionados sobre o que falta nos espaços públicos de Limeira, a maioria das pessoas (64%) respondeu que são equipamentos para a prática de exercícios físicos. Essa constatação é condizente com o que se verifica nesses espaços. Com exceção das praças centrais, da Praça João Soares Pompeu e do Parque do Lago, os demais espaços públicos possuem algumas barras de ferro fixadas em cimento com diferentes alturas que podem ser usadas para flexão. Mas nem todas as pessoas que frequentam esses espaços são aptas ou podem realizar esse tipo de exercício físico. Assim, o que se observou é que esses equipamentos são pouco utilizados pela população que frequenta esses espaços, e quando utilizados, são para outros usos (foto 80).

**Foto 80 - Barras de flexão subutilizadas**



Fonte: Trabalho de campo, setembro de 2012.

A instalação de diferentes tipos de equipamentos para exercícios físicos em espaços públicos é uma forma de atrair as pessoas para esses locais, já que a preocupação com o bem-estar físico pode se aliar com o lazer e diversificar as formas de uso desses locais. Isso representa uma oportunidade de oferecer à população formas significativas de apropriação do espaço e favorece a melhoria da qualidade de vida.

Em várias cidades médias, a instalação desses equipamentos vem permitindo uma maior frequência da população aos espaços públicos. Interessante iniciativa vem contribuindo com o bem estar da população em São José dos Campos, no interior do estado de São Paulo. Nos últimos anos já foram instaladas mais de cem academias ao ar livre para a população em diferentes bairros da cidade. Os variados equipamentos, feitos em aço tubular, permitem diferentes formas de uso e são frequentemente utilizados pela população (foto 81).

**Foto 81 - Academias ao ar livre em São José dos Campos**



Fonte: Foto do autor, junho de 2013.

Outro elemento urbano que pode favorecer um maior uso das praças e parques da cidade são os bebedouros de água, por permitirem que os usuários permaneçam no local se sentirem sede ou induzir a ida dos pedestres a esses espaços para beberem água. Em Limeira, com exceção das praças centrais, todos os outros espaços públicos possuem bebedouros instalados. Entretanto, a falta de manutenção resulta no funcionamento inadequado ou mesmo na interrupção do fluxo de água. Durante os trabalhos de campo foram frequentes os relatos dos usuários de que o bebedouro não estava funcionando ou não tinham sequer realizado a ligação da rede de água ao bebedouro, como na Praça Carlos Augusto Catapani, localizado em bairro popular, demonstrando assim o descaso do poder público com determinados espaços públicos da cidade. Quanto às praças centrais, é lamentável a falta de bebedouro onde o fluxo de pedestres é ainda maior, mas certamente o fornecimento de água gratuitamente diminuiria o lucro dos comerciantes de bebidas da região central.

Por fim, mas não menos importante, é a distribuição das lixeiras nos espaços públicos. Esse equipamento urbano é fundamental para que a população deposite o lixo em locais adequados e garanta assim a limpeza dos espaços públicos. Sua presença ocorre em todos os locais analisados, mas mesmo assim, observa-se nítida contradição em relação ao uso e manutenção desses equipamentos. As praças centrais e os parques urbanos possuem lixeiras estilizadas em aço, nos demais espaços públicos a lixeira é de concreto pré-moldado. Certamente as lixeiras de concreto são mais resistentes ao desgaste natural e ao vandalismo, mas um detalhe importante é seu fundo produzido com uma chapa de metal, que pode ser removida para retirar o lixo interno. O problema é que com o vandalismo, a maior parte das chapas de metal encontradas nas lixeiras de praças populares foi retirada ou furtada, não havendo reposição ou formas de impedir sua remoção. Com isso, o lixo depositado na lixeira de concreto sem o fundo cai no chão, sujando o espaço público. Esse fator agrava a condição suja das praças populares, que raramente recebem serviços de limpeza urbana. Com os espaços públicos sujos, certamente a frequência nesses locais tende a diminuir e assim a sociabilidade urbana é comprometida.

Com esses apontamentos, observa-se a importância do mobiliário urbano para favorecer a sociabilidade nos espaços públicos. Demonstra-se que uma melhor infraestrutura física, com equipamentos urbanos diversificados, pode



favorecer uma maior apropriação dos espaços públicos, sendo necessário que planejadores e gestores urbanos deem a merecida importância ao mobiliário urbano em projetos de construção ou reforma dos espaços públicos.

## **5.2. Relações sociais para maior apropriação dos espaços públicos**

As relações sociais que se estabelecem nos espaços públicos são fundamentais para garantir uma maior apropriação desses espaços, por meio de uma infinidade de atividades realizadas pelos diferentes agentes de reprodução do espaço urbano. Se apropriar do espaço público é agir sobre ele por meio da reprodução da vida cotidiana. As ações da sociedade juntas com as ações empreendidas pelo planejamento e a gestão urbanas têm a possibilidade de mudar os espaços públicos da cidade para melhor, com maior apropriação e mais valorização desses espaços pela sociedade.

Tendo em vista que a apropriação do espaço pela reprodução da vida cotidiana foi abordada em capítulo anterior, volta-se neste momento a uma breve discussão sobre as ações que o poder público juntamente com a sociedade podem fazer para favorecer uma maior apropriação dos espaços públicos. Essa apropriação pode ser dinamizada e fortalecida se a gestão urbana levar em consideração a necessidade de implantar um conjunto de medidas com essa finalidade. Espera-se que essa breve discussão de potencialidades possa contribuir para uma efetiva apropriação do espaço público em Limeira e em outras cidades médias que possuam dinâmicas socioespaciais semelhantes.

De acordo com Jacobs (2000, p. 59) “se os contatos interessantes, proveitosos e significativos entre os habitantes das cidades se limitassem à convivência na vida privada, a cidade não teria serventia”. Desse modo, se evidencia a necessidade de espaços públicos para que se possa manter contato de modo agradável e civilizado com os habitantes da cidade. A vida social que se desenvolve no espaço público funciona como uma escola de cidadania para que as pessoas sintam-se parte de um grupo social organizado, cuja convivência respeitosa é importante e necessária.

Entretanto, “a socialização do espaço público tem sido relegada a um plano secundário, ofuscada pela questão de como deve ser a vegetação no ambiente urbano, tema que tem dominado as discussões sobre as praças e cidades” (ALEX,

2008, p.61). Não desmerecendo a importância do paisagismo urbano, o arquiteto Sun Alex chama a atenção para a necessidade de se considerar a sociabilidade urbana nos projetos de praças e parques urbanos.

De fato, a maior parte dos arquitetos, planejadores e gestores urbanos tem sua preocupação voltada para somente para a forma urbana, para a materialidade dos objetos. O planejamento e a gestão urbana devem considerar o espaço público como um produto resultante da interação entre a materialidade do espaço com as relações sociais que nele se desenvolvem.

A sociabilidade urbana é fortalecida quando a apropriação dos espaços públicos pela sociedade se efetiva. Caso contrário, o espaço público torna-se esvaziado de relações sociais elementares para o fortalecimento da sociabilidade. De acordo com Jacobs (2000, p.108) “nas cidades, a animação e a variedade atraem mais animação; a apatia e a monotonia repelem a vida.” Essa constatação torna clara a necessidade do poder público favorecer a animação nas praças e parques por meio de políticas públicas voltadas à realização de diversos eventos nesses espaços.

A realização de festas e eventos culturais nas praças e parques urbanos pode despertar na população a vontade de se apropriar desses espaços não somente em dias de festa, mas em sua prática cotidiana. Ao idealizar a construção de um projeto revolucionário para a cidade Lefebvre (1991, p.216) ressalta que a festa deve ser reencontrada, “amplificada, superando a oposição existente entre ‘cotidianidade-festividade’, realizando-se na e pela sociedade urbana essa passagem do cotidiano para a festa.”

Analisando o cotidiano das ruas na metrópole paulistana, Carlos (2007a) chama atenção para o encontro como festa, pois nesses dias festivos ocorrem práticas sociais distintas do individualismo crescente na contemporaneidade. Para a autora

nos bairros italianos antigos da metrópole paulista, por exemplo, ainda restam as festas em homenagem a padroeira das regiões de origem dos migrantes; as procissões ainda tem apelo em algumas comunidades, as quermesses reúnem vizinhos em torno das barracas típicas para conversar tomando quentão, mudando no seu decorrer, literalmente, a vida no bairro. (CARLOS, 2007a, p. 82).

De modo geral, a cidade média preserva ainda mais suas tradições festivas que a metrópole. Em Limeira, são muito comuns as quermesses e festividades

religiosas em vários espaços públicos da cidade. As praças diante de igrejas são frequentemente utilizadas para sediar essas festas e dinamizar o espaço público, mesmo que por poucos dias. Dentre as praças analisadas na pesquisa, o Largo da Boa Morte, diante da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção, é o maior exemplo de vitalidade que esses espaços apresentam em dias festivos. Nele, há 18 anos, se realiza no mês de agosto o evento “Vem pro Largo”, reunindo pessoas de vários bairros que vão ao centro prestigiar o evento e assim se apropriar do espaço.

Outro caso expressivo de vitalidade dos espaços públicos em dias festivos é a Praça Rosa Granzotto Rosada, no tradicional bairro Boa Vista. Lá não existe igreja em seu entorno, mas a praça recebe anualmente dois importantes eventos beneficentes cuja renda é revertida para a Associação Beneficente de Amparo ao Idoso Cantinho do Vovô. Os eventos são o Carnaval na Praça, em abril, e a Festa da Primavera, em setembro. Nos dias de evento a praça se transforma em palco para as mais diversas formas de interação social.

A Secretaria Municipal de Cultura realiza anualmente o Festival Nacional de Teatro e durante os dias do festival ocorrem apresentações teatrais em vários espaços públicos da cidade. Outra importante atividade que conta com o apoio da secretaria é a apresentação das corporações musicais no coreto da Praça Toledo Barros aos domingos, atraindo pessoas que vão com frequência à praça para assistir as apresentações e assim se apropriar do espaço público.

Observa-se assim um grande dinamismo nas relações sociais quando os espaços públicos sediam eventos diferentes do cotidiano do bairro. A realização de feiras, exposições e festas mostra-se um importante instrumento a ser utilizado pelo poder público, juntamente com a sociedade, para revitalizar e dinamizar praças e parques da cidade. Entretanto, além de prestigiar eventos dessa natureza, a sociedade deve colaborar na proposição de outras atividades nas demais regiões da cidade. A Praça Toledo Barros e o Parque Cidade são os únicos espaços públicos que oferecem com regularidade apresentações culturais diversificadas. Nos demais espaços, principalmente nas regiões periféricas da cidade, as opções de lazer com eventos desse tipo são muito raras. A população carente, que não tem condições financeiras de se deslocar para a região central, fica privada de opções de lazer significativas nos espaços públicos.

Simple iniciativas do poder público podem dinamizar as relações sociais no espaço público. Analisando a necessidade de favorecer mais atividades nos parques urbanos Jacobs (2000, p. 119) considera que “música (inclusive a gravada) e peças de teatro também servem como artigo de primeira necessidade.” Para a autora, “é curioso que se faça muito pouco uso dos parques para esse fim, já que a inserção espontânea da vida cultural faz parte da missão histórica das cidades”.

A efetiva manutenção das praças e parques da cidade é outra ação fundamental que o poder público deve realizar para promover uma maior apropriação desses espaços pela sociedade. Para Robba e Macedo (2010, p. 49),

a manutenção sistemática dos espaços públicos da cidade é outro fator fundamental para garantir sua existência. Muitas vezes, a falta de usuários está atrelada à falta de manutenção do espaço, o que pode levar a um perigoso e repetitivo ciclo de falta de manutenção que afasta os usuários.

Durante a realização dos trabalhos de campo foi possível observar que a manutenção da maioria dos espaços públicos é precária. Na gestão municipal anterior, por exemplo, somente os bairros centrais recebiam varrição frequente de seus logradouros. Nos demais espaços, a limpeza urbana era realizada esporadicamente, o que resultava em praças sujas e pouco frequentadas. Ainda hoje, a falta de manutenção do mobiliário urbano torna-se evidente nos bairros populares que apresentam, em alguns casos, grama alta, sujeira, brinquedos quebrados, etc. Já nas praças centrais e localizadas em bairros de classe média observa-se que a manutenção ocorre de modo mais constante, demonstrando que o poder público trata os espaços públicos de modo diferenciado, em função da influência que os diversos grupos sociais têm no espaço urbano.

As praças mais movimentadas da cidade possuem um sistema de limpeza urbana eficiente e em muitas delas existe a presença de um funcionário público específico para cuidar daquele espaço, como os jardineiros da Praça Toledo Barros, Dr. Luciano Esteves e João Soares Pompeu, todas localizadas em porção valorizada da cidade. Certamente a manutenção de determinadas praças em detrimento de outras tem relação com a visibilidade que essas praças possuem para a opinião pública. Demonstra-se assim que os interesses políticos se sobrepõem às necessidades de apropriação dos espaços públicos, sobretudo pelas camadas populares de bairros periféricos.

Torna-se necessária a ação de equipes especializadas na manutenção dos espaços públicos da cidade, que realizem visitas periódicas a esses espaços com a finalidade de resolver os problemas de conservação. A sociedade deve colaborar por meio de propostas junto ao poder público para que as praças sejam bem cuidadas pela administração municipal. A insatisfação popular e o vandalismo praticado nos espaços públicos tende a aumentar quando se percebe que o poder público não realiza a manutenção desses espaços. Muitas vezes, observa-se que a sociedade é conivente com o descaso do poder público ao não cobrar dos órgãos competentes a reparação de problemas existentes no espaço público. Durante os trabalhos de campo foi possível observar, por exemplo, que mesas e bancos quebrados permaneciam do mesmo modo no local por vários meses, principalmente nos bairros populares.

Demonstra-se assim a necessidade de uma maior conscientização social para os problemas dos espaços públicos, tanto em relação ao vandalismo como ao descaso do poder público na manutenção desses espaços. A gestão urbana deve envolver as diversas secretarias municipais em ações propositivas para manter e melhorar os espaços públicos. Em muitos casos, observa-se que somente as Secretarias de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente são cobradas pelos problemas das praças e parques da cidade. Entretanto, todas as secretarias devem ser envolvidas em uma gestão urbana efetivamente comprometida com os espaços públicos, já que os problemas nesses locais são problemas da cidade.

São fundamentais ações da Secretaria Municipal de Educação na realização de projetos de conscientização para os problemas urbanos. Assim como os projetos de Educação Ambiental vem gerando resultados efetivos na conscientização de crianças e jovens para os problemas do meio ambiente, torna-se necessário incluir na formação continuada dos professores a questão da Educação Urbana, relacionada aos mecanismos de participação social na gestão das cidades, aos ideais da reforma urbana e aos problemas urbanos encontrados no espaço público, como o vandalismo. As universidades podem colaborar com a gestão urbana ao criar projetos de extensão voltados à capacitação de professores ou projetos de Educação Urbana envolvendo diretamente os alunos de escolas públicas.

A Secretaria Municipal de Segurança Pública deve atuar para garantir que os espaços públicos tornem-se locais seguros para apropriação. Os resultados dos questionários aplicados mostram que o fator que mais limita o uso dos espaços

públicos pela população é a violência. Assim, efetivar um sistema de monitoramento dos espaços públicos com guardas municipais pode aumentar na população a sensação de segurança e favorecer uma maior apropriação desses espaços. Com praças e parques mais frequentados, a incidência de crimes violentos tende a diminuir, já que a presença constante de usuários nesses espaços pode intimidar a presença de indivíduos mal intencionados.

Como já demonstrado anteriormente, os projetos da Secretaria Municipal de Cultura podem potencializar a frequência da população nos espaços públicos com a realização de atividades culturais descentralizadas, como apresentações teatrais e musicais nas praças e parques da cidade. As Secretarias Municipais de Esporte e de Saúde podem promover ações conjuntas para incentivar a prática esportiva e de atividades físicas em espaços públicos que disponham de infraestrutura para exercícios físicos e competições esportivas. Essas medidas trazem importantes benefícios relacionados à saúde dos cidadãos, que se refletem na melhoria da qualidade de vida.

Além da atuação das diversas secretarias municipais é importante que a criação de novos espaços públicos na cidade leve em consideração a diversidade social nos bairros em que serão instalados. Em Limeira, observa-se que a maior parte das praças apresentam os mesmos equipamentos urbanos, como os mesmos bancos, os mesmos brinquedos, as mesmas barras de flexões, os mesmos bebedouros, que além de induzir à monotonia nos espaços públicos, podem desconsiderar as reais necessidades da população. O planejamento urbano deve considerar que as demandas de espaços públicos variam de um bairro para outro. Assim, se faz necessária a criação de espaços públicos distintos para atendimento dos diferentes anseios de grupos sociais, como jovens, idosos, esportistas, etc. É fundamental a ampla participação popular na criação de novos projetos e na reforma dos espaços públicos existentes.

Nesse sentido, Souza (2006, p. 191) esclarece que

ao participar das decisões, os cidadãos se sentem mais responsáveis pelos seus resultados, isso não é relevante somente a propósito do amadurecimento político da população, mas também na medida em que, ao sentirem-se mais responsáveis, as pessoas, conjecturalmente, irão zelar mais e fiscalizar mais. E isso não se aplica apenas a obras públicas específicas, mas ao patrimônio coletivo e ao espaço público em geral, evitando que o patrimônio público seja depredado e tratado com desleixo.

A localização de novos espaços públicos precisa ser amplamente discutida. No espaço urbano já consolidado, o poder público deve criar praças e parques prioritariamente onde as necessidades de lazer da população são mais prementes. Essas necessidades são maiores em bairros populares, onde os grupos sociais não possuem condições financeiras de se apropriarem de espaços que não sejam públicos. Já nas áreas de expansão urbana, os novos loteamentos devem instalar os espaços públicos em porções centrais dos empreendimentos, para que sua fácil localização permita o acesso da população de todo o bairro.

Analisando a dinâmica de localização de novos parques urbanos, Jacobs (2000) recomenda que esses espaços públicos sejam implantados onde já exista vida social significativa, com pessoas transitando e diversas formas de uso do solo. Para a autora, “se for no centro da cidade, deve ter lojistas, visitantes e transeuntes, além de funcionários. Se não for no centro, deve situar-se onde a vida pulse, onde haja movimentação de escritórios, atividades culturais, residências e comércio” (JACOBS, 2000, p. 110). É válido ressaltar que a realidade socioespacial da autora são grandes cidades norte-americanas. Nas cidades médias brasileiras, existem muitos bairros populares na periferia que não apresentam escritórios nem atividades culturais, mas a vida pulsa ativamente com uma expressiva densidade demográfica e grande número de jovens e crianças. Nesses bairros, certamente a instalação de parques urbanos favorece uma grande apropriação pela sociedade, como é o caso do Parque do Lago, localizado em bairro popular de Limeira.

Por fim, as diversas atividades comerciais e de serviços podem promover uma maior sociabilidade urbana em espaços públicos. Na praça contemporânea, os projetos urbanísticos tornam-se cada vez mais flexíveis, permitindo usos que nas praças modernas não eram admitidos. O comércio de produtos variados, desde que regulamentado pelo poder público, pode contribuir para uma maior frequência da população aos espaços públicos. Analisando a dinâmica comercial desses espaços na metrópole paulistana Alex (2008, p. 27) afirma que

atividades comerciais podem estimular o uso do espaço público e aumentar a percepção do caráter aberto dos lugares. Ambulantes que tumultuam várias ruas do Centro também animam praças da cidade. Atualmente em São Paulo, frequentar feiras de design, artesanato e antiguidades, comidas regionais e étnicas realizadas nos espaços públicos tornou-se uma atividade de lazer no fim de semana.

Nas cidades médias, a presença de feiras em espaços públicos também são formas de atrair a população para esses lugares. Em Limeira, as praças centrais Toledo Barros e Dr. Luciano Esteves recebem frequentemente exposições diversas e feiras de artesanato. A presença de bancas de revistas e pontos de táxi em algumas praças também representa a possibilidade de maior interação social nesses espaços. O poder público pode fomentar atividades comerciais nos espaços públicos por meio da regulamentação de critérios que permitam suas instalações, entretanto, deve-se ter cautela para que essas atividades não atrapalhem outras formas de uso nem modifiquem drasticamente o paisagismo desses espaços com a poluição visual.

A presença de quiosques e trailers para o comércio de gêneros alimentícios também resulta numa maior apropriação dos espaços públicos. Essas atividades dinamizam esses espaços ao atrair pessoas que buscam a união do prazer em se alimentar com a diversão de estar em um lugar dinâmico socialmente. Nesse sentido, Robba e Macedo (2010, p. 148) esclarecem que

a instalação de equipamentos de venda de gêneros alimentícios em praças e parques é também uma proposta que se consolida e visa atrair público, atendendo seus anseios e necessidades: se nos *shopping centers* as chamadas praças de alimentação são invariavelmente um dos locais mais procurados, uma praça de alimentação ao ar livre pode ser ainda mais interessante.

Em Limeira, são frequentes os espaços públicos que possuem comércio de alimentos. O caso mais expressivo ocorre na Praça João Soares Pompeu, também conhecida como praça da Av. Maria Buzolin, localizada em um bairro de classe média e que apresenta uma grande diversidade de opções para a população se alimentar no período noturno. Isso faz com que a praça tenha, dentre todos os espaços públicos de Limeira, a maior sociabilidade urbana no período noturno, principalmente aos finais de semana, quando a praça fica repleta de pessoas que promovem interação social com seus amigos, familiares e com outros usuários dos espaços públicos. Além de a praça concentrar junto à calçada vários trailers que comercializam bebidas, lanches, espetinhos e crepes, o entorno da praça também tem outros tipos de comércio relacionados à alimentação, como sorveteria, lanchonete e bar, funcionando literalmente como uma *praça de alimentação*. Assim, a praça torna-se muito conhecida entre os habitantes da cidade e até de municípios vizinhos, favorecendo sua apropriação mesmo durante o dia, quando não há comércio de alimentos.



Há poucos anos a Prefeitura Municipal abriu licitação pública para a instalação de um bar e lanchonete na tradicional gruta da Praça Toledo Barros. Desde então, lá funciona o *El Monoloco*, que apresenta um pequeno movimento no período noturno, certamente pelo fato da região central abrigar uma menor densidade demográfica, tendo em vista seu uso predominantemente comercial, e pela falta de policiamento na praça, que tem seu movimento consideravelmente reduzido quando o comércio ao redor fecha suas portas. Outro estabelecimento que funciona sob o regime de concessão é a lanchonete do Parque Cidade, cujo movimento segue a dinâmica social do parque, tendo seu período de maior movimentação aos finais de semana ou ao final das tardes em dias úteis.

Dentre os espaços públicos analisados, os únicos que não possuem trailer de lanche ou comércio de alimentos em sua volta são as praças Maestro Antônio Pelegrini e Carlos Augusto Catapani e o Parque do Lago. Curiosamente, essas áreas apresentam uma baixa frequência da população no período noturno. Demonstra-se assim que a presença de comércio de alimentos pode dinamizar a sociabilidade nos espaços públicos no período noturno.

Os espaços públicos podem ter sua apropriação potencializada por uma gestão urbana participativa que leve em consideração as necessidades de melhorias físicas dos espaços e de políticas públicas voltadas para fomentar um maior uso dos espaços públicos pela sociedade.

### **5.3. Quadro síntese da tipologia de espaços públicos**

As diferentes formas de uso e apropriação dos espaços públicos precisam ser consideradas na aplicação das políticas públicas voltadas para esses espaços. Desse modo, o planejamento e a gestão urbana devem valorizar as diversas demandas das populações dos bairros onde as praças e parques estão instalados, para que favoreçam uma maior apropriação desses espaços.

Desse modo, apresenta-se a seguir um quadro síntese com a tipologia dos espaços públicos encontrados na pesquisa. Espera-se que o quadro possa contribuir com propostas de intervenção nesses espaços, com vistas à manutenção da sociabilidade urbana e da vida pública em Limeira (quadro 5).

**Quadro 5 - Quadro síntese da tipologia de espaços públicos**

	<b>Descrição</b>	<b>Principais formas de uso e apropriação</b>	<b>Principais carências</b>
<b>Parques urbanos</b>	Apresentam diferenças no perfil socioeconômico de seus usuários devido à localização, com desigualdade na infraestrutura dada pelo poder público.	Brincar com criança Observar as pessoas Contemplar a paisagem Caminhar	Equipamentos para ativ. física Bom calçamento p/ caminhar Brinquedos para crianças Festas, shows e exposições
<b>Praças centrais</b>	Há uma praça com grande dinamismo social, escolhida como prioridade pelo poder público, e outras com pior infraestrutura e menor frequência de usuários, servindo principalmente à circulação.	Observar as pessoas Descansar nos bancos Contemplar a paisagem Conversar com amigos	Bebedouro Brinquedos para crianças Equipamentos para ativ. física Banheiro
<b>Praças com dinamismo eventual</b>	Localizam-se em bairros consolidados há muito tempo, com renda média, e seu dinamismo eventual ocorre em um período do dia ou em dias que a praça sedia algum evento.	Conversar com amigos Observar as pessoas Curtir festa/quermesse Jogar baralho	Equipamentos para ativ. física Brinquedos para crianças Banheiro Bom calçamento p/ caminhar
<b>Praças semivazias em bairros de classe média</b>	Apresentam baixa frequência de usuários, embora disponham de boa infraestrutura. Seu entorno tem uma população com maior renda que pouco utiliza a praça como espaço de lazer.	Contemplar a paisagem Descansar nos bancos Praticar algum esporte Caminhar	Equipamentos para ativ. física Brinquedos para crianças Festas, shows e exposições Boa iluminação
<b>Praças carentes em bairros populares</b>	Desempenham importante papel de espaço de lazer nos bairros onde se situam, embora apresentem grande carência de infraestrutura e de manutenção pelo poder público.	Esperar ônibus/van Conversar com amigos Brincar com criança Descansar nos bancos	Equipamentos para ativ. física Brinquedos para crianças Limpeza pública Árvores

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços públicos passaram por expressivas transformações em sua interação com a sociedade nos últimos anos. Novas práticas sociais implicaram uma nova relação das pessoas com o espaço público, que em muitos casos perde importância para o lazer praticado em espaços privados. Assim, é necessário pensar em novas possibilidades para resgatar a sociabilidade dos espaços públicos, que permitam uma maior interação entre os cidadãos e o espaço público, visando uma efetiva apropriação do espaço urbano pela sociedade.

Praças e parques urbanos são fundamentais para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea, sendo necessária a ação do Estado, mas também da sociedade, em favorecer o convívio nesses espaços públicos. Trata-se de uma demanda que será alcançada a partir do momento em que as pessoas cumprirem seus papéis como cidadãos, por meio da participação social em uma gestão urbana efetivamente comprometida com maior justiça social e qualidade de vida.

A gestão urbana empenhada com mais justiça social pode minimizar as desigualdades socioespaciais encontradas nos espaços públicos de Limeira, por meio de uma maior participação popular nas políticas públicas relacionadas ao lazer nesses espaços. A gestão urbana deve considerar não somente a morfologia desses espaços, sua infraestrutura e seu mobiliário urbano, mas também a prática social que ali se desenvolve. É preciso considerar os anseios da população do entorno, para que o espaço público tenha sentido para essas pessoas.

Foi possível observar que os espaços públicos estão passando por profundas transformações socioespaciais, mas isso não significa o fim desses espaços, e sim o surgimento de novos desafios impostos ao planejamento urbano no sentido de melhorar e potencializar as relações sociais. Somente com o espaço público efetivamente apropriado, com suas múltiplas interações sociais pautadas no respeito e na civilidade, pode-se alcançar o exercício da cidadania e de uma vida democrática nas cidades.

A democratização do espaço urbano pode favorecer uma relação mais próxima entre a sociedade e os espaços públicos de lazer, despertando na população o sentimento de pertencimento a uma realidade social menos conflituosa.

Para tanto, é fundamental que essas pessoas interajam socialmente, e o espaço público é o local onde essas relações podem se estabelecer.

As praças continuam a ser importantes no espaço urbano, a despeito de ideias neoliberais que intencionalmente costumam afirmar o fim dos espaços públicos. Em Limeira, as praças pesquisadas apresentam dinamismo social muito variado, em função, principalmente, das condições socioeconômicas dos bairros onde se localizam.

A Praça Toledo Barros, no centro da cidade, é a que mais cumpre sua função como praça pública, tendo em vista seu grande dinamismo social e diversidade das práticas socioespaciais. Certamente a melhoria do seu mobiliário urbano nos últimos anos contribuiu para que a praça se mantivesse como um espaço público de referência para a população limeirense. As praças com boa manutenção, como a Toledo Barros, favorecem a esfera da vida pública, ao contribuírem com a sociabilidade urbana por meio da co-presença de indivíduos, que se sentem atraídos aos espaços bem cuidados da cidade.

A produção do espaço público em Limeira ocorre de modo desigual e combinado, favorecendo determinadas áreas da cidade em detrimento de outras. Dentre outras formas, a dominação do espaço se manifesta por essas distinções de investimento do poder público nas praças e parques. Observa-se um nítido descaso da administração pública com os espaços de lazer destinados aos pobres da cidade.

As praças localizadas em bairros periféricos, voltados à população de baixa renda, apresentam uma visível carência de manutenção e de equipamentos urbanos que favoreçam sua maior apropriação. Mesmo com toda a carência dessas praças, observa-se que os usuários delas se apropriam de forma significativa, construindo laços de identidade e pertencimento com esses lugares.

Desse modo, para as pessoas que costumam frequentar as praças e parques da cidade, o espaço público pode ser considerado um *lugar*, em seu sentido *stricto sensu*, como categoria de análise geográfica. Essas pessoas desenvolvem sentimentos identitários com esses lugares e têm prazer ao se apropriarem desses espaços por meio de diversas práticas socioespaciais.

A análise dos espaços públicos da cidade permitiu compreender melhor como a segregação socioespacial ocorre em Limeira. A utilização de variáveis de renda na pesquisa possibilitou uma maior compreensão da realidade socioespacial das áreas de estudo. Observa-se que as diversas formas de apropriação nos espaços públicos

variam em função do nível de renda da população e, aliadas com as diferentes infraestruturas, justificam a existência de contrastes nos espaços públicos da cidade, como praças semivazias em bairros de classe média e de praças com grande frequência de usuários em bairros populares.

Espera-se que novos estudos sejam realizados sobre os espaços públicos em cidades médias para que os parâmetros utilizados nesta pesquisa possam ser comparados e complementados, com a finalidade de melhor compreensão da problemática urbana referente aos espaços públicos de lazer. Somente com o envolvimento de toda a sociedade na busca de superação dos problemas encontrados pode-se vislumbrar um espaço público como lócus da interação social e da vida ativa nas cidades.

## REFERÊNCIAS

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 9283**: Mobiliário Urbano. Rio de Janeiro: ABNT, 1986.

ALEX, Sun. **Projeto da praça**: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: Editora Senac, 2008.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. **Um esquema metodológico para o estudo das Cidades Médias**. In: Anais do II Encontro Nacional de Geógrafos. Belo Horizonte: IGC. 1976. p. 6-15

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SERRA, Rodrigo Valente. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional**. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Orgs.). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANTONIO FILHO, Fadel David; DEZAN, Maria Dalva de Souza. **Metodologias de pesquisa e procedimentos técnicos**: considerações para o uso em projetos de pesquisa em Geografia. Revista Climep - climatologia e estudos da paisagem. Rio Claro, Vol.4, n.2, 2009.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 11ª ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

AZEVEDO, Ricardo José Gontijo. **Geoprocessamento na análise da ocupação e uso da terra em áreas de expansão urbana**: estudo de caso da sub-bacia do Ribeirão dos Pires, município de Limeira-SP. Campinas: Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, 2008. (Dissertação de mestrado)

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Tradução de José Gradel – Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. **Confiança e medo na cidade**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. **Imigração, educação e religião**: um estudo histórico-sociológico do bairro dos Pires em Limeira, uma comunidade rural de maioria teuto-brasileira. Campinas: Faculdade de Educação, 2001. (Dissertação de mestrado)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Cidade**. 3ª ed. Câmara dos Deputados. Brasília: Edições Câmara, 2010.

BRASIL, **Base de informações do Censo Demográfico 2010**: Resultados do Universo por setor censitário. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2011.

BUSCH, Reinaldo Kuntz. **História de Limeira**. Limeira: Prefeitura Municipal, 1967.

CALDEIRA, Junia Marques. **A Praça Brasileira**: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2007. (Tese de doutorado)

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **O turismo e a produção do não-lugar**. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (Org.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 2002.

\_\_\_\_\_. **A cidade**. 7ª ed. - São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. **O consumo do espaço**. In: CARLOS, A. F. A. (org.). Novos Caminhos da Geografia. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007a.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007b.

CERON, Antonio Olívio. **Aspectos geográficos da cultura da laranja no município de Limeira**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: Rio Claro, 1968. (Tese de doutorado)

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ª ed. - São Paulo: Ática, 2005.

\_\_\_\_\_. **Construindo o conceito de cidade média**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). Cidades Médias: espaços em transição. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

\_\_\_\_\_. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3ª ed. - São Paulo: Atlas, 1995.

FAVERO, Edison. **A função do parcelamento do solo na organização urbana de cidades médias paulistas**: a experiência de Limeira-SP. São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 1995.

FERNANDES, Liliana Lagana. **Bairros rurais do município de Limeira**. São Paulo: FFCL/USP, 1972. (Tese de doutorado)

FERRARI, Celson. **Dicionário de urbanismo**. 1ª ed. - São Paulo: Disal, 2004.

FERREIRA, William Rodrigues. **O espaço público nas áreas centrais: a rua como referência – um estudo de caso em Uberlândia-MG**. São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002 (Tese de Doutorado)

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. **A industrialização recente do município de Limeira em face do contexto industrial paulista**. Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, 1989. (Dissertação de mestrado).

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **São Paulo: espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. - São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDMANN, Lucien. **Ciências Humanas e Filosofia: O que é a Sociologia?** Tradução Lupe Cotrim Garaude e José Arthur Giannotti. 6ª ed. – Rio de Janeiro: 1978.

GOMES, Paulo César da Costa. **O silêncio das cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão**. In: *Cidades: revista científica*. Presidente Prudente, v. 2, n. 4, p. 249-265, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço**. In: *Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço*. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (organizadores). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades - REGIC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IPEA/IBGE/UNICAMP/SEADE. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**. Redes urbanas regionais: Sudeste. Brasília: IPEA, 2002. Vol 5.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida das Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.



LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000.

LE CORBUSIER. **Planejamento urbano**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A reprodução das relações de produção**. 1ª ed. Porto: Publicações Escorpião, 1973a.

\_\_\_\_\_. **De lo rural a lo urbano**. Tradução de Javier González-Pueyo. 2ª ed. Barcelona: Península, 1973b.

\_\_\_\_\_. **The production of space**. Tradução de Donald Nicholson-Smith. 25ª ed. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

\_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999a

\_\_\_\_\_. **A cidade do capital**. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999b.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **Marxismo**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2009.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp; Aracaju: Editora UFS, 2007.

LIMEIRA. Prefeitura Municipal de Limeira. **Lei Complementar nº 199** de 11 de setembro de 1998. Dispõe sobre o Plano Diretor Municipal, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 442**, de 12 de janeiro de 2009. Dispõe sobre o Plano Diretor Territorial-Ambiental do Município de Limeira e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Memorial do processo participativo do Plano Diretor de Limeira**. Secretaria de Planejamento e Urbanismo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cartilha de Conscientização Ambiental**. Secretaria de Meio Ambiente. Limeira: Editora Ambiental, 2013.

LORENZON FILHO, Antônio Vitorio. **O uso de modelo probabilístico – Cadeia de Markov - no estudo da expansão do setor urbano de Limeira**. Rio Claro: Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, 1991. (Tese de doutorado)

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2010. (Coleção Quapá)

MANFREDINI, Eduardo Alberto. **Ações públicas e privadas na conformação da cidade**: estudo da dinâmica sócio-espacial de Limeira-SP, 1960 - 2000. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2005. (Dissertação de mestrado)

MANFREDINI, Eduardo Alberto. **História material e formação urbana**: a dinâmica socioespacial de Limeira (SP) no século XIX. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2010. (Tese de doutorado)

MARCELINO, Nelson Carvalho. **O lazer e os espaços na cidade**. In: ISAYAMA, H. F; LINHARES, M. A. (org.) Sobre o lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/Editora da USP, 1980.

MELGAÇO, Lucas. **Securização urbana**: da psicoesfera do medo à tecnoesfera da Segurança.- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: FFLCH, 2010. (Tese de doutorado)

MINEO, Marcela Maria Patriarca. **O espaço urbano e suas temporalidades**: diagnóstico e propostas de intervenção para o patrimônio histórico do centro de Limeira - SP. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro: IGCE, 2009. (Dissertação de mestrado)

MONTENEGRO, Glielson Nepomuceno. **A produção do mobiliário urbano em espaços públicos**: o desenho do mobiliário urbano nos projetos de reordenamento das orlas do Rio Grande do Norte. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005. (Dissertação de mestrado)

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em 10 nov. 2013

PRADO JUNIOR, Caio. **Historia econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PECHMAN, Robert Moses. **Quando Hannah Arendt vai à cidade e encontra com Rubem Fonseca**; ou da cidade, da violência e da Política. In: NASCIMENTO, D; BITENCOURT, J. B. (orgs.) Dimensões do urbano: múltiplas facetas da cidade. Chapecó: Argos, 2008.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. **A megalópole e a praça**: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001. (Tese de doutorado)

QUEIROZ, Alessandra Natali. **Limeira**: produção social da cidade e do seu tecido urbano. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2007. (Dissertação de mestrado)

\_\_\_\_\_. **Parque agroambiental em quadrilátero do interior paulista**: uma estratégia de planejamento paisagístico ambiental. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2012. (Tese de doutorado)

ROBBA, Fábio; MACEDO, Silvio Soares. **Praças brasileiras** – Public Squares in Brazil. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2010. (Coleção Quapá)

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Na procura do lugar o encontro da identidade**: um estudo do processo de ocupação coletiva de terra para moradia - Osasco. Universidade de São Paulo, FFLCH, 1988. (Tese de doutorado)

SALDANHA, Nelson. **O jardim e a praça**: o privado e o público na vida social e histórica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3ª ed. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000.

SÃO PAULO, **Manual de orientação para aprovação de projetos habitacionais**. Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais – GRAPROHAB. Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo – São Paulo, 2011.

SCHVASBERG, Benny. **Tendências e problemas da urbanização contemporânea no Brasil**. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. Urbanização brasileira: redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. Tradução de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERPA, Ângelo. **Espaço público e acessibilidade**: notas para uma abordagem geográfica. In: GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 15, pp. 21 - 37, 2004

\_\_\_\_\_. **Parque público**: um “álibi verde” no centro de operações recentes de requalificação urbana? In: Cidades: revista científica. Presidente Prudente, v. 2, n. 3, p. 111-141, 2005.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SOBARZO, Oscar Alfredo. **Os Espaços da sociabilidade segmentada**: a produção do espaço público em Presidente Prudente. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2004.(Doutorado em Geografia).

\_\_\_\_\_. **A Produção do Espaço Público**: da dominação à apropriação. In: GEOUSP, Espaço e Tempo 19. Revista de Pós-Graduação/ Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – nº. 19 (2006) – São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Apontamentos para uma proposta teórico-metodológica para análise dos espaços públicos em cidades médias**. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.) Cidades Médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. (p. 157 – 171)

SOUZA, Marcelo Lopes de; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades medias do Estado de São Paulo, Brasil**. Investigaciones Geograficas, Mexico, v. 54, p. 114-139, 2004.

\_\_\_\_\_. **Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil**. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar. (organizadores). Cidades médias: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

YURGEL, Marlene. **Urbanismo e Lazer**. São Paulo: Nobel, 1983.

**Questionário - Pesquisa de doutorado sobre os espaços públicos de Limeira**

Idade: \_\_\_\_\_ Bairro da moradia: \_\_\_\_\_ Espaço público: \_\_\_\_\_ Período: \_\_\_\_\_

**1) Qual a importância dos espaços públicos?** \_\_\_\_\_**2) Costuma frequentar este espaço público com que frequência?**

- Quase todos os dias       Duas vezes por semana       Uma vez por semana       Uma vez por mês  
 Raramente

**3) Qual período do dia você mais frequenta este espaço público?**

- Manhã       Tarde       Noite

**4) Em sua opinião, a manutenção e o cuidado dos espaços públicos deve ser função:**

- da Prefeitura Municipal       das empresas privadas       da sociedade       de todos

**5) Costuma frequentar o centro da cidade para ir ao comércio, aos bancos, ou para resolver problemas pessoais?**

- Sim       Não

**6) Se respondeu sim na questão anterior, com qual frequência você vai ao centro da cidade?**

- Quase todos os dias       Duas vezes por semana       Uma vez por semana       Uma vez por mês  
 Raramente

**7) Costuma frequentar algum shopping center?**

- Sim       Não

**8) Se respondeu sim na questão anterior, com qual frequência você vai ao shopping center?**

- Quase todos os dias       Duas vezes por semana       Uma vez por semana       Uma vez por mês  
 Raramente

**9) O que costuma fazer no espaço público? (marque até 5 opções)**

- Brincar com criança       Caminhar       Comer       Contemplar a paisagem  
 Conversar com amigos       Curtir festa ou quermesse       Descansar nos bancos       Encontrar alguém  
 Esperar ônibus/van       Jogar baralho       Ler       Namorar  
 Observar as pessoas       Passear com cachorro       Praticar algum esporte      Outro: \_\_\_\_\_

**10) Em sua opinião, os espaços públicos em Limeira estão, de modo geral:**

- Bem cuidadas       Mal cuidadas

**11) Em sua opinião, o que falta nos espaços públicos de Limeira? (marque até 5 opções)**

- Árvores       Bancos       Banheiro       Bebedouro       Boa iluminação       Bom calçamento p/ caminhar  
 Brinquedos para crianças       Equipamentos para exercícios físicos       Festas, shows e exposições  
 Limpeza pública       Lixeiras       Quiosques para vender comidas      Outro: \_\_\_\_\_

**12) Quais motivos mais limitam sua ida aos espaços públicos? (marque até 5 opções)**

- Condições climáticas (calor, frio ou chuva)       Encontrar mendigos       Encontrar pessoas diferentes de você  
 Falta de infraestrutura       Gostar de ficar em casa       Gostar de lugares mais divertidos       Não ter tempo  
 Violência      Outro: \_\_\_\_\_

**13) Onde você mais costuma se divertir? (marque até 2 opções)**

- Casa com família/amigos       Bar/boate       Clube       Espaço público (praça/parque)       Shopping center  
Outro: \_\_\_\_\_

**14) Pela cidade, você se desloca principalmente:**

- à pé       de bicicleta       de moto       de carro       de ônibus

**15) Alguma sugestão para que os espaços públicos sejam mais aproveitados?** \_\_\_\_\_

**Costuma frequentar este espaço com qual frequência?**

Espaço público	Total	Quase todos os dias		Duas vezes por semana		Uma vez por semana		Uma vez por mês		Raramente	
Parque da Cidade	43	7	16,28%	10	23,26%	12	27,91%	9	20,93%	5	11,63%
Parque do Lago	41	8	19,51%	11	26,83%	10	24,39%	8	19,51%	4	9,76%
Praça Toledo Barros	45	4	8,89%	5	11,11%	15	33,33%	13	28,89%	8	17,78%
Praça Dr. Luciano Esteves	33	1	3,03%	6	18,18%	7	21,21%	14	42,42%	5	15,15%
Largo da Boa Morte	31	2	6,45%	5	16,13%	8	25,81%	8	25,81%	8	25,81%
Praça Rosa Granzoto Rosada	35	6	17,14%	7	20,00%	7	20,00%	9	25,71%	6	17,14%
Praça João Soares Pompeu	41	3	7,32%	9	21,95%	12	29,27%	11	26,83%	6	14,63%
Praça Camilo Ferrari	21	0	0,00%	2	9,52%	5	23,81%	7	33,33%	7	33,33%
Praça Maestro Antônio Pellegrini	15	0	0,00%	3	20,00%	6	40,00%	3	20,00%	3	20,00%
Praça Francisco de Paula Lopes	34	5	14,71%	8	23,53%	10	29,41%	6	17,65%	5	14,71%
Praça Carlos Augusto Catapani	24	4	16,67%	4	16,67%	8	33,33%	4	16,67%	4	16,67%
Praça Maria Aparecida Otani	37	7	18,92%	7	18,92%	8	21,62%	9	24,32%	6	16,22%
<b>Síntese</b>	<b>400</b>	<b>47</b>	<b>11,75%</b>	<b>77</b>	<b>19,25%</b>	<b>108</b>	<b>27,00%</b>	<b>101</b>	<b>25,25%</b>	<b>67</b>	<b>16,75%</b>

**Em qual período do dia você mais frequenta este espaço público?**

Espaço público	Total	Manhã		Tarde		Noite	
Parque da Cidade	43	14	32,56%	17	39,53%	12	27,91%
Parque do Lago	41	18	43,90%	19	46,34%	4	9,76%
Praça Toledo Barros	45	18	40,00%	23	51,11%	4	8,89%
Praça Dr. Luciano Esteves	33	13	39,39%	19	57,58%	1	3,03%
Largo da Boa Morte	31	13	41,94%	15	48,39%	3	9,68%
Praça Rosa Granzoto Rosada	35	13	37,14%	20	57,14%	2	5,71%
Praça João Soares Pompeu	41	6	14,63%	16	39,02%	19	46,34%
Praça Camilo Ferrari	21	7	33,33%	12	57,14%	2	9,52%
Praça Maestro Antônio Pellegrini	15	4	26,67%	10	66,67%	1	6,67%
Praça Francisco de Paula Lopes	34	13	38,24%	18	52,94%	3	8,82%
Praça Carlos Augusto Catapani	24	10	41,67%	13	54,17%	1	4,17%
Praça Maria Aparecida Otani	37	16	43,24%	19	51,35%	2	5,41%
<b>Síntese</b>	<b>400</b>	<b>145</b>	<b>36,25%</b>	<b>201</b>	<b>50,25%</b>	<b>54</b>	<b>13,50%</b>

Em sua opinião, a manutenção e o cuidado dos espaços públicos deve ser função:

Espaço público	Total	da Prefeitura		das empresas		da sociedade		de todos	
Parque da Cidade	43	8	18,60%	0	0,00%	2	4,65%	33	76,74%
Parque do Lago	41	13	31,71%	0	0,00%	0	0,00%	28	68,29%
Praça Toledo Barros	45	8	17,78%	1	2,22%	3	6,67%	33	73,33%
Praça Dr. Luciano Esteves	33	6	18,18%	0	0,00%	2	6,06%	25	75,76%
Largo da Boa Morte	31	5	16,13%	1	3,23%	2	6,45%	23	74,19%
Praça Rosa Granzoto Rosada	35	8	22,86%	0	0,00%	2	5,71%	25	71,43%
Praça João Soares Pompeu	41	7	17,07%	0	0,00%	2	4,88%	32	78,05%
Praça Camilo Ferrari	21	4	19,05%	0	0,00%	0	0,00%	17	80,95%
Praça Maestro Antônio Pellegrini	15	1	6,67%	0	0,00%	0	0,00%	14	93,33%
Praça Francisco de Paula Lopes	34	9	26,47%	1	2,94%	2	5,88%	22	64,71%
Praça Carlos Augusto Catapani	24	5	20,83%	1	4,17%	0	0,00%	18	75,00%
Praça Maria Aparecida Otani	37	9	24,32%	2	5,41%	0	0,00%	26	70,27%
<b>Síntese</b>	<b>400</b>	<b>83</b>	<b>20,75%</b>	<b>6</b>	<b>1,50%</b>	<b>15</b>	<b>3,75%</b>	<b>296</b>	<b>74,00%</b>



**Costuma frequentar o centro da cidade para ir ao comércio, aos bancos, ou para resolver problemas pessoais?**

Espaço público	Total	Sim		Não	
Parque da Cidade	43	32	74,42%	11	25,58%
Parque do Lago	41	35	85,37%	6	14,63%
Praça Toledo Barros	45	43	95,56%	2	4,44%
Praça Dr. Luciano Esteves	33	32	96,97%	1	3,03%
Largo da Boa Morte	31	28	90,32%	3	9,68%
Praça Rosa Granzoto Rosada	35	25	71,43%	10	28,57%
Praça João Soares Pompeu	41	37	90,24%	4	9,76%
Praça Camilo Ferrari	21	14	66,67%	7	33,33%
Praça Maestro Antônio Pellegrini	15	11	73,33%	4	26,67%
Praça Francisco de Paula Lopes	34	26	76,47%	8	23,53%
Praça Carlos Augusto Catapani	24	17	70,83%	7	29,17%
Praça Maria Aparecida Otani	37	29	78,38%	8	21,62%
<b>Síntese</b>	<b>400</b>	<b>329</b>	<b>82,25%</b>	<b>71</b>	<b>17,75%</b>

Se vai ao centro da cidade, com qual frequência?

Espaço público	Total	Quase todos os dias		Duas vezes por semana		Uma vez por semana		Uma vez por mês		Raramente	
Parque da Cidade	32	2	6,25%	6	18,75%	8	25,00%	11	34,38%	5	15,63%
Parque do Lago	35	2	5,71%	5	14,29%	11	31,43%	15	42,86%	2	5,71%
Praça Toledo Barros	43	8	18,60%	9	20,93%	7	16,28%	12	27,91%	7	16,28%
Praça Dr. Luciano Esteves	32	5	15,63%	7	21,88%	9	28,13%	8	25,00%	3	9,38%
Largo da Boa Morte	28	3	10,71%	4	14,29%	5	17,86%	11	39,29%	5	17,86%
Praça Rosa Granzoto Rosada	25	2	8,00%	3	12,00%	9	36,00%	6	24,00%	5	20,00%
Praça João Soares Pompeu	37	0	0,00%	6	16,22%	7	18,92%	14	37,84%	10	27,03%
Praça Camilo Ferrari	14	1	7,14%	2	14,29%	2	14,29%	5	35,71%	4	28,57%
Praça Maestro Antônio Pellegrini	11	0	0,00%	0	0,00%	3	27,27%	5	45,45%	3	27,27%
Praça Francisco de Paula Lopes	26	2	7,69%	4	15,38%	6	23,08%	8	30,77%	6	23,08%
Praça Carlos Augusto Catapani	17	0	0,00%	3	17,65%	5	29,41%	5	29,41%	4	23,53%
Praça Maria Aparecida Otani	29	2	6,90%	3	10,34%	5	17,24%	11	37,93%	8	27,59%
<b>Síntese</b>	<b>329</b>	<b>27</b>	<b>8,21%</b>	<b>52</b>	<b>15,81%</b>	<b>77</b>	<b>23,40%</b>	<b>111</b>	<b>33,74%</b>	<b>62</b>	<b>18,84%</b>

**Costuma frequentar algum shopping center?**

Espaço público	Total	Sim		Não	
Parque da Cidade	43	31	72,09%	12	27,91%
Parque do Lago	41	15	36,59%	26	63,41%
Praça Toledo Barros	45	26	57,78%	19	42,22%
Praça Dr. Luciano Esteves	33	18	54,55%	15	45,45%
Largo da Boa Morte	31	18	58,06%	13	41,94%
Praça Rosa Granzoto Rosada	35	14	40,00%	21	60,00%
Praça João Soares Pompeu	41	23	56,10%	18	43,90%
Praça Camilo Ferrari	21	12	57,14%	9	42,86%
Praça Maestro Antônio Pellegrini	15	9	60,00%	6	40,00%
Praça Francisco de Paula Lopes	34	9	26,47%	25	73,53%
Praça Carlos Augusto Catapani	24	6	25,00%	18	75,00%
Praça Maria Aparecida Otani	37	8	21,62%	29	78,38%
<b>Síntese</b>	<b>400</b>	<b>189</b>	<b>47,25%</b>	<b>211</b>	<b>52,75%</b>

**Se vai ao shopping, com qual frequência?**

Espaço público	Total	Quase todos os dias		Duas vezes por semana		Uma vez por semana		Uma vez por mês		Raramente	
Parque da Cidade	31	3	9,68%	6	19,35%	8	25,81%	10	32,26%	4	12,90%
Parque do Lago	15	0	0,00%	2	13,33%	4	26,67%	5	33,33%	4	26,67%
Praça Toledo Barros	26	2	7,69%	5	19,23%	5	19,23%	9	34,62%	5	19,23%
Praça Dr. Luciano Esteves	18	2	11,11%	3	16,67%	6	33,33%	4	22,22%	3	16,67%
Largo da Boa Morte	18	1	5,56%	2	11,11%	7	38,89%	4	22,22%	4	22,22%
Praça Rosa Granzoto Rosada	14	0	0,00%	2	14,29%	5	35,71%	4	28,57%	3	21,43%
Praça João Soares Pompeu	23	3	13,04%	4	17,39%	5	21,74%	7	30,43%	4	17,39%
Praça Camilo Ferrari	12	2	16,67%	3	25,00%	6	50,00%	1	8,33%	0	0,00%
Praça Maestro Antônio Pellegrini	9	1	11,11%	3	33,33%	2	22,22%	3	33,33%	0	0,00%
Praça Francisco de Paula Lopes	9	0	0,00%	1	11,11%	2	22,22%	4	44,44%	2	22,22%
Praça Carlos Augusto Catapani	6	0	0,00%	0	0,00%	2	33,33%	3	50,00%	1	16,67%
Praça Maria Aparecida Otani	8	1	12,50%	0	0,00%	2	25,00%	3	37,50%	2	25,00%
<b>Síntese</b>	<b>189</b>	<b>15</b>	<b>7,94%</b>	<b>31</b>	<b>16,40%</b>	<b>54</b>	<b>28,57%</b>	<b>57</b>	<b>30,16%</b>	<b>32</b>	<b>16,93%</b>

**O que costuma fazer no espaço público? (até 5 opções)**

<b>Espaço público</b>	<b>Total</b>	<b>Brincar</b>		<b>Caminhar</b>		<b>Comer</b>		<b>Contemplar</b>		<b>Conversar</b>		<b>Curtir</b>		<b>Descansar</b>		<b>Encontrar</b>	
Parque da Cidade	43	26	60,47%	28	65,12%	10	23,26%	23	53,49%	14	32,56%	4	9,30%	6	13,95%	4	9,30%
Parque do Lago	41	32	78,05%	12	29,27%	6	14,63%	25	60,98%	17	41,46%	3	7,32%	7	17,07%	5	12,20%
Praça Toledo Barros	45	12	26,67%	4	8,89%	10	22,22%	30	66,67%	27	60,00%	7	15,56%	37	82,22%	12	26,67%
Praça Dr. Luciano Esteves	33	5	15,15%	2	6,06%	12	36,36%	18	54,55%	13	39,39%	5	15,15%	20	60,61%	4	12,12%
Largo da Boa Morte	31	6	19,35%	1	3,23%	14	45,16%	15	48,39%	14	45,16%	12	38,71%	19	61,29%	7	22,58%
Praça Rosa Granzoto Rosada	35	12	34,29%	3	8,57%	2	5,71%	8	22,86%	27	77,14%	23	65,71%	20	57,14%	4	11,43%
Praça João Soares Pompeu	41	20	48,78%	2	4,88%	29	70,73%	6	14,63%	26	63,41%	12	29,27%	12	29,27%	6	14,63%
Praça Camilo Ferrari	21	5	23,81%	8	38,10%	6	28,57%	12	57,14%	5	23,81%	2	9,52%	10	47,62%	2	9,52%
Praça Maestro Antônio Pellegrini	15	6	40,00%	7	46,67%	1	6,67%	8	53,33%	3	20,00%	1	6,67%	6	40,00%	2	13,33%
Praça Francisco de Paula Lopes	34	11	32,35%	5	14,71%	6	17,65%	6	17,65%	14	41,18%	7	20,59%	8	23,53%	4	11,76%
Praça Carlos Augusto Catapani	24	11	45,83%	3	12,50%	2	8,33%	4	16,67%	9	37,50%	4	16,67%	8	33,33%	3	12,50%
Praça Maria Aparecida Otani	37	14	37,84%	5	13,51%	5	13,51%	8	21,62%	15	40,54%	6	16,22%	14	37,84%	2	5,41%
<b>Síntese</b>	<b>400</b>	<b>160</b>	<b>40,00%</b>	<b>80</b>	<b>20,00%</b>	<b>103</b>	<b>25,75%</b>	<b>163</b>	<b>40,75%</b>	<b>184</b>	<b>46,00%</b>	<b>86</b>	<b>21,50%</b>	<b>167</b>	<b>41,75%</b>	<b>55</b>	<b>13,75%</b>

<b>Espaço público</b>	<b>Total</b>	<b>Esperar</b>		<b>Jogar</b>		<b>Ler</b>		<b>Namorar</b>		<b>Observar</b>		<b>Passear</b>		<b>Praticar</b>	
Parque da Cidade	43	7	16,28%	3	6,98%	8	18,60%	16	37,21%	33	76,74%	10	23,26%	18	41,86%
Parque do Lago	41	14	34,15%	5	12,20%	4	9,76%	17	41,46%	22	53,66%	8	19,51%	14	34,15%
Praça Toledo Barros	45	16	35,56%	9	20,00%	7	15,56%	13	28,89%	36	80,00%	3	6,67%	3	6,67%
Praça Dr. Luciano Esteves	33	13	39,39%	3	9,09%	7	21,21%	7	21,21%	24	72,73%	4	12,12%	2	6,06%
Largo da Boa Morte	31	17	54,84%	2	6,45%	4	12,90%	6	19,35%	20	64,52%	2	6,45%	1	3,23%
Praça Rosa Granzoto Rosada	35	14	40,00%	19	54,29%	4	11,43%	2	5,71%	25	71,43%	3	8,57%	4	11,43%
Praça João Soares Pompeu	41	7	17,07%	12	29,27%	3	7,32%	9	21,95%	17	41,46%	1	2,44%	2	4,88%
Praça Camilo Ferrari	21	6	28,57%	4	19,05%	2	9,52%	6	28,57%	3	14,29%	8	38,10%	11	52,38%
Praça Maestro Antônio Pellegrini	15	4	26,67%	2	13,33%	3	20,00%	5	33,33%	2	13,33%	5	33,33%	5	33,33%
Praça Francisco de Paula Lopes	34	13	38,24%	4	11,76%	2	5,88%	7	20,59%	7	20,59%	11	32,35%	5	14,71%
Praça Carlos Augusto Catapani	24	12	50,00%	3	12,50%	1	4,17%	5	20,83%	9	37,50%	4	16,67%	7	29,17%
Praça Maria Aparecida Otani	37	16	43,24%	11	29,73%	2	5,41%	9	24,32%	9	24,32%	7	18,92%	9	24,32%
<b>Síntese</b>	<b>400</b>	<b>139</b>	<b>34,75%</b>	<b>77</b>	<b>19,25%</b>	<b>47</b>	<b>11,75%</b>	<b>102</b>	<b>25,50%</b>	<b>207</b>	<b>51,75%</b>	<b>66</b>	<b>16,50%</b>	<b>81</b>	<b>20,25%</b>

**Legenda:**

- Brincar** com criança
- Caminhar**
- Comer**
- Contemplar** a paisagem
- Conversar** com amigos
- Curtir** festa/quermesse
- Descansar** nos bancos
- Encontrar** alguém
- Esperar** ônibus/van
- Jogar** baralho
- Ler**
- Namorar**
- Observar** as pessoas
- Passear** com cachorro
- Praticar** algum esporte

Em sua opinião, os espaços públicos em Limeira estão, de modo geral:

Espaço público	Total	<b>Bem cuidadas</b>		<b>Mal cuidadas</b>	
Parque da Cidade	43	27	62,79%	16	37,21%
Parque do Lago	41	16	39,02%	25	60,98%
Praça Toledo Barros	45	25	55,56%	20	44,44%
Praça Dr. Luciano Esteves	33	17	51,52%	16	48,48%
Largo da Boa Morte	31	15	48,39%	16	51,61%
Praça Rosa Granzoto Rosada	35	15	42,86%	20	57,14%
Praça João Soares Pompeu	41	21	51,22%	20	48,78%
Praça Camilo Ferrari	21	10	47,62%	11	52,38%
Praça Maestro Antônio Pellegrini	15	6	40,00%	9	60,00%
Praça Francisco de Paula Lopes	34	5	14,71%	29	85,29%
Praça Carlos Augusto Catapani	24	3	12,50%	21	87,50%
Praça Maria Aparecida Otani	37	6	16,22%	31	83,78%
<b>Síntese</b>	<b>400</b>	<b>166</b>	<b>41,50%</b>	<b>234</b>	<b>58,50%</b>

**Em sua opinião, o que falta nos espaços públicos de Limeira? (até 5 opções)**

Espaço público	Total	Árvores		Bancos		Banheiro		Bebedouro		Boa iluminação		Bom calçamento p/ caminhar	
Parque da Cidade	43	13	30,23%	14	32,56%	13	30,23%	12	27,91%	14	32,56%	29	67,44%
Parque do Lago	41	18	43,90%	14	34,15%	17	41,46%	9	21,95%	11	26,83%	29	70,73%
Praça Toledo Barros	45	9	20,00%	10	22,22%	20	44,44%	28	62,22%	9	20,00%	12	26,67%
Praça Dr. Luciano Esteves	33	8	24,24%	9	27,27%	14	42,42%	17	51,52%	11	33,33%	14	42,42%
Largo da Boa Morte	31	7	22,58%	6	19,35%	10	32,26%	18	58,06%	11	35,48%	17	54,84%
Praça Rosa Granzoto Rosada	35	8	22,86%	11	31,43%	10	28,57%	11	31,43%	8	22,86%	12	34,29%
Praça João Soares Pompeu	41	10	24,39%	17	41,46%	30	73,17%	9	21,95%	7	17,07%	20	48,78%
Praça Camilo Ferrari	21	5	23,81%	5	23,81%	7	33,33%	5	23,81%	8	38,10%	5	23,81%
Praça Maestro Antônio Pellegrini	15	5	33,33%	4	26,67%	5	33,33%	3	20,00%	7	46,67%	3	20,00%
Praça Francisco de Paula Lopes	34	20	58,82%	11	32,35%	14	41,18%	6	17,65%	27	79,41%	14	41,18%
Praça Carlos Augusto Catapani	24	17	70,83%	5	20,83%	11	45,83%	5	20,83%	13	54,17%	9	37,50%
Praça Maria Aparecida Otani	37	18	48,65%	10	27,03%	13	35,14%	4	10,81%	16	43,24%	13	35,14%
<b>Síntese</b>	<b>400</b>	<b>138</b>	<b>34,50%</b>	<b>116</b>	<b>29,00%</b>	<b>164</b>	<b>41,00%</b>	<b>127</b>	<b>31,75%</b>	<b>142</b>	<b>35,50%</b>	<b>177</b>	<b>44,25%</b>

Espaço público	Total	Brinquedos p/ crianças		Equipamentos p/ exercícios físicos		Festas, shows e exposições		Limpeza pública		Lixeiras		Quiosques p/ vender comidas	
Parque da Cidade	43	18	41,86%	32	74,42%	18	41,86%	12	27,91%	9	20,93%	9	20,93%
Parque do Lago	41	18	43,90%	34	82,93%	15	36,59%	15	36,59%	7	17,07%	12	29,27%
Praça Toledo Barros	45	26	57,78%	19	42,22%	14	31,11%	11	24,44%	10	22,22%	8	17,78%
Praça Dr. Luciano Esteves	33	17	51,52%	16	48,48%	10	30,30%	7	21,21%	11	33,33%	4	12,12%
Largo da Boa Morte	31	13	41,94%	18	58,06%	8	25,81%	6	19,35%	9	29,03%	6	19,35%
Praça Rosa Granzoto Rosada	35	18	51,43%	24	68,57%	13	37,14%	12	34,29%	13	37,14%	8	22,86%
Praça João Soares Pompeu	41	21	51,22%	25	60,98%	18	43,90%	7	17,07%	11	26,83%	11	26,83%
Praça Camilo Ferrari	21	9	42,86%	11	52,38%	7	33,33%	6	28,57%	7	33,33%	5	23,81%
Praça Maestro Antônio Pellegrini	15	7	46,67%	8	53,33%	8	53,33%	4	26,67%	6	40,00%	4	26,67%
Praça Francisco de Paula Lopes	34	23	67,65%	25	73,53%	14	41,18%	23	67,65%	10	29,41%	6	17,65%
Praça Carlos Augusto Catapani	24	18	75,00%	19	79,17%	11	45,83%	18	75,00%	8	33,33%	5	20,83%
Praça Maria Aparecida Otani	37	26	70,27%	25	67,57%	13	35,14%	25	67,57%	10	27,03%	6	16,22%
<b>Síntese</b>	<b>400</b>	<b>214</b>	<b>53,50%</b>	<b>256</b>	<b>64,00%</b>	<b>149</b>	<b>37,25%</b>	<b>146</b>	<b>36,50%</b>	<b>111</b>	<b>27,75%</b>	<b>84</b>	<b>21,00%</b>

**Quais motivos mais limitam sua ida ao espaço público? (até 5 opções)**

Espaço público	Total	Condições climáticas (calor, frio, chuva)		Encontrar mendigos		Encontrar pessoas diferentes de você		Falta de infraestrutura	
Parque da Cidade	43	6	13,95%	16	37,21%	4	9,30%	33	76,74%
Parque do Lago	41	3	7,32%	10	24,39%	2	4,88%	26	63,41%
Praça Toledo Barros	45	4	8,89%	19	42,22%	6	13,33%	26	57,78%
Praça Dr. Luciano Esteves	33	3	9,09%	13	39,39%	5	15,15%	21	63,64%
Largo da Boa Morte	31	5	16,13%	13	41,94%	4	12,90%	21	67,74%
Praça Rosa Granzoto Rosada	35	4	11,43%	11	31,43%	2	5,71%	22	62,86%
Praça João Soares Pompeu	41	5	12,20%	14	34,15%	5	12,20%	26	63,41%
Praça Camilo Ferrari	21	2	9,52%	7	33,33%	3	14,29%	15	71,43%
Praça Maestro Antônio Pellegrini	15	3	20,00%	6	40,00%	2	13,33%	10	66,67%
Praça Francisco de Paula Lopes	34	2	5,88%	8	23,53%	1	2,94%	25	73,53%
Praça Carlos Augusto Catapani	24	1	4,17%	6	25,00%	1	4,17%	20	83,33%
Praça Maria Aparecida Otani	37	3	8,11%	8	21,62%	2	5,41%	29	78,38%
<b>Síntese</b>	<b>400</b>	<b>41</b>	<b>10,25%</b>	<b>131</b>	<b>32,75%</b>	<b>37</b>	<b>9,25%</b>	<b>274</b>	<b>68,50%</b>

Espaço público	Total	Gostar de ficar em casa		Gostar de lugares mais divertidos		Não ter tempo		Violência	
Parque da Cidade	43	21	48,84%	20	46,51%	25	58,14%	36	83,72%
Parque do Lago	41	17	41,46%	13	31,71%	21	51,22%	29	70,73%
Praça Toledo Barros	45	19	42,22%	18	40,00%	25	55,56%	34	75,56%
Praça Dr. Luciano Esteves	33	15	45,45%	13	39,39%	19	57,58%	27	81,82%
Largo da Boa Morte	31	16	51,61%	14	45,16%	17	54,84%	25	80,65%
Praça Rosa Granzoto Rosada	35	15	42,86%	12	34,29%	16	45,71%	26	74,29%
Praça João Soares Pompeu	41	19	46,34%	17	41,46%	18	43,90%	31	75,61%
Praça Camilo Ferrari	21	11	52,38%	10	47,62%	12	57,14%	17	80,95%
Praça Maestro Antônio Pellegrini	15	8	53,33%	7	46,67%	9	60,00%	13	86,67%
Praça Francisco de Paula Lopes	34	13	38,24%	10	29,41%	16	47,06%	23	67,65%
Praça Carlos Augusto Catapani	24	10	41,67%	8	33,33%	12	50,00%	18	75,00%
Praça Maria Aparecida Otani	37	14	37,84%	12	32,43%	18	48,65%	26	70,27%
<b>Síntese</b>	<b>400</b>	<b>178</b>	<b>44,50%</b>	<b>154</b>	<b>38,50%</b>	<b>208</b>	<b>52,00%</b>	<b>305</b>	<b>76,25%</b>



**Onde você mais costuma se divertir? (até 2 opções)**

Espaço público	Total	Casa com família/amigos		Bar ou boate		Clube		Espaço público (praça ou parque)		Shopping Center	
Parque da Cidade	43	33	76,74%	5	11,63%	9	20,93%	12	27,91%	25	58,14%
Parque do Lago	41	36	87,80%	6	14,63%	4	9,76%	19	46,34%	13	31,71%
Praça Toledo Barros	45	34	75,56%	9	20,00%	3	6,67%	18	40,00%	24	53,33%
Praça Dr. Luciano Esteves	33	26	78,79%	5	15,15%	4	12,12%	13	39,39%	14	42,42%
Largo da Boa Morte	31	23	74,19%	4	12,90%	6	19,35%	12	38,71%	15	48,39%
Praça Rosa Granzoto Rosada	35	30	85,71%	8	22,86%	6	17,14%	12	34,29%	11	31,43%
Praça João Soares Pompeu	41	32	78,05%	5	12,20%	9	21,95%	11	26,83%	21	51,22%
Praça Camilo Ferrari	21	16	76,19%	3	14,29%	8	38,10%	3	14,29%	11	52,38%
Praça Maestro Antônio Pellegrini	15	11	73,33%	4	26,67%	6	40,00%	2	13,33%	6	40,00%
Praça Francisco de Paula Lopes	34	28	82,35%	9	26,47%	1	2,94%	18	52,94%	8	23,53%
Praça Carlos Augusto Catapani	24	21	87,50%	6	25,00%	0	0,00%	11	45,83%	5	20,83%
Praça Maria Aparecida Otani	37	31	83,78%	10	27,03%	2	5,41%	20	54,05%	8	21,62%
<b>Síntese</b>	<b>400</b>	<b>321</b>	<b>80,25%</b>	<b>74</b>	<b>18,50%</b>	<b>58</b>	<b>14,50%</b>	<b>151</b>	<b>37,75%</b>	<b>161</b>	<b>40,25%</b>

**Pela cidade, você se desloca principalmente:**

<b>Espaço público</b>	<b>Total</b>	<b>à pé</b>		<b>de bicicleta</b>		<b>de moto</b>		<b>de carro</b>		<b>de ônibus</b>	
Parque da Cidade	43	8	18,60%	1	2,33%	3	6,98%	19	44,19%	12	27,91%
Parque do Lago	41	9	21,95%	4	9,76%	5	12,20%	8	19,51%	15	36,59%
Praça Toledo Barros	45	11	24,44%	2	4,44%	3	6,67%	12	26,67%	17	37,78%
Praça Dr. Luciano Esteves	33	9	27,27%	1	3,03%	2	6,06%	9	27,27%	12	36,36%
Largo da Boa Morte	31	6	19,35%	1	3,23%	3	9,68%	10	32,26%	11	35,48%
Praça Rosa Granzoto Rosada	35	11	31,43%	3	8,57%	1	2,86%	9	25,71%	11	31,43%
Praça João Soares Pompeu	41	9	21,95%	1	2,44%	3	7,32%	14	34,15%	14	34,15%
Praça Camilo Ferrari	21	3	14,29%	1	4,76%	2	9,52%	9	42,86%	6	28,57%
Praça Maestro Antônio Pellegrini	15	2	13,33%	1	6,67%	2	13,33%	6	40,00%	4	26,67%
Praça Francisco de Paula Lopes	34	8	23,53%	2	5,88%	4	11,76%	7	20,59%	13	38,24%
Praça Carlos Augusto Catapani	24	6	25,00%	1	4,17%	3	12,50%	5	20,83%	9	37,50%
Praça Maria Aparecida Otani	37	10	27,03%	2	5,41%	4	10,81%	8	21,62%	13	35,14%
<b>Síntese</b>	<b>400</b>	<b>92</b>	<b>23,00%</b>	<b>20</b>	<b>5,00%</b>	<b>35</b>	<b>8,75%</b>	<b>116</b>	<b>29,00%</b>	<b>137</b>	<b>34,25%</b>

**Rendimento mensal domiciliar per capita**
**Parque da Cidade**

Setor Censitário	Até 1 salário mínimo				Mais de 1 até 2 salários mínimos	Mais de 2 até 5 salários mínimos		Mais de 5 salários mínimos		Total de domicílios
	V005	V006	V007	V008	V009	V010	V011	V012	V013	
0049	0	0	4	31	77	32	31	18	2	315
0019	0	0	3	14	41	31	17	12	2	
Soma dos setores	0	0	7	45	118	63	48	30	4	
Porcentagem	0,00%	0,00%	2,22%	14,29%	37,46%	20,00%	15,24%	9,52%	1,27%	
% TOTAL	16,51%				37,46%	35,24%		10,79%		

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Org. AZEVEDO, R. J. G. (2013)

**Rendimento mensal domiciliar per capita**
**Parque do Lago**

Setor Censitário	Até 1 salário mínimo				Mais de 1 até 2 salários mínimos	Mais de 2 até 5 salários mínimos		Mais de 5 salários mínimos		Total de domicílios
	V005	V006	V007	V008	V009	V010	V011	V012	V013	
0431	1	3	16	55	46	7	1	1	0	301
0268	1	1	10	55	79	16	5	2	2	
Soma dos setores	2	4	26	110	125	23	6	3	2	
Porcentagem	0,66%	1,33%	8,64%	36,54%	41,53%	7,64%	1,99%	1,00%	0,66%	
% TOTAL	47,18%				41,53%	9,63%		1,66%		

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Org. AZEVEDO, R. J. G. (2013)

### Rendimento mensal domiciliar per capita

#### Praça Toledo Barros

Setor Censitário	Até 1 salário mínimo				Mais de 1 até 2 salários mínimos	Mais de 2 até 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos			Total de domicílios
	V005	V006	V007	V008	V009	V010	V011	V012	V013	
0003	0	0	1	8	20	19	39	63	27	325
0001	0	0	2	6	25	30	44	27	14	
Soma dos setores	0	0	3	14	45	49	83	90	41	
Porcentagem	0,00%	0,00%	0,92%	4,31%	13,85%	15,08%	25,54%	27,69%	12,62%	
% TOTAL	5,23%				13,85%	40,62%	40,31%			

#### Praça Luciano Esteves

Setor Censitário	Até 1 salário mínimo				Mais de 1 até 2 salários mínimos	Mais de 2 até 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos			Total de domicílios
	V005	V006	V007	V008	V009	V010	V011	V012	V013	
0001	0	0	2	6	25	30	44	27	14	345
0024	0	0	6	27	46	37	43	29	9	
Soma dos setores	0	0	8	33	71	67	87	56	23	
Porcentagem	0,00%	0,00%	2,32%	9,57%	20,58%	19,42%	25,22%	16,23%	6,67%	
% TOTAL	11,88%				20,58%	44,64%	22,90%			

#### Largo da Boa Morte

Setor Censitário	Até 1 salário mínimo				Mais de 1 até 2 salários mínimos	Mais de 2 até 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos			Total de domicílios
	V005	V006	V007	V008	V009	V010	V011	V012	V013	
0016	0	0	1	10	31	26	58	65	47	386
0001	0	0	2	6	25	30	44	27	14	
Soma dos setores	0	0	3	16	56	56	102	92	61	
Porcentagem	0,00%	0,00%	0,78%	4,15%	14,51%	14,51%	26,42%	23,83%	15,80%	
% TOTAL	4,92%				14,51%	40,93%	39,64%			

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Org. AZEVEDO, R. J. G. (2013)

**Rendimento mensal domiciliar per capita**

**Praça Rosa Granzoto Rosada**

	Até 1 salário mínimo				Mais de 1 até 2 salários mínimos	Mais de 2 até 5 salários mínimos		Mais de 5 salários mínimos		Total de domicílios
	V005	V006	V007	V008	V009	V010	V011	V012	V013	
Setor Censitário	V005	V006	V007	V008	V009	V010	V011	V012	V013	
0029	0	1	7	65	81	27	30	10	0	
0026	0	0	4	24	39	23	27	11	2	
Soma dos setores	0	1	11	89	120	50	57	21	2	351
Porcentagem	0,00%	0,28%	3,13%	25,36%	34,19%	14,25%	16,24%	5,98%	0,57%	
% TOTAL	28,77%				34,19%	30,48%		6,55%		

Fonte: IBGE, Censo 2010.  
Org. AZEVEDO, R. J. G. (2013)

**Rendimento mensal domiciliar per capita**

**Praça João Soares Pompeu**

	Até 1 salário mínimo				Mais de 1 até 2 salários mínimos	Mais de 2 até 5 salários mínimos		Mais de 5 salários mínimos		Total de domicílios
	V005	V006	V007	V008	V009	V010	V011	V012	V013	
Setor Censitário	V005	V006	V007	V008	V009	V010	V011	V012	V013	
0054	0	0	5	30	42	21	24	7	2	
0053	0	0	14	34	60	29	20	9	3	
Soma dos setores	0	0	19	64	102	50	44	16	5	300
Porcentagem	0,00%	0,00%	6,33%	21,33%	34,00%	16,67%	14,67%	5,33%	1,67%	
% TOTAL	27,67%				34,00%	31,33%		7,00%		

Fonte: IBGE, Censo 2010.  
Org. AZEVEDO, R. J. G. (2013)

**Rendimento mensal domiciliar per capita**
**Praça Camilo Ferrari**

Setor Censitário	Até 1 salário mínimo				Mais de 1 até 2 salários mínimos	Mais de 2 até 5 salários mínimos		Mais de 5 salários mínimos		Total de domicílios
	V005	V006	V007	V008	V009	V010	V011	V012	V013	
0057	0	0	6	44	66	31	16	9	0	307
0113	0	0	4	22	42	37	18	11	1	
Soma dos setores	0	0	10	66	108	68	34	20	1	
Porcentagem	0,00%	0,00%	3,26%	21,50%	35,18%	22,15%	11,07%	6,51%	0,33%	
% TOTAL	24,76%				35,18%	33,22%		6,84%		

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Org. AZEVEDO, R. J. G. (2013)

**Rendimento mensal domiciliar per capita**
**Praça Maestro Antônio Pellegrini**

Setor Censitário	Até 1 salário mínimo				Mais de 1 até 2 salários mínimos	Mais de 2 até 5 salários mínimos		Mais de 5 salários mínimos		Total de domicílios
	V005	V006	V007	V008	V009	V010	V011	V012	V013	
0101	0	1	6	31	61	23	25	15	2	339
0406	1	5	8	42	59	25	20	12	3	
Soma dos setores	1	6	14	73	120	48	45	27	5	
Porcentagem	0,29%	1,77%	4,13%	21,53%	35,40%	14,16%	13,27%	7,96%	1,47%	
% TOTAL	27,73%				35,40%	27,43%		9,44%		

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Org. AZEVEDO, R. J. G. (2013)

### Rendimento mensal domiciliar per capita

#### Praça Francisco de Paula Lopes

Setor Censitário	Até 1 salário mínimo				Mais de 1 até 2 salários mínimos	Mais de 2 até 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos			Total de domicílios
	V005	V006	V007	V008	V009	V010	V011	V012	V013	
0208	0	3	45	98	88	12	18	0	0	446
0145	0	2	20	60	71	17	9	3	0	
Soma dos setores	0	5	65	158	159	29	27	3	0	
Porcentagem	0,00%	1,12%	14,57%	35,43%	35,65%	6,50%	6,05%	0,67%	0,00%	
% TOTAL	51,12%				35,65%	12,56%	0,67%			

#### Praça Carlos Augusto Catapani

Setor Censitário	Até 1 salário mínimo				Mais de 1 até 2 salários mínimos	Mais de 2 até 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos			Total de domicílios
	V005	V006	V007	V008	V009	V010	V011	V012	V013	
0312	1	1	13	47	48	14	10	1	1	363
0318	1	5	37	76	87	17	4	0	0	
Soma dos setores	2	6	50	123	135	31	14	1	1	
Porcentagem	0,55%	1,65%	13,77%	33,88%	37,19%	8,54%	3,86%	0,28%	0,28%	
% TOTAL	49,86%				37,19%	12,40%	0,55%			

#### Praça Maria Aparecida Otani

Setor Censitário	Até 1 salário mínimo				Mais de 1 até 2 salários mínimos	Mais de 2 até 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos			Total de domicílios
	V005	V006	V007	V008	V009	V010	V011	V012	V013	
0290	1	2	16	67	141	68	50	26	7	661
0347	1	11	29	98	104	27	8	4	1	
Soma dos setores	2	13	45	165	245	95	58	30	8	
Porcentagem	0,30%	1,97%	6,81%	24,96%	37,07%	14,37%	8,77%	4,54%	1,21%	
% TOTAL	34,04%				37,07%	23,15%	5,75%			

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Org. AZEVEDO, R. J. G. (2013)